



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

EDILMARA KAYT SILVEIRA FERNANDES

**EGRESSOS DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA: UM CONVITE AO DIÁLOGO SOBRE A
PROFISSÃO**

FORTALEZA - CEARÁ
2019

EDILMARA KAYT SILVEIRA FERNANDES

EGRESSOS DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE
ESTADUALVALE DO ACARAÚ - UVA: UM CONVITE AO DIÁLOGO SOBRE A
PROFISSÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientadora: Dra. Lia Pinheiro Barbosa

FORTALEZA – CEARÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Fernandes, Edilmara Kayt Silveira.

Egressos do bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA: um convite ao diálogo sobre a profissão [recurso eletrônico] / Edilmara Kayt Silveira Fernandes. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 163 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Sociologia.

Orientação: Prof.^a Dra. Lia Pinheiro Barbosa.

1. Ciências Sociais. 2. Formação. 3. Inserção Profissional. I. Título.



Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Sociologia

PPGS // Universidade Estadual do Ceará

EDILMARA KAYT SILVEIRA FERNANDES

**Egressos do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do
Acará - UVA: um convite ao diálogo sobre a profissão**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia –
PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais
Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre
em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Aprovada em: 23 / 02 / 19

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Lia Pinheiro Barbosa
(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profª. Drª. Rosemary de Oliveira Almeida

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profª. Drª. Isaurora Cláudia Martins de Freitas

Universidade Vale do Acaraú – UVA

Campus do Itapery - Bloco do Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA | Av Dr. Silas Munguba, 1.700
CEP - 60.740-000 - Fortaleza-CE Brasil

Fone/Fax: 85 3101.9887 | mapps@uece.br / ppgs@uece.br | <http://www.uece.br/ppgsociologia/>

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação não teria sido possível sem a colaboração direta ou indireta de algumas pessoas que estiveram comigo durante esta caminhada, que formaram toda uma rede de colaboração para que essa formação fosse concluída.

Sou grata, antes de tudo, a Deus e a minha crença Nele que me refugia nos momentos em que tudo mais se dispersa diante de mim e me possibilita coisas inesperadas que fazem parecer o que se chama de sorte.

Sou grata à Maíra, minha filha, que fez com que eu organizasse meu tempo para fazer as disciplinas do mestrado, a pesquisa, os estudos, a escrita e para priorizá-la, me ensinado a ser mãe e a me manter centrada e paciente.

Ao meu companheiro David pelo apoio, carinho, amor e toda colaboração para que eu fizesse o mestrado, desde a seleção, acreditando em mim, me incentivando e adequando sua vida às necessidades da nossa família.

Aos meus pais e aos meus irmãos pela disponibilidade em ajudar quando precisei.

Aos irmãos do meu companheiro pela moradia e acolhimento do primeiro ano do curso de mestrado e aos seus pais por toda ajuda.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, aos meus professores e a colega e amiga Patrícia Maria.

À minha orientadora Dra. Lia Pinheiro Barbosa pelas importantes contribuições nesta escrita. Às professoras Dra. Isaurora Cláudia Martins de Freitas e Dra. Rosemary de Oliveira Almeida, integrantes da banca examinadora, pelas tão importantes críticas e sugestões ao meu trabalho.

Ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, pela colaboração com os documentos necessários para esta investigação e pela minha formação.

À Aline Monteiro Alves, Antônio Daniel Alves Carvalho, Irisneide Mourão Ribeiro, Raquel Araújo Monteiro, Ronaldo Santiago Lopes, Caroline Silva Bezerra, Vicente de Paulo Sousa, Thiago Silva de Castro, Wellingta Maria Vasconcelos Frota e Fernanda Maria Vieira Ribeiro, meus colegas de profissão e também egressos do curso pela disponibilidade em colaborar

com suas falas e seu tempo com esta pesquisa, bem como ao Professor Dr. Nilson Almino de Freitas pela entrevista concedida.

Não me peça que eu lhe faça uma canção como
se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém

*(Belchior. Apenas um rapaz latino-americano.
Alucinação, 1976)*

RESUMO

O investimento pessoal em educação é tido como via de mobilidade social através de uma inserção profissional mais qualificada, mas a formação em nível superior nem sempre é garantia para a inserção no mundo do trabalho ao se deparar com um cenário de instabilidade e precarização. No caso das Ciências Sociais, os profissionais acabam atuando em áreas que não condizem com a formação, passam por períodos de desemprego, alguns fazem outras graduações. A análise dos percursos e experiências dos egressos do curso é central para uma discussão sobre o contexto da profissão e da própria formação. Propõe-se, a partir das experiências pós-universidade de 10 egressos do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, formados entre 2002 e 2013, identificar os perfis, as áreas de atuação, os postos de trabalho, analisar o mundo do trabalho para este profissional e promover uma reflexão dialógica sobre a profissão, a formação e as experiências de inserção profissional. Dessa forma, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários abertos com os egressos, além de uma entrevista com o professor Nilson Almino, do curso de Ciências Sociais da UVA, a respeito da grade curricular. Para complementar o estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre inserção profissional de graduados, regulamentação da profissão de Sociólogo, mercado de trabalho, estudo da legislação vigente no país e nos *sites* do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Ministério da Educação – MEC, de universidades cearenses e da Federação Nacional de Sociólogos, além de pesquisa documental nos arquivos do curso de Ciências Sociais da UVA. O estudo recuperou a história do surgimento das Ciências Sociais no Brasil e no Ceará e sua consolidação como campo científico. Os interlocutores da pesquisa reivindicam uma complementação da formação também voltada para a atuação prática no mundo do trabalho fora da academia. Apontam para a deficiência de mobilização da categoria para a articulação e criação de um conselho de classe que represente os interesses da profissão. Indicam que a atuação profissional do bacharel em Ciências Sociais está em uma conjuntura de desemprego, pouco reconhecimento e sem retorno financeiro. Desse modo, a ausência de instâncias organizativas da categoria, o esvaziamento de uma abordagem estratégica do curso no âmbito dos órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil, o próprio contexto de crise estrutural do capital e seus impactos no mundo do trabalho e a ofensiva no campo da política educacional apresentam entraves à inserção profissional dos egressos. Nesse contexto, estariam as Ciências Sociais na iminência de se tornarem obsoletas frente às transformações e novas demandas do mundo do trabalho?

Palavras-chave: Ciências Sociais, Formação, Inserção Profissional.

ABSTRACT

Personal investment in education is seen as a way of social mobility through a more qualified professional insertion, but higher education is not always a guarantee for the insertion in the world of work when faced with a scenario of instability and precariousness. In the case of Social Sciences, professionals end up working in areas that do not correspond to qualified, they go through periods of unemployment, in an indecent way. The analysis of the courses and experiences of the graduates of the course is central to a discussion about the context of the profession and the formation itself. It is proposed, based on the post-university experiences of 10 graduates of the Bachelor Degree in Social Sciences of the Universidade Estadual Vale Acaraú - UVA, formed between 2002 and 2013, to identify the profiles, the areas of action, the jobs, analyze the world of work for this professional and to promote a dialogic reflection on the profession, the training and the experiences of professional insertion. In this way, interviews were conducted and open questionnaires were applied with the graduates, in addition to an interview with a college professor of the course. To complement the study, a bibliographical research was carried out on the professional insertion of graduates, regulation of the Sociologist profession, labor market, study of the legislation in force in the Brazil and on the websites of the Ministério do Trabalho e Emprego - MTE and Ministério da Educação - MEC, of universities of Ceará and the Federação Nacional de Sociólogos, as well as documentary research in the archives of the UVA Social Sciences course. The study recovered the history of the emergence of Social Sciences in Brazil and Ceará and its consolidation as a scientific field. The research interlocutors demand a complementation of the training also directed to the practical action in the work world outside the academy. They point to the deficiency of mobilization of the category for the articulation and creation of a class council that represents the interests of the profession. They indicate that the professional performance of the bachelor in Social Sciences is in a conjuncture of unemployment, little recognition and no financial return. In this way, the absence of organizational instances of the category, the emptying of a strategic approach to the course in the sphere of public bodies, private entities and civil society, the structural capital context itself and its impacts on the world of work and the offensive in the field of educational policy present obstacles to the professional integration of graduates. In this context, would the Social Sciences be imminent to become obsolete in face of the transformations and new demands of the world of work?

Keywords: Social Sciences, Higher Education, Professional Insertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes da UVA.....	53
Gráfico 2 – Cursos de graduação na área de Ciências Sociais por Região.....	94
Quadro 1 – Cursos da área de Ciências Sociais em EaD por IES no Ceará.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Curso de Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado (2015-2010).....	54
Tabela 2 – Egressos de Ciências Sociais Bacharelado e Licenciatura (2002-2016).....	55
Tabela 3 – Concorrência para o curso de Ciências Sociais – UVA.....	56
Tabela 4 – Cursos da área de Ciências Sociais por região do Brasil.....	92
Tabela 5 – Cursos de graduação na área de Ciências Sociais por estados da Federação	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional N° 5
AL	Alagoas
ALCE	Assembleia Legislativa do Ceará
AVISO	Associação Virtual de Sociólogos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCH	Centro de Ciências Humanas
CE	Ceará
CEAT	Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e à Trabalhadora
CEBRAP	Centro Brasileiro de Pesquisas
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CELA	Centro de Estudos Latinoamericanos
CELACC	Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CESA	Centro e Estudos Sociais Aplicados
CFCIS	Conselho Federal de Ciências Sociais
CH	Centro de Humanidades
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CLAEC	Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFAP	Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD	Ensino à Distância
EAF	Escolas Agrotécnicas Federais
ELA/UnB	Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília
EPDS	Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social
ETF	Escolas Técnicas Federais
EUA	Estados Unidos da América
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Alagoas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNS	Federação Nacional dos Sociólogos

FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
GEM	Grupo de Estudos Marxistas
GEPE	Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Cultura e Sociedade
GEPECCE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades da Região Norte do Estado do Ceará
GEPECJU	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis
GEPIS	Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Saúde e Sexualidade
GT	Grupo de Trabalho
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual Vale do Acaraú
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IELA	Instituto de Estudos Latino-Americanos
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
INTA	Instituto Superior de Teologia Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiro
IVA	Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú
LABOME	Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPPS	Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP	Medida Provisória
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONEVA	Observatório Nacional de Entradas na Vida Ativa
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSESP	Organização Sócio-Estudantil de Serviços em Consultoria e Projetos de Pesquisa

PBU	Programa Bolsa Universidade
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDET	Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PL	Projeto de Lei
PMD	Project Management for Development
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRAPSON	Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSC-BA	Partido Social Cristão - Bahia
PSDB-DF	Partido da Social Democracia Brasileira – Rio de Janeiro
PSOL-RJ	Partido Socialismo e Liberdade – Rio de Janeiro
PT/MG	Partido dos Trabalhadores – Minas Gerais
PTB/AM	Partido Trabalhista Brasileiro - Amazonas
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH	Recursos Humanos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNILAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIMES	Universidade Metropolitana de Santos
UNINASSAU	Faculdade Maurício de Nassau
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNOPAR	Universidade Pirtágoras
URCA	Universidade Regional do Cariri

USP
UVA
VLT

Universidade de São Paulo
Universidade Estadual Vale do Acaraú
Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	LOCAL DE FALA, ESCOLHAS E MINHAS EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	20
1.2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
2	INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO CAMPO CIENTÍFICO E PROFISSIONAL NO BRASIL	29
2.1	AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL.....	29
2.2	AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO CEARÁ.....	50
2.3	A INTERIORIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO CEARÁ (URCA E UNILAB).....	54
2.4	AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM SOBRAL (UVA).....	56
3	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL	86
3.1	A FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.....	95
3.2	A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.....	101
3.3	A PROFISSÃO DE SOCIOLOGA (O).....	103
4	EGRESSOS DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UVA: FORMAÇÃO, INSERÇÃO PROFISSIONAL E REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO	111
4.1	“VOCÊ TEM QUE LUTAR MUITO POR UM ESPAÇO”.....	115
4.2	“NÃO CONSIGO E NEM QUERO IMAGINAR OUTROS POSSÍVEIS CAMINHOS”.	117
4.3	“PRECISARIA DE UM RECONHECIMENTO SALARIAL MELHOR”.....	119
4.4	“NOSSO CAMPO DE TRABALHO, NA PRÁTICA, É MUITO RESTRITO”.	121
4.5	“EU FUI SER PROFESSOR [...] PORQUE ESSA COISA PERSEGUE A GENTE”.....	123
4.6	“NÃO É ASSISTENTE SOCIAL! A GENTE TEM QUE TÁ O TEMPO TODO SE REAFIRMANDO DENTRO DA SOCIEDADE.”.....	127
4.7	“ESTAMOS AÍ TENTANDO E SEMPRE BUSCANDO FAZER COM QUE A NOSSA FORMAÇÃO NÃO TENHA SIDO EM VÃO”.....	131
4.8	“EU ESCOLHI SER PROFESSORA”.....	137
4.9	“MENINO, SE EU NASCESSE DEZ MIL VEZES, EU FARIA CIÊNCIAS SOCIAIS DE NOVO, NÉ!”.....	140
4.10	“POR ISSO EU FIZ A LICENCIATURA TAMBÉM: VAI QUE NÃO DÁ CERTO NUM LADO, VAI PRO OUTRO, NÉ.”.....	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	157
	ANEXO	163

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) situa-se em Sobral, região norte do estado do Ceará e foi a primeira universidade pública instaurada no interior do estado, em 1968. A UVA acabou por atender não só a cidade de Sobral, mas cerca de 50 municípios circunvizinhos, onde os moradores, atraídos pela oferta de educação superior, precisam se deslocar diariamente num movimento pendular,¹ ou migram para Sobral.

Nesse contexto, a inserção em um curso superior passa, dentre outras razões, por um investimento pessoal para a realização de projetos de vida. O projeto de vida não é tão somente a formação superior, mas, a partir dela, a possibilidade de exercer uma profissão e assim concluir esses projetos (Fernandes, 2012).

A Universidade Estadual Vale do Acaraú se configura como ponto de partida para esta investigação que se debruça sobre os seus egressos do curso de Ciências Sociais da modalidade Bacharelado, que se formaram entre 2002 (primeira turma) e 2013. O intuito foi perceber, junto a estes interlocutores, o que a graduação lhes oportunizou; o que estão fazendo atualmente; como se deu o processo de inserção no mercado laboral e saber como eles mesmos analisam suas realidades e suas experiências de inserção profissional, instigando-os a uma reflexão e ao diálogo sobre a profissão de Cientista Social/Sociólogo/Antropólogo/Cientista Político, sobre o mundo do trabalho para este profissional, sobre a formação e sobre as trajetórias que seguiram após a saída da universidade.

O curso de Ciências Sociais da UVA possui tanto a modalidade Licenciatura quanto a modalidade Bacharelado. A opção por investigar apenas o Bacharelado é uma estratégia metodológica, já que o contexto e o tempo para a construção de uma dissertação não dariam conta de abarcar as duas modalidades, tendo em vista a complexidade e peculiaridades de cada uma delas e os objetivos desta investigação. A escolha pelo Bacharelado possibilitou diversidade no campo de atuação dos egressos e uma investigação mais plural no âmbito dos tipos de trajetórias que seguiram, bem como na diversidade de categorias de trabalho. Dessa forma, a investigação sobre os egressos do Bacharelado contribui para um levantamento sobre os campos de atuação dos cientistas sociais na Região Norte do estado.

¹De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (STAMM&STADUTO, 2008) movimento pendular é o movimento realizado cotidianamente em horários mais ou menos fixos de ida e volta entre o local de moradia e o de trabalho e/ou estudo.

A opção pelo período de 2002 a 2013 se deu para poder contemplar um universo de interlocutores já com algum tempo de formados (período mínimo de 06 anos), em que já se espera que tenham certa estabilidade profissional e uma trajetória mais longa de inserção no mercado de trabalho, visto que os mais recentemente formados não seriam expressivamente pertinentes aos objetivos desta investigação. A escolha do período supracitado também se configura como mais adequada ao percurso metodológico que segui, uma vez que se refere ao perfil de egresso utilizado como critério para a amostra da pesquisa.

A escolha pela temática da inserção profissional se estabelece pela necessidade de acompanhar as trajetórias de egressos do ensino superior e fazer a relação formação e mercado de trabalho após a saída da universidade. Além de fazer a relação com a atual conjuntura de crise na política brasileira, sobretudo no campo da educação. O processo de inserção laboral de graduados é um tema que vem ganhando visibilidade nos últimos anos pelos processos de transformações econômicas e de ampliação do acesso ao ensino superior. No Brasil, o tema ainda é bastante incipiente, mas em diversos países, especialmente europeus, onde o processo de massificação do ensino superior já está em curso há mais tempo, muitos estudos já foram realizados. A conceituação da temática ainda não é consensual empregando-se diversas expressões como inserção, transição, entrada na vida ativa, itinerários, trajetórias etc. (VICCENS, 1999 *apud* ALMEIDA, 2011).

Há, neste estudo, uma abordagem mais qualitativa ao analisar as trajetórias pós-universidade de egressos da UVA. Considerando-se que a pretensão não foi analisar unicamente os processos objetivos de inserção no mundo do trabalho, mas, a partir de suas subjetividades, perceber como compreendem as realidades em que se inserem como profissionais das ciências sociais e os percursos acadêmicos que seguiram.

No Brasil, segundo Rachel de Castro Almeida (2011), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado em 2004, embora preconize o acompanhamento do percurso profissional de graduados, as IES ainda não instituíram rotinas de monitoramento. Diferentemente de países europeus como a França, que desde 1975 realiza pesquisa nacional pelo Observatório Nacional de Entradas na Vida Ativa (ONEVA) e contempla os percursos profissionais de jovens após a conclusão do ensino superior. Além da França há também diversos estudos realizados em Portugal (ALVES *et al.*, 2012.; CABRAL, 2011.; CARVALHO, 2012.; CHAVES *et al.*, 2009).

A pergunta de partida deste estudo é a respeito do pós-universidade, ou seja, quais as experiências de inserção profissional dos egressos (formandos de 2002 a 2013) do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú? A partir dessa indagação

ramificam-se outros questionamentos sobre os egressos: Quem são os egressos do curso do curso de Ciências Sociais da UVA? Onde os egressos estão atuando? O que o acesso ao ensino superior lhes oportunizou (melhorias nas condições de emprego? Mobilidade social?). Ao se formarem, conseguiram emprego? E, se conseguiram, estes empregos têm relação com a área em que se formaram? E, no âmbito destes questionamentos, compreender como os egressos analisam suas experiências de inserção profissional.

Embora o mercado de trabalho não seja o único fator para impulsionar a entrada de jovens em uma universidade, ele faz parte do projeto de vida e das perspectivas de futuro deles. Isso não só para os jovens em questão, mas para quem escolhe cursar uma graduação, pois é, sobretudo, a escolha de uma profissão, e na atual conjuntura do sistema capitalista, que torna o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. O investimento individual na educação, na qualificação profissional, se torna regra para se inserir nesse mercado e possibilitar as oportunidades adequadas para quem busca certa mobilidade social, melhores condições de vida mediadas por um emprego com maior estabilidade e salários mais atrativos.

E, no caso específico de quem escolhe a profissão de Cientista Social, os impasses ao se deparar com o diploma de graduação na mão e um mercado de trabalho escasso e indefinido traz um mote de incertezas para os egressos. A diversidade do campo de atuação do Bacharel em Ciências Sociais e a própria configuração do curso em três áreas – Antropologia, Ciência Política e Sociologia - que era para ser um fator de favorecimento ao profissional, acaba sendo mais um obstáculo tanto pela falta de conhecimento das entidades empregadoras da necessidade desse profissional, quanto pela própria falta de organização da categoria que não cria sequer um Conselho que regule a profissão, regule os postos de trabalho, exija e fiscalize um piso salarial e a contratação do profissional. O Cientista Social acaba tendo que competir no mercado de trabalho não apenas com seus colegas de profissão, mas com outras categorias profissionais como o Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo etc., pois quando são lançados processos seletivos públicos e particulares as vagas geralmente incluem candidatos com formações afins.

Nesse sentido, o mercado de trabalho para o Cientista Social não está organizado objetivamente no Brasil. Desde sua origem, o curso de Ciências Sociais no Brasil foi um curso de elite, construído pelas e para as elites intelectuais e políticas que não têm a necessidade de entrar no mundo do trabalho para manter o seu sustento. Um curso introduzido no país a cargo das elites paulistas (SIMÕES, 2001, p. 13) para que seus filhos não precisassem mais realizar seus estudos de nível superior fora do país (MICELI *apud* TORINI, 2012). Configurando um alunato com predisposição para estudar, disponibilidade de

tempo, capital cultural e financiamento familiar em contraposição ao perfil de alunos criado, segundo Brito *et al.* (2008), a partir da ampliação do acesso ao ensino superior e da mercantilização do ensino, ocasionada especialmente a partir da década de 1970, que são pertencentes ao segmento que até recentemente não tinha acesso ao nível superior e possuem condições limitadas de tempo de estudo pela necessidade de proverem seu próprio sustento. Dessa forma, buscam uma formação voltada para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Com a mudança no cenário e no perfil de egressos de Ciências Sociais o mercado de trabalho se apresenta com uma série de dificuldades de inserção, a profissão em si tem sido pouquíssimo discutida, a legislação vigente regulamenta apenas a profissão de Sociólogo, deixando de fora as atividades de Antropólogo e de Cientista Político, a não existência de um Conselho de classe dificulta a organização da categoria e a fiscalização da inserção profissional. Também não há políticas universitárias de acompanhamento de egressos e os cursos existentes no estado tratam muito parcamente a questão da inserção profissional dos bacharéis em Ciências Sociais.

Nesse contexto, os egressos de Ciências Sociais se deparam com um cenário de instabilidade profissional, mudando constantemente de empregos, atuando em áreas que não condizem com a formação e períodos de desemprego. Muitos acabam fazendo outra faculdade em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Os principais objetivos do presente estudo incluem, a partir das experiências pós-universidade de alguns dos egressos do curso de Ciências Sociais – Bacharelado da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, formados no período de 2002 a 2013, identificar os perfis, as áreas de atuação profissional, os postos de trabalho e analisar o mundo do trabalho para o Cientista Social/Antropólogo/Cientista Político/Sociólogo e promover uma reflexão dialógica sobre a profissão, a formação e as experiências de inserção profissional na área das Ciências Sociais.

1.1 LOCAL DE FALA, ESCOLHAS E MINHAS EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

A minha trajetória de formação e inserção profissional se entrecruza com a de meus interlocutores. Faço parte do grupo que pesquisa, sou egressa de Ciências Sociais -

Bacharelado da UVA e isso diz muito sobre minhas escolhas para esta investigação e as inquietações que a sustentam. Não posso fazer essa pesquisa e omitir este fato.

Fazer parte do contexto em que pesquiso, antes de se tornar lugar comum, configurou-se, desde o início, em ambiente de profundas reflexões e questionamentos e me causou uma necessidade latente de investigação. Não estou aqui para apresentar minhas certezas ou apenas minha trajetória nas Ciências Sociais, mas antes dialogar com meus colegas/interlocutores para que possamos refletir sobre os percalços de ser Cientista Social formado em uma universidade pública do interior, em uma cidade de porte médio e diante de uma crise de instabilidade empregatícia no país e de certa desorganização da nossa categoria profissional.

Sou filha de uma professora de ensino fundamental da rede municipal de ensino de um pequeno distrito da cidade de Acaraú, no Ceará, e de um mecânico de motos, concursado em serviços gerais da prefeitura e agricultor nas horas vagas. Tanto meu pai como minha mãe deram continuidade aos estudos quando eu, minha irmã e meu irmão já estávamos cursando o ensino fundamental. Meu pai terminou o ensino fundamental por meio da Educação de Jovens e Adultos e minha mãe fez faculdade de Pedagogia.

Todo meu processo educacional foi em instituição pública. Após o término do Ensino Médio, fiz um semestre de cursinho preparatório para vestibular oferecido pela prefeitura de Acaraú. A escolha pelo curso de Ciências Sociais se deu, em parte, através do que o meu campo de possibilidades me apresentava. A cidade de Acaraú não possui universidades, a mais próxima era em Sobral, a 110 km. O foco principal para os alunos que, como eu, terminavam o ensino médio no Liceu era a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e, como a maioria, escolhi, dentre os cursos que esta universidade ofertava, aquele que mais tinha afinidade, incluindo as disciplinas específicas para a seleção do vestibular. No caso do curso de Ciências Sociais, as específicas para o vestibular são Português e História, duas disciplinas que eu tinha muita afinidade. A disciplina de Sociologia não era cobrada como específica para nenhum curso no vestibular. Com ela, eu já tinha tido um primeiro contato, embora bastante superficial, no 3º ano do Ensino Médio, mas o que me fez escolher as Ciências Sociais foi ter feito uma pesquisa prévia a respeito do curso, área de atuação, grade curricular etc., que me deixou bastante interessada e quando comecei a cursar me apaixonei pelo curso, de modo que não me imaginava, nem me imagino fazendo outra coisa.

As Ciências Sociais são parte do que eu sou, não apenas profissionalmente, mas como pessoa, como sujeito e no meu agir no mundo cotidiano. Esse sentimento de completude que as Ciências Sociais me causam, como não poderia deixar de ser, também se constitui e se

constituiu carregado de angústias, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Quando passei no vestibular, saí da casa de meus pais para morar na cidade de Sobral, tinha a opção de fazer as viagens diárias de 122 km, saindo da casa de meus pais, no distrito de Juritiana, e ir no ônibus de universitários de Acaraú para assistir aula e depois retornar por volta da meia-noite e meia, como muitos outros fazem. Mas decidi, junto com algumas colegas que também tinham passado no vestibular, alugar um apartamento em Sobral e dividir as despesas. Dessa forma, eu e mais quatro colegas passamos a dividir uma quitinete em Sobral durante os primeiros anos da faculdade.

A partir desse momento, as preocupações em ganhar algum dinheiro para me manter em Sobral começaram a se agravar. Meus pais arcaram com as despesas inicialmente, mas eles não tinham tantas condições. No início foi difícil, espalhei alguns currículos, mas não consegui nada, visto que minha única experiência de trabalho tinha sido um estágio na época do ensino médio em uma instituição bancária e que a faculdade que eu fazia não trazia muitas oportunidades no mercado de trabalho sobralense, especialmente para quem estava no início do curso. Pensei em desistir e tentar outra faculdade que o mercado de trabalho fosse mais amplo, mas logo desisti desse pensamento, pois não era isso que eu queria. Eu queria as Ciências Sociais como profissão, mesmo que não fosse o caminho mais fácil para uma estabilidade financeira e, para mim, era muito mais válido trabalhar com aquilo que se gosta, do que ser uma profissional frustrada, que não gosta do que faz e só faz pelo retorno financeiro.

O segundo semestre da faculdade foi um pouco mais promissor. Consegui uma bolsa de estágio em um programa da universidade e depois consegui uma bolsa de iniciação científica que durou até o penúltimo semestre da faculdade. Ser bolsista e morar em Sobral me permitiram um melhor aproveitamento da graduação, pude participar de outras atividades que a universidade oferecia como cursos de extensão, palestras, minicursos, encontros, eventos e disciplinas optativas ofertadas fora do período noturno. O que muitos dos estudantes da UVA, que realizam o movimento pendular entre seus municípios e a cidade de Sobral para cursarem a graduação, não têm acesso, pois só frequentam a universidade para assistir as aulas noturnas e depois retornam aos seus municípios. Isso devido tanto ao fato de não terem condições financeiras de se manterem em outra cidade, como também alguns já trabalham em seus municípios ou porque não querem arriscar a vida fora da cidade de origem, ou ainda, porque não querem sair dela e também por muitos outros motivos.

Além de um melhor aproveitamento da graduação, morar na cidade em que fazia faculdade me possibilitou terminar o curso no tempo previsto, o que era raro no curso de

Ciências Sociais da UVA. Da turma que entrou comigo de bacharelado e de licenciatura (50 pessoas), apenas eu consegui me formar no tempo previsto de quatro anos, junto comigo estavam colegas que tinham entrado antes de mim no curso e, ao todo, entre licenciados e bacharéis, éramos 11 pessoas.

No último semestre do curso consegui arranjar um emprego temporário pela prefeitura de Sobral em um programa federal. O contrato era apenas de alguns meses e sem renovação. Todos os outros empregos que consegui depois de formada também eram temporários e quando o contrato estava próximo do fim, já vinha aquele desespero de não saber o que ia ser da minha vida para conseguir pagar meu aluguel e demais despesas. De modo que sempre que se aproximava o fim dos contratos eu já começava a procurar outro emprego, entregar currículos, pesquisar e me inscrever para as seleções de emprego que surgiam. O contrato de trabalho mais demorado que consegui foi de dois anos como professora substituta da UVA.

Voltar para o curso de Ciências Sociais da UVA, a *casa* onde me formei, não mais como aluna, mas na função de professora foi uma experiência muito válida e gratificante. Rever e voltar a conviver com meus antigos professores, agora colegas, foi bastante produtivo. Com eles aprendi a ser a profissional em Ciências Sociais que hoje eu sou e agradeço à formação que eles me proporcionaram.

Revi não apenas meus professores e demais funcionários do *campus*, revi também alguns colegas que ainda estavam na tentativa de se formarem em Ciências Sociais. Colegas que eram da minha turma, de turmas anteriores e posteriores à minha. Tive a oportunidade de lecionar e orientar alguns deles e espero ter contribuído positivamente para a sua formação. Alguns ainda estavam ali porque terminaram uma modalidade do curso e estavam cursando a outra, outros haviam trancado a matrícula, por motivos variados, e depois retornaram ou tinham atrasado o curso, também por motivos variados.

Sempre procurava empregos em minha área profissional ou em algo que tivesse alguma ligação com ela, mesmo que não condissesse com o meu nível de formação. Depois de formada e já com especialização cheguei a trabalhar em cargos de nível médio. Deparava-me também com seleções para empregos, especialmente de serviços públicos, em que como Cientista Social poderia atuar, mas que excluía nossa participação logo no edital. Em uma delas tive de me inscrever para o cargo de nível médio e não o de nível superior: “Contrato temporário de um ano, podendo ser renovado por igual período” dizia o edital, mas depois de quase um ano trabalhando no cargo de nível médio, a instituição não renovou nossos contratos, lançou novo edital de contratação para também participarmos, mais uma vez excluindo os Cientistas Sociais da seleção para o cargo de nível superior. Porém, eu não

queria mais ficar trabalhando em cargo de nível médio tendo passado quatro anos em uma graduação e mais um ano e meio em uma especialização. Decidi questionar o edital, tentando provar que legalmente eu, como cientista social, também poderia atuar na política de assistência social e me inscrever para o cargo de nível superior que o edital estava contratando. Para fundamentar meus argumentos, apresentei-lhes o que eles, melhor que eu, deveriam conhecer, mas não conheciam: a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS 2011) ratificada pela Resolução nº17, de 20 de Junho de 2011, que define as categorias profissionais de nível superior para as equipes de referência:

Art. 2º,§3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: *Antropólogo*; Economista Doméstico; Pedagogo; *Sociólogo*; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta.

Art. 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, *Antropólogo*, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, *Sociólogo* e Terapeuta ocupacional (NOB-RH/SUAS, 2011, pp. 136-137).

A NOB-RH/SUAS define ainda que:

A composição das equipes de referência dos Estados para apoio a Municípios com presença de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, seringueiros, etc.) deve contar com profissionais com curso superior, em nível de graduação concluído em ciências sociais com habilitação em antropologia ou graduação concluída em qualquer formação, acompanhada de especialização, mestrado e/ou doutorado em antropologia (NOB-RH/SUAS 2011, p. 40).

Dessa forma, consegui que o edital fosse mudado e que a categoria de cientistas sociais fosse contemplada nos processos seletivos para os serviços de assistência social do município. Um pequeno constrangimento e humilhação que a minha categoria profissional tem de passar para conseguir empregos, mostrar e lutar pelo óbvio, pelo que está na Lei, para dizer: “Olha, nós existimos e nosso trabalho é importante para sua instituição, por favor, deixe pelo menos a gente participar de suas seleções de emprego!” Isso não apenas no campo da assistência social, já que nos demais campos em que o sociólogo pode atuar, na maioria das vezes, as instituições empregadoras não tem o conhecimento a respeito da atuação deste profissional, que para conseguir empregos necessita informar à instituição sobre a sua existência. No *site* da Federação Nacional de Sociólogos² podemos encontrar não apenas a NOB-RH/SUAS, como também uma série de documentos que justificam e recomendam instituições empregadoras a contratarem um profissional em Ciências Sociais para atuação na área ambiental, de saúde, nos serviços públicos, na administração pública, no judiciário, no

² Disponível em: <https://sites.google.com/site/federacaonacionaldossociologos/>

legislativo, em pesquisas eleitorais como técnico social, assessor, consultor ou analista. No *site* também está disponível o Código de Ética dos Sociólogos, piso salarial e legislação que regulamenta a atuação profissional. Documentos que podem ser consultados e utilizados sempre que algum profissional em Ciências Sociais necessite “garantir” algum emprego em determinada área e lutar por si mesmo, e não enquanto categoria profissional, por uma reserva de mercado.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Parto de uma perspectiva qualitativa de pesquisa em Ciências Sociais. O uso de dados qualitativos na pesquisa em Ciências Sociais significa, segundo Minayo (1994), a preocupação com um nível de realidade que não pode ser quantificado, já que se trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes na tentativa de compreendê-los e explicá-los.

Além do foco qualitativo, realizei um breve levantamento quantitativo para caracterizar o perfil dos egressos (quantidade, idade, sexo, ocupação, localização, renda etc.) e o cenário geral das graduações em Ciências Sociais no Brasil. A pesquisa foi de tipo empírica e bibliográfica. Realizei uma pesquisa bibliográfica sobre temáticas pertinentes a este estudo como inserção profissional de graduados, regulamentação da profissão de Sociólogo e mercado de trabalho em alguns autores e na legislação vigente no país. Além de pesquisa também nos *sites* do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Ministério da Educação – MEC, de universidades cearenses e da Federação Nacional de Sociólogos.

Realizei, ainda, uma pesquisa documental nos arquivos do curso de Ciências Sociais como atas de colação de grau e lista de formandos desde a primeira turma, em 2002, aos formados em 2013. Com isto, pude identificar a existência, no período citado, de 78 egressos do bacharelado em Ciências Sociais, bem como fazer um levantamento de algumas características desse grupo de egressos para, a partir daí, realizar entrevistas aprofundadas e semiestruturadas.

Não entrevistei todos os 78 egressos, visto que as entrevistas tinham o intuito também de compreender suas subjetividades, o universo simbólico que construíram no traçar dessas trajetórias, estimular que eles mesmos refletissem sobre o que vivenciaram e sobre os percalços da profissão de Cientista Social. Deste modo, a preocupação não foi com a quantidade de entrevistados, mas com a análise qualitativa de cada entrevista, e esta limitada,

sobretudo, pelo tempo disponível para a realização da dissertação. Sendo assim, entrevistei 10 dos egressos do Bacharelado em Ciências Sociais da UVA formados entre 2008 e 2013.

A partir daí, pelo nome desses egressos, comecei a entrar em contato com alguns que já conhecia por meio da rede social *Facebook* para a realização de entrevistas. Dos que entrei em contato e recebi retorno, dez se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa. Contudo, a realização de uma entrevista nos moldes convencionais, presencial, não foi possível com todos, tendo em vista que alguns estão residindo em municípios distantes à Sobral, onde resido, ou mesmo em outros estados. Desse modo, como já tinha elaborado um roteiro com algumas perguntas a serem usadas nas entrevistas para a obtenção dos objetivos da pesquisa, o enviei para os egressos que moravam mais distantes e solicitei que escrevessem as respostas, e as “entrevistas” com 04 desses 10 egressos se configuraram como uma aplicação de um questionário aberto, com respostas subjetivas. Com 01 das egressas que mora em outro estado a “entrevista” foi realizada por meio de áudios do *WhatsApp*, enviei-lhe o roteiro da entrevista e ela foi me enviando as respostas por áudios à medida em que ia tendo disponibilidade. Com os outros 05 egressos foi possível a realização de entrevistas nos moldes convencionais. Realizei ainda uma entrevista com o professor N. de Fretas da UVA sobre a proposta de mais uma modificação na grade curricular do curso para a inserção de uma disciplina sobre a profissão.

Os eixos que nortearam as entrevistas com os egressos incluíram os aspectos dos dados pessoais dos entrevistados, como idade, estado civil, município de origem e de residência, escolaridade e ocupação dos pais; aspectos da vida escolar dos entrevistados, com perguntas sobre se a educação básica foi em escola pública ou privada, se cursou a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, quantidades de vezes que prestou vestibular, ano de ingresso e formação em Ciências Sociais; e, um eixo mais reflexivo sobre a formação em Ciências Sociais e o exercício da profissão. Neste eixo, as perguntas versaram sobre os motivos da escolha por fazer um curso superior e a escolha específica sobre as Ciências Sociais, sobre a visão do campo de atuação durante a graduação, as dificuldades enfrentadas na formação, sobre a formação de uma identidade profissional, o tempo para encontrar emprego depois de formado e os cargos ocupados, a situação de trabalho atual, sobre o grau de satisfação com a profissão e, por fim, uma avaliação sobre as Ciências Sociais enquanto profissão, o mercado de trabalho e uma avaliação da trajetória pessoal de formação e inserção profissional.³

³ O roteiro utilizado nas entrevistas com os egressos encontra-se em anexo.

Já a entrevista realizada com o professor N. Almino caracterizou-se como entrevista aberta sem a existência de um roteiro prévio e norteou-se sobre a inserção de uma disciplina para a discussão da profissão na grade curricular do curso, sobre a regulamentação da profissão, a formação, a empresa júnior vinculada ao curso e sobre a discussão que gira em torno da criação de um Conselho profissional.

Dentre as perguntas que conduziram as entrevistas incluí o questionamento se eu poderia utilizar seus nomes reais ou se preferiam que eu utilizasse nomes fictícios. Eles me permitiram e eu optei por utilizar seus nomes reais. Isso para dar o devido crédito às suas reflexões e agradecer à importante colaboração dada a esta investigação. Desculpo-me pelo ato impregnado no fazer pesquisa social que nos conduz a selecionar apenas algumas partes do que nos é apresentado pelos interlocutores e a inferir nossas interpretações e análises a partir dos objetivos da investigação, dos percursos que a investigação mesmo vai nos conduzindo, do caminho que vamos trilhando e das escolhas que vamos fazendo, limitados pelo tempo e pelos prazos. O processo de pesquisa e escrita é determinado por escolhas, a própria condução das entrevistas, como não poderia deixar de ser, é estabelecido pelos objetivos e metodologia que o pesquisador escolheu. Dessa forma, na escolha das falas aqui apresentadas talvez tenha adentrado por caminhos não esperados pelos interlocutores.

Os 10 egressos colaboraram com esta investigação entre junho e novembro de 2018. São 06 mulheres e 04 homens com idades entre 29 e 43 anos. 05 moram em Sobral e os demais nas cidades de Itarema, Quixeramobim e Acaraú no Ceará e nas cidades de Maceió – Alagoas e São Luís – Maranhão. Quanto as atuais ocupações, 02 são concursadas como professoras do ensino médio na disciplina de Sociologia, 02 são Sociólogos em prefeituras municipais, 01 atua como professor de graduação em disciplinas da área das Ciências Sociais em IES privada, 01 é coordenadora de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 é Assessor Científico em uma organização estadual de fomento à pesquisa, 01 é técnica em laboratório de pesquisa vinculado ao curso de Ciências Sociais e 01 não está trabalhando, mas está cursando mestrado em Geografia e 01 também não trabalha e cursa uma graduação em Direito.

Compreendo que o fazer científico das Ciências Sociais e Humanas, ciências que não possuem “objetos” de estudo, mas *Sujeitos*, assim como nós pesquisadores, trilhou desde sua origem um caminho em vão de busca por uma objetividade pautada na tentativa de se distanciar ao máximo de seus sujeitos pesquisados. Contudo, não podemos falar pelo outro, só podemos e só falamos por nós mesmos. Mesmo as tentativas de “falar pelo outro” pesquisado,

na história das Ciências Sociais, disse mais sobre o sujeito enunciador que sobre os sujeitos que se tentava “representar”.

E ninguém melhor que nós para falarmos a respeito dos contextos em que estamos inseridos. A dificuldade é a de abstrair esse contexto da rotina comum a que estamos habituados e começar a problematizá-lo pelas óticas que aprendemos com as teorias das Ciências Sociais. Outra dificuldade é a autocrítica, é olharmos para a nossa prática constantemente, refletirmos sobre o que estamos fazendo, como estamos fazendo e em que tudo isso implica. A dificuldade, sobretudo, é com a escuta, é aprendermos a ouvir nossos interlocutores, não os silenciar, não invisibilizá-los pelas nossas “certezas”, por vezes tão contrárias às deles.

Além desta introdução, este texto apresenta três capítulos e as *Considerações Finais*. O primeiro capítulo, intitulado *Institucionalização das Ciências Sociais como campo científico e profissional no Brasil* traz o contexto histórico do surgimento das Ciências Sociais no país, suas origens no estado do Ceará e em Sobral, além da configuração atual dos cursos de Ciências Sociais existentes no estado. Para isso, o capítulo se encontra dividido nas seguintes seções: *As Ciências Sociais no Brasil: breve histórico*; *As Ciências Sociais no Ceará*; *A interiorização das Ciências Sociais no Ceará (URCA e UNILAB)* e *As Ciências Sociais em Sobral (UVA)*. O capítulo 2, *Formação universitária e Inserção Profissional*, trata da formação em Ciências Sociais no país, da legislação pertinente à profissão e regulação profissional, além de revisão bibliográfica sobre o tema da inserção profissional de graduados. O capítulo possui as seguintes seções: *A formação em Ciências Sociais*, *A regulação da profissão* e *A profissão de Socióloga (o)*. O terceiro capítulo, *Egressos do bacharelado em Ciências Sociais da UVA: formação, inserção profissional e reflexões sobre a profissão*, traz, sobretudo, os relatos dos dez egressos que colaboraram com esta investigação, divididos cada um em uma seção específica e a análise das entrevistas/questionários abertos que me concederam.

2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO CAMPO CIENTÍFICO E PROFISSIONAL NO BRASIL

2.1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Os primeiros cursos de Ciências Sociais são da década de 1930. Apesar de a disciplina de Sociologia já ter sido ministrada, desde 1912, na Faculdade de Direito do Ceará, na Escola Normal do Recife, a cargo de Gilberto Freyre e em um colégio do Rio de Janeiro, com Fernando de Azevedo (SEGATTO & BARIANI, 2002 *apud* TORINI, 2012), foi a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933 e da Universidade de São Paulo, em 1934, que se consolidou a Sociologia como atividade socialmente reconhecida, com quadros universitários com formação específica e uma produção regular no campo da teoria, pesquisa e aplicação. Na transição do século XIX para o XX, as Ciências Sociais eram praticadas por “intelectuais não especializados”, formados no exterior e com publicações de cunho ensaísta. A década de 1930 foi marcada pela criação de cursos superiores e de importação de professores estrangeiros (sobretudo franceses e alemães) e de técnicas de investigação de campo.

As Ciências Sociais foram introduzidas no país a cargo das elites paulistas a partir de uma noção de Brasil moderno, emancipado, avançado, num período fértil de iniciativas de cunho cultural e educacional no país e na tentativa de a elite econômica e intelectual recuperar a influência política perdida na Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha e sua política do *café com leite*, em que a presidência da república era alternada entre paulistas e mineiros, com o golpe de Estado que depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do presidente paulista eleito Júlio Prestes, assumindo o governo o gaúcho Getúlio Vargas. Diante da desestabilização do poder paulista, as elites locais começaram a investir em projetos educacionais e culturais voltados para a racionalização do trabalho, reforma social e modernização da gestão pública (SIMÕES, 2001, p. 13). Essa perspectiva já havia ativado o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e, a partir de um desdobramento deste, a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, com o intuito de incorporar as disciplinas das Ciências Sociais como estratégia de “implementação de projetos de análise científica da sociedade brasileira, bem como de busca de soluções para os seus emergentes problemas sociais” (*idem*, p. 14). A criação da Universidade de São Paulo,

de acordo com Miceli (*apud* TORINI, 2012, p. 39), tinha o objetivo principal de que “os *filhos da elite paulista* não precisassem mais se dirigir ao exterior para realizarem os seus estudos em nível superior”

Cabe ressaltar que o objetivo das elites econômicas e intelectuais de recuperar o prestígio político foi arquitetado com a institucionalização das Ciências Sociais para servir ao governo e este continuar na garantia de seus privilégios, mantendo as Ciências Sociais em seu grupo seleto e fechado em colaboração com as elites políticas, no intuito da disseminação de perspectivas de ordenamento da sociedade. Ou seja, ao que parece, as Ciências Sociais foram originalmente instituídas no país como instrumento de barganha das elites paulistas para recuperar prestígio junto às classes políticas e consolidar uma hegemonia cultural, por meio da formação de seus próprios intelectuais que ofereceriam um saber especializado para colaborar com a gestão pública no governo, além de fortalecer as relações de poder instauradas historicamente no país.

De acordo com Simões (2001, p. 14), além de ser um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira, a Escola de Sociologia e Política “visava formar quadros técnicos qualificados em Ciências Sociais para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social”. Para Odilon Nogueira de Matos (2001, p. 28), os idealizadores da Escola de Sociologia e Política partiam de uma noção de que “faltavam ao Brasil instituições que disseminassem os conhecimentos indispensáveis aos elementos interessados em cooperar com órgãos da Administração Pública no estudo e na solução de problemas nacionais”. A ideia da fundação da Escola objetivava a fundação de:

[...] um centro de estudos e de pesquisas, destinados a proporcionar conhecimentos objetivos sobre a origem, as funções e necessidades do meio social brasileiro. deveria ainda este centro preparar e treinar cientistas que desenvolvem as ciências sociais no Brasil e prosseguissem, em nível cada vez mais alto, o ensino e a pesquisa na própria Escola, preparando técnicos, pesquisadores e especialistas que emprestassem colaboração consciente e eficaz à administração. Fazia-se necessário, ainda, a formação de líderes que desempenhassem papel de destaque, orientando o povo e a nação nos reajustamentos que as mudanças sociais da vida moderna impunham à sociedade (MATOS, 2001, p.28).

Desde esse período, a institucionalização da disciplina tem sido marcada, como coloca Torini (2012, p. 14) “por uma luta pela afirmação do papel do cientista social como um especialista rigoroso [...] que deve se guiar, acima de tudo, pelos padrões de excelência do trabalho científico, evitando, por exemplo, as tentações do saber imediato, espontâneo e de

senso comum”. O sistema de ensino superior na área se organizou e se consolidou a partir da formação desse tipo de profissional.

Para Torini (2012), as discussões sobre as origens das Ciências Sociais convergem com a institucionalização da Sociologia como disciplina científica que, num primeiro momento, foi marcada por “experiências inovadoras de produção e transmissão do conhecimento e colaboração livre entre instituições emergentes de ensino superior e agências públicas” (SIMÕES, 2001, p. 15). Nesse período, as pesquisas giravam em torno de temas sobre padrão de vida e nível de consumo das classes trabalhadoras urbanas e pesquisas de campo em pequenas localidades.

Nos anos de 1940, as Ciências Sociais já possuíam bolsas de financiamento de pesquisas, bibliotecas, periódicos e a perspectiva de construção de uma carreira de trabalho intelectual aos jovens formados em Sociologia, sobretudo a partir da criação de programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Surgiam, ainda, as primeiras entidades de classe e debates acerca da própria natureza da atividade do cientista social, do modelo de institucionalização a ser seguido e as definições e características do fazer sociológico.

Dando continuidade ao percurso histórico da Sociologia no país, no ano de 1954 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Sociologia. Nesse período, o clima que marcava o pensamento sociológico era influenciado pelas “teorias desenvolvimentistas” surgidas em diversos países da América Latina. No Brasil, as principais linhas de pensamento dividiam-se em duas perspectivas: a da Escola Paulista de Sociologia, liderada por Florestan Fernandes e pelo grupo da Universidade de São Paulo e a outra liderada, sobretudo, por Guerreiro Ramos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro. O ISEB tinha por objetivo consolidar-se enquanto uma instituição de “liderança intelectual e ideológica para o país, da qual decorresse uma posição de liderança política efetiva e uma ideologia nacionalista” (TORINI, 2012, p. 40). Era sob a perspectiva nacionalista que o desenvolvimento das Ciências Sociais era concebido pelo ISEB, em que não apenas se assimilasse o conhecimento produzido no exterior, mas se criasse uma sociologia essencialmente local, engajada e aplicada ao contexto brasileiro, como um instrumento crítico não apenas de especialistas, mas ao alcance de leigos e pessoas comuns, como forma de conscientização social e/ou forma de modernização da mentalidade (*idem, ibidem*).

Já a preocupação principal da Escola Paulista era a de transformar a Sociologia em uma ciência universalizada em métodos e procedimentos, zelando pelos padrões de

excelência do trabalho científico que não tomasse de imediato os resultados como indicadores para condução de ações políticas. Defendia-se uma sociologia que não fosse tão somente um “modo de vida” ou “engajamento ideológico” para o desenvolvimento e autonomia nacional. Havia um confronto de posições metodológicas no campo das Ciências Sociais entre a USP e o ISEB, um confronto de estilos de trabalho intelectual marcado por “ensaísmo vs. rigor científico”, orientação para o grande público vs. público acadêmico, um discurso em nome do povo vs. discurso de competência científica; critérios de avaliação ética vs. critério de avaliação universal” (SORJ, 2008, p. 26)

O ISEB seguia a linha desenvolvimentista que tinha por convicção que a aceleração e consolidação do processo de desenvolvimento econômico e social necessitavam uma elaboração de um ideário nacionalista e desenvolvimentista (TOLEDO, 1986). A ideologia do planejamento econômico e social foi impulsionada, sobretudo pela criação, nos primeiros anos da década de 1950, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que enfatizava a necessidade de os governos latino-americanos utilizarem-se de técnicas de planejamento para a implementação do desenvolvimento econômico. Este era visto com otimismo e esperança por parte das elites estatais e intelectuais que sonhavam com seus países imersos no desenvolvimento capitalista autossustentado e eminentemente nacional.

O ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), criado em 1952, e que reunia economistas, cientistas sociais, filósofos e técnicos da administração pública no Rio de Janeiro e em São Paulo. O ISEB publicou a revista *Cadernos do Nosso Tempo* e tinha como principais participantes nomes como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre, Roberto de Oliveira Campos, Celso Furtado, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, entre outros.

Caio N. de Toledo (1986) vê o ISEB como um aparelho ideológico do Estado, mesmo que plenamente consciente de sua fun o e perante as atividades que desempenhou junto a diferentes setores civis, militares e estatais. O instituto foi criado em 1955, junto ao Ministério da Educa o e Cultura, pelo então presidente da República, Café Filho e extinto tão logo após a tomada de poder pelos militares. De acordo com seu Regulamento, o ISEB se definia como um:

[...] centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-
universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulga o das ciências
sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política,
especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências  
análise e   compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elabora o de

instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (TOLEDO, 1986, pp. 227-228).

Para o autor, mesmo que a expressão *ideologia do desenvolvimento* fosse evitada dos textos oficiais do estatuto e regulamento, era a palavra de ordem da instituição durante, principalmente, o governo de Juscelino Kubitschek, que propiciou as melhores condições e maiores recursos financeiros para a instituição. O ISEB era “concebido como um importante núcleo que deveria assessorar e apoiar a política econômica juscelinista, consubstanciada pelo *Plano de Metas*” (TOLEDO, 1986, p. 228). Mantinha a função de difundir ideologias que defendessem e justificassem o desenvolvimento econômico em termos capitalistas, mesmo apesar de o instituto ter “autonomia e pela liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra” como estipulavam seus estatutos oficiais. Essa significativa liberdade permitiu lutas ideológicas em seu interior entre marxistas, liberais e conservadores na disputa pela hegemonia da direção.

É sabido que nos três últimos anos de sua existência, as esquerdas detêm um controle maior da instituição - seja através de cargos de direção, seja através de intensa politização reformista da qual o ISEB participou e das lutas que apoiou (campanha das “reformas de base”, Frente Parlamentar Nacionalista, CGT, UNE, etc.). A extinção do ISEB, logo após os primeiros dias após o golpe de Estado de 1964, explica-se pela “subversão” ocorrida dentro do próprio aparelho ideológico. O estado burguês e o regime autoritário podem dispensar inteiramente os serviços desse aparelho ideológico e, a partir de então, criar outros rigidamente controlados pelo regime militar (*idem, ibidem*, p. 229)

O ISEB matinha a perspectiva de uma produção científica e produção ideológica como complementares. No intuito de afirmar o Brasil como país autônomo e em possibilidades de competir no âmbito dos demais países desenvolvidos, bem como superar o estigma de país subdesenvolvido, colonial ou semicolonial, incapaz de ter uma consciência própria, os isebianos procuravam formular uma ideologia afirmativa, ao verificar transformações nas estruturas materiais do país, como a industrialização e a urbanização. Ao se propor a ruptura com o complexo semicolonial, poderia se formular uma ideologia de sustentação e incentivo do desenvolvimento. Havia a crença de que para o desenvolvimento nacional se consolidar, era necessária a criação de uma ideologia que o sustentasse, uma ideologia do desenvolvimento de conteúdo nacionalista. Um dos *slogans* da instituição era de que “se é verdade que não há movimento revolucionário sem uma teoria da revolução, não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional” (*idem, ibidem*, p. 232).

Dentre os temas de trabalhos produzidos pelo ISEB, estão aqueles relacionados à questão da ideologia, da produção científica, do nacionalismo e do desenvolvimento, a

questão nacional e das contradições sociais, a questão dos intelectuais e da política. Desde uma perspectiva metodológica, o ISEB claramente negou a ideia positivista da suposta neutralidade científica, especialmente no campo das Ciências Sociais, assumindo uma posição de que a tarefa do pesquisador dos países “subdesenvolvidos” seria a de forjar ideologias libertadoras. Em sua versão,

[...] não é a ciência que é revolucionária, mas a ideologia - no caso específico, o nacionalismo. Nesse sentido, a negação da neutralidade da ciência tinha como contrapartida afirmativa a defesa do engajamento e da militância do pensador e do intelectual nos problemas de seu povo e do seu tempo. Talvez esse seja um dos aspectos que, nos atuais debates sobre a relação entre “sociedade civil e Estado”, mais tem sido sublinhado como uma das positivas contribuições do ISEB. (TOLEDO, 1986, p. 253)

Apesar das contribuições positivas acerca da negação da neutralidade científica, conforme coloca Toledo (1986), como tantas outras realizações sociais e políticas deste país, o ISEB não conseguiu cortar as profundas raízes intelectualistas e elitistas que inspiraram o seu projeto de criação.

No contexto da América Latina, as influências externas sempre foram fortes, não só no campo intelectual, mas também no político e econômico. Contudo, apesar da forte influência externa, o desenvolvimento de uma ciência social autônoma que pense a América Latina por ela mesma tem fortes expressões no continente e, apesar da hegemonia epistemológica norte-eurocentrada, procura com bastante sensatez analisar sua realidade sócio-cultural e reescrever sua história. Autores como José Martí, José Carlos Mariátegui, Pablo Gonzáles Casanova, Orlando Fals-Borba, René Zavaleta, Silvia Rivera Cusicanqui, entre outros são fortes expressões do Pensamento Social Latino-Americano que, com metodologia e conceitos próprios fizeram análises político-sociais aprofundadas de questões fundamentais do continente.

Em termos de organização acadêmica, a criação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 1967 se destaca como importante centro fomentador de uma Ciência Social Latino-Americana, constituído enquanto instituição internacional não-governamental com *status* associativo na UNESCO, reunindo 654 centros de investigação e pós-graduação em 51 países. Destaque-se também a criação do Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), constituída enquanto organização intergovernamental regional autônoma, criada em 1957, por iniciativa da UNESCO e de alguns governos da América Latina e Caribe, com o objetivo de promover

atividades de ensino, pesquisa, difusão, extensão acadêmica e cooperação técnica no âmbito das Ciências Sociais, composta de 19 Estados-membros e atuação em 15 países.

No caso brasileiro também temos expressões de um pensamento original que considerou os fatores relacionados à colonização e ao desenvolvimento desigual do capitalismo e suas consequências, seja no âmbito interno do país ou na geopolítica do continente. O diálogo da Sociologia Brasileira com a Sociologia Latino-Americana, no que concerne à dialética do colonialismo no continente, foi mais expressivo no período anterior à Ditadura Militar brasileira, nas obras de autores como Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni. Com a Ditadura, o debate com a Sociologia Latino-Americana se fechou e se tornou menos expressivo. Só recentemente, e de forma ainda incipiente, a partir da influência de debates pós-coloniais, decoloniais e dos estudos subalternos, a Sociologia Brasileira volta a se aproximar da Sociologia Latino-Americana, para pensar os contextos de colonialismo, modernidade e produção epistemológica a partir do Sul global.⁴ Foram criados diversos grupos, centros e institutos de estudos sobre a América Latina nas universidades brasileiras. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) possui 64 registros de grupos de estudos sobre a América Latina, há ainda o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/USP), O Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC), o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB), dentre outros.

Até o golpe militar, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais vinculou-se aos avanços da organização universitária e da disponibilidade de recursos do governo para a criação de centros de reflexão e investigação (MICELI, 2001, p.12 *apud* TORINI, 2012, p. 42). No campo universitário, a tendência geral era a tradição europeia,

⁴ De acordo com Ballestrin (2013), o pós-colonialismo tanto se refere ao período posterior aos processos de descolonização do “terceiro mundo”, na segunda metade do século XX, quanto às contribuições teóricas de estudos literários e culturais, que ganharam evidência em universidades dos EUA e Inglaterra a partir dos anos 1980. Na América Latina, as primeiras expressões do argumento pós-colonial podem ser observadas desde o século XIX em “escritores, políticos e ativistas (Bolívar, Bilbao, Torres-Caicedo, Martí, Rodó e Bonfim, para citar alguns) destinaram suas preocupações ao “sentido” e o “destino” da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica” (BALLESTRIN, 2013, p.91). Mas, a autora evidencia que o pós-colonialismo, mesmo tendo se configurado como uma espécie de “moda” acadêmica penetrou tardiamente nas ciências sociais brasileiras. Ballestrin aponta que, no contexto das discussões pós-coloniais, decoloniais e dos estudos subalternos da América Latina, a colonização portuguesa e suas consequências para o continente e para o Brasil são quase nulas, o país aparece como uma realidade apartada da realidade latino-americana.

especialmente na USP, que seguia uma perspectiva anti-ISEB, afastando-se da ideologia para focar na pesquisa empírica. Também existia, por parte de alguns, a interação com outros cientistas sociais latino-americanos, influenciados pela Revolução Cubana, pelo debate com os partidos comunistas e com o pensamento da Cepal. Nesse contexto, desenvolveram-se as Teorias da Dependência.⁵

Entre os autores que desenvolveram a Teoria da Dependência, no Brasil, se destacam Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Fernando Henrique Cardoso. A Teoria da Dependência marca um novo cenário na Sociologia Brasileira, ao aproximar a análise do contexto político-econômico brasileiro da América Latina e a dependência com as economias centrais. Embora os autores citados tenham em comum o debate sobre a dependência, apresentam divergências entre si. Marini e Bambirra, pelo viés marxista, debruçam-se na tentativa de compreender os processos do desenvolvimento da sociedade capitalista latino-americana para transformá-la, enquanto FHC e Enzo Faletto, numa perspectiva reformista, apresentam uma visão da dependência ao capitalismo internacional como necessária ao desenvolvimento latino-americano, pela interdependência como solução da crise de acumulação.

A Teoria da Dependência foi o principal trunfo intelectual que projetou internacionalmente Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Fernando Henrique Cardoso. Apesar do amplo reconhecimento internacional destes autores, não houve muita difusão posterior do pensamento de Marini e Bambirra no Brasil, onde o peso da Teoria da Dependência foi mais atribuído a Cardoso. A Sociologia Brasileira despontou internacionalmente também com as produções iniciais do Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAP) - instituição criada em 1969, logo após o AI-5 e a série de cassações e repressões do governo militar. O CEBRAP foi criado no intuito de integrar intelectuais afetados pelas medidas repressivas do governo, caso contrário, a única alternativa profissional, ou mesmo política seria sair do país. Porém, “a medida em que os membros do CEBRAP foram se integrando à realidade brasileira, abandonaram o debate latino-americano e até mesmo o tema da dependência” (SORJ, 2008, p. 24) e passaram a realizar, sobretudo, estudos demográficos e de população, imigração e urbanismo. Os objetos de investigação nem sempre acompanhavam os temas de interesse dos pesquisadores, já que as pesquisas, encomendadas,

⁵ Sobre a Teoria da Dependência ver: BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo XXI, 1974.; CARDOSO, Fernando Henrique.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.; MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

eram determinadas por pressões financeiras. De acordo com seu relatório oficial (CEBRAP, 1970, p. 1 e 2 *apud* SORJ, 2008, p. 34) o CEBRAP pretendia:

- a) aglutinar cientistas sociais; b) criar contatos com instituições similares; c) estimular o diálogo e o trabalho interdisciplinares reunindo profissionais de variada formação profissional, e d) criar condições para que os cientistas sociais pudessem levar adiante seus projetos de pesquisa porventura interrompidos.

Na década de 1960, os principais centros de Ciências Sociais se concentravam em torno da USP e, em menor medida, no Rio de Janeiro (Escola de Sociologia e Política, Universidade Federal do Brasil e Federal Fluminense, UERJ e o ISEB - que foi fechado pelo golpe em 1964), em Belo Horizonte e em Brasília.

Surgia assim, no país, uma nova geração de cientistas sociais influenciada pelo ensino recebido na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO e nos EUA, que se distanciava do confronto entre as tradições USP-ISEB. No contexto de repressão do regime militar, em que amplos setores da intelectualidade mantinham a resistência ao regime e a defesa dos valores democráticos e de justiça social, o CEBRAP assume uma postura menos engajada, sem pretensões de se transformar em centro formulador de doutrinas ou ideologias, sendo seu impacto político dado pela capacidade de oferecer sólidas análises do contexto social e político do país (SORJ, 2008). Diante do clima de repressão e medo próprio do período, o que contribuiu para a sobrevivência e consolidação do CEBRAP foi a ajuda financeira da Fundação Ford e os “vínculos estratégicos que a instituição, através de alguns de seus membros, conseguiu manter com setores mais liberais do empresariado, da classe política, da Igreja e da intelectualidade em geral, sobretudo em São Paulo” (*idem, ibidem*, p. 31).

O CEBRAP se estabeleceu como um importante ponto para o desenvolvimento profissional das Ciências Sociais fora da academia. Apesar da estrutura elitista herdada da USP, surgiam vagas em determinadas pesquisas e contratavam-se profissionais por tempo determinado ou na forma de estágio que, embora angariasse o prestígio de trabalhar na instituição, o vínculo empregatício desses profissionais era bastante frágil e incerto e as perspectivas de ascensão à categoria de pesquisador sênior eram praticamente nulas (*idem, ibidem*, p. 39). A proposta do CEBRAP não era intelectual, mas político-institucional para dar refúgio aos pesquisadores perseguidos pelo regime, independente da existência de uma identidade intelectual entre eles. Distanciado da luta armada, sua “simpatia pela oposição ao regime militar e o repúdio à tortura não significaram apoio à guerrilha” (*idem, ibidem*, p. 60).

De acordo com Sorj (2008, p.75), o desenvolvimento do CEBRAP ocorreu junto a um “boom das Ciências Sociais”, promovido, segundo ele, pelo regime militar. As elites intelectuais, apesar de favorecidas pelo crescimento econômico e pelas políticas de expansão e modernização do sistema científico e tecnológico, não deixaram de se opor ao sistema. O CEBRAP formou sua identidade fundamentada na tentativa de sobreviver academicamente e manter o pensamento crítico nas condições difíceis impostas pelo regime.

Nos primeiros anos do regime militar, com as cassações de professores universitários, o clima era de que a vida intelectual se fecharia no país e as Ciências Sociais sofreriam um grande retrocesso. Houve um dismantelamento do movimento estudantil com constante vigilância das universidades públicas, porém um grande número de cientistas sociais permaneceu no país e se organizou em centros como o CEBRAP. Acrescente-se que nem todas as instituições foram fechadas ou esvaziadas totalmente. Em 1968 é implementada a reforma universitária sob assessoria norte-americana e contra a vontade da comunidade acadêmica. A reforma instituiu departamentos, alterou os vestibulares, aboliu a cátedra e tornou as decisões mais democráticas, pelo menos dentro das universidades, mas centralizou as decisões em órgãos federais, institucionalizou a pesquisa e estimulou a pós-graduação e a capacitação dos docentes (Traina Chacon e Calderón, 2015, p. 68).

Para Bernardo Sorj (2008), o período do regime ditatorial no Brasil, apesar de isolar a universidade do resto da sociedade, de certa forma contribuiu para o desenvolvimento e institucionalização das Ciências Sociais ao dar-lhe:

[...] um alvo de crítica: a ditadura; um objetivo: a democracia, e aumentou sua coesão interna pelo isolamento da vida universitária devido à repressão política. O poder central manteve sem dúvida um efeito intimidatório e certa capacidade de censura e repressão sobre a vida acadêmica, mas no cotidiano sua capacidade de ingerência era relativamente limitada (SORJ, 2008, p.66).

No período, a constituição de um sistema nacional de pós-graduação e de um sistema de pesquisa universitária atendia à demanda de estudos subcontratados pelo Estado. De acordo com Sorj (2008), uma parte considerável das pesquisas na década de 1970 foi financiada por órgãos públicos e:

[...] embora os resultados dessas pesquisas fossem muitas vezes engavetados, a disposição dos governos estaduais, e mesmo federal, de empregar maciçamente os cientistas sociais, geralmente com postura crítica quando não marxista, foi surpreendente. Não seria exagero afirmar que a maioria dos quadros médios dos órgãos estatais e paraestatais em funções de planejamento e similares era formado por “intelectuais críticos”, inclusive no período do governo Médici. Em muitos casos em instituições e fundações estatais ou estaduais, ou no próprio governo federal, alcançaram cargos de direção na estrutura burocrática. Nesse contexto, é de

se admirar o triplo processo de absorção de intelectuais sem cooptação ideológica, de acúmulo de poder de decisão burocrática sem maiores consequências políticas, e de “convivência pacífica” entre o regime autoritário e uma intelectualidade contestadora (SORJ, 2008, p. 69).

O regime militar precisava atender à demanda por profissionais qualificados que o processo de industrialização do país pedia, além do preenchimento dos quadros das instituições públicas com pessoal especializado, bem como seguir com a noção de modernização do país através da promoção da ciência e tecnologia. O que explica que o período de maior repressão política sobre as universidades tenha coincidido com uma maior atuação do governo na elaboração de leis e diretrizes para o ensino superior.

Durante o período de 1960 a 1980, a grande pressão da demanda levou a uma expansão no ensino superior, e a quantidade de alunos matriculados nesse nível de ensino passou de 200.000 para 1.400.000, com 75% atendidos pela iniciativa privada (Martins, 2002, *apud* TRAINA-CHACON; CALDERÓN, 2015). O governo militar optou por atender a demanda de massas através do setor privado, e se responsabilizou pela manutenção das universidades de elite e o alinhamento do ensino à pesquisa, elevando os custos com o ensino público e não permitindo sua expansão ou massificação. Dessa forma, abriu espaço para que o setor privado atendesse à demanda não absorvida pelo Estado (TRAINA-CHACON; CALDERÓN, 2015, p. 82).

A partir de 1980, houve uma redução progressiva da demanda no ensino superior devido à evasão de alunos do 2º Grau e a inadequação das universidades às novas exigências do mercado. Em 1990, a proporção de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior era de 11,4%, conferindo ao Brasil o 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a Nicarágua e Honduras (*idem, ibidem*).

Para Lucchesi (2007), a universidade pública brasileira cresceu durante o período militar, mas não o suficiente para atender à demanda educativa. Configurou-se um quadro de universidades públicas de qualidade e de instituições privadas, com oferta dirigida às profissões de alta procura e baixos custos operacionais, comportando-se como “empresas lucrativas”, exceto algumas universidades confessionais, geralmente católicas e de elite, com ofertas educativas de alta qualidade (TRINDADE, 2001, p. 1 *apud* LUCCHESI, 2007, p. 522)

Durante a década de 1970, de acordo com Sorj (2008), as classes médias universitárias, mesmo mantendo uma posição de oposição à ditadura, eram favorecidas pelo modelo econômico promovido pelo regime. Nesse sentido, para o autor, a ditadura brasileira se diferencia das outras ditaduras latino-americanas,

[...] onde os governos militares destruíram boa parte do sistema universitário e iniciaram um processo de liberalização econômica a nova classe média brasileira passou os anos 70 distante das penúrias assim como das práticas e debates sobre o neoliberalismo que já tinha começado a invadir as praias vizinhas (SORJ, 2008, p. 87).

Para Sorj (2008), a geração de cientistas sociais, geralmente com doutorado no exterior, constituída “contra - e graças a - o governo militar”, apesar de ter consolidado um padrão de alta qualidade de produção científica, fragmentou-se em poucas áreas de especialização, além de permanecer associado às modas intelectuais ditadas pelos cientistas dos países centrais (*id., ib.*, p. 110).

No que diz respeito ao caráter interdisciplinar das Ciências Sociais, nos anos 1970 houve uma valorização da Economia e da Ciência Política, e certo declínio e dificuldades de encontrar um rumo próprio da Sociologia, como aponta Sorj (2008, p. 70). Já a Antropologia mantinha o nicho indígena como especificidade, além de sua afinidade com a problemática cultural, possibilitava-lhe a inserção em amplos espaços e em áreas como os estudos de religião. A Ciência Política, com as pesquisas de partidos, eleições e estrutura de governo possuía um campo bem delimitado. Para o autor, a preocupação com as dimensões sociológicas da sociedade brasileira só foi se renovar a partir do surgimento de novas manifestações de participação popular, com a ascensão dos movimentos sociais e sindicais.

As características do fazer sociológico enquanto campo profissional no país acabou por se bifurcar entre dois principais tipos de carreiras que os bacharéis em Ciências Sociais podem seguir, a saber, a carreira acadêmica, do trabalho intelectual produzido e reproduzido dentro das universidades e uma carreira mais técnica de atuação no mundo do trabalho fora da academia. No âmbito desses dois tipos de carreiras há uma série de debates que acabam por dividi-las e diferenciá-las enquanto opostas e não complementares ou mesmo colocar uma em detrimento da outra.

Há um debate que privilegia a carreira acadêmica em detrimento da carreira seguida fora da academia, que se convencionou a chamar de técnica. Alguns acadêmicos e técnicos em Ciências Sociais se dividem e se reconhecem como opostos, o bacharel que não atua no mundo acadêmico luta por espaço de inserção no mundo do trabalho, passando por diversas ocupações, enquanto o acadêmico tem maior probabilidade de conseguir certa estabilidade na carreira. Segundo o professor de Antropologia da UVA, N. de Freitas, entrevistado para esta pesquisa, o termo “técnico”, comumente utilizado para definir os bacharéis em Ciências Sociais que atuam fora da academia, não contempla a complexidade do trabalho que realizam, pois para ele,

se a gente for ver, o que ele[egresso de Ciências Sociais] tá fazendo fora da academia, também é preciso que ele tenha uma forte formação teórica, metodológica, que saiba fazer uma pesquisa, né, um projeto e tal, desenvolver isso pra produzir diagnósticos, pra subsidiar, né, justamente áreas de saber, é... pra projetos de intervenção, né. Tanto na área social como na área de saúde, como na área de cultura, enfim, nas políticas públicas no geral (Professor N. de Freitas, entrevistado em 28/09/2018).

Essa diferenciação entre “técnicos” e “acadêmicos” divide a categoria em diferentes pontos de vista. Essa divisão acaba por dificultar ainda mais a possibilidade de um fortalecimento da luta por melhores formas de inserção no mundo do trabalho e uma maior organização da categoria enquanto força profissional. O professor N. de Freitas aponta, ainda, que essas discussões extrapolam o nível local. Em seu argumento, ele relata um fato que vivenciou em uma audiência pública no Congresso em que se estava discutindo o Projeto de Lei Nº 7613/2010 de autoria do deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM) que propõe alterar a Lei nº 6.888/80 que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo para modificar as atribuições do profissional,⁶ afirmando que na ocasião:

de um lado tava um representante de uma entidade acadêmica [...] e de um outro, um representante da Federação Nacional de Sociólogos que tem um enfoque mais pra essa área, na falta de outro nome, né [riso], ‘técnica’, né. preocupado, com essa inserção da profissão fora do meio acadêmico. E o debate era esse: de um lado, vamos trabalhar com estereótipos, o acadêmico, defendendo que não deveria ter uma limitação precisa, né, da disciplina, da profissão, porque ele entende que se é uma ciência, a ciência não pode ter limites, né, muito pelo contrário, você tem que dar espaço pra criatividade e tal, e você delimitando isso em lei, você delimita as possibilidades de você ter uma inovação, né, em outros setores que não tão previstos na lei. E, do outro lado, o técnico, na falta doutra palavra, defendendo que o pessoal que termina, né, o bacharel, ele não sabe o quê que ele vai fazer e tal, então tem que ter uma lei que regulamente e além da lei tem que ter um conselho profissional, né, que não existe, já existe alguns sindicatos, mas um conselho profissional não. Então ficou esse debate no congresso, né, na frente de todos os deputados que iam, né [risos] provavelmente votar a lei. Quer dizer, pessoas da mesma categoria, né, debatendo um com o outro na frente dos deputados. Aí os deputados devem ficar assim: pô, qual é então desse povo? Querem o quê aqui? [risos] Sei lá, tô imaginando aqui possibilidades de reação, né. É... então, esse debate, ele não é só local, é também um debate que vai além do, do local. É... as entidades que têm mais força, né, na nossa área, do ponto de vista político, são as entidades acadêmicas, né, que tem os professores. A maior parte da pesquisa no Brasil é feita dentro da universidade, e não é só na nossa área, é em todas as áreas, né. Então, essa parte mais do técnico e tal, eles não têm ainda uma mobilização para garantir, vamos dizer assim, um espaço de atuação.

⁶ O PL Nº 7613/2010 foi apresentado em plenário na Câmara dos Deputados em 07/07/2010, no dia 14/07/2010 foi apresentado em Mesa Diretora da Câmara dos Deputados às Comissões de Educação e Cultura; Trabalho de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania, no dia 03/08/2010 foi encaminhado à publicação do Diário da Câmara dos Deputados, mas o autor do PL apresentou requerimento de retirada da proposta no mesmo dia. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483000>, Acesso em 29/01/2019.

Essa divisão da categoria ocorre a pós a saída da graduação, já que tanto o profissional que seguiu a carreira acadêmica, quanto o profissional que seguiu a carreira fora da academia receberam a mesma formação em Ciências Sociais e ambos vão ser cientistas. Atuar fora da academia e possibilitar suportes para esta atuação não vai limitar a ciência, mas ampliar o seu campo de produção. Fazendo com que o conhecimento científico seja construído e difundido também em outras instâncias além da universidade. Há, ao que parece, um não reconhecimento profissional, os profissionais em Ciências Sociais não se reconhecem uns nos outros, o que pode ser decorrente do próprio caráter multidisciplinar da formação e do caráter diversificado da atuação. Essa falta de reconhecimento é o que tem dificultado a mobilização da categoria para a criação de instâncias organizativas. Essas oposições dentro da categoria, sobretudo em um momento crucial para a luta da parte da categoria que tenta organizar-se profissionalmente, que foi levar o PL nº 7613/2010 para discussão na Câmara dos Deputados resultou na retirada da proposta, pelo próprio autor do projeto em menos de um mês de tramitação.

Ainda sobre essa perspectiva de uma distinção entre um meio técnico e outro mais teórico, acadêmico para os bacharéis em Ciências Sociais, o egresso R. S. Lopes, 34 anos, formado em 2008, coloca:

Não é que tem que deixar de pensar a nossa área como uma área é... de reflexão. Tem que ser, continua sendo e eu não tô advogando aqui uma oposição né, entre o sujeito ser, como se fazia, que eu já vi autores fazendo claramente essa distinção: “-ah, os brilhantes vão ser intelectuais, os não brilhantes vão ser técnicos, vão trabalhar aí...” e eu acho que... eu discordo radicalmente dessa percepção, né, o sujeito não precisa ser um acadêmico é... um intelectual, mas ele também não vai ser um tapado, ele vai levar um conhecimento né, sociológico e tal, um raciocínio sociológico pra onde ele for, em qual área ele for. Eu advogo isso, uma complementaridade, uma sólida formação teórica e uma formação instrumental ou instrumentalizada, entendeu?!(R. S. Lopes, entrevistado em 27/05/2018)

O ponto crucial é perceber que não há de fato, e que não deveria haver, uma distinção entre os profissionais que optaram e/ou puderam optar pela carreira acadêmica em detrimento dos profissionais que optaram e/ou puderam optar por uma carreira fora da academia. Porque a linha que os separa é tênue no que diz respeito à formação profissional; o que o Sociólogo faz fora da academia nada mais é do que aplicar, na prática, os conhecimentos científicos que moldaram sua formação profissional e a ciência, que é produzida dentro das universidades, não deve se fechar em si mesma e se esconder dentro dos muros da academia, mas deve extrapolá-los, senão a quem ela serve? Para quem serve a ciência? Para ser produzida e reproduzida dentro da academia? Acredito que seja mais que isso. E por acreditar nisso, vejo as discussões que procuram separar os profissionais em Ciências Sociais entre os acadêmicos

e os técnicos, como discussões desnecessárias e sem sentido, posto que eles são complementares. Essas discussões servem apenas para aprofundar ainda mais o abismo e a dispersão entre as diferentes áreas em que os Sociólogos atuam e dificulta também uma organização profissional sólida de pessoas que possuem a mesma formação acadêmica, mas que procuram não se reconhecerem enquanto mesma categoria, implicando, sobretudo, nos obstáculos que os bacharéis em Ciências Sociais se deparam ao tentarem se inserir no mundo do trabalho.

Dessa forma, alimentar um dualismo entre acadêmicos *versus* técnicos corrobora ainda mais para a desorganização da categoria profissional que recebe a mesma formação nos cursos de Ciências Sociais, uma formação mais voltada para a formação e reprodução teóricas. Nesse sentido, a questão da diferenciação se estabelece depois da formação do bacharel, ou seja, na atuação profissional, se ele vai se inserir/continuar no mundo acadêmico ou se vai seguir uma carreira técnica de atuação fora da academia.

Os obstáculos à inserção profissional do bacharel em Ciências Sociais fora do mundo acadêmico e discussões sobre a formação serão abordadas com maiores detalhes no decorrer deste trabalho. Por ora, vamos dar continuidade à discussão sobre a institucionalização das Ciências Sociais como campo científico e profissional no Brasil em uma perspectiva histórica.

Para Torini (2012), a partir de 1964 a principal questão não era mais a diferença entre conhecimento acadêmico e senso comum, mas o processo de profissionalização e institucionalização das disciplinas dentro do campo acadêmico, caracterizado pelo:

[...] apoio financeiro governamental, multiplicação dos programas de pós-graduação, criação de novos cursos e departamentos, criação de associações científicas e profissionais, políticas de financiamento à pesquisa por organismos públicos e privados, treinamento de pesquisadores no exterior e especialização” (SEGATTO & BARIANI, 2010, pp. 206-7 *apud* TORINI, 2012, p. 42)

Após a redemocratização do país, de acordo com Sorj (2008), os profissionais de Ciências Sociais teriam passado por uma espécie de sentimento de “perda de função social”. O CEBRAP, como principal centro de desenvolvimento das Ciências Sociais fora da universidade, não consolidou uma única escola de pensamento durante o período ditatorial, não criou uma teoria ou proposta analítica que “as novas gerações de pesquisadores pudessem dar continuidade” e, também, não apresentou uma proposta institucional específica no contexto democrático. Esse contexto fez com que, segundo o autor, a geração de cientistas sociais “acostumada a ter (ou pensar que tem) um papel societário importante caísse em uma

espécie de vazio existencial” (SORJ, 2008, p. 79). Para Sorj, mesmo para os profissionais da área que “escolhem” participar de outras atividades como jornalismo, política, entre outras, isso acaba aprofundando a crise de auto-identidade das Ciências Sociais.

O que são opções individuais válidas, adquirem uma dimensão problemática do ponto de vista da comunidade acadêmica. À medida que desaparece a distância entre jornalismo e/ou assessoria técnica e o trabalho acadêmico, este último tende a dissolver-se e perder sua identidade. Na sociedade moderna, em que os conceitos científicos são rapidamente disseminados, o trabalho acadêmico só mantém sua identidade própria pelo seu caráter de reflexão sistemática e de pesquisa de ponta. A polivalência profissional dos cientistas sociais não só expressa a procura de transcendência social e/ou a complementação do ingresso, como os problemas da sociedade brasileira de formação de quadros qualificados. (SORJ, 2008, pp. 79-80).

O termo “escolher”, utilizado pelo autor para definir uma trajetória profissional, não contempla uma série de fatores que levam os Cientistas Sociais a ocuparem os mais variados cargos, fatores estes que envolvem a própria crise de desemprego e instabilidade empregatícia do mercado de trabalho como um todo. A categoria profissional aqui tratada parece estar imersa numa total desorganização de classe, apresenta um tipo de profissional polivalente e não se organiza para criar uma reserva de mercado que obrigue as instituições a contratar cientistas sociais. Mesmo com o fortalecimento dos programas de pós-graduação, sobretudo a partir da década de 1970, não houve uma preocupação em criar um nicho de trabalho para o Sociólogo para além dos muros da universidade.

Diante desse quadro, os profissionais que necessitam trabalhar para obter seu sustento diário nem sempre têm muitas escolhas e restringem-se a aceitar os empregos que lhes aparecem, que nem sempre condizem com a formação que tiveram. Um problema que é causado não apenas pela deficiência na formação dos quadros profissionais, mas também que envolve o próprio sistema econômico na disponibilização de vagas e da necessidade constante de uma luta organizacional da categoria para requerer a disponibilização das vagas. Além dessas questões, somem-se ainda os vícios de clientelismo, protecionismo e patriarcalismo da sociedade brasileira, aos quais os cientistas sociais não estão imunes (SORJ, 2008, p. 73) o que acaba por limitar o acesso democrático ao mundo do trabalho por aqueles que não fazem parte de classes ou grupos privilegiados. Além da instabilidade não só do emprego, mas das condições de trabalho, do poliemprego como saída que acompanha certo sentimento de frustração e descrença perante o trabalho e o debate científico (*idem, ibidem*, p. 74)

Para Sorj (2008, p. 85), para que a análise sociológica não se transforme em simples história das ideias é preciso desmistificar a sua produção como algo que se desdobrará “independentemente das possibilidades de emprego, de uma base material de reprodução e

divulgação da obra intelectual, de um público consumidor e da utilização do saber como moeda de troca e estratégia de ascensão social, prestígio e poder”. Nesse sentido,

[...] compreender sociologicamente o lugar das ciências e dos cientistas sociais pressupõe uma visão geral das características da sociedade dentro da qual os cientistas e as ciências sociais se desenvolvem para dar conta tanto das articulações da comunidade científica com o sistema societário como do impacto do saber produzido (SORJ, 2008, p. 85).

A Sociologia brasileira consolidou-se se distanciando do paradigma positivista, afirmando determinados compromissos e interesses, seja de uma perspectiva engajada mais à esquerda marxista, seja de uma perspectiva mais ligada ao Estado e suas ideologias vigentes, como foi o ISEB, ou mesmo ao assumir uma postura menos engajada com as perspectivas políticas, como foi o CEBRAP, mas com o claro objetivo de dar suporte à categoria perante um Estado ditatorial, sem criticá-lo para continuar em funcionamento. A Sociologia, mesmo desenvolvida em centros acadêmicos, estatais ou privada, sempre manteve uma relação tênue com o Estado. Inicialmente foi impulsionada por elites econômicas em busca de prestígio político junto aos governantes; depois, com o ISEB, representou uma instituição de promoção de uma ideologia desenvolvimentista a serviço do Estado; no período ditatorial, a Sociologia se distanciou um pouco do Estado, mas não o atacou e, no período de redemocratização, quando um Sociólogo chega ao topo do poder político, toma por medida vetar o projeto de Lei que tornava obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia para as três séries do ensino médio.⁷

O veto do Sociólogo e então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, deve ser compreendido dentro do contexto político e econômico mais amplo em que, não apenas o Brasil, mas os outros países da América Latina estavam inseridos. Um contexto de alinhamento às orientações de cunho neoliberal propostas por entidades internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, não apenas no âmbito da educação, mas da política geral de governo para os países “subdesenvolvidos” ou em vias de desenvolvimento. Como destaca Ileizi Silva (2010), o processo de normatização da Sociologia como disciplina se deu a partir da LDB/96, ao incluir em seu texto que ao final do ensino médio o educando deveria ter o domínio dos conhecimentos de Sociologia e Filosofia, porém a construção da LDB/96 acabou por representar

⁷ O PL vetado pelo então presidente da República FHC foi transformado na Lei nº 11.684/2008, já no governo de Lula da Silva, alterando o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

[...] conflitos de interesses entre projetos para o país, sendo vitorioso, naquela ocasião, um projeto de modernização dependente da dinâmica de mundialização do capital; isso significou garantir a flexibilização do sistema de ensino, criando um complexo aparato de divisão de tarefas que foram totalmente descentralizadas entre os sistemas municipais e estaduais [...] A regulamentação da LDB de 1996 em termos de currículos está em curso até os dias atuais, mas foi efetivada e acelerada de 1997 a 2001, com a elaboração de Parâmetros e Diretrizes. Sendo assim, quando o MEC e a Presidência da República depararam-se com a aprovação da lei que obrigava o ensino de Filosofia e Sociologia nas escolas de nível médio, não titubearam em manter a prerrogativa de uma educação voltada para as habilidades cognitivas primárias e competências sociais adaptativas aos novos tempos de desregulamentação das relações trabalhistas e econômicas, não aprovando a lei (SILVA, 2010, p. 29).

Segundo Silva (2010), a Sociologia instalou-se no Brasil, inicialmente e oficialmente, pela dimensão do ensino. Contudo, apesar de o ensino das Ciências Sociais no Brasil estar em prática desde o século XIX, seu processo de institucionalização passou por uma série de discontinuidades, sobretudo no ensino de nível médio e fundamental. A inserção da disciplina de Sociologia e dos conteúdos das Ciências Sociais nos currículos de nível médio e fundamental no Brasil parece estar presa a um círculo vicioso em que ora é facultativa às escolas ou diluída em temas transversais, ora é tornada obrigatória para depois ser flexibilizada e diluída novamente.

Ileizi Silva (2010) organiza o processo histórico de inserção e retirada da Sociologia dos currículos de nível médio, no contexto das reformas educacionais de 1891 a 2008, em três períodos. O primeiro período compreende a institucionalização da Sociologia no ensino médio e vai de 1891 a 1941. Esse período tem início com a Reforma Benjamin Constant, em 1891, que propõe, pela primeira vez no país, a Sociologia como disciplina no ensino secundário. Em 1901, a Reforma Epitácio Pessoa, retira oficialmente a Sociologia do currículo; em 1925 a Reforma Rocha Vaz coloca novamente a Sociologia como disciplina e, em 1942, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia no curso secundário, mas o ensino da disciplina continua obrigatório no curso Normal de formação de professores.

O segundo período, trazido pela autora, da história da Sociologia nos currículos de nível médio compreende os anos de 1942 a 1981 e é caracterizado pela ausência da Sociologia como disciplina obrigatória. Esse período é marcado por congressos e simpósios que discutiam a reinserção da Sociologia aos currículos da escola secundária. É marcado também por reformas educacionais e a promulgação da primeira LDB, em 1961, mas a Sociologia só foi estar presente na forma da Lei com a Resolução nº 07, de 23 de dezembro de 1963, de forma optativa em cursos clássicos e científicos. Em 1971, com a Reforma Jarbas Passarinho, que tornou obrigatória a profissionalização no ensino médio, a Sociologia deixa de ser obrigatória também no curso Normal de formação de professores.

O terceiro período vai de 1982 a 2008 e a autora o caracteriza como período de reinserção gradativa da Sociologia no ensino médio. Em 1982, a Lei 7.044 torna optativa a profissionalização do ensino médio. A partir de uma série de mobilizações pelo país a Sociologia é, aos poucos, inserida nos currículos de algumas escolas, é introduzida em provas de vestibulares de algumas universidades, estruturam-se materiais didáticos e professores de Sociologia são contratados. Em 1996 é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional em que os conhecimentos de Sociologia e Filosofia são considerados fundamentais ao exercício da cidadania. Em 1998 é aprovado o Parecer com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), onde os conhecimentos de Sociologia são incluídos na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Contudo, em 2001, o Presidente da República veta o projeto de lei que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia. Em 2004, com novo governo, forma-se uma equipe para rever os PCNEM. A maioria dos estados continua com a implantação da disciplina e, junto às pressões de Sindicatos de Sociólogos e de debates em Congressos e Seminários pela implementação da Lei que torna obrigatório o ensino de Sociologia, em 02 de junho de 2008, o Presidente da República em exercício, José de Alencar, assina a lei 11.684.

Poderíamos acrescentar a esse cronograma de Ileizi Silva um quarto período, que se inicia em 2015 aos dias atuais e caracteriza-se, outra vez, pela retirada da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia do Ensino Médio, embora a obrigatoriedade dos conteúdos continue, mas de forma diluída. A breve estabilidade da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos do ensino médio foi novamente abalada com as medidas tomadas pelo governo de Michel Temer após a deposição, por processo de *impeachment*, da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Ao assumir a Presidência, o governo Temer começa a anunciar uma série de Reformas e medidas nas áreas da educação, saúde e previdência. Em 2016 é anunciada a Reforma do Ensino Médio por meio da Medida Provisória nº 746, a qual, dentre uma série de modificações, altera a LDB/96, retira a obrigatoriedade do ensino da Sociologia e de outras disciplinas do currículo, deixando como obrigatórias apenas Português, Matemática, Inglês e Educação Física após lutas. As demais disciplinas foram diluídas e separadas entre as áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, também não obrigatórias, de modo que as habilidades e conhecimentos sejam desenvolvidos em cada área de maneira interdisciplinar e a critério de cada rede de ensino, que poderá escolher entre uma das áreas.

Embora a Reforma do Ensino Médio tenha ganhado visibilidade a partir de 2016, com a MP/746 e sua aprovação pelo Congresso Nacional em 30 de novembro, desde de 2013 já

estava em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.840/2013, do Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), que propunha mudanças para o ensino médio. Em 17 de fevereiro de 2017, é sancionada a Reforma do Ensino Médio com a Lei nº 13.415, retirando a obrigatoriedade da Sociologia e de outras disciplinas dos currículos do ensino médio. Junto à Reforma, desde 2015, o governo tem anunciado também a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para nortear os currículos das escolas do país. Contudo, apenas em 20 de fevereiro de 2017 o MEC homologa a BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, em abril de 2018, apresenta a terceira versão da BNCC para o ensino médio, que foi encaminhada para a discussão no Conselho Nacional de Educação e homologada pelo MEC em 14/12/2018. O texto da BNCC ignora uma série de críticas e contribuições de profissionais ligados à área da educação⁸ e fragiliza os direitos educacionais dos jovens brasileiros, ameaça os professores e abre espaço para a privatização do ensino público. A proposta dilui as disciplinas em áreas sem dizer o que precisa ser garantido, além de reforçar que o ensino médio poderá ser oferecido na modalidade de ensino à Distância.

É importante salientar que as medidas do governo foram tomadas negligenciando os conflitos com a sociedade civil, os movimentos sociais, movimentos estudantis secundaristas e acadêmicos e profissionais da educação que criticaram amplamente a Reforma, sobretudo pela maneira arbitrária com que foi imposta à população, por Medida Provisória e sem o estabelecimento de um debate aprofundado com os que fazem parte da educação e que serão diretamente atingidos pelas mudanças. Por todo o país organizaram-se protestos, mobilizações e ocupações de escolas contra a Reforma. Na Câmara, a proposta recebeu 567 emendas de deputados e senadores para alterar o conteúdo da proposta e, ao todo, foram realizadas 09 audiências públicas durante sua tramitação. A Medida Provisória também foi considerada inconstitucional pelo então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que enviou um parecer ao Supremo Tribunal Federal. Não apenas a retirada da obrigatoriedade da maioria das disciplinas foi criticada, como também a flexibilização dos conteúdos, que não serão mais vistos por todos, o peso dado ao ensino técnico, a transformação do ensino médio em tempo integral que acarretará na extinção do ensino noturno, dentre outras coisas.

Nesse contexto, pode-se inferir a existência de uma perspectiva, ao que parece, de que a Sociologia não poderia ser das massas, mas deveria continuar sendo elitista, seleta. Só em

⁸ Para uma leitura crítica da BNCC, suas versões e a forma como foi imposta ver o Dossiê A reforma do ensino médio em questão In: **Revista Retratos da Escola**. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce), v.11, n.20, jan./jun. 2017. – Brasília: CNTE, 2017 e o trabalho de FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº139, abr-jun., 2017. [Entre outros textos](#).

2008, a disciplina consegue ser inserida oficialmente nos currículos do Ensino Médio para, em 2016, ser flexibilizada dos currículos novamente pela Medida Provisória nº 746, transformada na Lei nº 13.415/17. Nesse ínterim, as Ciências Sociais se apresentam historicamente como campo profissional fragilizado pelos trâmites do governo, pelas instabilidades do mundo do trabalho e pelas próprias características da categoria.

Esses processos de idas e vindas da Sociologia no nível médio influencia diretamente o ensino superior, sobretudo para as licenciaturas e cursos de formação de professores na área, fragilizando, desregulamentando e desorganizando as grades curriculares dos cursos superiores e a própria demanda de novos profissionais. Fragiliza também os bacharelados em Ciências Sociais na medida em que a disciplina e a atuação profissional não são amplamente difundidas e, dessa forma, o não conhecimento da área não impulsiona a entrada de novos estudantes em cursos superiores de Ciências Sociais e a não aspiração dessa profissão pelos jovens. O que, numa perspectiva mais catastrófica e a longo prazo, pode significar a extinção, pelo menos em parte, dos cursos de Ciências Sociais no país.

Os egressos de Ciências Sociais da UVA que colaboraram para essa pesquisa tiveram acesso à disciplina de Sociologia no ensino médio e, mesmo que vista de forma superficial, para alguns colaborou bastante na escolha por se fazer uma graduação na área. Dentre as respostas relacionadas ao que os levaram a escolher o curso estão, além da identificação prévia com a área das ciências humanas, a influência de professores que ministravam a disciplina de Sociologia, como nos relatos apresentados a seguir:

Sobre o curso de Ciências Sociais, é... eu sempre gostei muito da área de humanas, assim, me identificava mais e, no último ano do ensino médio eu tive uma professora de Sociologia que eu gostava muito, eu conversava muito com ela. Então, dentre as opções que eu queria, assim, era o Direito ou Ciências Sociais ou Administração, em último caso. Mas fiquei muito em dúvida entre Direito e Ciências Sociais. Só que naquela época a gente só prestava vestibular pra um curso né, então eu acabei presando vestibular pra Ciências Sociais mesmo (F. M. V. Ribeiro, 30 anos, formada em 2009).⁹

Eu sempre tive dificuldade com a área de Ciências Exatas e Naturais. Minha área preferida era as Ciências Humanas, especialmente História e Sociologia. No Ensino Médio eu tive um professor que constantemente falava sobre política, Estado, poder, sociedade.... E eu gostava das discussões que ele fazia (R. A. Monteiro, 33 anos, formada em 2009).¹⁰

É... meio um pouco sem saber, né, do que tratava o curso, eu entrei, eu imaginei que trabalhasse com sociedade, eu sempre imaginava. Eu lembro que em 96 quando eu fazia ensino, é... naquela época era até ensino, ensino de segundo grau que chamava, não era nem ensino médio, né. Uma professora minha, eu lembro que ela dava essa disciplina de Sociologia, ela falava de Marx, falava, não sei mais o quê, e alguma coisa da área social, e dizia, e falava de um jeito que aquilo me atingia, tá

⁹ Entrevista realizada por meio de áudios na rede social *whatsapp* nas datas 10/09/2018, 15/09/2018 e 12/11/2018.

¹⁰ Resposta dada por meio de questionário aberto respondido em 18 de agosto de 2018.

entendendo? É uma coisa tão, acho que assim, meio mística, sabe? E eu começava, eu me apaixonei por aquilo, né. Essa professora dava essa disciplina, era no 1º científico, eu acho, que chamava também, não era nem 1º ano não, do ensino médio (V. P. Sousa, 43 anos, formado em 2011).¹¹

2.2 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO CEARÁ

As Ciências Sociais estão presentes, a nível de graduação presencial, no estado do Ceará, na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Estadual do Ceará (UECE) com dois cursos, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e na Universidade Regional do Cariri (URCA). Estas quatro universidades possuem o curso de Ciências Sociais nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado. Existe ainda, no estado, a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que oferece o curso de Bacharelado em Antropologia e o curso de Licenciatura em Sociologia.

Além dessas graduações presenciais, há ainda, no estado, algumas IES privadas que ofertam cursos de Ciências Sociais, Sociologia ou Ciências Políticas na modalidade de Educação à Distância. O quadro abaixo mostra a relação de IES que ofertam cursos na área das Ciências Sociais em EaD no Ceará, de acordo com o portal e-MEC do Ministério da Educação:¹²

Quadro 1 – Cursos da área de Ciências Sociais em EaD por IES no Ceará

NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
Ciências Sociais	Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)
	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)
	Universidade de Franca (UNIFRAN)
	Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)
Ciência Política	Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)
	Centro Universitário Internacional (UNINTER)
	Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Sociologia	Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO)
	Universidade Pitágoras (UNOPAR)
	Universidade Paulista (UNIP)

¹¹ Entrevista realizada em 05 de junho de 2018.

¹² Fiz uma busca no *site* do Ministério da Educação através do portal e-MEC dos cursos de Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia no estado do Ceará, o que me possibilitou a elaboração do quadro apresentado e de tabelas que serão apresentadas mais à frente. Contudo, apesar de alguns cursos aparecerem no *site* do MEC como “Em Atividade”, nos endereços eletrônicos das IES, os cursos não aparecem. Desse modo, pode-se concluir que os dados oficiais do Ministério da Educação estejam desatualizados, talvez por uma falta de comunicação que reflita ou uma falha de fiscalização por parte do Ministério ou por uma falha nas informações prestadas pelas próprias IES ao MEC.

	Universidade Anhangüera
	Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)
	Centro Universitário Internacional (UNINTER)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do portal e-MEC do Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/> Acesso em 21 de setembro de 2018) e dos *sites* das IES.

Atento-me agora apenas aos cursos de Ciências Sociais presenciais do Ceará. Em ordem cronológica de instauração temos o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) como o primeiro do estado, criado em 1968, posteriormente, em 1989, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) cria seu curso de Ciências Sociais. Fora da capital cearense temos as experiências da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em 1998 em Sobral; da Universidade Regional do Cariri (URCA), em 2005 no Crato e, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2014, com os cursos de Antropologia e Sociologia nas cidades de Redenção e Acarape e a criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) da UECE no município de Itapipoca em 2016.

As datas e ordem citadas acima são da institucionalização dos cursos no estado, mas antes de ser criado o primeiro curso no Ceará, as Ciências Sociais já se faziam presentes com uma tradição de estudos históricos, sociológicos, políticos e antropológicos realizados por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Após a criação da Universidade Federal do Ceará, originalmente chamada de Universidade do Ceará, em 1954, os espaços institucionais foram se organizando e juntando intelectuais com ideias comuns e, em 1957, criou-se o Serviço de Antropologia, transformado em instituto no ano seguinte, com o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho à frente. Em 1966 foi criado o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, posteriormente apenas Departamento de Ciências Sociais, reunindo profissionais com diferentes graduações como Letras, História, Geografia e Direito. Em 1968, o Instituto de Antropologia foi extinto e criado o curso de graduação em Ciências Sociais, inicialmente apenas na modalidade Licenciatura e, em 1970, passou a contar também com a modalidade Bacharelado.

De acordo com Sulamita Vieira (2016), a criação da Universidade do Ceará foi decorrente de iniciativas e articulação entre profissionais de nível superior, instituições e instâncias do poder político que, aos poucos, foi ganhando adeptos e a opinião pública, imprimindo-se “como algo importante e que trazia uma espécie de prestígio para a sociedade cearense” (VIEIRA, 2016, p. 23). Além desse prestígio para a sociedade local, a instituição universitária passava a ser concebida, tanto pelos seus dirigentes como para o poder político,

com a função de contribuir para o desenvolvimento do estado e da região criando “vínculos ou compromissos com o meio em que estava inserida, o que frequentemente se traduzia como o dever de *servir* ou contribuir para o *desenvolvimento* da sociedade” (VIEIRA, 2016, p. 26).

Para a autora, a institucionalização do ensino de Ciências Sociais ocorreu no seio dessa política universitária, mesmo que não “houvesse um planejamento direcionado nesse sentido, sementes jogadas no terreno em que florescia a Universidade do Ceará preparavam, de algum modo, aquele campo para a implantação do ensino de ciências sociais, pouco tempo depois” (VIEIRA, 2016, p. 28).

A nomeação de Tomaz Pompeu Sobrinho para a direção do Serviço de Antropologia refletia o seu esforço e acompanhamento da produção antropológica e a oportunidade de estudá-la também no Ceará. Segundo Vieira (2016), “na concepção de Pompeu Sobrinho, pesquisas antropológicas, aqui, gerariam novas interpretações nesse campo, acerca da nossa ancestralidade, dos nossos costumes”. A partir dessa perspectiva, foi instituído o Curso de Preparação Antropológica, com duração média de quatro a cinco meses onde eram ministradas aulas de Biologia Geral, Antropologia Física, Etnografia, Fisiopsicologia, Culturologia, Arqueologia e Estatística Aplicada à Antropologia. Além do Curso de Preparação Antropológica, eram realizados também intercâmbios com outras instituições nacionais e internacionais em que se realizavam diversas atividades acadêmicas e também culturais, como exposições artísticas, fotográficas e literárias, seminários, encontros, conferências, lançamentos de livros e debates sobre diversos temas. Para Vieira (2016):

[...] esse tipo de atividade fomentava discussões sobre temas tratados pelas ciências sociais e, de algum modo, contribuía para aglutinar pessoas com interesses e preocupações comuns; e tudo isso pode ter funcionado como uma espécie de preparação do terreno no qual florescia, nesta Instituição, o ensino das ciências sociais (VIEIRA, 2016, p. 31)

O curso objetivava despertar o interesse das pessoas pela Antropologia e capacitá-las para a pesquisa. Em 1958, o Serviço de Antropologia foi transformado em Instituto de Antropologia e continuou ofertando o curso, além de também passar a abrigar o Laboratório de Psicologia, com estudos voltados para o campo comportamental e da divulgação de suas atividades através do *Boletim de Antropologia*.

Em 1966 foi criado o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia na UFC, passando a integrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o curso de graduação em Ciências Sociais, em 1968, e o Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste (PRAPSON), que oferecia cursos de Especialização e abriu caminhos para a pós-graduação

na área de ciências sociais no Ceará. Em 1976 foi instalado, na UFC, o mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. A criação do Departamento diversificou os interesses acadêmicos e redirecionou os caminhos ao passar a abrigar profissionais ligados não somente à Antropologia, mas também à Sociologia e à Ciência Política. Em 1969, criou-se, no Departamento, a Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, que passou a denominar-se Departamento de Sociologia. Esta faculdade foi extinta em 1974 e o departamento voltou à nomenclatura inicial, posteriormente em 2001, com a criação do Departamento de Filosofia na UFC, passou a se chamar Departamento de Ciências Sociais.

Em plena vigência da ditadura militar, o ano de criação do primeiro curso de Ciências Sociais do Ceará coincidiu com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), desafiando os professores do Departamento a institucionalizarem o ensino das ciências sociais em meio ao arbítrio da censura e repressão.

Os professores eram patrulhados até na escolha da bibliografia a ser adotada nas disciplinas e precisavam estar sempre atentos à sua própria linguagem em sala de aula. A qualquer hora, docentes ou discentes eram intimados a “prestar esclarecimentos” às autoridades policiais, sem qualquer justificativa ou sob o pretexto de “zelo pela segurança nacional” e “combate à subversão”. Na prática, as pessoas quase sempre eram levadas presas por policiais – de suas residências, da própria universidade ou de outro local – para a sede da Polícia Federal. Nesse contexto, vários alunos do Curso foram presos e ficavam incomunicáveis, submetidos, na Polícia Federal, a interrogatórios aterrorizantes, traduzidos como verdadeiras sessões de tortura psicológica, além de ser comum a tortura física. Alguns desses estudantes, no vigor da sua juventude, foram “enquadrados” com base no AI-5, o que implicou, dentre outras consequências, a interrupção de sua vida acadêmica por longo período, além de sofrerem perseguição política e outras formas de discriminação em diversas ocasiões e espaços sociais (VIEIRA, 2016, p. 55).

Atualmente, o Departamento de Ciências Sociais da UFC administra o curso de graduação em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), o Programa de Pós-Graduação em Sociologia com os cursos de mestrado (criado em 1976) e doutorado (criado em 1994), vários laboratórios de pesquisa e publica semestralmente a *Revista de Ciências Sociais*, fundada em 1970. Há, ainda, o mestrado em Antropologia pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia em associação com a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), criado em 2017.

Na Universidade Estadual do Ceará (UECE), criada em 1973, existia o Departamento de Ciências Sociais, que até 1987 abrigou o curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, extinto por refletir a política do regime militar e, em 1989, foi aprovado a criação do curso de Ciências Sociais. Segundo o *site* da instituição, o curso de Ciências Sociais objetiva formar:

[...] profissionais aptos a atuarem na sociedade especialmente na área de pesquisa. Tem ainda como finalidade precípua às novas demandas sociais em termos de

assessoramento, de contribuição à formação de novos profissionais, por meio de docência, assim como de contribuir para a racionalização da mudança social através de planejamento científico, objetiva também preparar profissionais com formação básica que os capacitem ao conhecimento da realidade social mediante o uso dos métodos científicos compatíveis com a evolução tecnológica atual¹³.

A UECE tem mantido uma política de expansão e interiorização universitária que se consolidou ao longo dos anos na criação de faculdades no interior do estado, nos municípios de Iguatu, com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI); em Limoeiro do Norte com a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAN); em Crateús com a Faculdade de Educação de Crateús (FAEC); em Quixadá com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC); em Tauá com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns (CECITEC) e em Itapipoca com a Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI). Em 2016, após as lutas do processo grevista do ano anterior, foi criado o curso de Licenciatura em Ciências Sociais na FACEDI, escolhido como novo curso da faculdade em uma reunião ampliada com alunos, professores, funcionários técnicos administrativos e membros da comunidade local.

No âmbito da pós-graduação na área das ciências sociais, a UECE mantinha o Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS) desde 2000, congregando professores e grupos de pesquisas vinculados ao Centro de Humanidades (CH) e o Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA). O curso aprimorou-se no viés sociológico e orientou mudanças em sua estrutura curricular e linhas de pesquisa e, em 2016, transformou-se no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) com os cursos de mestrado e doutorado. O PPGS conta com dois periódicos com publicações semestrais: a revista *O público e o privado*, desde 2003, e a revista *Tensões Mundiais*, desde 2005, vinculada ao Observatório das Nacionalidades.

2.3 A INTERIORIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO CEARÁ (URCA E UNILAB) DISCUTIR OS SIGNIFICADOS DA INTERIORIZAÇÃO

As Ciências Sociais se fazem presentes não apenas na capital cearense, mas também em cidades do interior do estado. A Universidade Regional do Cariri (URCA), localizada na cidade de Crato, teve seu estatuto aprovado em 1986 e conta com o curso de Ciências Sociais,

¹³Disponível em <http://www.uece.br/ch/index.php/cursos-de-graduacao/cursos-presenciais>, acesso em 24/09/2018.

nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado, desde 2006. No ano anterior, o Departamento de Ciências Humanas foi desmembrado, formando então o Departamento de História e o Departamento de Ciências Sociais. Antes da criação do Departamento, alguns professores da universidade, com formação na área, já vinham desenvolvendo uma série de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das ciências sociais, propiciando a criação do curso de Ciências Sociais. De acordo com o Parecer N° 0412/2010 do Conselho Estadual de Educação:

O curso tem como propósito, desenvolver no alunado a capacidade de atuar no mundo do trabalho com uma perspectiva humanista e uma visão sistêmica da vida. Sua organização estrutural proporciona ao aluno formar-se como bacharel ou licenciado em Ciências Sociais, ou optar pelos dois títulos acadêmicos, de forma concomitante: Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais (PARECER N° 412/2010, CNE, p. 2/9).

O curso de Ciências Sociais da URCA tem aulas no período da tarde e oferta semestralmente 40 vagas para as duas modalidades.

Os cursos presenciais mais recentes do estado na área das ciências sociais são os cursos de Bacharelado em Antropologia e Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Esta universidade foi criada em 2010 em parceria com outros países, principalmente africanos, numa perspectiva de cooperação solidária e de “ampliar o relacionamento e o conhecimento sobre o mundo de Língua Oficial Portuguesa” (DIÓGENES, AGUIAR, 2013, p. 7). Atualmente tem *campi* nas cidades de Redenção, Acarape no estado do Ceará e um *campus* na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia.

Os cursos de Bacharelado em Antropologia e de Licenciatura em Sociologia da UNILAB foram criados em 2014 e vinculam-se ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, que se constitui como primeiro ciclo de formação universitária com duração média de 4 semestres e, após a formação, o egresso inicia o segundo ciclo referente à formação profissional, onde pode optar pelos bacharelados de formações específicas ou por licenciaturas com duração mínima de três anos e máxima de quatro anos e meio. Este segundo ciclo de formação, também chamado pela instituição de “terminalidades” é destinado ainda a estudantes estrangeiros ou egressos de Ciências Sociais ou Ciências Humanas de outras instituições. O curso de Licenciatura em Sociologia oferta 80 vagas anuais e está em funcionamento na unidade acadêmica de Palmares, em Acarape. O Bacharelado em Antropologia também oferta 80 vagas anuais e funciona nas unidades acadêmicas de

Redenção e Palmares/Acarape. O curso conta ainda com o periódico *AYÊ-Revista de Antropologia* e o mestrado em Antropologia em parceria com a UFC.

2.4 AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM SOBRAL (UVA)

O Curso de Ciências Sociais da UVA foi criado em 1998, mas desde 1995 havia um movimento de discussões referentes à sua criação. O projeto que deu origem ao curso foi impulsionado por uma demanda de profissionais da área na Região Norte, tanto para o ensino como para a pesquisa. Até então, no estado do Ceará, os cursos de Ciências Sociais estavam concentrados na capital. Alguns professores da UVA, formados na área, que lecionavam a disciplina de Sociologia em outros cursos, organizaram um Grupo de Trabalho junto com representantes de diversos setores da sociedade civil local (sindicatos, associações, ONGs, governo municipal)¹⁴ para discutirem um perfil de profissional a ser formado e as demandas da região. As reuniões do GT ampliaram-se com o Ciclo de Debates “Diálogos (Im)Pertinentes em Ciências Sociais”, onde se discutiram várias temáticas como globalização, mundo do trabalho, cidadania, movimentos sociais, participação popular entre outros.

A partir desses debates foi identificada, também, uma necessidade para atuação tanto na área das políticas públicas quanto dos movimentos sociais na região. Dessa forma, inicialmente, o curso foi organizado a partir de um eixo comum de formação e, ao longo dos semestres, o aluno optava entre a licenciatura ou o bacharelado e, ao optar por este, direcionava sua formação para as políticas públicas ou para os movimentos sociais¹⁵. Depois de algumas reformas no currículo, houve a separação entre duas modalidades de modo que embora os alunos ainda cursem juntos o tronco comum das disciplinas teóricas, a escolha entre a licenciatura ou o bacharelado já é feita no ato da seleção para o vestibular. Isso se deu

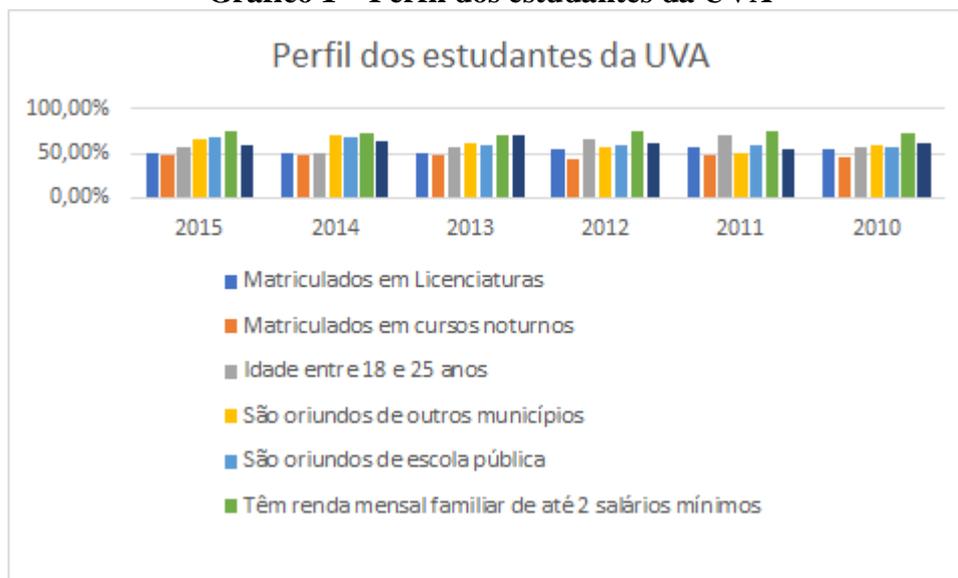
¹⁴“As entidades que participaram da produção do projeto inicial foram: Movimento de Educação de Base (MEB) de Sobral e Tianguá, CÁRITAS de Sobral, SINDIMOTOS, Diocese de Sobral, Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador (CEAT), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Fundação CEPEMA, FEBEMCE, Conselho Tutelar de Sobral, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral, Centro de Ciências Humanas - UVA e Prefeitura Municipal de Sobral (Secretaria de Cultura, Desporto e Mobilização Social e Secretaria de Educação)”. (Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais da UVA, 2010, pp. 6-7).

¹⁵Ver mais sobre o curso de Ciências Sociais da UVA no documentário “Ciências Sociais UVA (1998/2013): 15 anos de curso em revista”, disponível em: <https://vimeo.com/79137267>

para atender às resoluções do MEC que aumentou a carga horária dos estágios das Licenciaturas no país.

O perfil socioeconômico dos graduandos da UVA é de maioria jovem, que têm entre 18 e 25 anos e somam um percentual de 56,17% dos alunos. Quanto à renda, 74,71% dos alunos possuem renda mensal familiar de até 2 salários mínimos, 58,18% exercem algum tipo de atividade remunerada, destes, 14,92% trabalham com uma carga horária acima de 40 horas semanais e 58,53% dos que trabalham têm renda mensal de até 2 salários mínimos; 67,77% declaram ter feito o ensino médio na rede pública de ensino e 66,16% dos estudantes da UVA oriundos de outros municípios¹⁶. O gráfico abaixo mostra que estas características do perfil dos estudantes da UVA é uma constante em termos percentuais entre os anos de 2010 a 2015

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes da UVA



Elaboração da autora a partir dos dados publicados no “UVA em números” dos anos de 2010 a 2015.

O curso de Ciências Sociais da UVA é noturno e possui tanto a modalidade Licenciatura quanto a modalidade Bacharelado. Semestralmente a UVA oferta 50 vagas para o Curso de Ciências Sociais nas duas modalidades. Dados da plataforma UVA em Números de 2016 (ano base 2015) mostram que o número de matrículas entre veteranos e calouros é de 460 (244 matrículas no Bacharelado e 216 na Licenciatura). No mesmo ano, a quantidade de formandos foi de apenas 28 para as duas modalidades, sendo apenas 10 concludentes no bacharelado. A quantidade de formandos é sempre inferior ao número de alunos que entram

¹⁶Dados do “UVA em Números” 2016, ano base 2015, disponível em http://www.uvanet.br/documentos/numeros_daf3747a934412c7f3140f53e14115fa.pdf. Acesso em 30/11/2018. Até janeiro de 2019 não foi lançado ainda no *site* da UVA uma publicação mais atual do “UVA em números”.

no curso e às vagas ofertadas nas duas modalidades. A tabela 1 mostra a relação entre as vagas ofertadas, o número de inscritos por meio do vestibular e a quantidade de matrículas no período de 2010 a 2015 para as duas modalidades do curso de Ciências Sociais.

Tabela 1- Curso de Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado – UVA 2015-2010

	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Vagas	100	100	101	90	100	100
Inscritos*	443	623	602	755	584	737
Matriculados**	460	481	459	453	488	394

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados das edições do “UVA em Números” de 2010 a 2015.

*Inscritos por vestibular

**Matrículas de calouros e veteranos

Com relação aos que ingressam no curso, não há uma taxa de variação muito significativa entre os anos apresentados. A quantidade de vagas ofertadas por vestibular é sempre de 25 para cada modalidade, duas vezes por ano, à exceção do ano de 2012, em que diminuíram o número de vagas. A demanda de inscritos nas seleções sempre excede em muito a quantidade de vagas oferecidas, apesar de o curso de Ciências Sociais não ser o mais concorrido do vestibular da UVA, assim como de outras universidades.

Apesar de o acesso ao ensino superior ter se expandido nas últimas décadas, a demanda de jovens que aspiram uma qualificação de nível superior ainda não é atendida e os que conseguem ingressar em uma universidade precisam se submeter a seleções que acabam por reproduzir as desigualdades sociais existentes em nosso país. De modo que embora as propagandas voltadas ao acesso ao ensino superior foquem no esforço pessoal para o ingresso em uma universidade, este esforço pessoal está diretamente ligado ao contexto social em que cada um se insere. Para os que pertencem às camadas mais favorecidas, lhes são concedidos os privilégios de sempre, a oportunidade de ingressarem no curso e na universidade em que preferirem. Já para os demais, as escolhas vão se restringindo ao que é possibilitado pelo seu contexto de condições financeiras, pessoais, etc. E vão optando pelo curso que é oferecido no turno em que não trabalham, na cidade em que for mais próxima e disponibilizar transporte gratuito, na universidade em que não precisam pagar e que as seleções sejam mais fáceis e de acordo com o nível educacional lhes oferecido pela escola pública que cursaram, no curso em que a concorrência da seleção seja mais baixa, etc. Obviamente esses limites têm sido ultrapassados, mas não sem um contingente de maiores dificuldades para alguns que representam exceções e não maioria.

No curso de Ciências Sociais da UVA há, ainda, uma disparidade entre a quantidade de pessoas que entram e a quantidade que consegue se formar a cada ano. A tabela 2 mostra a quantidade de concludentes das duas modalidades do curso desde a primeira turma, em 2002, até o ano de 2016.

Tabela 2 – Egressos de Ciências Sociais Bacharelado e Licenciatura – UVA 2002-2016

Ano	Bacharelado	Licenciatura	Total
2002	1	18	19
2003	3	7	10
2004	3	23	26
2005	2	24	26
2006	3	2	5
2007	5	32	37
2008	5	13	18
2009	9	16	25
2010	6	6	12
2011	6	12	18
2012	5	13	18
2013	2	4	6
2014	7	12	19
2015	10	18	28
2016	11	9	20
Total	78	209	287

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponibilizados pelo curso de Ciências Sociais da UVA.

A partir dos dados apresentados acima, notamos que apesar de o número de vagas ser igual para as duas modalidades do curso e não variar significativamente a cada ano, a quantidade de pessoas que consegue se formar está bem abaixo das matrículas anuais. Note-se também que a modalidade Licenciatura geralmente apresenta uma maior quantidade de concludentes. No período apresentado, apenas nos anos de 2006 e 2016 a modalidade Bacharelado conseguiu formar mais pessoas que a Licenciatura e no ano de 2010, a quantidade de pessoas formadas foi igual para as duas modalidades, porém bem abaixo da quantidade de vagas oferecidas no vestibular e mais abaixo ainda da quantidade de matrículas, entre calouros e veteranos, para o mesmo ano. Em 2010, apenas 12 pessoas conseguiram se formar em Ciências Sociais na UVA, tendo ingressado 100 pessoas por vestibular e incluídas entre as 394 matrículas no ano de referência.

Ao fato de a Licenciatura formar mais alunos que o Bacharelado, tendo em vista que a quantidade de alunos que ingressam é a mesma para as duas modalidades, poderíamos inferir

que os estudantes aparentam depositar maior confiança na inserção laboral pela via do ensino. Assim sendo, essa confiança parece ser consolidada após a entrada no curso, já que a opção pela modalidade é escolhida logo no processo seletivo. E, com relação a este, dados da publicação “UVA em números” de 2013 a 2015 mostram que nos vestibulares para o curso de Ciências Sociais a preferência pelo bacharelado é maior que pela licenciatura, com base na publicação a concorrência para as duas modalidades é mostrada na tabela 3:

Tabela 3 - Concorrência para o curso de Ciências Sociais – UVA

Ano do Vestibular	Licenciatura	Bacharelado
2013.1	4,52	8,38
2013.2	2,84	8
2014	3,86	8,6
2015	2,9	5,96

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados da publicação “UVA em Números”

A preferência pelo bacharelado na hora da escolha pelo vestibular é maior que pela licenciatura, mas, mesmo que a via da docência não seja a preferência inicial, ela acaba por se tornar uma opção para os bacharéis. No período analisado, dos 78 egressos do bacharelado, 19 fizeram também a licenciatura quando terminaram a primeira graduação e, dos 10 egressos entrevistados nessa investigação, 08 deles tiveram experiências como professores seja na educação básica ou no ensino superior. A via da docência acaba sendo uma opção a mais para uma inserção no mercado de trabalho. A egressa W. Frota, que fez as duas modalidades do curso, explica que fazer a licenciatura é uma qualificação a mais para maiores possibilidades de inserção laboral, já que a quantidade de vagas de empregos para os bacharéis é restrita, em suas palavras:

[...] eu gosto muito do bacharelado, da área de pesquisa, eu sempre me identifiquei trabalhar com pesquisa. Apesar de saber que é muito, não tem... né, a quantidade de vagas é bem pouca. Então por isso que eu fiz a licenciatura também. Vai que não dá certo num lado, vai pro outro, né [risos].

Mesmo para os que não fizeram também a licenciatura, a docência acaba sendo a possibilidade de inserção com mais vagas no mercado de trabalho para os bacharéis. A egressa C. Bezerra, que não fez a licenciatura, coloca que: “o campo acaba sendo muito o ensino, apesar de não ter a licenciatura ainda a oportunidade que tem mais é no ensino”.

A média geral de formandos por ano para as duas modalidades é de 19 pessoas, para a Licenciatura, 14 pessoas e, para o Bacharelado, apenas 05 pessoas, o que representa uma taxa de concludentes de apenas 10% em média ao ano para o Bacharelado. Essa disparidade entre o número de concludentes e o de matriculados pode ser explicada tanto pelo fato de os alunos

desistirem do curso ou por não conseguirem terminar no tempo pré-determinado de oito semestres e acabam atrasando a conclusão do curso por diversos motivos. Entre os motivos da desistência definitiva, do trancamento da matrícula ou do atraso no tempo de formação estão relacionados a diversos fatores pelos quais esse perfil de estudantes é afetado. Dentre estes fatores, o mercado de trabalho é bastante significativo, tanto em uma perspectiva pós-formatura, já que os estudantes se deparam com um mercado de trabalho escasso na região para a área; quanto no período em que estão cursando a graduação, pois muitos estudantes precisam conciliar estudo e trabalho e, quando não conseguem conciliar, acabam dando prioridade ao trabalho, já que necessitam se sustentar financeiramente. Nesse contexto, a oferta de bolsas de Iniciação Científica, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa Bolsa Universidade (PBU) ou de outros programas e da Assistência Estudantil da universidade se configuram como um grande incentivo à permanência dos alunos na graduação. Dos 10 egressos de Ciências Sociais da UVA que colaboraram com esta pesquisa, apenas 03 não recebiam algum tipo de bolsa ou assistência estudantil durante o curso, alguns deles relatam sobre suas experiências como bolsistas:

Inicialmente eu trabalhava, antes de ter a bolsa [...] Na Secretaria da Cultura. Comecei como estagiária, tinha sido contratada, aí tava com alguns meses contratada e veio a oportunidade de ter a bolsa. Na época não poderia ter as duas coisas, tinha que optar. Apesar do meu emprego [salário] ser maior do que a bolsa, que eu ganhava quase que o dobro do que era a bolsa, eu optei pela bolsa pra estudar, pra me dedicar ao curso, né, e deixei o mercado de trabalho, deixei a oportunidade. Poderia, ou não, né, ter continuado e ter melhorado, né, mas tudo são escolhas que a gente tem que fazer e no momento eu vi como melhor escolha ter optado pela bolsa. Até porque, como eu trabalhava com eventos, os últimos, as últimas disciplinas estavam começando a prejudicar, porque o evento, você quando trabalha com evento, o evento tem que tá pronto, não interessa se você vai ter prova, se você não vai ter, o espetáculo tem que funcionar. Então assim, por último eu vi que tava tendo uma queda nas minhas notas e tudo por conta disso e quando veio a bolsa, eu optei pela bolsa. (C. Bezerra, 30 anos, formada em 2011)¹⁷.

Eu não trabalhei não. Eu tive esse privilégio de não trabalhar durante a faculdade e acho que foi uma coisa que me fez conseguir aproveitar. [...] a partir do momento em que eu fui convidado para ser bolsista de iniciação científica, acho que foi mais ou menos na metade do curso, foi que a minha visão começou a se modificar, né, eu acho que a minha angústia começou a diminuir um pouco porque a iniciação científica ela direciona um pouco a gente. Acho que ela dá um pouco mais de norte e... eu acho que foi esse envolvimento mesmo com a pesquisa, com a própria, com as próprias atividades que o laboratório, [...] ao qual a pesquisa que eu desenvolvia tava naquela época vinculado é... me direcionava. Enfim, aquelas atividades me traziam algum norte. Foi a partir dali que eu pude de fato perceber que eu poderia ser um pesquisador. Até então, todas essas ideias apareciam pra mim de maneira muito vaga. (T. Castro, 28 anos, formado em 2012)¹⁸.

Eu aprendi, pelo fato de ser, por exemplo, um bolsista da iniciação científica, eu já aprendi a fazer muita coisa que a maior parte dos, que os meus colegas que não eram bolsistas não, não aprenderam fazer, né. Me despertou pra um exercício, pra

¹⁷ Entrevista realizada em 27/08/2018.

¹⁸ Entrevista realizada em 18/08/2018.

uma prática que pra mim foi fundamental depois. Então nesse sentido a minha formação, a minha formação específica ela foi, foi muito positiva (R. Lopes, 34 anos, formado em 2008)¹⁹.

Em pesquisa realizada pelo curso em 2005, a fim de reformular o Projeto Político Pedagógico a partir das demandas existentes, foi constatado que havia um maior interesse dos graduandos pela licenciatura (89,8% dos alunos). Constatou-se também entre os alunos uma constante dúvida sobre o perfil de profissional que o curso forma: alguns concebiam o profissional em Ciências Sociais como interventor interessado em questões sociais ou confundindo com o perfil do Assistente Social. E sobre as motivações para a entrada no curso, alguns alunos relataram que escolheram Ciências Sociais conformados com a impossibilidade de entrarem em outros cursos com processos seletivos mais concorridos ou que julgavam mais difíceis e que a UVA não oferta, como Psicologia ou Jornalismo; alguns entraram no curso com pretensões de transferir a matrícula para outro curso posteriormente; mas há também os que se identificavam com o curso, embora essa identificação só tivesse sido adquirida com o decorrer dos semestres cursados. A pesquisa mostrou, também, que há uma falta de perspectiva para o mercado de trabalho para o Bacharel em Ciências Sociais. Alguns dos estudantes, apesar de gostarem do curso, não veem possibilidades de atuação profissional após o término da graduação (PPP de Ciência Sociais da UVA, 2010).

O Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais - Bacharelado da UVA (2010) prevê, como área de atuação para o profissional que forma, a inserção em “organizações, empresas, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, órgãos públicos ou privados de pesquisa, instâncias públicas ou privadas etc.” atuando em:

[...] equipes multidisciplinares de planejamento, assessoria, consultorias e pesquisas, contribuindo para a reflexão, análise, compreensão e redefinição de estratégias a serem perseguidas, sobretudo quanto aos objetivos das organizações, empresas e movimentos, orientando quanto às políticas públicas e de recursos humanos, a obtenção de metas, a solução de problemas, ajudando a delinear novas ações possíveis diante dos desafios impostos pela realidade social (PPP Ciências Sociais - Bacharelado, 2010, p.21).

O referido PPP define como objetivo geral do curso:

[...] promover e subsidiar o desenvolvimento da Região Norte do estado do Ceará, através da formação e capacitação de profissionais voltados para a atuação nas áreas de domínio das Ciências Sociais - Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas e Metodologia - a partir de uma compreensão crítica dos modelos de desenvolvimentos adotado na Região (PPP Ciências Sociais UVA, 2010, p. 41).

E como objetivos específicos:

·Formação e aperfeiçoamento de profissionais capazes de desenvolver projetos de assessoria e consultoria, interdisciplinar ou não, que promovam o desenvolvimento

¹⁹ Entrevista realizada em 27/08/2018

econômico da Região Norte do Estado, tanto vinculados a instituições públicas como privadas, em diversas áreas de atuação, incluindo o setor de turismo, meio ambiente e recursos humanos.

- Formação e capacitação de profissionais que atuarão nas áreas de políticas públicas (habitação, educação, saúde, transporte, previdência social, etc.).

- Capacitação de profissionais hábeis na pesquisa, compreensão e análise da configuração do universo político, econômico, social e cultural da Região Norte do Estado, assim como preparado para desenvolver projetos de pesquisa de opinião.

- Formação de professores de Sociologia de acordo com a nova proposta da LDB (Art. 36, parágrafo 1o, III) que prevê a obrigatoriedade dos conteúdos de Sociologia no Ensino Médio, como também, profissionais capazes de compor o corpo docente das universidades na área das Ciências Humanas.

- Capacitação de profissionais hábeis na compreensão e análise da realidade social, especificamente a rural, detectando seus principais problemas, diagnosticando e analisando a estrutura agrária e fundiária, os assentamentos, etc.

- Formar Cientistas Sociais capazes de voltar o seu trabalho para a aplicação de suas competências nas suas várias vertentes especificamente recuperar a prática do extensionismo rural (PPP Ciências Sociais -UVA, 2010, p. 41).

Dessa forma, o curso de Ciências Sociais da UVA direciona a formação de seus alunos de forma mais concentrada em pesquisa, assessoria, consultoria em planejamento de políticas públicas e movimentos populares. O curso também conta com os seguintes grupos de pesquisas: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades da Região Norte do Estado do Ceará (GEPECCE); Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Cultura e Sociedade (GEPE); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU); Grupo de Estudos Marxistas (GEM) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Saúde e Sexualidade (GEPiSS). Estes grupos são compostos não só por alunos e professores das Ciências Sociais, mas também por alunos e professores de outros cursos e instituições. O quadro docente é composto atualmente por 17 professores efetivos, sendo 04 professores com pós-doutorado, 08 professores com doutorado e 05 com mestrado, dos quais 04 estão em processo de doutoramento, além de 01 professor substituto.

Quanto à grade curricular do curso, até o quarto semestre, as disciplinas são comuns para as duas modalidades; a partir do quinto semestre, a estrutura curricular se diferencia e, para a Licenciatura, as disciplinas se voltam mais para a didática, a prática pedagógica e para o estágio docente; para o Bacharelado, as disciplinas passam a se aprofundar mais nas três áreas de formação – Antropologia, Sociologia e Ciência Política – e para a prática de pesquisa.

Alguns dos egressos atentam para o fato de o curso se caracterizar como um perfil demasiado teórico, acadêmico, não contemplando as possibilidades de inserção fora da

universidade. Sobre as deficiências da formação em relação à inserção profissional, a egressa C. Bezerra coloca:

[...] durante todo o decorrer do curso falava-se muito em que se pode atuar em tudo, pode atuar em tudo... nas empresas... Mas é um tudo que ao mesmo tempo não é regulamentado e acaba que a gente não tem tantas oportunidades assim. Principalmente no bacharelado, porque as... as vagas costumam aparecer mais na área da licenciatura que é formado pra ensinar. [...] dentro do meio acadêmico tem muita falácia e na prática não tem essas vagas, né. As empresas não contratam. [...] Então, assim, dentro do campo, na perspectiva que eu vejo hoje, inclusive pra atuar, que a gente pode atuar em tudo e na verdade não tem esse mercado. Não sei nem como é que estão vivendo esses bacharéis, sinceramente, né, porque tá difícil até pra quem tá, pra quem é licenciado, imagine para os bacharéis. Outra coisa, assim, que eu questiono muito é que dentro da nossa área de formação, cadeiras voltadas para o bacharelado para a assistência. Que o nosso curso é muito formado pra academia, é muito acadêmico, pro mestrado é ótimo! É por isso que nós estamos com o número de pessoas até elevado que passaram nos mestrados em várias federais e estaduais. Porém assim, pra atuar na prática, nós não temos esse... nós não temos! Se a gente for observar, cadeiras da assistência, a gente nunca viu uma cadeira relacionada à assistência, aí assim, a gente realmente está apto a trabalhar na assistência? Que é outra coisa que eu me questiono também, nós falamos que podemos atuar em tudo, será que de fato nós estamos capacitados pra atuar em tudo? [...] Porque assim, eu sei que agora, depois que eu fui fazer a especialização e agora estudando pra esse concurso que vai ter, eu vejo o quanto que a gente não tá apto. [...] a gente não vê nenhuma cadeira de assistência, nenhuma cadeira voltada para avaliação e monitoramento de políticas públicas. A gente vê uma de projetos sociais, pra construção de projetos que ainda é muito deficitária, muito deficiente. E, assim, eu acho que o currículo precisaria ser reformulado, se de fato e que houvesse uma mobilização maior. Que a gente até tentou numa época um sindicato, mas até pra construir um sindicato da nossa categoria que possa né, lutar por essas questões é complicado. Porque é muita briga e pouca eficácia, né, na área. (C. Bezerra, 30 anos, formada em 2011).

Os egressos reivindicam a reformulação do currículo para um melhor direcionamento para as possíveis áreas de atuação prática, porém dado ao caráter múltiplo e abrangente do curso de Ciências Sociais, em que se é possível atuar em várias áreas como pesquisa, docência, políticas públicas, administração pública, consultoria, assessoria, movimentos sociais, ONGs etc. o tempo e o modelo de uma graduação não seriam suficientes para abarcar todas as possibilidades de atuação profissional, até mesmo em graduações de outras áreas não se é possível. O que já é feito em outras graduações é incluir disciplinas de estágio na qual o estudante tem a possibilidade de direcionar uma atuação profissional e se aprofundar nela através da experiência prática e de complementação da formação com outros tipos de curso de menor duração como cursos de extensão, especialização, pós-graduações. Em outras graduações também existem disciplinas voltadas para a discussão da profissão, nas quais se apresenta ao aluno as possibilidades de atuação. Isso possibilita ao egresso uma maior clareza para traçar um caminho de inserção profissional. No caso das Ciências Sociais, alguns entram e saem do curso sem saber ao certo onde podem atuar.

O caráter demasiado teórico da formação só se configura enquanto fragilidade quando não é complementado com uma qualificação prática, que permita ao egresso melhores aptidões para atuar no mundo do trabalho. O perfil de formação mais intelectual que vem desde os primeiros cursos de Ciências Sociais no país não tem contemplado as necessidades de inserção laboral dos egressos, além de não se garantir uma formação que atenda a uma demanda técnica que também é escassa. Mas tanto a divisão dos profissionais e da própria formação em acadêmico *versus* técnico, quanto a união dessas duas categorias não são garantias de inserção profissional diante de um mercado de trabalho com poucas vagas e condições incertas e precárias de trabalho. Diante desse contexto, os egressos buscam a docência com ou sem a complementação da formação com a licenciatura, já que o ensino tem sido a via mais viável de inserção laboral, ou mesmo buscam fazer outras graduações como Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e até Enfermagem.

Por outro lado, melhorar a grade curricular do curso contribuiria para a formação dos novos bacharéis em Ciências Sociais, mas como melhorar a qualificação e a inserção profissional dos bacharéis que foram formados com essa “deficiência” ou lacuna curricular? Só uma melhor qualificação não garante uma melhor inserção, isso seria atribuir a responsabilidades de inserção laboral apenas ao indivíduo, não levando em consideração fatores externos como a oferta de vagas, as demissões, a flexibilização dos contratos de trabalhos, os baixos salários etc.

De todo modo, no contexto do curso de Ciências Sociais da UVA, o currículo e o Projeto Político Pedagógico já passou por diversas alterações ao longo dos anos, recentemente o curso está organizando uma nova proposta de modificação nas grades curriculares da licenciatura e no bacharelado, para atender tanto as demandas características do curso quanto às orientações do Ministério da Educação para os cursos de graduação. A proposta para o bacharelado inclui a criação de disciplinas em que se discuta a profissão e algo mais voltado para a atuação dos estudantes no mundo do trabalho. O professor N. de Freitas (UVA), em entrevista, fala a respeito da criação de uma disciplina sobre a profissão no curso:

[...] desde muito tempo, né, que eu venho pensando nisso, nessa possibilidade. Porque, assim, eu já tive experiência em outros cursos e vejo que muitos cursos, inclusive áreas muito próximas, como a própria assistência social, eles têm várias disciplinas pra discutir sobre a profissão. Lá no curso de Serviço Social,²⁰ inclusive eu participei do projeto, né, do projeto pedagógico do curso, eu ajudei a trabalhar o projeto e se eu não me engano, deve ter umas seis disciplinas só discutindo sobre

²⁰ Curso de Serviço Social do Centro Universitário UNINTA em Sobral.

a profissão, de como é que o Assistente Social pode se inserir em diferentes áreas e tal, inclusive trabalhando com legislação, né, com uma série de instrumentos que vão ajudar o assistente social a entender onde é que ele vai atuar mesmo, né, e na nossa área não tem isso, não existe nenhum tipo de disciplina que vá discutir a inserção no bacharel fora do meio acadêmico, né. A nossa formação é muito acadêmica mesmo, quer dizer, sempre voltada pra pesquisa acadêmica, tanto é que boa parte faz a opção de depois fazer o seu mestrado, seu doutorado e tal, e vão muito bem preparados pra isso. [...] Essa formação acadêmica é imprescindível, eu não tô dizendo que ela não é. É... agora, também deveria ter uma, vamos dizer assim, uma aplicação, uma discussão sobre a aplicação, né, em diferentes setores fora da, desse contexto da pesquisa acadêmica, né, da produção do conhecimento acadêmico, científico e tal. [...] Então, esse tipo de discussão, de como é que a gente pode fazer a relação entre as coisas não tem, né, no nosso curso. É... foi criado numa época dessa, até oficinas de produção e elaboração de projetos sociais e tal, mas ela acaba não, não contemplando essa demanda da aplicabilidade, do conhecimento que é discutido, né, aqui no curso. [...] Então, a minha preocupação sempre foi essa, quer dizer, a pessoa que não quer viver a vida acadêmica, ela não tem a oportunidade de saber o quê que ela pode fazer além disso. Então, eu sempre tive esse interesse e sempre tive muita resistência, mas eu entendo que essa resistência não é só daqui, tem a ver com um movimento, né, maior [...] E eu acho que incluindo a disciplina no curso, não sei se vai resolver o problema, né, mas pelo menos as pessoas vão tá tendo algumas informações sobre isso. Porque além da disciplina, eu acho que seria muito importante também o estágio, o estágio obrigatório pro bacharel. Mas aqui no curso a gente tá tendo essa dificuldade, né. Até se colocou essa possibilidade agora. Vai ter uma reforma curricular, então se criou a disciplina, se criou a disciplina de estágio também, mas depois se retirou (N. de Freitas, professor de Antropologia da UVA, entrevista realizada em 28/09/2018).

Com uma reforma curricular que contemple disciplinas onde se discuta a profissão e disciplinas de estágio profissional surge também outra questão que diz respeito ao perfil de docentes que pudessem ministrar essas disciplinas, já que, historicamente a formação em Ciências Sociais tem sido limitada à atuação acadêmica e muitos dos professores são formados dentro desse perfil. Outro ponto a ser considerado é o déficit docente que, no caso das universidades estaduais cearenses é real e dificultaria a ampliação da matriz curricular do curso e interferiria na qualidade da formação e em atrasos desta.

Contudo, mesmo não se configurando como uma resolução de todos os problemas concernentes às Ciências Sociais enquanto profissão, uma disciplina sobre a profissão tem sido reivindicada nas falas dos interlocutores desta pesquisa como uma opção para sanar algumas lacunas da formação dos bacharéis e auxiliar na hora da inserção profissional. Os egressos entrevistados apontaram para este ponto, elencando suas dificuldades ao tentarem se inserir no mercado de trabalho sem uma experiência prática e mais específica. Alguns afirmaram que ao saírem do curso não tinham uma ideia clara do que poderiam, de fato, fazer e iam “se virando” e aprendendo pelas experiências de trabalho que iam conseguindo. A formação em nível de graduação não tem como dar ao egresso todos os requisitos para uma atuação profissional, e isso não apenas nas Ciências Sociais, como também nas outras áreas.

A qualificação profissional se amplia com as pós-graduações e, sobretudo, com a própria experiência profissional, é no exercício prático da profissão que vamos nos moldando enquanto profissionais a partir da carga de aprendizado construído ao longo da formação. Trazer a experiência de atuação profissional junto à discussão sobre a profissão enriquece a formação e já é fato consolidado em diversos cursos de graduação, inclusive na licenciatura em Ciências Sociais, e demais licenciaturas, que trazem em suas grades curriculares disciplinas em que se discute a prática docente e disciplinas de estágios de inserção profissional como requisito para a obtenção do diploma, então porque o bacharelado não acata essa necessidade para sua formação? O bacharel é, sobretudo, um pesquisador, um cientista e não vai deixar de sê-lo ao atuar fora da academia. A ciência, a pesquisa não se faz apenas na teoria, se faz também na empiria e se complementa com a aplicação prática dentro da sociedade do conhecimento que é gerado nos centros de pesquisa acadêmica e também fora dele. As Ciências Sociais precisam extrapolar os muros das universidades, ir para além deles e ser construída em outras instâncias.

A falta de disciplinas voltadas para a inserção profissional nos cursos de bacharelado em Ciências Sociais não é apenas uma problemática da UVA. Dos cursos existentes no estado do Ceará, apenas o da URCA incluiu recentemente em sua grade curricular uma disciplina de prática profissional para além da pesquisa acadêmica, uma disciplina de estágio em organizações sociais. Uma disciplina com esta configuração pode se apresentar como uma estratégia fundamental de inserção profissional para os bacharéis em Ciências Sociais. Uma análise da experiência específica da URCA com essa disciplina não se inclui no escopo desta pesquisa, requer um estudo à parte; o que é importante salientar é que há uma necessidade que é posta pelos egressos do bacharelado em Ciências Sociais de uma discussão sobre a profissão e de uma experiência prática de inserção profissional durante a formação.

Para os egressos do bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Vale do Acaraú contemplados nesta pesquisa, a ausência de uma disciplina como essa desembocou em vários obstáculos após a conclusão do curso e as tentativas de inserção profissional. A formação teórica foi bastante contributiva, mas a prática foi adquirida mesmo nas experiências de inserção, A. Alves, que uma das egressas de Ciências Sociais pesquisada que atualmente atua como Coordenadora de CRAS, aponta que:

[...] nem tudo aprendemos na academia, muita coisa relacionada à nossa área aprendemos na prática. [...] Creio que o curso deve se reinventar, pois ainda pensa muito na dualidade professor (licenciatura) e pesquisador (bacharelado) em termos de formação. O que torna muitas vezes o campo de atuação limitado, creio que a

Ciências Sociais deve atentar em demonstrar as várias possibilidades de atuação para o discente (A. Alves, 31 anos, formada em 2011)²¹.

A egressa C. Bezerra aponta que os conhecimentos adquiridos na formação em Ciências Sociais contribuíram para o seu desenvolvimento profissional, mas que “*poderia ser melhor né, principalmente na grade do bacharelado se tivesse, pelo menos, algumas cadeiras voltadas pra parte da assistência, monitoramento, avaliação de projeto. [...] nós temos ainda uma deficiência nesse, nessas áreas*”.

Os interlocutores dessa pesquisa apontam que durante o período em que estavam na graduação, o campo profissional, a atuação do cientista social fora da academia, não era vista com clareza. A. Carvalho, que atualmente atua como Assessor Científico, nos conta que:

Ao entrar no curso não entendia quase nada sobre isso [campo de atuação profissional], no decorrer do curso algumas questões foram sendo esclarecidas e outros questionamentos surgiram. Mas em geral não tinha nenhuma ideia da função do sociólogo quanto profissional (A. Carvalho, 34 anos, formado em 2011)²².

A formação do bacharel em Ciências Sociais acaba por focar apenas na carreira acadêmica, não vislumbrando as outras possibilidades de inserção fora da academia, um fato que reflete também quando, depois de formados, os bacharéis em Ciências Sociais saem à procura de emprego. Para I. Mourão, egressa que atua como Socióloga em governo municipal, as poucas oportunidades fora dos espaços acadêmicos fizeram com que ela pensasse em desistir das Ciências Sociais quando fazia a graduação, e hoje, mesmo atuando como socióloga, cursa outra graduação. Em suas palavras,

Os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Sociais serviram para uma análise crítica da realidade, ajudaram na minha formação teórica como profissional, no entanto, durante a graduação não vivenciamos a realidade de trabalho fora do mundo acadêmico (I. Mourão, 29 anos, formada em 2011)²³.

Para F. Ribeiro, egressa que atua como professora de Sociologia, o campo profissional durante a graduação era visto de forma turva, sombreado por dúvidas:

Na verdade, é... eu acho que não só eu, mas a minha turma como um todo, a gente teve muita dúvida em relação ao nosso campo profissional e [risos] eu acho que até hoje eu ainda tenho. Na realidade, assim, o curso de Ciências Sociais ele peca um pouco, né, nessa coisa de mostrar onde a gente pode atuar profissionalmente. E eu acho que aos poucos é que eu fui verificando, mas eu sempre quis a carreira acadêmica mesmo é, de, de fazer mestrado, doutorado e tal. Eu nunca me interessei muito em, em ir buscando outras possibilidades pra além da docência, de ser professora e tal. Eu sempre acho que vislumbrei isso durante o curso (F. Ribeiro, 30 anos, formada em 2009).

²¹ Questionário aberto respondido em 20/08/2018.

²² Questionário aberto respondido em 27/08/2018.

²³ Questionário aberto respondido em 10/06/2018.

Já para R. Lopes, egresso que atua como professor no ensino superior, o modelo de formação do bacharel em Ciências Sociais não atende mais às demandas do atual contexto do mundo do trabalho, a formação demasiado teórica e fechada apenas à vida acadêmica precisa ser repensada. Ao avaliar as Ciências Sociais enquanto profissão, ele reflete:

É... [pequena pausa] eu acho que é uma profissão, da maneira como ela é hoje, ou pelo menos na época em que eu me formei, ela é uma profissão do século passado. Que talvez, aliás, que precisa é... se contextualizar com o mundo que a gente vive hoje, né, com o mundo do trabalho de hoje, com o mundo social de hoje. A nossa estrutura, a raiz da nossa, do nosso curso é um curso bacharelesco, é um curso pra formar uma elite acadêmica, intelectual, né, que isso fazia todo sentido quando as Ciências Sociais nasceram no Brasil, quando elas foram se constituindo na primeira metade do século XX, nas primeiras faculdades e tal. Você vai ser um intelectual, um sujeito que nunca vai pôr a mão na massa, mas que ele vai se debruçar sobre esta realidade. Esse perfil, ele não é mais condizente com a nossa realidade atual, né. Nem todo cientista social é ou vai ser um intelectual e isso não significa que ele não vai ser um sujeito é... bem formado, bem capacitado, qualificado, que ele não possa ser, né. Mas nem todo mundo vai ser acadêmico, nem vai ser intelectual, nem vai ser acadêmico. Vai ser às vezes um burocrata, vai ser um agente social, vai tá inserido em outras instâncias. E eu acho que o curso, que a formação, né, ela precisa, a formação deste profissional, ela precisa atender isso. Precisa atender essa diversidade e precisa se conectar com as transformações do mundo atual, do século XXI, né.

Eu acho que não dá mais pra você formar um, um profissional que sai da faculdade onde mal e parcamente ele é formado [...] pra ser um acadêmico. Então, todo mundo vai fazer pós-graduação, mestrado, doutorado? Não, não vai! Não vai inclusive porque não tem oportunidade pra todo mundo, certo?! Quem não for fazer a pós-graduação vai fazer o quê? Então, não tem como fazer de conta que todo mundo vai ser. Nenhum curso também dá certeza de que 100% das pessoas vão ser incorporadas, aproveitadas. Nós temos uma crise do trabalho que ela é generalizada em todas as áreas. Não existe facilidade pra ninguém, mas no nosso caso, o egresso, ele, ele sai inclusive com pouca compreensão prática desse mundo do trabalho que ele vai enfrentar. Então, nesse caso, a formação pra mim, ela está em descompasso com a realidade que ele vai enfrentar lá fora, entendeu?!(R. Lopes, 34 anos, formado em 2008)

Apesar de o Sociólogo ter inúmeras possibilidades (o que não significa inúmeras oportunidades) de inserção profissional, e de possuir uma formação teórica diversificada, na área das Ciências Sociais há um abismo quando se trata de experienciar o mundo do trabalho. Avaliando o mercado de trabalho para o cientista social, R. Lopes aponta:

A nossa área ela é, ela é plural até na formação porque a gente não tem o, não vê um conhecimento só. A gente vê, dialoga vários conhecimentos, vários, vários campos disciplinares. Então isso dá pra gente, por um lado, uma certa vantagem porque a gente pode se adaptar e se inserir em vários contextos, em várias áreas de atuação e tudo mais. Mas por outro lado, não há a preparação pra isso, pra ele ser um curinga, entendeu? A gente pode ser, mas não é! A grande questão é essa. Então, a gente vive esse dilema: podemos atuar em tudo, mas não temos instrumentos práticos para atuar em nada. Podemos estar em tudo, mas não estamos em nada ao mesmo tempo, ou em quase nada, pra não ser radical. A gente vive esse descompasso, entendeu?!

Nosso aluno, nosso egresso, eu falo isso também como professor,²⁴ ele não sai preparado para ele se inserir num, numa vida laboral, num mercado de trabalho que tá destruindo todas as barreiras e as fronteiras que antes havia entre espaços, entre profissões, entendeu?! Hoje você tem que saber e flertar e ter instrumentos que permitam você transitar por várias áreas, né. Por exemplo, a gente é cientista social, você vai ser um analista, um pesquisador da sociedade, da política, da economia, enfim, de uma área, de uma gama, né, bem amplo de assuntos e tal. Quando chega na prática, o quê que o nosso aluno, o nosso egresso, aliás, ele entende da vida política? Do mundo político? O quê que ele entende da administração pública? O quê que ele entende dos movimentos da sociedade civil organizada? Muito pouco! Ele em um conhecimento difuso sobre essas coisas todas, um conhecimento difuso, mas ele não conhece em profundidade, em nível de, de formação prática ele não conhece quase nada.

Aí a gente vive nesse dilema, porque pelo fato dele não conhecer, do ponto de vista prático, quase nada, ele não sabe onde ele se encaixa, onde ele pode se encaixar, aí ele não sabe nem aonde ele pode se encaixar. O Cientista Social pode trabalhar na educação? Claro que pode! Ele pode trabalhar na saúde? Pode! Ele pode na assistência, no campo das políticas públicas? Pode! Pode! Mas pra ele se inserir na área da saúde, ele tem que ter um conhecimento da saúde. Pra ele se inserir e trabalhar no campo das políticas públicas, ele precisa ter noção, entender o quê que é, o que são as políticas públicas. Pra ele trabalhar na área da cultura, ele precisa entender das políticas culturais, não da cultura como conceito antropológico. Que aquilo dali é importante, claro, né! É um instrumental, uma ferramenta dele, da formação dele. Mas ele precisa saber como é que funcionam as políticas da cultura, é uma coisa prática, objetiva, tem lei, tem procedimentos, tem rotina, enfim, tem procedimentos específicos. Ele pode ser um consultor? Ele pode ser um sujeito que vai prestar consultoria? Pode! A maioria dos nossos alunos não sabe nem o que é uma consultoria, não sabe nem o que é uma relação de consultoria, muito menos se colocar como consultor. Como que ele vai ser consultor?

Então, ele pode ser tudo, mas não é nada ao mesmo tempo. E isso eu parto da minha experiência pessoal, porque a prática, a necessidade de conseguir um espaço no mercado de trabalho é que foi me mostrando isso. Rapaz eu não sei fazer, ou, não me ensinaram a fazer isso, eu vou ter que aprender. E fui aprendendo na prática, né. Então eu já trabalhei em várias áreas, me envolvi com vários segmentos e tal. Isso me deu uma visão mais ampla, né. Quando eu voltei pra universidade como docente aí eu percebia a mesma dificuldade por parte dos nossos alunos de vê, ou, inclusive de se antecipar para o que ele vai enxergar, o que ele vai ver lá na frente. [...] eu acho que nenhum, poucos dos nossos alunos têm uma percepção clara do que é esse mercado de trabalho. Só vão começar a ter de fato, quando eles já estiverem na iminência de sair da universidade. E eu acho que isso é equivocado, eu acho que a formação poderia dar subsídios e dizer: “-olha, tem essas áreas aqui, tem esses caminhos aqui. Pra você ir pra esse caminho aqui especificamente, você tem que se instrumentalizar nisso, você tem que entender disso, você tem que fazer isso, aprender fazer isso, tal, tal, tal, tal. Aí pra esse idem, idem, idem...” Mas não é! Há uma formação geral, há uma formação teórica, e que eu não discordo dessa formação teórica, né, que é importante, que ela é necessária, que é justamente isso que nos dá um diferencial em relação a outras áreas, né, mas que essa formação teórica, esse conhecimento sociológico, antropológico, político ele precisa ser traduzido, ele precisa ser instrumentalizado numa prática e numa práxis, pra usar um termo marxista. Uma ação consciente, né. Então os nossos alunos não têm uma

²⁴ R. Lopes trabalhou como Professor Substituto do curso de Ciências Sociais da UVA.

práxis, não tem nem uma prática profissional, muito menos uma práxis profissional, entende?! E é isso. E eu acho que isso é um pecado, é uma falha da nossa formação.

[...]a formação teórica do profissional, ela deve continuar ao longo da vida dele, ele não deve parar de estudar. Quando ele sai da universidade tem que tá estudando sempre, tem que tá lendo, se antenando, tal. Mas paralelo a isso, isso você tem que fazer ao longo da vida, paralelo a isso você tem que ser instrumentalizado e isso, eu acho que a nossa formação perde essa oportunidade.

Talvez tivéssemos mais sociólogos, mais cientistas sociais inseridos em espaços e no mercado de trabalho, se a gente tivesse essa percepção, se as nossas instituições de ensino tivessem essa percepção, os nossos professores, né, de que é preciso diversificar. Não é que tem que deixar de pensar a nossa área como uma área de reflexão. Tem que ser, continua sendo (R. Lopes, 34 anos, formado em 2008).

Essa formação “curinga” e plural do cientista social talvez seja, justamente, um dos elementos que nos permite a adaptação nas mais variadas áreas de atuação e nos novos modelos de inserção e atuação profissional, que requer flexibilidade e adaptação. Ou seja, é o caráter amplo de plural da formação que possibilita a adaptação do egresso nas mais variadas áreas, mesmo sem um instrumental mais específico de atuação durante a graduação, o que também não inviabiliza incluir no currículo das ciências sociais, pelo menos uma apresentação básica ao estudante das possíveis áreas de atuação, para que ele tenham uma maior clareza ao sair da universidade. Como aponta R. Lopes, reformular a formação e orientá-la também para os novos contextos do mundo do trabalho possibilitaria uma melhor instrumentalização dos egressos para a inserção profissional. O diálogo da configuração do curso de Ciências Sociais da UVA com as demandas da comunidade na qual ele está inserido tem sido esvaziado ao longo dos anos. O curso foi originalmente pensado a partir do diálogo com a comunidade local que apontou demandas na região que justificaram a sua criação. Para uma reformulação do currículo é importante que as demandas atuais da região, dos discentes e dos egressos sejam levadas em conta. Considerar um diagnóstico do mercado de trabalho local, incluindo não só a cidade de Sobral, mas os municípios circunvizinhos que enviam estudantes para a UVA, e, a partir daí reformular sua grade curricular para que entre em compasso com as principais ocupações da região para os cientistas sociais e, esclarecer ao aluno os possíveis caminhos que poderá seguir na profissão, dando-lhes a oportunidade de escolher determinado ramo e melhor se instrumentalizar para a futura inserção, não negligenciando a qualificação para o mundo do trabalho fora da academia, para que aprendam por si mesmos no momento da inserção. A formação necessita ser também prática e não apenas teórica. Teorias e práticas precisam caminhar juntas, sobretudo nos processos de formação. E, por prática, inclui-se não apenas a prática de pesquisa, essa muito bem construída no âmbito do curso da UVA e crucial para a formação do bacharel em qualquer área, mas outras práticas possíveis aos bacharéis em

Ciências Sociais, com estágios nas organizações locais como requisito para a obtenção do título e disciplinas que incluam a discussão sobre a profissão.

R. Lopes continua sua reflexão apontando como a nossa prática profissional e de formação necessita ser repensada:

[...] eu acho que isso precisa ser problematizado pelos nossos colegas, a necessidade de se repensar a formação do cientista social nesse nosso contexto. Essa formação bacharelesca, academicista que desconsidera o mundo prático, que desconsidera o mundo do trabalho. Quando eu tô falando do mundo do trabalho, não é só exclusivamente a inserção do indivíduo num emprego não, é o mundo do trabalho, o quê que tá acontecendo no mundo hoje. As profissões, elas estão num processo de diluição, de hibridismo que hoje você: “ah, eu sou só isso!”, né! “eu sou só isso!” Quem é “só isso” tá ficando pra trás porque você tem que ser isso e aquilo e aquilo outro. E entender que o mundo, entender, por exemplo, que as tecnologias influenciaram no mundo do trabalho, de um modo geral, o uso delas, é... o que tá acontecendo com a nossa democracia, não só a nível nacional, mas no mundo inteiro, a crise das democracias. A percepção que se tem do Estado, de qual é o papel do Estado. Tudo isso vai afetar diretamente na vida do trabalho, no mundo do trabalho, né.

Então, não dá pra mim [sic] ficar achando que eu vou ser hoje um mero intelectual, porque antes o intelectual era um sujeito que vinha da classe média, que já tinha um certo, uma certa base é... familiar, né, que permitia a ele, naturalmente, ingressar nos quadros do ensino da universidade. Não há mais espaço pra isso. Já temos profissionais mestres, doutores, talvez nós sejamos a maior área, a área que mais concentra mestres e doutores. Então, não tem vaga pra todo mundo, nem todo mundo vai ser professor. Não é bom que todo mundo seja professor. Tem gente que detesta entrar na sala de aula e isso não é um problema pra essa pessoa, isso é uma questão de aptidão, uma questão de identificação, nem todo mundo precisa ser docente. Como nem todo mundo inclusive precisa ter uma formação superior. Isso é uma bobagem! Mas enfim...

Então, a gente precisa entender que nesses últimos anos, últimas décadas de transformações, que a gente fica lá estudando Marx, o proletariado... quem é o proletariado hoje? O proletariado do marxismo é o fabril, a indústria hoje ela representa muito pouco na economia. Então não tem mais esse trabalhador de fábrica, sabe?! Ele, ele tá se acabando. E hoje a gente tem um aumento exponencial das pessoas que são autônomas, que são empreendedoras, que isso é uma cultura, né, tanto é algo da nossa personalidade cultural, como é algo que vem sendo induzido, trabalhado pelo próprio mercado. De você ser um sujeito autônomo, de você tá fazendo, de você se tornar um empresário, enfim, gente que larga profissão pra se dedicar a uma coisa que não tinha nada a ver. Enfim, o mundo do trabalho tá muito complexo, não cabe mais naquelas caixinhas que nós criamos no século XX. Então eu acho que a gente precisa entender isso, entendeu? E, no que diz respeito ao nosso quintal, que a gente tem que cuidar primeiro do nosso quintal, nós precisamos problematizar isso ao longo da formação, problematizar isso com os nossos alunos ao longo da formação e precisamos instrumentalizar eles pra que eles entendam isso, pra que eles saiam sabendo como é que eles podem se situar, se encontrar nesse mundo do trabalho. Então, eu ainda acho que esse mundo de profundas mudanças é sempre muito útil para nós, para as Ciências Sociais, a gente pode, deve dar uma contribuição muito grande pra esse mundo, inclusive pra ele se tornar melhor do que o que ele é. Mas pra isso a gente precisa preparar melhor, repensar a formação. E repensar a formação significa inclusive repensar a própria prática docente, de quem está lá, a própria prática dos docentes, né. A universidade ela isola o aluno e, em parte, os professores ajudam isso, isolam o aluno naquele mundo que é a universidade. E a universidade não pode estar isolada do mundo, ela tem que tá em contato, ela tem que tá de portas abertas, ela tem que tá atendida ao que tá acontecendo no mundo, do contrário, a gente vai formar pessoas obsoletas,

peças que não vão se encaixar direito nisso daí, entendeu? [...] eu acho que é urgente repensar, isso tá para além de pensar em criar sindicato, não sei o que, isso são coisas importantes, são! Né, isso daí, a nossa dificuldade de pensar isso, de criar um sindicato, de se organizar enquanto categoria decorre, isso aqui é uma consequência, não é a causa, a causa é a formação que não nos instrumentaliza pra isso, né. Eu sou um sujeito, um homo academicus, mas eu preciso ser um homo laboral [risos], um cara que precisa se conectar com isso. Então, tem a ver com a formação, se a gente não repensar a formação, nós vamos ter esse mesmo problema de nos identificarmos profissionalmente, de nos inserirmos e inclusive de nos profissionalizarmos enquanto categoria, essa coisa toda, entendeu? (R. Lopes, 34 anos, formado em 2008)

No que concerne à referência que Ronaldo faz ao modelo de formação do cientista social academicista, bacharelesca, da formação apenas de intelectuais que fazia todo sentido no século passado, podemos atentar também não apenas para o contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como também das mudanças ocorridas na educação superior. Não apenas os cursos de Ciências Sociais, mas a formação superior em si, era destinada em sua origem, aos filhos das elites, para a formação de uma elite intelectual e de um quadro de profissionais para atender as demandas das elites políticas e econômicas, e atender à necessidade de construção de uma base ideológica para um projeto de desenvolvimento articulado pelo Estado-nação.

A maior parte da população não tinha acesso a esse nível de ensino e isso aos poucos tem se modificado, camadas populares, filhos de trabalhadores e trabalhadoras têm conseguido se inserir no ensino superior. Notadamente nem todos têm essa oportunidade, mas o acesso ao ensino superior tem se ampliado ao longo dos anos no Brasil. Isso acarreta em outras consequências que precisam ser postas em pauta no que diz respeito à inserção profissional depois da formação. Porque essas camadas populares que passaram a também ter acesso ao ensino superior, sobretudo no campo das Ciências Sociais, não podem se dar ao luxo de serem meros intelectuais, necessitam se inserir no mundo do trabalho, sobretudo por uma questão de sobrevivência, de suprirem seu sustento financeiro.

Na perspectiva dos egressos aqui entrevistados, as Ciências Sociais parecem ter se tornado obsoletas diante das características do mercado laboral que imperam no atual estágio do capitalismo. Muitos tem desistido das Ciências Sociais, seja no momento em que ainda estão na graduação, seja depois que terminam e vão fazer graduações em outras áreas, tanto pela falta de conhecimento das possibilidades de inserção, por parte do graduando, ou já egresso de Ciências Sociais, como factualmente, pelas poucas oportunidades e as condições precárias da inserção no mundo do trabalho. Ao tentarem complementar sua formação com a licenciatura ou com outras graduações, reflete, sobretudo, a tentativa estratégica de agarrar outras oportunidades de emprego.

Para T. de Castro, durante a época em que estava na graduação, o campo profissional para o cientista social era visto também de maneira muito turva, de forma que ele não conseguia ver em que ele poderia atuar quando se formasse. Em suas palavras:

[...] eu pensei em desistir diversas vezes do curso de Ciências Sociais por isso, porque eu não conseguia apalpar o que eu iria fazer depois que eu terminasse, né. Acho que foi isso também que me levou a pensar em fazer a licenciatura depois. Isso aconteceu mais nos primeiros semestres, porque eu tava vendo as disciplinas e por mais que eu me identificasse com elas, eu vivia muito angustiado porque também havia uma cobrança externa pra trabalhar, mas eu não sabia muito bem no quê trabalhar naquele momento, já que não havia uma profissão fora da academia que acolhesse aquele campo de estudo, né, de maneira mais direta. Mas a partir do momento em que eu fui convidado para ser bolsista de iniciação científica, acho que foi mais ou menos na metade do curso, foi que a minha visão começou a se modificar, eu acho que a minha angústia começou a diminuir um pouco porque a iniciação científica, ela direciona um pouco a gente. Acho que ela dá um pouco mais de norte e... eu acho que foi esse envolvimento mesmo com a pesquisa, com as próprias atividades que o laboratório, [...] ao qual a pesquisa que eu desenvolvia tava naquela época vinculado me direcionava. Enfim, aquelas atividades me traziam algum norte. E foi a partir dali que eu pude de fato perceber que eu poderia ser um pesquisador. Até então, todas essas ideias apareciam pra mim de maneira muito vaga, até porque não houve, em momento algum, alguém que viesse explicar o que a gente iria fazer, até porque pressupunha-se que quem entrou no curso já sabia mais ou menos o que significava as Ciências Sociais e o que ela iria representar dentro do mundo do trabalho, né. Mas eu me senti um pouco perdido, até começar a ser bolsista de iniciação científica e começar a me construir um pesquisador. Porque eu acho que foi aquele momento, daquele momento em diante que eu pude vislumbrar a possibilidade não só de ser um pesquisador, mas principalmente de ser um professor universitário futuramente. Não consegui ser ainda, né, mas digamos que isso também fez parte das minhas perspectivas, né, realizar uma pesquisa, posteriormente fazer uma pós-graduação pra atuar na academia também.

Então, eu acho que as minhas perspectivas profissionais na época em que eu fiz parte do curso, elas giravam um pouco em torno disso. Primeiro em torno de uma angústia, porque eu via algumas pessoas trabalhando, mas eu não via essas pessoas trabalhando na academia, eu via elas trabalhando fora e eu também queria ter um espaço lá fora, né, e não saber o quê. E depois a perspectiva muda porque eu começo a ser bolsista de iniciação científica, eu já começo a me construir pesquisador e vê que eu posso ter uma outra possibilidade, mas presa ainda à ideia da academia (T. de Castro, 28 anos, formado em 2012).

A perspectiva de que a formação acadêmica não contemplou uma qualificação mais específica para a inserção no mundo do trabalho e a necessidade de se repensar a formação do bacharel em Ciências Sociais também é colocada pela egressa C. Bezerra:

[...] poderia ser melhor, né, principalmente na grade do bacharelado, se tivesse pelo menos algumas cadeiras voltadas pra parte da assistência, monitoramento, avaliação de projeto. Que assim, até quando tem consultorias fora, é muito nesse sentido e que nós temos ainda uma deficiência nessas áreas.

[...] eu sei que agora, depois que eu fui fazer a especialização e agora estudando pra esse concurso que vai ter, eu vejo o quanto que a gente não tá apto. Assistente Social tá bem mais na nossa frente porque querendo ou não, eles têm muitas cadeiras voltadas pra área da Assistência. Psicologia também tem essas cadeiras e a gente não vê nenhuma cadeira de assistência, nenhuma cadeira voltada para avaliação e monitoramento de políticas públicas. A gente vê uma de projetos sociais, pra construção de projetos que ainda é muito deficitária, muito deficiente.

E, assim, eu acho que o currículo precisaria ser reformulado, ser de fato e que houvesse uma mobilização maior. Que a gente até tentou numa época um sindicato, mas até pra construir um sindicato da nossa categoria que possa né, lutar por essas questões é complicado. Porque é muita briga e pouca eficácia, né, na área (C. Bezerra, 30 anos, formada em 2011).

A fala da egressa aponta para uma reivindicação de disciplinas voltadas para a área da assistência social no currículo de Ciências Sociais, mas até que ponto a inclusão dessas disciplinas seria viável? E em que sentido o Assistente Social estaria na nossa frente? O curso de Serviço Social trabalha diretamente com a assistência, então disciplinas desse tipo são imprescindíveis para a formação. Porém, no caso das Ciências Sociais que tem um caráter formativo multidisciplinar e orientado para a formação de cientistas, pesquisadores não se poderia estender a formação direcionando-a para a área da assistência em detrimento também das outras possíveis áreas de atuação como saúde, cultura, planejamento etc. A não ser, talvez, em disciplinas do tipo optativas, para que o estudante se direcione para esta área, se assim o desejar. E, nesse caso incluir disciplinas optativas também em outros direcionamentos. Contudo, essa possibilidade esbarraria também em outros obstáculos que dizem respeito à estrutura física da universidade, recursos humanos, dentre outros. Haveria salas disponíveis para a oferta dessas disciplinas? Havia professores qualificados para lecionar nessas áreas? E, sobretudo, haveria a compreensão e o desejo dos estudantes de acatarem essas possibilidades de atuação sem uma apresentação prévia dessas áreas de atuação dada pela própria formação?

As falas dos egressos convergem para a necessidade de uma reformulação da própria formação do cientista social. Contudo, os egressos também apontam como entrave à inserção profissional a falta de mobilização da categoria profissional em criar instâncias organizativas, uma organização da própria categoria por meio de sindicato e conselho profissional que endosse a luta por melhores condições de inserção deste profissional e que estabeleça normas, parâmetros, piso salarial, reserva de mercado e a fiscalize os empregadores no cumprimento destas determinações.

A tentativa de se criar um sindicato já é histórico nas Ciências Sociais no Ceará. Desde a década de 1980 alguns cientistas sociais têm se mobilizado. A mobilização mais recente foi em 2012 quando um grupo de estudantes e egressos de Ciências Sociais se reuniram para tentar organizar um sindicato estadual. Foram realizadas três reuniões com diversos encaminhamentos e a criação de um blog denominado “Movimento Pró-Sindicato

dos Sociólogos do Estado do Ceará”.²⁵ A última atualização do blog data de 17 de maio de 2012, com a ata da terceira reunião de mobilização para a fundação do sindicato, ocorrida em 10 de março de 2012, no auditório Luiz Gonzaga, da Universidade Estadual do Ceará. Nesta reunião, falou-se do contato com sindicatos de outras categorias no estado para apoio institucional; da necessidade de uma campanha de arrecadação de verbas para as despesas iniciais do sindicato; a criação de um grupo de mobilização para divulgação das ideias e diversas propostas foram lançadas pelos presentes, como uma pré-filiação através do *blog*. Apesar das ideias e propostas, a mobilização da categoria acabou caindo apenas no plano do discurso. O *blog* disponibiliza o pré-cadastro e alguns comentários postados indicam que duas pessoas efetivaram o pré-cadastro, porém as atualizações do blog, como mencionado acima, encerram no mesmo ano de sua criação. O comentário postado mais recente data de 22 de maio de 2012.

Em âmbito nacional existe a Federação Nacional de Sociólogos – FNS, fundada na década de 1980 e que se configura enquanto uma associação sindical de base territorial em todo o país e que se propõe a colaborar com as demais associações sindicais estaduais e a ela filiadas. De acordo com o Artigo 2º de seu estatuto, “a Entidade tem como finalidade valorização, coordenação, proteção e representação legal dos sociólogos e dos sindicatos de sociólogos ou de cientistas sociais (CLT, 534, caput), perante o Estado, outras organizações e a sociedade em geral” (Estatuto FNS, 2012, Art. 2º). À entidade cabe ainda, dentre outras coisas, o recolhimento de verbas e contribuições previstas em legislação, atuar como órgão consultivo na área, responder pela categoria, fixar normas, direitos e obrigações da categoria, celebrar acordos, etc.

Em colaboração com a Federação existem as Associações de Sociólogos de Sergipe e a da Paraíba, a Comissão Pró-Organizadora do Sindicato dos Sociólogos do Ceará, o Sindicato dos Antropólogos, Cientistas Políticos e Sociólogos de Alagoas e os Sindicatos de Sociólogos dos estados do Acre, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Amapá, do Amazonas, do Oeste do Pará e do Rio Grande do Sul. A Federação abriga ainda um Grupo Nacional de Discussão, a Associação Virtual de Sociólogos – AVISO.

O endereço eletrônico da FNS²⁶ disponibiliza uma série de arquivos relacionados à profissão, como legislação específica, projetos de lei, documentos sobre a atuação profissional, piso salarial, código de ética, bem como uma nota emitida pela Federação como

²⁵ <https://sindicatosociologosce.wordpress.com/>

²⁶ <https://sites.google.com/site/federacaonacionaldossociologos/home>

justificativa para o Projeto de Lei de criação do Conselho Federal de Ciências Sociais – CFCIS. De acordo com a nota, a necessidade da criação de um Conselho Federal de Ciências Sociais advém, sobretudo, a partir das lacunas existentes na Lei nº 6.888/80, que cria legalmente a profissão de Sociólogo, mas não define concretamente seu campo de atuação nem suas atribuições profissionais, bem como não cria legalmente as profissões de Antropólogo e Cientista Político. Nesse contexto, a partir de 1996, profissionais da área passaram a pleitear a criação de seu conselho e encaminharam às casas legislativas um Projeto de Lei que acabou sendo arquivado em 2003. Em 2006, a FNS apresentou ao Ministério do Trabalho e Emprego um projeto para a criação do CFCIS que ficou tramitando naquele Ministério por dois anos e depois foi devolvido sob a alegação de que o MTE não possuía competência legal para atender ao pleito. Em 2009 foi encaminhado à Casa Civil um projeto que cria o CFCIS, apesar de no ano seguinte o pleito tenha sido reconhecido pela Casa Civil, foi alegada a necessidade de envolvimento de outro Ministério para o processo de construção do CFCIS.²⁷

A FNS coloca, ainda, a necessidade da criação de um conselho federal para o fortalecimento da atividade profissional dos graduados em Ciências Sociais. Em sua justificativa para a criação do CFCIS, a Federação aponta que:

[...] a prática profissional dos graduados em Ciências Sociais ficou, em grande medida, restrita ao ambiente acadêmico. As dificuldades encontradas para o exercício profissional limita a possibilidade do contributo racional que esta área do conhecimento tem a oferecer e deixa de ocupar um espaço profissional existente, cedendo espaços para agentes de outras formações fortalecidos por seus respectivos conselhos. [...] A criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Ciências Sociais - CFCIS irá garantir que as atribuições dos Sociólogos, Antropólogos e Cientistas Políticos que demandam autoridade do saber, sejam exercidas por quem de fato está capacitado e apto a exercer as atividades concernentes a esta área do conhecimento. O CFCIS terá uma função clara e objetiva de valorização e fortalecimento dos profissionais e, mais ainda, na orientação da prática profissional e do apoio à sociedade civil ao coibir atos lesivos efetivados por pessoas inescrupulosas que fazem do exercício profissional um meio de angariar benefícios de forma torpe e desonesta. Garantindo o desenvolvimento das especialidades técnicas e científicas que observem potencialidades e atendam necessidades da sociedade, empreendendo ações e mobilizações de elevado interesse público (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SOCIÓLOGOS, Justificativa do CFCIS)²⁸.

²⁷ Disponível em:

<file:///C:/Users/edilm/Downloads/justificativa%20do%20Conselho%20Federal%20de%20Ciencias%20Sociais%20CFCIS.pdf> Acesso em 06/11/2018.

²⁸ Disponível em:

<file:///C:/Users/edilm/Downloads/justificativa%20do%20Conselho%20Federal%20de%20Ciencias%20Sociais%20CFCIS.pdf> Acesso em 06/11/2018.

O Professor N. de Freitas também aponta para a necessidade de criação de um conselho federal para a categoria:

*[...] a gente sempre vai ter muita dificuldade, por exemplo, de se inserir profissionalmente porque a gente não tem um conselho. E o conselho eu entendo que é uma entidade, uma entidade política, que vai dar força, além da fiscalização, do controle e tal, vai dar força pra esse **nosso** interesse, né, de se inserir em outras áreas fora do mundo acadêmico. Então, eu acho que é uma das dificuldades que a gente tem, exatamente essa: os **egressos**, eles não conseguem se mobilizar, muitos deles, às vezes não tem nem interesse disso e ficam falando mal do curso [risos], quer dizer, culpando o curso por causa disso, que não tem espaço de atuação profissional, pelo menos dizem isso, né. Eu acho que não, eu acho que tem muito espaço, mas como eles não sabem também, né, aí fica nessa conversa, quer dizer, “eu nunca sou o culpado, o culpado é sempre o outro”, aí fica um jogando pra cima do outro a responsabilidade de resolver o problema. Então, às vezes falta um pouco essa mobilização da própria categoria no sentido de defender alguns espaços que não são os espaços acadêmicos [...] Então na área de saúde também vai se prevê essa possibilidade da inserção de outros profissionais. Aí quem acaba ocupando são o pessoal da assistência social, da psicologia, da educação física, que são profissões que têm conselhos profissionais e que acabam conseguindo inserção desses personagens nesses diferentes espaços, né.*

Em alguns momentos de sua fala, o Professor N. de Freitas se diferencia enquanto profissional da área acadêmica, como categoria em separado de uma área “técnica” de atuação fora da universidade, sobretudo quando fala em “**eles não conseguem se mobilizar**” e “**eles não sabem...**”, mas em determinados momentos ele se utiliza de um termo coletivo, se inserindo na categoria mais ampla de cientistas sociais, quando fala “**a gente sempre vai ter muita dificuldade...**” e em “**esse nosso interesse**” .

O que dificulta também a criação de um conselho são as divisões no interior da própria categoria, isto é, as diferentes áreas de atuação que são originárias de uma formação comum em Ciências Sociais acabam por se fecharem em suas “caixas” e não colaborarem entre si para o fortalecimento da categoria. Há uma série de questões que acabam dividindo ainda mais a categoria, que já está dispersa entre as diferentes áreas de atuação. De um lado há os que seguem a carreira acadêmica e se tornam professores universitários, de outro há os licenciados em Ciências Sociais que se tornam professores da educação básica e há ainda os bacharéis em Ciências Sociais que se inserem e procuram se inserir em outras ocupações diferentes da docência, e dentre estes há ainda uma diversidade de ocupações que podem ser seguidas tanto no serviço público, em ONGs ou mesmo na iniciativa privada. Aos que seguem a carreira do Magistério podem se filiar às organizações sindicais de professores e nelas lutarem por melhores inserções laborais, melhores salários e garantia de vagas etc., mas aos que seguem a carreira de Sociólogo, Antropólogo ou Cientista Político encontra uma série de restrições ao tentar se inserir profissionalmente, como a falta de vagas, os baixos salários etc.

Para o Professor N. de Freitas, a responsabilidade principal da mobilização para a criação de um conselho deve partir dos profissionais que estão atuando fora da universidade. Reconhece, ainda, que sua situação enquanto professor universitário já está cômoda porque já faz parte de uma categoria profissional já organizada politicamente, com piso salarial, plano de carreira, etc. Nesse sentido, ele se propõe a colaborar com a mobilização para a criação de um conselho profissional de Ciências Sociais, contudo enfoca:

[...] aí a responsabilidade é de vocês, né [risos]. Eu até brinco às vezes com os alunos: olha, nós que somos professores aqui da universidade, a gente já tá numa situação muito cômoda, a gente inclusive já tem até um sindicato, que tá lá defendendo o nosso plano de carreira e tal, que tá lá defendendo nosso salário, tá defendendo a qualidade da universidade e tal, que é onde a gente tá trabalhando. Agora quem não tá dentro da universidade, quem vai atuar em outras áreas, tem a pretensão de atuar em outras áreas é que deveria tá se mobilizando e tal e a gente ajuda. Eu pelo menos ajudo, né, não sei os outros, mas eu me comprometo a ajudar, dar força e tal. Agora, não sou eu que vou tomar a iniciativa, né. [...] Quem já se formou, quem tá precisando deveria tomar essa iniciativa de começar a se organizar. Eu tô dizendo isso porque já teve aluno cobrando da gente isso, né: ó, vocês que deviam tá fazendo isso, não sei o quê, criando sindicato. Não, não é a gente não [risos]. Não é a gente não. Primeiro porque a gente não precisa, né, e segundo porque a gente já tem, nós somos professores universitários. A gente não quer dizer que a gente não possa atuar em outras coisas. Eu já atuei em outras coisas. [...] então assim, já tô numa situação cômoda, mas isso também não importa, né, eu tô aqui à disposição pra ajudar, agora não sou eu que vou tomar a iniciativa e fazer. Quem tem que fazer é o pessoal que tá aí formado já e que tem essa necessidade.

O Professor N. de Freitas ainda reforça que a criação de um conselho é fundamental para a criação e organização dos espaços de atuação profissional, para ele,

Enquanto não tiver esse conselho, vai continuar com esse problema das pessoas acharem que não tem espaço. E tem muito espaço e os espaços que se criam você vai ter problemas pra poder entrar, porque muitos deles demandam uma necessidade de você tá vinculado a um conselho, né. Até mesmo do ponto de vista da ética do trabalho etc. tudo isso o conselho serve pra gente tá discutindo.[...]também até serviria pra reforçar essa necessidade das pessoas se mobilizarem politicamente. Porque todas as profissões que supostamente a gente entende que tem um emprego, são profissões que têm conselhos profissionais fortes, a OAB, o Conselho de Medicina, Conselho de Enfermagem, Conselho da Assistência Social e tal, de Psicologia. [...] tão lá fiscalizando, que lá naquele lugar ali tem que ter um profissional da minha área, então vamo lá, né, se você não colocar vai ser multado, vai ser aquilo e aquilo outro.

Em resumo, há três problemas principais que assolam os bacharéis em Ciências Sociais apontados pelos egressos entrevistados e pelo Professor N. de Freitas, a saber: o primeiro diz respeito à deficiência de discussões sobre a profissão e a aplicação prática dos conhecimentos para além da pesquisa acadêmica durante a formação; o segundo problema diz respeito à falta de vagas e organização das vagas existentes no mercado laboral e o terceiro problema está relacionado à capacidade de organização enquanto categoria profissional para articular um conselho de classe e outras instâncias de articulação da categoria. E há, pelo

menos em tese, duas soluções propostas por eles para dois dos três problemas apresentados: a inserção de disciplinas que discutam a profissão e disciplinas de estágio profissional que cobririam as deficiências da formação que os egressos apontam, e a criação de um conselho de classe que possivelmente organizaria a inserção profissional, estabeleceria reserva de mercado, piso salarial e a fiscalização do cumprimento desses direitos. Indo por esse viés, um dos maiores entraves para solucionar os problemas de inserção profissional da categoria seria a nossa própria falta de mobilização, organização e união. Tudo isso apenas a nível discursivo, já que não se pode ter certeza de que a criação de um conselho profissional e a implementação de mudanças na formação solucionariam de fato os problemas concernentes à inserção profissional sem a experiência concreta de implantação dessas possíveis soluções. Mas se os problemas foram identificados e as possíveis soluções foram apontadas, porque há ainda tanta resistência na mobilização, organização e união da categoria para que pelo menos se tente resolver os problemas? Quais seriam as causas dessa desmobilização da categoria? Seria decorrente de um não reconhecimento coletivo da profissão? Os profissionais em Ciências Sociais não se reconhecem uns nos outros, apesar de possuírem a mesma formação superior e encontrarem problemas semelhantes no processo de inserção eles seguem por ramos variados de atuação (professor de Sociologia do ensino médio, professor universitário, Sociólogo/Antropólogo/Cientista Político que atuam também em ramos diferenciados) e lutam por melhores condições de inserção profissional de modo individual e não colaborativo com seus pares.

No que diz respeito à formação de bacharéis em Ciências Sociais, no caso específico da UVA, há as discussões sobre a inserção de disciplinas sobre a profissão. Há também a Organização Sócio-Estudantil de Serviços em Consultoria e Projetos de Pesquisa (OSESP), Empresa Júnior do curso de Ciências Sociais que objetiva iniciar os estudantes do curso na prática de atividades profissionais através da parceria com ONGs, Associações, prefeituras, empresas e outros órgãos públicos e privados da região. De acordo com o estatuto da OSESP, são finalidades da Organização:

- I - Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região Norte do Estado do Ceará, desenvolvendo trabalhos para as associações, federações, cooperativas e pequenos empresários e produtores;
- II - Valorizar alunos e professores da UVA no mercado de trabalho, bem como, no âmbito da instituição;
- III - Promover o desenvolvimento intelectual e profissional do dos estudantes de Ciências Sociais;
- IV - Dar mais nitidez a atuação do Cientista Social no mercado de trabalho;
- V - Estimular a participação dos estudantes no desenvolvimento das atividades praticas, resultantes de seus estudos adquiridos;
- VI - Promover a integração Universidade\Sociedade;

VII - Contribuir para o ingresso dos estudantes de Ciências Sociais no mercado de trabalho;

VIII - Formar agentes de desenvolvimento socioeconômico a partir da atuação no local em que estão inseridos (Estatuto OSESP, 2008, Art. 2º).

A OSESP se propõe ainda, enquanto organização, que colabore com o desenvolvimento social e econômico da região norte do Ceará por meio dos seguintes serviços: Planejamento e organização de pesquisas eleitorais, de opinião, de mercado e/ou sócio-econômico-cultural; Assessoria e Consultoria em análise de políticas públicas e de impactos sócio-econômicos-culturais; Assessoria a sindicatos, ONGs, cooperativas, pastorais, partidos políticos e movimentos sociais; e serviços relacionados à gestão da cidade, como registro e interpretação de memórias e implantação de acervos, levantamento sócio-econômico, subsídio à elaboração de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, assessoria em projetos de mobilização social, organização de eventos de discussão sobre a gestão da cidade, plano de ação para o desenvolvimento do turismo e diagnóstico de manifestações culturais (Informativo OSESP, s/d).

A OSESP tem promovido também ciclos de formação e discussão sobre a inserção profissional em diferentes áreas de atuação para os cientistas sociais. Alguns egressos do curso são convidados para falarem de suas experiências em diferentes áreas de atuação, cada encontro tem um tema específico apresentado por um egresso da área e um professor. Porém, esse evento tem se deparado com algumas dificuldades como a pouca adesão por parte de professores e alunos do curso. Os primeiros encontros estavam sendo no período da manhã, o curso de Ciências Sociais é noturno e a maior parte de seus alunos mora em outros municípios, então o público maior foi de alunos de outros cursos. Diante disso, a gestão da OSESP decidiu realizar os encontros no período noturno, porém a adesão continuou sendo baixa porque era no mesmo horário das aulas e a maioria dos professores não liberava a turma para o evento e os alunos que não estavam em aula acabaram não participando também.

Atualmente, além dos alunos que compõem a gestão da OSESP, há também uma bolsista do Programa Bolsa Universidade (PBU) que cumpre estágio na organização. O Professor N. de Freitas conta um pouco sobre algumas dificuldades que a OSESP tem enfrentado:

[...] o que a gente nota é que o aluno só se toca mesmo do quê que ele tá, de onde que ele tá mesmo da metade pra frente do curso. Então, o quê que vinha acontecendo com a OSESP, [...] geralmente quem assumia ou era bolsista de Iniciação Científica ou tava terminando, ou as duas coisas, terminando o curso. Aí não tinha como, não tem como você se dedicar a essas coisas de forma concomitante. Porque se você é um gestor da OSESP você tem que tá indo atrás, por exemplo, fazendo a função daquele que seria o professor da disciplina de

estágio, indo atrás dos diferentes locais onde você pode atuar, trabalhando parcerias, ou então em determinados projetos e tá envolvendo os alunos, ou mesmo sendo um empresário pra vender a marca [...] aí as oportunidades que vão aparecendo a gente acaba perdendo em função dessas coisas, as pessoas não se envolvem, os meninos tão já de saída do curso, aí tem que fazer o seu TCC, tem a bolsa que tem que cumprir as atividades, não sei mais o quê e acaba que a OSESP fica no segundo plano e a coisa não rola, né, e isso vem se repetindo. Nessa última gestão é que parece que eles tão começando a se tocar dessa história e a ideia da bolsista é exatamente pra que ela fique à frente dessas coisas e possa tá ajudando, né.

O Professor N. de Freitas fala também a respeito de um projeto que quer submeter junto à OSESP pela lei de incentivo à cultura e de como através da OSESP está se tentando suprimir a necessidade da integração do aluno com o mundo do trabalho, que seria cumprida por uma disciplina de estágio:

[...] tem um projeto que eu quero submeter pro ano que vem [2019], que são vários cursos de formação em várias linguagens e culminando com Visualidades. [...] aí vamos começar a trabalhar com essa parte da cultura. Não que eu ache mais importante, não é isso, é porque eu tenho mais propriedade, tem mais a ver comigo. Agora, na medida em que os outros professores começarem a se interessar, acho que o negócio vai começar a melhorar, e aí o aluno vai começar a se inserir profissionalmente em determinadas áreas, sem necessariamente ter a disciplina de estágio, né. Então a ideia tá sendo um pouco por aí já que não vai ter a disciplina de estágio.

A grande questão é que não é função da OSESP substituir uma disciplina de estágio profissional, haja vista que ela não tem como cumprir essa função e nem se propõe a isso, já que a organização estudantil depende da adesão voluntária de professores e alunos e esta adesão depende da conscientização individual da importância do envolvimento com a empresa júnior para a inserção profissional futura dos alunos do curso. Na configuração de uma disciplina de estágio para a obtenção do diploma o aluno, obrigatoriamente, vai passar por essa experiência prática de inserção, qualificando ainda mais seu processo de formação acadêmica. Porém, diante das resistências por se inserir uma disciplina de estágio na grade curricular do bacharelado e dos atrasos na organização da nova grade do curso, por uma série de outras questões, a OSESP se propõe sanar algumas das lacunas existentes entre a formação e a inserção profissional dos estudantes do bacharelado. O colegiado do curso está organizando mais uma grade curricular e um novo projeto político pedagógico para a licenciatura e para o bacharelado, porém não se tem data prevista ainda para a conclusão e implementação da nova grade. A incerteza da data é decorrente da indefinição do Governo Federal e do Ministério da Educação quanto aos rumos da política educacional tanto da educação básica quanto do ensino superior. Considerando que o bacharelado só pode enviar a proposta de modificação de sua grade junto à proposta de modificação da grade da licenciatura, já que as duas modalidades estão atreladas ao tronco comum do mesmo curso, e

que a licenciatura só poderá organizar sua grade quando as modificações no currículo do ensino médio forem definidas. Segundo o Professor N. de Freitas há ainda um atraso decorrente na própria definição da proposta para o bacharelado que o colegiado do curso não conseguiu chegar ainda a um consenso, em suas palavras:

*A previsão era pro ano que vem [2019], mas acho que não vai rolar não porque tá muito atrasado. O trabalho eu acho que não tá rendendo tanto pra que no próximo ano já esteja tudo pronto não. Por enquanto, a única coisa que tá feita é uma proposta de integração curricular, mas aí, como a gente tem a licenciatura e não tem como a gente fazer dois cursos diferentes, ainda tem isso, né, a gente não pode propor de qualquer jeito, aí tem que ter uma integração com a licenciatura. Aí já a licenciatura já tá com uma proposta diferente, então falta essas discussões e falta o projeto todo, né. O coração mesmo do projeto não foi definido que é, né, dizer: **esse curso serve para quê, mesmo, né?** Isso não foi definido. O pessoal tá pensando já na integração curricular, mas não tá pensando no principal. [...] Porque se fosse essa de você dar esse enfoque pra a atuação profissional fora do mundo acadêmico, seria uma coisa, pra manter essa proposta de ser uma formação acadêmica aí já seria outra coisa. E aí, mais uma vez, eu não tô colocando como oposições não, eu acho que são coisas que se completam, né, coisas que se ajudam.*

Tanto a formação acadêmica quanto uma formação voltada para o mundo do trabalho fora da academia são indispensáveis para a formação dos bacharéis em Ciências Sociais, e se a profissão possibilita o direcionamento tanto para a construção de uma carreira profissional dentro da academia quanto fora dela, o estudante tem que ter acesso a essas duas vias e a possibilidade de escolher e moldar sua formação para determinada área que mais lhe interesse e, para que isso ocorra é necessário que ele compreenda as Ciências Sociais enquanto profissão e as suas diversas possibilidades de atuação. Não se trata de favorecer uma carreira em detrimento da outra no processo de formação dos bacharéis em Ciências Sociais, mas apresentar aos alunos as diversas possibilidades de atuação profissional para que as Ciências Sociais não fiquem apenas no reduto dos muros da academia, mas que também possa ser produzida e reproduzida fora dela. Senão, a que serve a ciência que produzimos? Se ela só alcança a determinado público?

Para o professor N. de Freitas, o curso já tem dado conta da formação teórica de seus alunos, mas a formação para uma atuação fora da academia ainda precisa ser reformulada:

[...] a formação acadêmica é imprescindível, ela é importantíssima inclusive pra atuar nesse campo mais técnico. Agora o que falta é só a gente mostrar pros alunos, por exemplo, na política de assistência social, ela diz o quê, né, ela prevê a inserção de equipes multidisciplinares e tal, de tais profissionais, tem a resolução tal que vai regulamentar quais são as profissões que podem tá inseridas na política de assistência social, o quê que ela diz e tal, a gente se enquadra? Não se enquadra? Né! Aí pegar da área de saúde, a mesma coisa. É mostrar que nesses espaços tem como você atuar e ir preparando a pessoa praquilo, pra que não tenha esse depoimento de chegar lá e tá totalmente perdido e não saber o que fazer.

Os egressos do bacharelado de Ciências Sociais da UVA que colaboraram com esta investigação conseguiram se inserir em várias áreas fora da academia, mas apontam que muito do que conseguiram fazer, aprenderam na prática da experiência profissional, que o curso deixou várias dúvidas de onde poderiam atuar, mas que a formação teórica que receberam acabou por lhes ajudar na adaptação ao mundo do trabalho e no desenvolvimento das atividades que tiveram que realizar.

O conhecimento adquirido na graduação foi essencial, em razão das diversas perspectivas que o olhar do sociólogo permite ter sobre determinado fato. Porém, em alguns casos esse saber pode ser objeto de crise e questionamento do fazer no serviço público.[...] A formação em Ciências Sociais possibilitou uma flexibilidade nas atividades que exerci porém tive que buscar outros conhecimentos específicos para função que exercia, sendo a sociologia um filtro para esse saber. (A. Carvalho, 34 anos, formado em 2011).

O conhecimento serviu para uma análise crítica da realidade, no entanto durante a graduação não vivenciamos a realidade de trabalho fora do mundo acadêmico. (I. Mourão, 29 anos, formada em 2011).

Contribuíram. Com certeza! A faculdade, a minha formação não me deu tudo o que eu precisava, mas me deu uma base e conhecimentos que foram essenciais pra eu poder galgar os espaços que eu conquistei. (R. Lopes, 34 anos, formado em 2008).

Nem tudo aprendemos na academia, e muita coisa relacionada à nossa área aprendemos na prática (A. Alves, 31 anos, formada em 2011).

Não apenas na área das Ciências Sociais, como também em outras áreas, a formação profissional é construída também nas experiências práticas de atuação, não se aprende tudo relacionado à profissão apenas na universidade e nem se teria como. A consolidação de uma carreira profissional não se dá apenas com a formação, além de um sólido conhecimento na área, fornecido pelo percurso educacional, há também a necessidade de complementação deste com um percurso de experiências práticas de atuação profissional.

Ao longo deste capítulo vimos o surgimento das Ciências Sociais no Brasil e sua consolidação como campo científico e a perspectiva histórica do surgimento dos principais cursos de Ciências Sociais no Ceará. Dentro desse contexto histórico, a consolidação e principais características do curso de Ciências Sociais da UVA foram mais aprofundadas, já que este curso se configurou como ponto de partida para esta investigação. Dessa forma, foi apresentado uma análise do perfil geral de estudantes da UVA e dos egressos do curso, o perfil dos 10 egressos do curso, sujeitos dessa investigação, será apresentado no capítulo 4. Pela análise das falas de alguns dos entrevistados, postas até aqui, pode-se inferir sobre algumas fragilidades da formação como o caráter demasiado teórico do curso em detrimento de uma complementação com uma formação também voltada para a atuação prática no mundo do trabalho fora da academia e a necessidade de modificações na grade curricular do

curso. O que endossou as discussões no interior da categoria foram as divisões estabelecidas entre os perfis profissionais de carreira e a contraposição: técnicos *versus* acadêmicos, além da questão da deficiência de mobilização da categoria para a articulação e criação de um conselho de classe que represente os interesses da profissão. No capítulo seguinte, serão discutidas a formação superior e a perspectiva de investimento em educação como ampliação das possibilidades de inserção no mundo do trabalho. A formação em Ciências Sociais será posta em destaque a partir das diretrizes nacionais e os dados gerais sobre os cursos de Ciências Sociais no Brasil. A profissão de Sociólogo será discutida a partir da legislação vigente sobre a regulamentação da profissão.

3 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL

Diversas noções rondam o conceito de universidade, desde os seus primórdios, com um estilo restrito e conservador até como se mostra hoje, mais acessível aos indivíduos. Dentre as diversas visões a respeito da universidade, como nos coloca Wanderley (2003), há uma referente ao sistema capitalista, que a vê como um aparelho ideológico privilegiado do capitalismo, que reproduz a divisão social do trabalho e a garantia dos grupos dominantes. No contexto da luta de classes e concorrência do mercado de trabalho, a crescente ampliação do acesso ao ensino superior acabou por criar uma oferta de mão-de-obra qualificada superior à demanda do sistema produtivo, uma deterioração no nível de ensino, desvalorização de certas profissões e um contingente de profissionais “desempregados por antecipação” (WANDERLEY, 2003). Vale ressaltar que esta não é a única função da universidade, dentre outras, as finalidades da universidade incluem a transmissão e produção do saber humano. Para Wanderley (2003), a universidade é o lugar para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para a criação e divulgação do saber, para a formação de profissionais e deve estar relacionada à sociedade civil, política e econômica.

Nos últimos anos houve uma maior oferta de educação superior, uma ampliação do acesso ao mesmo tempo em que houve uma mercantilização do ensino, fazendo surgir também diversos problemas. Essa ampliação do ensino superior, segundo Brito *et. al.* (2008) foi devida a diversas transformações da sociedade, como a internacionalização e interdependência da economia e o surgimento de novas condições de trabalho, isso sustentando que a capacitação necessária para essas novas condições de trabalho só pode ser obtida por meio de uma maior escolaridade e um maior alfabetismo. A ampliação do acesso ao ensino superior, de acordo com Brito *et. al.* (2008), subdividiu o campo da educação superior, contrapondo conhecimento intelectual acadêmico e formação profissional junto às necessidades do mercado. Os jovens em meio a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente investem cada vez mais em sua educação compreendendo-a como uma necessidade ou garantia para a vida profissional futura. Veem na educação um veículo de mobilidade social, como meio de alcançar um emprego qualificado e uma vida mais desafogada (ABRANTES, 2003).

Cabe aqui relativizar essa ampliação do acesso ao ensino superior e questionar seu caráter positivo. Tem havido, sim, uma maior oferta de vagas nas instituições existentes, bem como a criação de novas instituições públicas e privadas, porém, não atende a demanda dos

jovens que concluem o ensino médio, sem falar naqueles que nem chegaram a concluir este nível de ensino ou nem sequer chegaram a ele. Para Brito *et. al.* (2008), essa ampliação do acesso ao ensino superior caminha junto a uma mercantilização do ensino, provocando queda qualitativa na educação superior, que acabou separando o conhecimento intelectual acadêmico da formação profissional que só atende às necessidades do mercado.

Essa mercantilização do ensino a que os autores se referem diz respeito à predominância de instituições privadas no quadro do ensino superior no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior 2016 (BRASIL, INEP, 2018), as instituições privadas representam 87,7% do número total de IES, enquanto as IES estaduais representam 5,1%, as IES federais representam 4,4% e as IES municipais 2,7%. Com relação ao crescimento na quantidade de IES em comparação ao Censo anterior, de 2015, as IES privadas também apresentaram maior crescimento, o acréscimo foi de 42 IES privadas, enquanto que no setor público houve o acréscimo de 03 IES estadual e diminuição de 02 IES municipais, o que totaliza o acréscimo de apenas 01 no total de IES públicas. Quanto às matrículas, de acordo com o Panorama Educacional Brasileiro (BRASIL, INSPER, 2014), no período entre 1993 a 2013 houve aumento no número de matrículas em todos os anos, porém houve também um crescimento na taxa de evasão nas duas décadas analisadas, embora decrescente no período de 2003 a 2013. De acordo com o estudo:

De 1980 para 2013 o número de matriculados no Ensino Superior mais que quadruplicou, principalmente devido ao aumento de oferta de cursos superiores em instituições particulares a partir do final dos anos 1990. Na rede pública, a quantidade de matriculados triplicou no período, enquanto que na rede privada o número de alunos mais do que quadruplicou (BRASIL, INSPER, 2014, p. 57).

De acordo com o Censo da Educação Superior 2016 (BRASIL, INEP, 2018), em relação à proporção de matrículas, a participação das IES públicas correspondem a 24,7% do total, já as matrículas da rede privada correspondem a 75,3%.

Segundo Pinto (2011), o modelo de expansão do ensino superior adotado pelo Brasil teve como diretriz central a abertura do setor aos agentes do mercado e acabou produzindo uma privatização e mercantilização com graves consequências na qualidade de ensino.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ocorreu uma flexibilização do ensino superior, com o surgimento de novos modelos universitários e um novo modelo de curso, denominados cursos sequenciais por campo do saber, de menor duração que a graduação tradicional acarretando na ampliação da oferta. Posteriormente, houve um maior investimento por parte do Governo Federal em políticas de expansão da educação superior no

Brasil através do aumento no número de vagas e cursos de graduação, bem como a criação de novas faculdades e institutos de educação superior.

De acordo com Solange Alfitino (2000), a demanda pelo ensino superior foi aumentando por diversos fatores. Dentre eles, o aumento de concluintes do ensino médio com a regulamentação da educação básica promovida pela LDB, que quase universalizou o ensino fundamental e ampliou o ensino médio; o crescimento da classe média com novas oportunidades no mercado de trabalho e que passou a exigir cada vez mais a formação de nível superior e o novo perfil do serviço público que passou a ser contratado por meio de concursos que exigem a diplomação para as vagas ofertadas.

Ao lado do termo expansão da educação superior, fala-se sobre uma democratização do acesso, para que esse nível de ensino chegue também aos grupos sociais que tradicionalmente estavam excluídos. Políticas de expansão do ensino superior público e privado trazem em seus enunciados o termo democratização “como forma de promover inclusão e justiça social” (ARRUDA, 2011, p. 502).

De acordo com a classificação de Martin Trow (1970 apud ARRUDA, 2011), o sistema de ensino superior se divide em três categorias: 1) Sistema de elite, representado pela taxa de escolarização de até 15%; 2) Sistema de massas, taxa de escolarização de 15 a 33% e 3) Sistema universal, de 33 a 40%.

Considerando essa classificação, o Brasil possui um percentual muito baixo de escolarização nesse nível de ensino. O número de jovens entre 18 e 24 anos que conseguem ingressar na universidade é baixíssimo se comparado a outros países da América Latina. Apenas 13,9% dos jovens brasileiros estão na universidade (MORAIS, 2011) e 23,8% independente da idade estão matriculados nesse nível de ensino, enquanto a taxa de jovens que estão no ensino superior no Chile é de 47,8%, na Argentina é de 65%, Venezuela 30% (ARRUDA, 2011, p. 504) e no México é de 21% (NETO, 2011). Há também uma disparidade ao se comparar as taxas de escolarização da educação superior entre as regiões brasileiras: no Sul, a taxa é de 17,1%, no Sudeste e Centro-Oeste é de 14%, enquanto no Norte é de 6,9% e no Nordeste é de apenas 6,5% (idem, ibidem).

Segundo Alfredo Macedo Gomes e Karine Nunes Moraes (2009), a transição de um sistema de educação superior de elite para um sistema de massas foi iniciado em 1995, quando a taxa de matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos ultrapassou os 8%, depois de 15 anos estacionada, e foi se expandindo a partir de um conjunto de políticas e iniciativas do governo.

O processo de expansão do ensino superior apresentou-se também com a implantação de algumas políticas e programas tanto no setor público quanto no privado. Exemplos são a Gratificação de Estímulo à Docência ao Magistério Superior (GED), que reorganizou as atividades docentes das IFES; O Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que criou um sistema misto de financiamento para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior privadas; O Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferta bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública de ensino; O Programa Expansão das IFES pelo Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica para a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's), agregando os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), as Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais em um mesmo estado; O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) E, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que se utiliza da tecnologia da informação para mediar as atividades de ensino e aprendizagem por meio da Educação à Distância (EAD) (GOMES e MORAES, 2009).

Em relação ao acesso ao ensino superior para as populações camponesas temos o exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pela Portaria nº 10, de 16 de abril de 1998. O PRONERA tem como objetivo o fortalecimento da educação nas áreas de Reforma Agrária, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais que atendam as especificidades do campo brasileiro no contexto de alfabetização, escolarização e formação continuada, técnico-profissional de nível médio e superior, atuando por meio de gestão co-participativa entre os movimentos sociais e sindicais camponeses, entidades de ensino público, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

É importante mencionar que o PRONERA é fruto da luta e resistência política dos movimentos sociais pelo direito à educação e pela Reforma Agrária como projeto educativo-político-cultural de conquista da terra enquanto espaço de vida e de produção para a emancipação humana, consolidação de um novo paradigma para o campo e de rompimento com a dicotomia rural-urbano/campo-cidade (BARBOSA, 2015), que pressupõe o campo como território atrasado e inferior à cidade, por não se enquadrar no desenvolvimento do projeto de modernidade do capital. A partir desta perspectiva, diferentes organizações, movimentos sociais e sindicais camponeses denunciaram a “ausência histórica de um projeto político educativo para o campo brasileiro” (BARBOSA, 2015, p. 148) e centralizaram a

educação como marco da luta pela Reforma Agrária e da construção de um projeto para o campo.

Para Barbosa (2015), o PRONERA representou a transcendência da dimensão educativo-pedagógica da Educação do Campo a um caráter político, requerendo o compromisso do Estado no cumprimento da legislação brasileira para a garantia de educação enquanto política pública que atenda as peculiaridades dos povos do campo. Para a autora, o programa fortaleceu também o debate acerca de uma educação no campo relacionada ao *ethos* identitário dos povos camponeses e seu direito de permanência no lugar de origem. Porém, a autora enfatiza ainda que:

[...] embora prevaleça uma concepção de Educação do Campo construída no marco da experiência da luta de classes, igualmente há uma diversidade de sujeitos que protagonizam o real concreto da implantação da política pública. Uma diversidade de sujeitos que nem sempre estão orientados pelas mesmas concepções teórico-epistêmicas e políticas no que concerne à Educação do Campo. [...] Embora o PRONERA tenha proporcionado um processo de democratização do acesso à Educação Superior para os povos do campo, o próprio processo de consolidação do diálogo entre as instâncias partícipes está traspassado por uma tensão permanente, uma característica da disputa hegemônica com o Estado (BARBOSA, 2015, p.206).

Muitos jovens estão sendo motivados pelas políticas de expansão da educação superior no Brasil que, de certo modo, vem contribuindo para “democratizar” o acesso a esse nível de ensino, inserindo, sobretudo, jovens oriundos de escolas públicas. Foi a expansão universitária, com a ampliação das vagas e implantação de novas Instituições de Ensino Superior (IES) em Sobral que fez com que a cidade recebesse, em maiores proporções, o fluxo diário de jovens dos muitos municípios da região norte. A UVA que foi a primeira universidade pública instaurada no interior do Ceará, em 1968, acabou por atender não só à cidade de Sobral, onde está situada, mas a mais de 50 municípios circunvizinhos. Além da UVA, Sobral também conta com um campus da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), além de diversas faculdades e institutos privados.

Na atual conjuntura do sistema capitalista, que torna o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, o investimento individual na educação se torna regra para se inserir nesse mercado e possibilitar as oportunidades adequadas para quem busca certa mobilidade social, bem como melhores condições de vida mediadas por um emprego com maior estabilidade e salários mais atrativos.

De acordo com Arlinda Cabral (2011), a esfera do trabalho na vida dos indivíduos é “a que mais pode condicionar as restantes, por proporcionar os recursos necessários para a concretização, no médio e longo prazo, de projectos [sic] de vida. O investimento no trabalho

pode ser a forma que os diplomados encontram para poderem investir nas outras esferas da vida” (CABRAL, 2011, p.60).

Segundo Sandra Mateus (2002), atualmente o futuro é arrastado para o tempo presente, os indivíduos vivem a “moda do projeto” ou “cultura do projeto”, em que o sentimento de existência liga-se intrinsecamente à projeção do futuro. Para ela, na elaboração de projetos as dimensões individual e social se cruzam dando representatividade aos objetivos ou desejos futuros, partindo de experiências passadas e dando sentido às ações do presente.

Para Pais (2001), o futuro é o tempo que parece legitimar o sistema de ensino ao predicar-se que ele permite a “formação dos futuros homens do amanhã” (e, já agora, das mulheres). A meta da escola é o futuro, bem como a sua intencionalidade formadora: de futuros cidadãos, pais de família, profissionais, líderes, dirigentes. Nesta perspectiva, os jovens estariam em trânsito, sem presente, adultos potenciais em futuro. O seu presente apareceria atrelado ao futuro, porque “anda-se na escola para se ser alguém no futuro” ou “para aprender coisas úteis para o futuro”. Para a instituição escolar, o presente parece assim ter um valor de transitoriedade, ou seja: pouco valor. Deste modo, o presente dos jovens futuriza-se de um modo equívoco, o que acontece mesmo quando alguns jovens escolhem os melhores cursos na suposição de que encontram melhores “saídas profissionais” (PAIS, 2001, p. 405).

Para Machado Pais (2001), os jovens definem estratégias para atingir objetivos em quatro dimensões da vida: riqueza, felicidade, educação e carreira profissional. Ao investirem no prolongamento da vida estudantil através de graduações e pós-graduações, partem da crença de que “com melhores qualificações escolares, encontra-se melhores empregos” (PAIS, 2001, p. 45).

Os indivíduos em suas trajetórias se veem na necessidade de escolher suas carreiras, um caminho a seguir. A sociedade cobra a todo instante que sejamos “alguém”, que façamos algo, o que é feito lenta e progressivamente, transformando o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna (VELHO, 1999, p. 100).

Nos processos de inserção profissional de jovens graduados, Rachel de Castro Almeida (2011) afirma que devemos considerar três pressupostos essenciais: a questão da temporalidade, pois a transição para o trabalho deve ser entendida “como um processo dilatado no tempo”; a contemplação das dimensões subjetivas da inserção, as aspirações profissionais, valores do trabalho, socialização profissional e construção de identidades profissionais. Essas dimensões devem ser relacionadas aos aspectos objetivos da inserção

como as posições ocupadas no mercado de trabalho e as que percorrem ao longo de suas trajetórias (ALMEIDA, 2011).

Para Ana Maria Duarte (2013), o trabalho mantém sua “centralidade como fundamento da subsistência e do reconhecimento identitário dos sujeitos”, pois, “a segunda coisa que, geralmente, se pergunta a uma pessoa, após o seu nome, (ainda) é ‘o que faz’”. E a resposta “quase sempre (ainda) passa por afirmar: ‘Eu sou professor, mecânico, caixa de supermercado...’” Para ela, “a utilização do verbo ‘ser’ mostra que o trabalho está no centro da construção identitária do sujeito” (DUARTE, 2013, p. 51).

Marcio Pochmann (2013) argumenta que a ampliação do acesso à educação transformou-se num dos requisitos de sociabilidade e preparação para o exercício do trabalho, ingresso e continuidade no mercado, mas como condição necessária para a cidadania (POCHMANN, 2013, p. 41)

Nesse sentido, Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos (2013) enfatiza que a educação tem sido vista como o fator que contribui para que “o jovem obtenha maiores chances de mobilidade social e de ascensão na trajetória ocupacional, superando as condições de vida e de trabalho das gerações anteriores” (SANTOS, 2013, p. 79). Mas o aumento da escolaridade se contrapõe à incapacidade de o país produzir novos postos de trabalho pela dificuldade em superação da crise de desenvolvimento, pelo processo de financeirização da riqueza e estagnação dos investimentos em tecnologia (POCHMANN, 2004 apud SANTOS, 2013, p.87)

Diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a educação passa a ser um instrumento de formação para a disputa de uma posição no mercado de trabalho. Para Elenilce Gomes de Oliveira e Antonia de Abreu Sousa (2013), há uma crescente demanda por educação nas camadas populares, pois, segundo as autoras, essas camadas populares acreditam que as oportunidades de emprego dependem do nível de escolarização e os índices de desemprego e exclusão social tendem a afetar, prioritariamente, as populações menos escolarizadas (OLIVEIRA e SOUSA, 2013, p. 99).

Uma maior escolarização amplia as oportunidades ocupacionais de que o indivíduo pode dispor, porém obter um emprego depende, além da qualificação, da estrutura econômica da região, se ela oferece postos de trabalho suficientes à demanda da população qualificada (MORETTO & REMY, 2013). No Brasil, a juventude é fortemente atingida pelo desemprego e subempregos, caracterizados pela precariedade, baixos salários e falta de vínculo empregatício. Nesse contexto, mesmo com a maior escolarização dos jovens, as oportunidades ocupacionais ainda são escassas e marcadas pela incerteza, pois, ocupam os

empregos que vão aparecendo mesmo que sejam de curta duração e baixa remuneração (CASTRO&ANDRADE, 2013, p.160).

De acordo com o último Censo (2010), o valor do rendimento médio mensal aumenta com o aumento das faixas etárias. Os resultados do Censo mostram também que o nível de ocupação cresce com o aumento da idade, atingindo seu máximo no grupo etário de 35 a 39 anos (75,2%) e depois declina até atingir 13,5% no grupo de 70 anos ou mais. Os dados do Censo também apontam que 4,3% da população ocupada possuem mais de um trabalho, destes, apresentam maior concentração os que possuem nível superior completo. Em 2010, 36,2% das pessoas com mais de um trabalho possuíam graduação completa. O nível de instrução mais elevado estava entre o grupo de profissionais das ciências e intelectuais, com 65% de seus componentes com pelo menos o superior de graduação completo (CENSO, 2010).

Alguns estudos sobre inserção profissional de recém-graduados, não apenas na área das Ciências Sociais, também apontam para o fato de que os percursos dos jovens se caracterizam pela “incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego”. Mostram ainda que o diploma de graduação “já não garante, como outrora, um vínculo estável, embora se figure actualmente como condição necessária para o acesso e/ou manutenção do emprego num mercado de trabalho incerto e selectivo” (MOREIRA, 2012, p. 2).

Há ainda discursos sobre a situação dos diplomados do ensino superior frente ao mercado de trabalho, sobre o desemprego e a aceitação de postos de trabalho abaixo do nível de escolaridade ou em desajuste com a área de formação (CHAVES; MORAIS; NUNES, 2009, p. 83). Alguns dos egressos de Ciências Sociais que colaboraram com esta pesquisa indicam que em algum momento em suas trajetórias de inserção profissional tiveram de aceitar empregos fora da área de formação e com nível de escolaridade abaixo do que possuíam, além dos períodos de desemprego.

No Brasil, o estudo de Gertrudes Knिल्s de Medeiros (1995) buscou relacionar a formação superior dos egressos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas do Vale do Itajaí, Santa Catarina, e o mercado de trabalho sob os pontos de vista dos egressos e dos empregadores. Estes preferem contratar profissionais com este nível de ensino, embora identifiquem problemas com a formação superior. O estudo apontou, ainda, que a formação profissional se adequa apenas em parte às necessidades do mercado de trabalho, mas é considerada mais positivamente pelo empregador que pelos egressos e que há

uma relação de satisfação profissional quando o egresso trabalha em atividade relacionada à formação (MEDEIROS, 1995, p. 65).

De acordo com Rachel de Castro Almeida (2011), ao citar Alves (2007; 2008), ao se tratar de inserção profissional de jovens, deve-se considerar sua integração econômica, cívica, social simbólica, pois esse processo é multidimensional e compreende um conjunto de atores e fatores diversificados e não apenas o resultado de opções individuais baseados numa racionalidade econômica (ALVES *apud* ALMEIDA, 2011). Segundo a autora, as pesquisas realizadas na Europa mostram que a transição para o mercado de trabalho “é um processo longo e complexo, que requer uma observação continuada” para a construção de indicadores, mas que não se resumam a dados quantitativos (ALMEIDA, 2011, p.10).

As pesquisas sobre inserção profissional em Portugal e em outros países europeus mostram que há certa insegurança com relação ao valor do diploma, impactando nas estratégias, representações e processos de socialização e de construção identitária dos diplomados. Porém, as pesquisas também mostram que são os diplomados do ensino superior que estão menos sujeitos ao desemprego, apesar de a precariedade de emprego afetar a maioria dos diplomados. Para além disso, as pesquisas indicam que há “contingentes elevados de diplomados que se manifestam bastante satisfeitos com a sua situação profissional” (ALVES et al, 2012, p.101).

Em consonância com a pesquisa de Joana Carvalho (2012), o processo de inserção profissional envolve os atores sociais, as instituições, as lógicas de ação e estratégias dos atores, as experiências biográficas no mercado de trabalho e as heranças socioescolares. Coloca ainda que a entrada na vida profissional é um fenômeno socialmente organizado e estruturado em que diversos atores (Estado, empregadores e os jovens) participam (CARVALHO, 2012).

Com relação aos jovens, a autora coloca que além da formação profissional, eles devem possuir capacidades flexíveis e adaptáveis ao mercado de trabalho, qualidades como autonomia, responsabilidade, empreendedorismo, criatividade, voluntarismo e proatividade, pois só o grau de escolaridade elevado não irá garantir por si só a inserção no mercado de trabalho, já que este está cada vez mais competitivo, o percurso profissional deve ser autogerido. Mas esse processo de inserção é multidimensional e socialmente construído e “as experiências, expectativas, recursos, estratégias e atitudes dos jovens à procura de emprego são determinadas pelas condições definidas pelo contexto e atores sociopolíticos e socioeconômicos” (idem, p.13). Não apenas um percurso profissional autogerido com empreendedorismo, criatividade, proatividade etc. e a formação profissional são garantias de

inserção no mundo do trabalho, esta também depende de outros fatores ligados ao mundo do trabalho, às distinções de classe, distinções culturais e simbólicas, além da competitividade, seletividade, oferta de vagas etc.

Para Machado Pais (2001), a “democratização” do ensino superior fez com que o saber se transformasse num mero instrumento de mobilidade social, impulsionando a massificação do acesso a esse nível de ensino. Para o autor, essa dita democratização acaba por mascarar as desigualdades econômicas, pois tem promovido aos jovens elevadas expectativas de mobilidade social, porém os títulos acadêmicos obtidos nem sempre são garantias para desfrutarem de *status* sócio-laborais (PAIS, 2001, p.50).

APROFUNDAR

3.1 A FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A formação em nível superior, apesar de uma ampliação do acesso, sobretudo a partir da década de 1970 que incluiu, também, uma parte das camadas populares, está restrita a apenas uma parte da população. Isso desde as primeiras universidades e não apenas no Brasil. Pablo González Casanova citado por Wanderley (2003), em seu livro “O que é universidade”, aponta sete preconceitos antigos em relação à Educação Superior que ainda não foram superados:

- 1º A educação superior deve ser para as elites e não para as massas;
- 2º A educação superior diminui a qualidade conforme se divide com um maior número de gente;
- 3º Só uma proporção mínima é apta para a educação superior (1%);
- 4º Para a educação superior se deve selecionar os mais aptos;
- 5º Não se deve proporcionar educação superior além das possibilidades de emprego;
- 6º O Estado já está gastando demasiado em educação superior. A educação superior não deve ser gratuita ou semigratuita;
- 7º Não se deve querer que todos sejam profissionais. Seria horrível um mundo em que não houvesse operários (CASANOVA *apud* WANDERLEY, 2003).

Esses preconceitos mostram o quão elitizada e seleta é a formação acadêmica. Essa noção restritiva e elitista esteve presente também na época do surgimento dos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, conforme apresentado anteriormente. E voltou à tona publicamente em 2019 com a fala do Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, em entrevista concedida ao jornal *Valor Econômico*, para o Ministro, “a ideia de universidade para todos não existe” e que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite

intelectual”²⁹. Em termos gerais, no início do século passado e nas duas décadas seguintes a taxa de acesso à educação superior não atingiu sequer 5% (TORINI, 2012, p.44). Apesar do elitismo presente no acesso ao ensino superior, nos cursos de Ciências Sociais, o perfil dos discentes inclui também, desde a origem dos primeiros cursos no Brasil, os:

[...] setores tradicionais empobrecidos, quase sempre do interior do país ou de famílias ligadas ao magistério secundário, à burocracia estatal e ao desempenho de encargos intelectuais e culturais. Vários desses alunos foram os primeiros de suas famílias a frequentarem uma instituição universitária e que não teria tido outra possibilidade de acesso ao ensino superior não fosse a abertura dessa nova carreira (MICELI, 2001 *apud* TORINI, 2012, p.44)

No caso da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 66.16% de seus alunos é proveniente de municípios circunvizinhos à Sobral (UVA, 2016), muitos da zona rural, filhos de pais analfabetos e pertencem à primeira geração que conseguem acessar ao ensino superior. Nesta região, os filhos das elites geralmente se direcionam aos cursos de Medicina, Direito ou Engenharias.

Já na USP, enquanto uma das instituições que abrigou os primeiros cursos de Ciências Sociais no país, os alunos vinham de famílias de nível educacional elevado, tinham outro diploma ou estavam seguindo outra graduação. As principais motivações pela escolha do curso eram a “combinação de ideais abstratas sobre vocação e desenvolvimento intelectual, prestígio da universidade, conveniência de cursos noturnos e muito pouca informação” (SCHWARTZMAN, 1995 *apud* TORINI, 2012). Ainda na década de 1930 houve dificuldade, por parte dos organizadores do curso na USP, em recrutar alunos. Torini (2012) aponta que diversas estratégias tiveram de ser adotadas para atrair o público para o curso, mas o autor não indica quais foram essas estratégias.

Para Werneck Vianna *et. al* (1995 *apud* TORINI, 2012), o corpo discente de Ciências Sociais é caracterizado pelo ingresso tardio no curso, devido à frequência anterior em outros cursos e um cenário de permanência mais prolongada do que os quatro anos de formação normal do curso, em consequência dos altos índices de reprovação e trancamento.

Conforme analisado no capítulo anterior, há também dificuldades nos próprios currículos dos cursos que acabam por priorizarem a formação teórica e quase nunca atentam para as questões do mercado de trabalho. O que faz com que muitos estudantes, que não fazem parte da elite privilegiada e precisam trabalhar para se sustentarem, desistam do curso e busquem outras formações. Segundo Vilas Boas (2003 *apud* TORINI, 2012, p. 52):

²⁹ Jornal Valor Econômico, 28/01/2019, escrito por Hugo Passarelli, Brasília. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/6088217/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao>. Acesso em 27/02/2019.

[...] os obstáculos de ordem econômica e financeira no decorrer dos anos de formação, bem como as perspectivas sombrias com relação ao mercado de trabalho foram enfrentados por tantos outros que aspiravam o título de bacharel-licenciado em Ciências Sociais ao longo dos anos 1939 a 1988, influenciando ora na demanda do curso, ora no seu abandono.

Para Schwartzman (1995 *apud* TORINI, 2012), o caráter muito teórico da formação não encontra aplicações no mundo do trabalho, além de haver pouco apoio da universidade para a profissionalização dos alunos. Segundo Veiga (1991 *apud* TORINI, 2012), é necessário se repensar os perfis dos programas de Ciências Sociais a partir de um exame das oportunidades do mercado de trabalho local, da combinação de formação geral com uma postura profissional e introduzir os alunos em monografias, monitorias, pesquisas, laboratórios e estágios.

Como demonstrado pelas falas dos interlocutores dessa pesquisa no capítulo anterior, a quebra na relação entre o modelo de formação do cientista social e a inserção no mundo do trabalho não é específica do caso analisado nesta pesquisa, mas tem sido adotada no país desde a origem dos primeiros cursos. Os problemas e as dificuldades apontadas pelos egressos de Ciências Sociais da UVA, como a falta de uma formação também voltada para uma aplicação profissional no mundo do trabalho e não apenas o foco demasiado na formação teórica, o pouco apoio da universidade à profissionalização dos alunos e a necessidade de repensar e reformular a grade curricular do curso a partir da análise das possíveis demandas do mercado de trabalho aliado a estágios profissionais durante a formação parecem ser comuns aos demais cursos de Ciências Sociais do país.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Sociologia), do Ministério da Educação não incluem, em seu texto, um programa específico que olhe minimamente para a profissionalização fora dos muros da academia, apesar de incluir no perfil dos formandos as características de um “profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares” (BRASIL, CNE, 2001, p. 26). Mesmo que esse tipo de atuação seja impossível sem uma sólida formação teórica, os egressos reivindicam também uma orientação mais específica para estas áreas na formação para complementar a formação teórica. Os princípios que norteiam a concepção das diretrizes curriculares falam apenas de uma articulação entre teoria, pesquisa e prática social, mas nada a respeito de uma preparação para a inserção profissional de seus egressos. O texto inclui:

Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e

Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.

- Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- Partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.
- Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.
- Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso (PARECER CNE/CES 492/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais).

A partir de uma busca no portal e-MEC do *site* do Ministério da Educação encontrou-se um total de 219³⁰ cursos de Ciências Sociais registrados oficialmente e em atividade, distribuídos em todos os estados da federação, entre licenciaturas, bacharelados e cursos presenciais e à Distância . De acordo com os dados oficiais disponibilizados no *site* do Ministério da Educação através de busca no portal e-MEC, a maioria dos cursos é de Licenciatura, presenciais e gratuitos. Além dos cursos de graduação registrados com a nomenclatura Ciências Sociais, existem ainda no país 13 cursos de Antropologia, 54 cursos de Ciências Políticas, 182 cursos de Sociologia, 01 curso de Sociologia e Política, 01 curso de Ciências Sociais e Políticas Públicas, 05 Programas de Segunda Licenciatura em Sociologia e 01 curso de Ciência Política e Sociologia. Conforme as tabelas apresentadas a seguir, podemos ter um panorama geral da quantidade de cursos de Ciências Sociais e afins, registrados pelo MEC. Contudo, ao realizar uma busca mais aprofundada no que diz respeito aos cursos registrados no estado do Ceará foi possível perceber algumas contradições entre as informações disponibilizadas pelo MEC e as informações que os *sites* das IES disponibilizam. De todo modo, uma verificação de todos os *sites* das IES que possuem cursos de graduação na área das Ciências Sociais registrados no MEC seria uma tarefa exaustiva, que tomaria demasiado tempo e não condiz com o escopo deste trabalho. Nesse sentido, realizei esta tarefa apenas com os cursos de Ciências Sociais do estado do Ceará para melhor situar a investigação, o que já foi apresentado no capítulo anterior, na sessão 2.2 que trata do panorama dos cursos de Ciências Sociais no Ceará. Sendo assim, a tabela 4 apresenta a quantidade de cursos de Ciências Sociais e áreas afins nas modalidades presencial, semipresencial e de ensino à distância (EaD), de acordo com os dados disponibilizados no portal e-MEC por região e a tabela 5 apresenta a quantidade de cursos de Ciências Sociais e áreas afins nas modalidades presencial, semipresencial e EaD por estado da federação:

³⁰Dados do portal e-MEC, disponível em: <http://emec.mec.gov.br>, acesso em 07/02/2018.

Tabela 4 - Cursos da área de Ciências Sociais por Região do Brasil

Região	Curso							
	Ciências Sociais	Antropologia	Ciências Políticas	Sociologia	Sociologia e Política	Programa de 2ª Licenciatura em Sociologia	Ciências Sociais e Políticas Públicas	Ciência Política e Sociologia
Nordeste	57	4	18	60	0	0	0	0
Norte	35	3	12	36	0	0	0	0
Centro-Oeste	25	1	7	17	0	0	1	0
Sudeste	66	2	7	35	1	4	0	0
Sul	36	3	10	34	0	1	0	1
TOTAL	219	13	54	182	1	5	1	1

Fonte: elaboração da autora a partir de dados disponibilizados no *site* do MEC.

Tabela 5 – Cursos de graduação na área de Ciências Sociais por estados da Federação

Região	Estado	Curso							
		Ciências Sociais	Antropologia	Ciência Política	Sociologia	Sociologia e Política	Programa de 2ª Licenciatura em Sociologia	Ciências Sociais e Políticas Públicas	Ciência Política e Sociologia
Nordeste	Ceará *	11	1	3	7	0	0	0	0
	Rio Grande do Norte	4	0	2	6	0	0	0	0
	Paraíba	3	1	1	7	0	0	0	0
	Pernambuco	7	0	1	6	0	0	0	0
	Alagoas	5	0	2	5	0	0	0	0
	Sergipe	2	0	2	5	0	0	0	0
	Bahia	14	1	2	10	0	0	0	0
	Piauí	5	1	3	5	0	0	0	0
	Maranhão	6	0	2	9	0	0	0	0
	TOTAL	57	4	18	60	0	0	0	0
Norte	Acre	4	0	1	4	0	0	0	0
	Amazonas	3	1	2	5	0	0	0	0
	Roraima	3	1	2	7	0	0	0	0
	Pará	11	1	2	5	0	0	0	0
	Rondônia	8	0	2	5	0	0	0	0
	Amapá	2	0	2	6	0	0	0	0
	Tocantins	4	0	1	4	0	0	0	0
	TOTAL	35	3	12	36	0	0	0	0
Centro-Oeste	Mato Grosso	8	0	2	5	0	0	0	0
	Mato Grosso do Sul	8	0	2	6	0	0	0	0
	Goiás + DF	9	1	3	6	0	0	1	0
	TOTAL	25	1	7	17	0	0	1	0
Sudeste	Minas Gerais	18	1	2	9	0	1	0	0
	Espírito Santo	8	0	3	6	0	1	0	0
	Rio de Janeiro	16	1	3	8	0	1	0	0

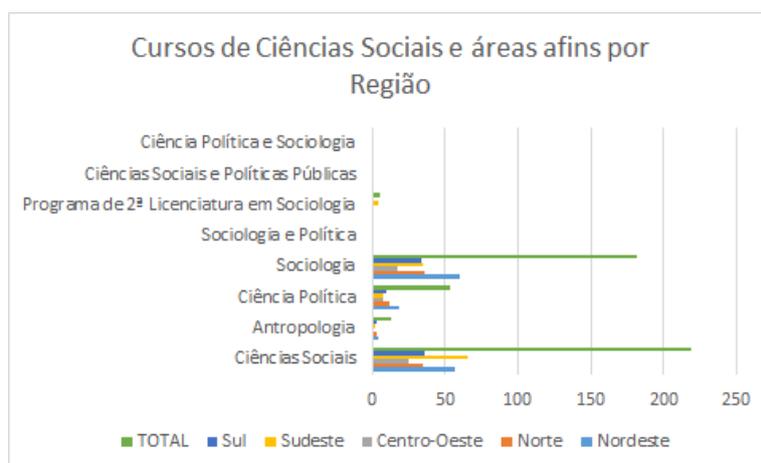
	São Paulo	24	0	3	12	1	1	0	0
	TOTAL	66	2	11	35	1	4	0	0
Sul	Paraná	15	1	2	11	0	0	0	1
	Santa Catarina	8	1	3	13	0	1	0	0
	Rio Grande do Sul	13	1	5	10	0	0	0	0
	TOTAL	36	3	10	34	0	1	0	1
BRASIL		219	13	58	182	1	5	1	1

Fonte: elaboração da autora a partir de dados disponibilizados no *site* do MEC.

*Para maiores detalhes como localização e modalidade de ensino (presencial, semipresencial, EaD, público ou privado) sobre os cursos de graduação na área das Ciências Sociais no estado do Ceará voltar ao capítulo anterior, sessão 2.2

O gráfico 2 mostra os cursos de Ciências Sociais e áreas afins por Região da Federação num panorama mais geral:

Gráfico 2 – Cursos de graduação na área de Ciências Sociais por Região



Fonte: elaboração da autora a partir de dados disponibilizados no *site* do MEC.

Apesar de haver cursos de Ciências Sociais em todos os estados da federação, as quantidades não estão divididas igualmente. De acordo com os dados apresentados, a região Sudeste é a que tem uma maior quantidade de cursos de Ciências Sociais: são 66 ao todo, o que representa um percentual de 30,1% do total de cursos. A Região Nordeste fica em segundo lugar com 57 cursos, apresentando um percentual de 26% do total de cursos. A Região que tem a menor quantidade de cursos é a Centro-Oeste, com 11,4% do total, contudo, é a única região que apresenta uma maior igualdade na quantidade de cursos.

Em relação à maior quantidade de cursos por estado é a região Sudeste também que concentra as maiores quantidades. São Paulo é o estado que mais tem cursos: são 24 cursos no estado, o que representa 10,9% do total geral de cursos, seguido por Minas Gerais, com 18 cursos e Rio de Janeiro com 16. A região Nordeste consegue chegar à 5ª posição na quantidade de cursos, com 14 na Bahia. Já o Ceará ocupa a 7ª posição junto com o Pará, com

11 cursos cada. Os estados com menor quantidade de cursos estão no Norte e Nordeste, na última posição estão Sergipe e Amapá, com 02 cursos respectivamente e, em penúltimo, estão Paraíba, Amazonas e Roraima, com 03 cursos cada.

3.2 A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Apesar da interdisciplinaridade presente na formação, da presença e necessidade do profissional em diferentes áreas de atuação e da demanda de mercado e de profissionais, a profissão de cientista social não está regulamentada no Brasil. A única profissão regulamentada é a de Sociólogo, com registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a partir da Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980 que dispõe sobre o exercício da profissão e do Decreto 89.531/84 que regulamenta a Lei supracitada. Além do código de ética do Sociólogo, existem os Projetos de Lei 7.613/2010 e 1.446/2011, em tramitação no Congresso, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), que dispõe sobre a atuação deste profissional no SUAS e de diversos documentos da Federação Nacional de Sociólogos sobre a atuação do Sociólogo em várias áreas ocupacionais.

A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO instituída pela portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002,³¹ do Ministério do Trabalho e Emprego –, identifica e classifica as ocupações, regulamentadas ou não por meio de lei, no mercado de trabalho junto aos registros administrativos e domiciliares. De acordo com a estrutura da CBO, as ocupações são organizadas em um Grande Grupo (que reúne as amplas áreas de emprego), Subgrupo Principal (agrupa as grandes linhas do mercado de trabalho), Subgrupo ou Família Ocupacional (reúne ocupações próximas com relação à natureza de trabalho e o nível de qualificação exigido). Para a CBO (2002), ocupação é um conceito construído para representar atividades exercidas em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho no mundo concreto, ou seja, uma ocupação é representada pelo “conjunto de postos de trabalho substancialmente iguais quanto a sua natureza e qualificação exigidas [...] constitui-se de tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador”.³² A CBO define ainda

³¹A CBO de 2002 substitui a de 1994. Sua primeira edição é de 1982, mas sua estrutura básica foi elaborada em 1977 a partir de um convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO de 1968.

³²Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf> Acesso em 16/02/2017.

ocupação como “a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas”, *emprego* ou *situação de trabalho* como “um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício” e *campo profissional* como um conjunto de empregos “identificados por processos, funções ou ramos de atividades” onde o ocupante pode se movimentar.

A área das Ciências Sociais, de acordo com a organização da CBO (2002), está distribuída entre quatro famílias ocupacionais:

1. Família 2035 - Pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas
2. Família 2511 - Profissionais em análise sociológica e antropológica
 - a. 2511 - 05 Antropólogo (Paleontólogo)
 - b. 2511 - 10 Arqueólogo
 - c. 2511 - 15 Cientista Político (Cientista Social)
 - d. 2511 - 20 Sociólogo
3. Família 2347 - Professores de Ciências Humanas do ensino superior
 - a. 2347 - 05 Professor de antropologia do ensino superior
 - b. 2347 - 20 Professor de ciência política do ensino superior
 - c. 2347 - 70 Professor de sociologia do ensino superior
4. Família 2321 - Professores do ensino médio
 - a. 2321 - 70 Professor de sociologia do ensino médio

Todas essas nomenclaturas de ocupações foram incluídas no texto da CBO em 30/12/2008. Cabe ressaltar que a profissão de Cientista Social, pelo menos em termos legais e regulamentares, não existe no Brasil, apesar de a maioria dos cursos superiores na área levar o nome de graduação em Ciências Sociais, conforme foi apresentado anteriormente na tabela 02. O termo Cientista Social se encontra como sinônimo de Cientista Político para a ocupação 2511 - 15 da Classificação Brasileira de Ocupações. Apesar de o bacharel em Ciências Sociais também estar habilitado em nível de graduação, para atuar na área da Ciência Política, sua formação abrange, também, as áreas de Sociologia e Antropologia.

A CBO também define as condições gerais de exercício de cada ocupação, a formação e experiência, as competências pessoais, as atividades e os recursos de trabalho. As principais atividades para os pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas são:

[...] formular objeto de estudo e pesquisa sobre relações humanas e sociais nas áreas das Ciências Sociais e humanas, realizar procedimentos para coleta, tratamento, análise de dados e informações e disseminar resultados de pesquisa, planejar e coordenar atividades de pesquisa, dar aulas (CBO, 2002).

Quanto às condições gerais de exercício da ocupação, os pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas:

[...] atuam em uma grande gama de atividades econômicas, dentre as quais os serviços sociais e de saúde, a administração pública, as atividades recreativas, esportivas e culturais, a pesquisa e desenvolvimento, o ensino. Costumam trabalhar em fundações, instituições de pesquisa, universidades e organizações não-governamentais (ONGs), empresas ou instituições federais, estaduais e municipais de planejamento e estatística, como assalariados registrados, estatutários e também como autônomos, prestando serviços. Desenvolvem suas atividades individualmente e em equipes compostas por profissionais com formação em diversas áreas do conhecimento (CBO, 2002).

Para os profissionais em análise sociológica e antropológica, a CBO define:

Realizam estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas; participam da gestão territorial e socioambiental; estudam o patrimônio arqueológico; gerem patrimônio histórico e cultural. Realizam pesquisa de mercado. Participam da elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos; organizam informações sociais, culturais e políticas. Elaboram documentos técnico-científicos. Trabalham, predominantemente, em órgãos da administração pública e em organismos e departamentos de pesquisas da esfera pública e privada, como estatutários ou assalariados com carteira assinada. Trabalham de forma individual ou em equipe interdisciplinar, sem supervisão, em ambientes fechados ou a céu aberto, em horário diurno. Em algumas atividades podem estar sujeitos ao trabalho sob pressão que pode ocasionar estresse (CBO, 2002).

Para os professores de Ciências Humanas do ensino superior, a CBO define as atividades de ministrar aulas, desenvolver atividades de pesquisa e extensão, orientar trabalhos acadêmicos, preparar aulas, elaborar plano de ensino, supervisionar estágios, avaliar processos de ensino-aprendizagem, participar de processos de seleção e avaliação, prestar assessoria técnico-científica, exercer atividades acadêmico-administrativas e construir projetos político-pedagógicos. Para os professores de Sociologia do ensino médio, cabe ensinar, acompanhar a produção da área educacional e cultural, planejar o curso, a disciplina e o projeto pedagógico, avaliar o processo de ensino-aprendizagem, preparar aulas, participar de atividades institucionais. Para cada atividade específica há ainda uma série de subatividades.

3.3 A PROFISSÃO DE SOCIÓLOGA (O)

Conforme apresentado, a profissão de socióloga (o) está prevista pela Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980 e pelo Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984, que regulamenta a lei supracitada. Contudo, a lei que dispõe sobre o exercício da profissão não contempla uma série de questões referentes aos formados nesta área. Ela restringe a atuação profissional

apenas aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, deixando de fora os que fizeram a graduação na modalidade de licenciatura ou em cursos com outras nomenclaturas e com grades curriculares similares, além daqueles que possuem pós-graduação em Sociologia e/ou similares, mas que fizeram graduação em outras áreas. Inclui, apenas, os licenciados, mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais diplomados até 11 de dezembro de 1980, além de incluir, também, pessoas não diplomadas na área que tenham exercido atividades de sociólogo por mais de cinco anos até a data da publicação da lei. O Projeto de Lei nº 197/2015, de autoria do deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), propõe alterar a Lei 6.888/80 para incluir como profissional de sociologia todos os licenciados em Ciências Sociais, Sociologia ou Sociologia e Política, e não apenas os diplomados até 1980.

De acordo com as disposições da lei, são atribuições dos sociólogos:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

O PL Nº 7613/2010 foi apresentado em plenário na Câmara dos Deputados em 07/07/2010. No dia 14/07/2010 foi apresentado em Mesa Diretora da Câmara dos Deputados às Comissões de Educação e Cultura; Trabalho de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania. No dia 03/08/2010 foi encaminhado à publicação do Diário da Câmara dos Deputados, mas o autor do PL apresentou requerimento de retirada da proposta no mesmo dia.

O Projeto de Lei nº 7.613/10 do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM) que altera a Lei 6.888/80 para melhor definir as atribuições dos Sociólogos, foi apresentado em plenário na Câmara dos Deputados em julho de 2010 e ficou em tramitação por apenas um mês, quando o autor do projeto retirou a proposta. O PL pretendia ampliar as atribuições do sociólogo, e justificava a alteração pela indefinição do inciso I do Art. 2º, ao dizer que as competências deste profissional abrangem “toda a *realidade social*”, o que é muito vago. De

acordo com o Projeto de Lei o art. 2º da Lei 6.888/1980 passaria a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º São atribuições do Sociólogo:

I – estabelecer diagnóstico ou prognóstico sobre fenômeno da realidade social, manifestação cultural do povo ou dinâmica política da sociedade;

II – interpretar, julgar e solucionar problemas relacionados às relações sociais, identitárias ou de poder;

III – dar consultoria ou assessoria, promover investigação ou crítica, emitir laudo ou parecer, elaborar plano ou programa, coordenar projeto ou ação, assinar relatório ou memorial, que requeiram amplo entendimento de métodos e técnicas de Sociologia;

IV – participar de estudo ou relatório de impacto socioambiental, sociocultural ou socioeconômico, para fins de licenciamento obrigatório ou obtenção de incentivos fiscais;

V – proceder análise causal dos resultados em pesquisa de opinião pública envolvendo métodos e técnicas da Sociologia para efeitos de registro legal e divulgação pública;

VI – dar publicidade, por meio físico ou virtual, à publicação ou texto relacionados à Sociologia;

VII – elaborar prova de conhecimento ou avaliar trabalho escrito, bem como presidir banca de exame ou comissão julgadora, em concursos e outros certames, referentes à Sociologia;

VIII – ministrar o ensino de disciplina geral ou especial de Sociologia, em todos os níveis da educação formal;

IX – chefiar quadro de professores em curso de formação e supervisionar e orientar atividades de alunos no campo da pesquisa, em estágio curricular ou no trabalho formal teórico e aplicado, na área da Sociologia;

X – dirigir setores dos órgãos públicos de análise, planejamento ou desenvolvimento que requeiram o domínio de conceitos, paradigmas e correntes do pensamento social, referentes à Sociologia.

A legislação brasileira impossibilita, de certo modo, aos licenciados em Ciências Sociais ou Sociologia³³ de exercerem a profissão de sociólogo, uma vez que restringe seu campo de atuação apenas ao magistério na educação básica. Por outro lado, não impede aos bacharéis em Sociologia ou Ciências Sociais o exercício do magistério na educação básica, sobretudo a partir da atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) pela Medida Provisória 746, transformada na Lei nº 13.415/2017, que flexibiliza a atuação profissional, ao dispor sobre os profissionais da educação considerando, além de licenciados, profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, além de incluir:

³³As dificuldades de inserção profissional dos licenciados em Ciências Sociais ou Sociologia incluem uma série de questões e lutas históricas que caberiam em discussões para outro trabalho e fogem aos objetivos traçados para a presente dissertação.

[...] profissionais com *notório saber* reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (Art. 61, inciso IV)

Além de estabelecer as competências e habilitações do exercício da profissão de sociólogo, a Lei 6.888/80 também cria uma reserva de mercado para a disponibilização de vagas:

Art. 3º - os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de plano, estudos, programas e projetos socioeconômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Porém, essa disposição legal nem sempre é cumprida, sobretudo por falta de informação e conhecimento da referida lei por parte dos potenciais empregadores que, quando muito, abrem vagas para cargos que podem se habilitar profissionais de diversas áreas além das Ciências Sociais, como Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Administração etc. Nesses casos, os sociólogos, além de disputarem a vaga com seus demais colegas, disputam também com profissionais de outras áreas.

Em estudo sobre a formação em Ciências Sociais e o mundo do trabalho, Torini (2012) efetivou um questionário com mais de 200 cientistas sociais e entrevistou 35 deles, para compreender, dentre outras coisas, o campo profissional dos titulados em Ciências Sociais no Brasil. Ele fez uma análise da profissionalização dos cientistas sociais no cenário brasileiro e das dificuldades em caracterizar seu campo profissional, a partir de documentos oficiais, dados do Ministério do Trabalho e Emprego e anúncios de vagas de emprego, e atentou para a falta de regulamentação que afeta o exercício profissional dos cientistas sociais no contexto brasileiro. O autor constatou que seus interlocutores ocupam diversas posições no mercado de trabalho, inclusive em outras áreas, com o exercício de atividades não vinculadas ao nível de formação obtido, além de constatar a existência de titulados desempregados.

Com relação aos empregadores, o autor constatou que o principal setor que contrata cientistas sociais é o estadual e o municipal. Com relação ao setor privado, cita Silva (1995), que indica um campo ainda mais restrito na contratação de cientistas sociais, além de constatar um desvio de função de cientistas sociais compartilhando com assistentes sociais, psicólogos, administradores e profissionais sem formação acadêmica, funções nos setores de Recursos Humanos, Recrutamento e Seleção (SILVA, 1995 *apud* TORINI, 2012). Torini (2012) aponta para um precário conhecimento do perfil do cientista social e das atribuições

profissionais, além do entendimento de sua função como secundária frente a outras com maior tradição no mercado de trabalho.

O autor destaca, ainda, um desconhecimento da sociedade em torno das competências do cientista social e a resistência por parte dos empregadores no aproveitamento desses profissionais no mercado não acadêmico. Para o autor, essa dificuldade de brigar por seu espaço e ter que disputar com “os egressos de outras áreas como resultado da própria deficiência das Ciências Sociais em garantir a profissionalização de seus titulados” (TORINI, 2012, p. 54).

Os principais campos de trabalho para os sociólogos são a administração pública, as ONGs ou a carreira acadêmica. Ribeiro (1999 *apud* TORINI, 2012, p. 56) parte de uma perspectiva ainda mais catastrófica da inserção profissional de cientistas sociais, para o autor, o campo mais estável para a área é a academia, em suas palavras, “o sociólogo que não tem seu currículo profissional na academia, frequentemente, não tem círculo profissional algum. Estão soltos no mercado, enfraquecidos e desestimulados”.

Para Ronaldo Baltar e Cláudia Siqueira Baltar (2017), ao fazerem uma pesquisa sobre a oferta de vagas para cientistas sociais, apontam para um distanciamento entre os três tipos de ocupações profissionais: professor do ensino básico, professor universitário e sociólogo. Para os autores, o sociólogo profissional é uma categoria bastante diferente de professor universitário, além de ser uma categoria estranha à formação curricular dos bacharelados em Sociologia e Ciências Sociais.

Para o sociólogo, segundo os autores, uma das principais questões da atuação profissional “em qualquer campo - desde políticas públicas, assessoria jurídica, pesquisas de opinião, assistência social, relações internacionais, entre outras - seria o de como traduzir em questões práticas os problemas sociológicos de pesquisas” (BALTAR&BALTAR, 2017, p. 265), além das relações entre as evidências descobertas pela pesquisa e as recomendações para a ação sobre a realidade estudada.

Sobre o mercado de trabalho para os formados em Sociologia ou Ciências Sociais, segundo os autores, até 2010, a chance maior era a de trabalhar como professor do ensino básico do que como sociólogo e mais chances de trabalhar como sociólogo do que como professor de ensino superior. Mesmo tendo mais chances de trabalhar no ensino básico, nem sempre a vaga seria para professor de sociologia, vários são os casos de diplomados em

Sociologia ou Ciências Sociais ministrarem aulas de história ou filosofia, por exemplo, no ensino básico. A partir da década de 1970, com a ampliação do sistema de pós-graduação:

[...] a profissão de professor universitário de sociologia tinha um peso maior em termos de vagas (7%) do que a profissão de sociólogo (5%). Naquele momento, a maior parte dos graduados em Ciências Sociais estava trabalhando em outras ocupações não relacionadas com a formação na área (55%). Em seguida, os graduados ocupavam vagas como professores no ensino médio (30%) (BALTAR&BALTAR, 2017, p. 274).

No tocante à relação entre a formação e a ocupação de sociólogo, Baltar & Baltar (2017, 283) apontam que:

[...] do total de 3.083 respondentes que disseram exercer a ocupação de Sociólogo, Antropólogo e Afins, 28,7% tinha graduação em Ciências Sociais e 18% tinha graduação em Sociologia. Outros 0,3% tinham graduação em Ciência Política. Menos da metade (48%) dos que declararam trabalhar como Sociólogos tinha formação na área. A maioria (52%) tinha formação diversa: de biblioteconomia a engenharia.

Já o estudo de Torini (2012), ao tratar dos titulados em Ciências Sociais no mercado de trabalho, a partir de levantamento nos *sites* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), IBGE, Fundação SEADE, Dieese e FGV, aponta que em 2012 haviam 1.579 ocupados formais trabalhando como sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos em todo o Brasil. Com relação às vagas, o autor aponta que entre 2009 e 2010 foram ofertadas 849 vagas em 176 editais de concursos, sendo 32% delas em esfera federal, 42,4% em esfera estadual e 24,7% em esfera municipal. Com relação às instituições que ofertam as vagas, 33,6% são em Instituições de Ensino Superior, 22,6% em prefeituras e secretarias municipais, 21,6% em secretarias estaduais de educação, 14,2% em IFs, 13,9% em órgãos federais e estaduais de pesquisa e planejamento e 2,9% em fundações de apoio ao setor público.

Para o autor, o setor privado também apresenta um forte domínio no setor de educação para as vagas, representando um percentual de 58,1% do total contra 11,7% do setor de planejamento e execução de projetos sociais; 10,4% do setor de análise e planejamento em empresas de pesquisa e opinião de mercado e mídia e 7,9% em postos ligados à área comercial e administrativa. Porém, boa parte dos postos ofertados aos cientistas sociais não é necessariamente exclusiva, como já colocado aqui, sendo possível a outras áreas também ocuparem essas vagas. Segundo Torini (2012), uma boa parte dos recrutadores desconhece os espaços profissionais que os diplomados em Ciências Sociais ou Sociologia podem ocupar e nem as atividades que podem realizar, ao confundir muitas vezes com as de assistentes sociais, psicólogos ou outros profissionais das Ciências Humanas.

Para Torini (2012), a lei de regulamentação da profissão exerce pouco efeito para a criação de uma reserva de mercado realmente eficaz, o que traduz a caracterização do campo de atuação com:

[...] pouca presença nas estatísticas oficiais de profissionais colocados nas ocupações tradicionalmente ligadas à área de Ciências Sociais, a heterogeneidade dos anúncios de vagas oferecidas no que diz respeito tanto aos perfis de profissionais buscados quanto aos tipos de formações e experiências desejáveis, a confusão com relação às atribuições dos cientistas sociais e as fronteiras frágeis que fazem com que estes profissionais tenham que disputar territórios com titulados de muitas outras áreas (TORINI, 2012, p. 67)

Diante desse contexto, o autor aponta para indícios de uma não consolidação de uma “profissão de cientista social”, pelo menos no que diz respeito à dimensão de mercado. Nesse sentido, também não se poderia falar em uma trajetória profissional do sociólogo ou cientista social, “mas apenas à construção de diferentes trajetórias individuais com destinos profissionais igualmente distintos e que acabam por definir as mais diversas identidades profissionais no mundo do trabalho para os egressos dessa área de formação” (TORINI, 2012, p.67). Contudo, ao analisar as trajetórias profissionais dos egressos de Ciências Sociais, o autor aponta para a construção de uma identidade profissional por parte dos egressos entrevistados, apesar de atuarem em diferentes áreas. Há, ainda, os que terminaram o curso e não se identificam com cientistas sociais.

Ao articular formação e identidade profissional, o autor afirma que a postura de se identificar como cientista social está associada tanto ao contexto de formação, como “com a natureza das atividades profissionais exercidas no decorrer de sua trajetória no mercado de trabalho” (TORINI, 2012, p. 105). Citando Dubbar (2005), Torini (2012, p. 115) coloca que a identidade do cientista social parece estar construída “como uma identidade de formação, que interfere, por muitos anos após a titulação, nas trajetórias educacionais e profissionais realizadas”. Para Torini (2012),

[...] mais do que a utilização dos conteúdos formalmente ensinados, trata-se aqui da utilização, no ambiente de trabalho, da capacidade analítica adquirida com o estudo desses conteúdos e das ferramentas teórico-metodológicas obtidas durante o período do curso. E, nesse sentido principal, é possível ir muito além da atuação exclusiva no mundo do acadêmico. É a utilização dessa capacidade analítica que permite, por exemplo, que uma diretora de empresa de pesquisa de mercado, uma assistente de direção escolar e uma gerente de empresa jornalística, identifiquem-se, ao mesmo tempo, também como cientistas sociais, por considerarem ter a oportunidade de utilizar em sua rotina de trabalho, as habilidades e conhecimentos adquiridos em sua formação.[...] Independentemente das atividades profissionais exercidas, é a percepção de serem detentores de uma capacidade de estranhamento do mundo e de um potencial crítico que só o curso proporciona e que eles carregam por muitos anos após a graduação (TORINI, 2012, pp. 107-108).

O estudo de Torini (2012) aponta para três principais tendências após a conclusão do curso de Ciências Sociais: a carreira acadêmica, uma trajetória profissional com vínculo com o mundo acadêmico ou percursos em áreas totalmente distantes da área acadêmica. Entre seus interlocutores há a noção de que somente a graduação não garante, pelo menos em curto prazo, a inserção no mercado profissional desejada e que é necessário completar os estudos para poderem trabalhar de fato na área. Nesse sentido, a pós-graduação passa a ser vista como uma segunda parte da formação quase obrigatória para quem quer seguir carreira, acadêmica, ou não, nessa área. O autor constatou em sua pesquisa que os principais destinos profissionais dos egressos de Ciências Sociais que não seguiram uma trajetória profissional ligada ao mundo acadêmico são empresas de pesquisa de *marketing* ou de planejamento estratégico de mercado (geralmente na função de analista), empresas jornalísticas ou de comunicação, empresas de recursos humanos ou departamentos de RH, departamentos de pesquisa, análise e planejamento de empresas privadas, em atividades de estudos de impacto e gestão de projetos sociais, ONGs, escolas e institutos ligados à educação (atividades administrativas, de gestão ou coordenação) ou o serviço público em geral.

No capítulo que segue, será apresentada a colaboração dos interlocutores dessa pesquisa, 10 egressos do bacharelado em Ciências Sociais da UVA, através das entrevistas/questionários que me concederam sobre a formação, a inserção profissional e algumas reflexões sobre a profissão.

4 EGRESSOS DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UVA: FORMAÇÃO, INSERÇÃO PROFISSIONAL E REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO

No período de 2002 a 2016, o Curso de Ciências Sociais da UVA só conseguiu formar 287 pessoas que, como os demais que ingressaram, enfrentaram uma série de dificuldades na formação e diante do mercado de trabalho. Dificuldades relacionadas não só ao contexto individual, mas ao contexto estrutural do curso e da universidade que, precarizada pela falta de recursos, teve de passar por sucessivas greves para conseguir o mínimo necessário para a formação de seus alunos e melhores condições de trabalho para seus professores.

Os egressos, em sua maioria, são mulheres: dos 287 egressos formados entre 2002 e 2016, elas representam 210, enquanto os homens que conseguiram se formar são apenas 77. Esse fato se repete quando delimitamos o grupo de egressos aos Bacharéis. Dos 78 egressos do Bacharelado, 63 são mulheres e 15 são homens. Vale ressaltar que dos 78 egressos do Bacharelado, 19 também fizeram a Licenciatura e destes, 06 são homens e 13 são mulheres. Fazer as duas modalidades do curso apresenta tanto uma ampliação da possibilidade de atuação no mercado de trabalho como o adiamento da entrada neste. No período investigado, a opção por cursar as duas modalidades do curso esteve mais presente nas primeiras turmas formadas. Nas turmas formadas de 2002 a 2004, todos os egressos do Bacharelado também fizeram a Licenciatura. E, das turmas formadas de 2010 a 2016, apenas uma pessoa cursou as duas modalidades.

Para a colaboração com esta pesquisa, entrei em contato com alguns egressos do Bacharelado em Ciências Sociais da UVA. Inicialmente, organizei um roteiro com perguntas para nortear a condução das entrevistas que pretendia fazer, roteiro que não se pretendeu fechar-se em si mesmo, já que a intenção era promover um diálogo mais aberto em que os interlocutores pudessem refletir e discutir sobre os questionamentos postos e os que eventualmente surgiriam na conversação. As perguntas incluíram **aspectos da vida pessoal** dos entrevistados como idade, município de origem e de residência, escolaridade e ocupação dos pais etc.; **aspectos da trajetória educacional**, como ano de ingresso e formação no curso, motivações para as escolhas, percepções a respeito do curso e do mercado de trabalho, dificuldades enfrentadas durante a formação; e **aspectos da trajetória profissional** dos egressos, como identificação com a profissão, tipos de empregos e cargos em que atuaram, relações dos empregos com a formação, satisfação e avaliação das Ciências Sociais enquanto profissão, mercado de trabalho e trajetória de inserção profissional, dentre outras coisas.

O contato inicial com os egressos para o convite à colaboração com minha pesquisa foi feito por meio da rede social *facebook*, onde me foi possível identificar também onde eles estavam morando. Ao perceber que alguns não residiam em Sobral, mas em outros estados ou municípios distantes e, que dessa forma a realização de uma entrevista convencional não fosse possível, convidei-os a responderem o próprio roteiro da entrevista e depois me enviarem, como um questionário aberto. Ao todo, 10 egressos responderam à minha solicitação, destes, 04 puderam colaborar apenas com a sua escrita nas respostas às questões do roteiro de entrevista e com 05 egressos foi possível realizar entrevista presencial e de modo convencional e com 01 egressa foi realizada uma entrevista por meio da rede social WhastApp. Esta “entrevista não presencial” foi realizada da seguinte forma: enviei o roteiro com as questões da entrevista e ela foi me respondendo por meio de áudios no whatsapp na medida em que ia tendo tempo disponível. Como essa egressa estava morando em outro estado e seu tempo disponível era reduzido por conta de suas atividades laborais, achamos mais conveniente realizar dessa forma.

Neste momento, trago-lhes um pouco dos relatos dos egressos que colaboraram com esta pesquisa e das incursões sobre o que foi posto nas técnicas que utilizei. Embora as técnicas de pesquisa social estejam já consolidadas, precisamos adequá-la a cada complexa experiência de pesquisa. A opção por uma “entrevista” não presencial e escrita pelo interlocutor fez, é claro, perder muito do que poderia ser explorado em uma conversação face a face de uma entrevista convencional, em que a fala é mais espontânea e em que surgem novas questões no momento mesmo da entrevista e que podem ser explanadas mais a fundo. Porém, para o contexto de realização desta pesquisa não foi possível fazer isso com todos os egressos que se disponibilizaram a colaborar.

O falar sobre e o escrever sobre envolvem uma série de fatores que diferenciam as respostas que vamos dar ao que nos é perguntado; não há dúvidas de que se ao invés de responderem de forma escrita às perguntas do questionário que lhes enviei, tivessem respondido em um contexto presencial de entrevista, as respostas teriam sido outras, menos resumidas (mais espontâneas?). Porém, é importante trazer aqui que também em um contexto de entrevista, assim como nas respostas escritas, há um processo de seleção e reflexão sobre como e o que o interlocutor vai responder. A escrita talvez seja mais elaborada pela possibilidade de refazer a resposta quantas vezes achar necessário antes de me enviar, mas que também refletirá aquilo que o interlocutor quer passar, a partir de suas escolhas pessoais.

É possível também que alguns dos interlocutores dessa pesquisa tenham ensaiado e construído previamente suas respostas nas entrevistas presenciais, já que alguns tiveram acesso ao roteiro previamente e outros preferiram não ter acesso às perguntas antes de respondê-las, apesar de ter-lhes perguntado se queriam ver as perguntas antes da gravação. Fiz isso com base em minhas experiências de pesquisa anteriores. Ainda na graduação, ao realizar entrevistas para a pesquisa que estava desenvolvendo, um dos entrevistados me solicitou o questionário antes de começarmos a gravar. Eu, certamente, mostrei-lhe o papel com o roteiro de perguntas da entrevista.

A partir daí, sempre que vou realizar entrevistas semiestruturadas pergunto ao entrevistado se ele (a) deseja ver o roteiro de perguntas, além de sempre lhes fazer uma breve apresentação dos pontos principais que irão ser tratados. Considero isso válido, porque a pesquisa é uma relação, sobretudo de trocas, os nossos pesquisados nos fazem o favor de emprestar-nos suas falas, seus tempos, seus espaços e neles suas reflexões, suas angústias, suas subjetividades, intimidades etc. Eles não têm obrigação nenhuma de colaborarem com nossas pesquisas, mas mesmo assim nos permitem “invadir” seus espaços com nossa presença e nossas perguntas e colaboram com nossas pesquisas, possibilitam o nosso trabalho.

Sendo assim, creio que a relação da pesquisa deva ser o mais transparente possível e que os interlocutores se sintam à vontade para nos prestarem o favor de serem nossos interlocutores. Quanto ao fato de que se realizasse os procedimentos de entrevista sem antes saberem das perguntas, e realizá-la de forma mais espontânea, as respostas improvisadas provavelmente seriam diferentes, porém não menos construídas a partir dos interesses individuais do interlocutor, a partir daquilo que ele acredita que deva nos mostrar e da imagem e do discurso que ele quer compartilhar.

Desse modo, os 10 egressos colaboraram com esta pesquisa entre junho e novembro de 2018, se formaram em Ciências Sociais – Bacharelado entre 2008 e 2012 e 3 deles fizeram também a Licenciatura. Ao todo são 06 mulheres e 04 homens com faixa etária entre 29 e 43 anos. Entre eles, 06 se declaram brancos, 03 se declaram pardos e 01 se declara negro. Quanto ao estado civil, 03 egressos são casados, 02 vivem com companheiro e 06 são solteiros e apenas duas das egressas têm filhos. Apesar de todos terem cursado a graduação na cidade de Sobral, apenas dois dos egressos são sobralenses, dois são naturais de Fortaleza e os demais são dos municípios de Itarema, Tianguá, Varjota, Acaraú, Alcântaras no Ceará e Picos no Piauí. Quanto ao município de residência, 05 dos egressos moram em Sobral e os demais nas cidades de Itarema, Quixeramobim, Acaraú no Ceará, Maceió – AL e São Luís – MA.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dos pais desses 10 egressos, apenas 02 têm algum dos pais que possuem um curso de nível superior, 03 deles o pai ou a mãe não são alfabetizados ou apenas lê algumas palavras e o restante, os pais possuem fundamental incompleto, fundamental completo ou ensino médio completo. Quanto à ocupação dos pais dos egressos temos 02 comerciantes, 01 taxista, 04 aposentados, 01 professora aposentada, 01 militar da reserva, 01 garçom, 01 funcionário público, 01 vendedora autônoma, 01 agricultor e 06 donas de casa. Filhos da classe trabalhadora que ingressaram em uma universidade para fazerem Ciências Sociais e tentaram vestibular entre 1 e 5 vezes até conseguirem passar. Apenas 03 dos egressos cursaram a educação básica integral em escola particular, 03 fizeram parte da educação básica em escola pública e parte em escola particular como bolsista ou não e 04 fizeram toda a educação básica em escola pública. Apenas 01 dos egressos não cursou a disciplina de Sociologia no ensino médio.

Dos entrevistados, 06 dos egressos entraram em outra graduação, destes, uma egressa concluiu o curso de Serviço Social e outra ainda está cursando este curso, dois dos egressos iniciaram o curso de Letras, mas acabaram trancando, um egresso iniciou o curso de Jornalismo, mas também acabou trancando, uma egressa está cursando Pedagogia e outra cursa Direito. Todos os egressos deram continuidade aos estudos após a graduação em pós-graduações como Especializações, Mestrado e Doutorado. Apenas 03 dos egressos não foram bolsistas de algum programa durante a graduação em Ciências Sociais e 06 dos egressos também exerceram algum tipo de atividade remunerada durante o curso e tiveram que conciliar trabalho e estudo. O tempo máximo que os egressos levaram para conseguir algum emprego após o término da graduação foi de um ano.

Quanto às atuais ocupações dos egressos contatados para esta pesquisa, temos dois egressos que não estão trabalhando, sendo que um cursa mestrado em Geografia e outra cursa uma graduação em Direito, temos duas egressas atuando como professoras concursadas no Ensino Médio na disciplina de Sociologia e um atuando como professor de graduação em IES particular, em disciplinas da área das Ciências Sociais, temos dois egressos atuando como Sociólogos concursados em prefeituras municipais e uma atuando como coordenadora de Centro de Referência de Assistência Social, temos ainda um egresso atuando como Assessor Científico de Ciência e Tecnologia de uma organização estadual de fomento à pesquisa e uma egressa atuando como técnica em laboratório de pesquisa vinculado ao curso de Ciências Sociais. Apesar da variação de cargos ocupados pelos egressos e de apenas 03 dos 10 egressos terem cursado também a licenciatura, a atividade docente, seja na educação básica

ou no nível superior, esteve presente na trajetória de inserção profissional de 07 dos egressos. Os salários atuais dos egressos variam entre R\$ 1.800,00 e R\$ 5.200,00. Entre eles, 04 dos 10 egressos não fizeram o registro profissional junto ao Ministério do Trabalho.

A seguir, será apresentado a contribuição individual de cada um dos 10 egressos às reflexões postas a esta investigação.

4.1 “VOCÊ TEM QUE LUTAR MUITO POR UM ESPAÇO”

A. Alves tem 31 anos, é branca, tem um filho e vive em uma união estável com o companheiro. Em sua resposta sobre seu município de origem ela colocou a dúvida sobre se por município de origem era o mesmo que naturalidade, como não tinha deixado claro na pergunta, ela respondeu que era natural de Acaraú, mas, para ela, seu município de origem era Itarema, onde cresceu e onde mora. Uma falha minha, ao não ter posto a palavra origem no questionário e não ter explorado seus significados que é bem mais amplo que a palavra naturalidade, quando se refere ao local de nascimento. A palavra origem, para a egressa inclui também o sentimento de pertença à determinado local, pelas experiências vividas desde a infância e guardadas na memória.

A pesquisa social tem dessas imprevisibilidades, que contribuem cada vez mais para seu aperfeiçoamento. Por mais que na elaboração de roteiros de entrevistas e de questionários, releiamos diversas vezes, solicitemos a outros que leiam para que as perguntas estejam claras, contemplem os objetivos da pesquisa e respeite os interlocutores, no momento de sua aplicação prática sempre é possível que surjam dúvidas por parte dos interlocutores e também de nossa parte, enquanto pesquisadores, de novos questionamentos que julgamos ser relevantes para nossa pesquisa.

A. Alves fez parte da educação básica em escola pública e outra parte em escola privada, formou-se em Ciências Sociais no ano de 2011. Seu pai foi alfabetizado pelo antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e é comerciante, sua mãe é professora aposentada e pós-graduada em Psicopedagogia. Sobre o desejo de querer ingressar em uma universidade ela relata que queria “*dar continuidade aos estudos. Seguir carreira. Ter uma profissão. Não ter o mesmo destino dos jovens que vivem no interior e não conseguem galgar oportunidades*”. Com isso em mente ela tentou três vezes o vestibular da UVA, duas vezes

para Ciências Sociais e uma vez para História quando o vestibular para Ciências Sociais da UVA era apenas anual.

Durante a graduação, A. Alves relata que as principais dificuldades que enfrentou foi com relação à localização do campus, a deficiência da biblioteca e as greves na universidade. Para ela, o campo profissional na época da graduação era visto de forma complicada, pois, em suas palavras: “*não há muito conhecimento do trabalho do Cientista Social no país, o que minimiza o campo de atuação.*”

Durante o curso, A. Alves foi bolsista e se identificou muito com o curso. Ao se formar, fez o registro profissional no Ministério do Trabalho e diz: “*realmente gosto da profissão, por mais que tenha muita dificuldade no mercado de trabalho.*” Sobre os principais elementos que compõem a identidade deste profissional, ela aponta:

Falar de identidade é muito complexo. E falando de Ciências Sociais, que é um curso por si só múltiplo, é mais complexo. Para mim, deve ser um profissional questionador, que está ligado ao que acontece ao redor. Que tem o poder de enxergar o que nem todos veem no meio social. Que tem interesse em trabalhar questões e problemas inerentes a sua comunidade ou comunidade afins. Enfim, seria um ser pesquisador!

Depois da graduação, ela deu continuidade aos estudos, fez Mestrado em Sociologia e um curso PMD (Project Management for Development) de Gerente de Projetos Sociais. Sobre sua trajetória profissional depois da graduação ela descreve:

*Após a graduação, passei 6 meses estudando e elaborando projeto para o mestrado. Nesse período, fiz consultoria em formatação e elaboração de TCC. De março de 2012 a março 2014, fui bolsista de pesquisa de mestrado CAPES. Em Março de 2014, passei por um processo seletivo em uma ONG em São Gonçalo do Amarante (Região Metropolitana), sendo admitida como **Gestora Social**, na Associação União das Famílias - AUFAM, a mesma trabalhava com sistema de apadrinhamento e é financiada pelo Child Fund Internacional. Em Agosto de 2016 sai da ONG. Em novembro do mesmo ano fui contratada como Assessora Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – ALCE, concomitantemente fui Tutora do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – EPDS – pela UFC, até novembro de 2017. Em março de 2018 me desliguei da Assessoria Parlamentar, para vir trabalhar como coordenadora do CREAS do município de Itarema- CE, o qual estou atualmente. Trabalho com a organização e coordenação das atividades desenvolvidas pelo CREAS, equipe técnica. Elaboração de relatórios. Planejamento e execução de campanhas de prevenção à violências contra a mulher, o idoso, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Link entre o equipamento e a Secretaria de Assistência Social e demais secretarias da administração pública, Articulação intersetorial, dentre outros.*

A. Alves considera ainda que a formação em Ciências Sociais foi de extrema importância para que ela se tornasse a profissional que é hoje, já que não considera ter feito

um grande desvio entre o que o curso propõe e as atividades que ela exerceu, mas considera que “*nem tudo aprendemos na academia, muita coisa relacionada à nossa área aprendemos na prática*”. Não apenas na área das Ciências Sociais, como também qualquer outra graduação não possibilita ao estudante aprender tudo a respeito da profissão, a experiência prática de atuação é um elemento fundamental para a construção dos profissionais em qualquer área, além, é claro, de a formação ser completada com pós-graduações. No caso do bacharelado em Ciências Sociais, uma das reivindicações dos egressos diz respeito ao caráter apenas teórico da grade curricular, não possibilitando ao estudante uma experiência prévia de inserção profissional, com estágios, como acontece na maioria dos cursos, bem como, apontam também para a ausência de disciplinas ou outros mecanismos do curso em discutir a área de atuação profissional para dar maior clareza aos estudantes.

Ela se diz satisfeita com a sua atual atividade e com sua trajetória de inserção profissional, contudo, avalia o mercado de trabalho para o cientista social “*disputado, com poucas vagas, você tem que lutar muito por um espaço*”.

4.2 “NÃO CONSIGO E NEM QUERO IMAGINAR OUTROS POSSÍVEIS CAMINHOS”.

A. Carvalho tem 34 anos, é pardo, vive com companheiro e não tem filhos. Seu município de origem é Tianguá – CE e vive atualmente em Maceió – AL. Sua mãe é “do lar” e analfabeta, seu pai é taxista e cursou até a 4ª série do ensino fundamental. A. Carvalho fez a maior parte da educação básica em escola pública e apenas por dois anos em escola particular como bolsista.

A necessidade de ter uma formação de nível superior para prestar concurso público foi o que o levou a querer ingressar em uma universidade, e a escolha pelas Ciências Sociais se deveu inicialmente por conta do tempo para a formação e o horário do curso, já que por trabalhar durante o dia só tinha disponibilidade de estudar à noite. Ele tentou cinco vezes o vestibular, 03 vezes para a UVA e as outras duas vezes para uma instituição federal. Formou-se em 2011. E sobre as dificuldades da graduação, ele aborda:

Durante o período de formação minha maior dificuldade era conciliar as atividades do curso com minhas atividades profissionais, além de em muitas situações uma

falta de feedback construtivo de alguns professores para os aperfeiçoamento dos métodos de análises e demais atividades referente ao fazer do sociólogo.

A. Carvalho não fez o registro profissional no Ministério do Trabalho, pois, segundo ele, nunca precisou. Contudo, se identifica profissionalmente como Sociólogo e sobre os elementos que compõem uma identidade profissional para o cientista social, ele aponta:

Podemos muita coisa e ao mesmo tempo não temos nenhuma garantia. O fazer do sociólogo está muito vinculado ao fazer científico, pareceres, diagnósticos quando se trata de questões relacionadas a grupos sociais. No entanto, acredito que temos potencial e capacidade para empreender em área de gestão, marketing e RH.

Desde o ensino médio A. Carvalho concilia trabalho e estudo, durante a graduação ele enfatiza que nunca pensou em desistir, pois “*precisava da formação*” para conseguir estabilidade laboral.

Após graduação fui promovido Coordenador Municipal do PROINFO em Tianguá, além de atividades docentes em escola de ensino médio do estado e no IVA. Deixei todas essas atividades para me dedicar ao mestrado, ao concluí-lo consegui meu atual emprego de Assessor Científico de Ciência e Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. É a função de gestor dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior do Estado de Alagoas. A FAPEAL tem a mesma função da FUNCAP.

A. Carvalho atualmente cursa o doutorado em Sociologia e em seu trabalho como Assessor Científico desenvolve atividades como:

Elaborar políticas públicas e programa que visem o desenvolvimento científico e tecnológico do estado de Alagoas; Elaborar e gerenciar editais de seleção de projetos de pesquisa e demais atividades relacionadas ao fazer acadêmico (organização de eventos, participação de eventos, auxílio à pesquisa, convênios com CNPq, CONFAP, Newton Fund, auxílio a periódico científicos e etc); Acompanhar o desenvolvimento dos projetos apoiados com os recursos da Fundação; Diagnosticar o cenário das atividades científicas no estado de Alagoas; Acompanhar convênios nacionais e internacionais; Atividades de gestão administrativas.

Sobre a relação entre as atividades que exerceu em sua trajetória de inserção profissional e os conhecimentos adquiridos com a graduação em Ciências Sociais, aponta que:

O desenvolvimento das minhas atividades profissionais sempre esteve vinculado de alguma forma com minha formação. Desde coordenação de projetos, passando pelas atividades docentes e minha atual função que permeia entre gestão pública e pesquisa, o conhecimento adquirido na graduação foi essencial, em razão das diversas perspectivas que o olhar do sociólogo permite ter sobre determinado fato. Porém, em alguns casos, esse saber pode ser objeto de crise e questionamento do fazer no serviço público.

Para ele, a formação em Ciências Sociais possibilitou uma adaptação às atividades que exerceu, embora em alguns momentos tivesse que buscar outros conhecimentos específicos

para as funções que desempenhou no mercado de trabalho, a Sociologia também se configurou como um filtro para a construção dos novos saberes. Ele se considera satisfeito com sua atual atividade laboral, porém seu foco é para a docência em nível superior. Em sua avaliação das Ciências Sociais enquanto profissão, ele destaca:

Não consigo ter uma visão clara do cientista social como profissional que tenha espaço em um amplo mercado de trabalho. Pois, em muitos casos, a formação abre as portas para o licenciado em ministrar aulas, ou seja, formação de professor de sociologia. Quando pensamos o bacharel entramos em universo de opinião, ideias e pouca prática, pois o espaço para esse profissional é restrito.

Em sua avaliação sobre o mercado de trabalho para o cientista social, ele indica que:

O espaço destinado ao cientista social no mercado de trabalho é quase inexistente, são pouquíssimas vagas com essa nomenclatura e pra agravar em muitas situações temos a função, porém, como temporário, ou seja, um serviço dispensável e não contínuo.

Para A. Carvalho, sua trajetória educacional e de inserção profissional foi construída pelas oportunidades que iam sendo disponibilizadas em seu contexto, não tendo um planejamento prévio. Ao ser questionado sobre se escolheria a mesma profissão hoje e se faria as mesmas escolhas, ele responde: “*Não sei bem como responder, mas acredito que sim. Não consigo e nem quero imaginar outros possíveis caminhos*”.

4.3 “PRECISARIA DE UM RECONHECIMENTO SALARIAL MELHOR”

I. Mourão tem 29 anos, é branca, solteira e sem filhos, formou-se em Ciências Sociais em 2011. Seu município de origem é Varjota, mas atualmente vive em Quixeramobim. Seus pais são aposentados e estudaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental. Toda a educação básica de I. Mourão foi cursada em escola privada. Ao sair do ensino médio, ela queria ter uma formação de nível superior, se identificava mais com a área das Ciências Humanas e tentou vestibular para Psicologia, Saneamento Básico e Ciências Sociais.

Durante a graduação, I. Mourão foi bolsista de iniciação científica e acreditava que teria mais oportunidades no campo profissional quando se formasse, porém ela não constatou isso depois de formada. As principais dificuldades que aponta enquanto era estudante de Ciências Sociais era com relação ao mercado de trabalho fora da universidade, a falta de oportunidades de estágio, que em sua época eram raras. Essa falta de oportunidades de

trabalho fora dos espaços acadêmicos a fez pensar em desistir do curso, porém o cursou até o fim, depois fez uma especialização e atualmente cursa uma graduação em Serviço Social.

Mesmo cursando outra graduação, ela diz se identificar profissionalmente como Socióloga, fez o registro profissional junto ao Ministério do Trabalho e considera “*o olhar crítico frente à realidade e capacidade de apreensão*” como um dos principais elementos que compõem a identidade profissional do cientista social. Assim que se formou, I. Mourão passou apenas um mês para conseguir um emprego. Ela descreve sua trajetória profissional depois da graduação:

Logo que me formei fiz uma especialização em Gestão, supervisão e orientação escolar. Posteriormente, lecionei no meu município durante 2 anos, atuei como professora universitária pelos institutos de Sobral. Durante 3 anos trabalhei no Cadastro Único e atualmente sou Socióloga concursada na Prefeitura Municipal de Quixeramobim. [...] Trabalho no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS desenvolvendo atividades concernentes a atendimentos individualizados, planejamento dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, relatórios, cartografia e visitas domiciliares.

Ao relacionar os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Sociais com o exercício de sua atual atividade como Socióloga da Prefeitura de Quixeramobim, a egressa aponta que os conhecimentos adquiridos ajudaram em sua formação teórica como profissional. Em suas palavras: “*o conhecimento serviu para uma análise crítica da realidade, no entanto durante a graduação não vivenciamos a realidade de trabalho fora do mundo acadêmico.*”

I. Mourão se considera satisfeita com a sua atual atividade, mas segundo ela, “***precisaria de um reconhecimento salarial melhor***”. Para ela, as Ciências Sociais é uma “*profissão fundamental para uma análise crítica da realidade*”. Há quem considere que as Ciências Sociais não são uma profissão que é uma área para formar cientistas, intelectuais, acadêmicos, que tratar as Ciências Sociais como uma profissão seria descaracterizá-la, sobretudo na criticidade ao sistema capitalista, objeto de combate, oposição e crítica histórica da área desde sua origem ao tentar se enquadrar nele por meio de uma atuação profissional. Por esse viés se cai mais uma vez na falsa distinção entre acadêmicos *versus* técnicos, onde os primeiros seriam “melhores” (ou seriam mais privilegiados) que os segundos? Considerando que o conceito de profissão envolve uma gama de conhecimentos específicos, a orientação para um ideal de serviços, a ocupação ou atividade produtiva que um indivíduo desempenha dentro da sociedade e da qual retira seus meios de sobrevivência, as pessoas que se dedicam ao desenvolvimento da ciência dentro das universidades atuando na carreira acadêmica

também exercem uma profissão e não à parte do sistema capitalista que criticam. Não se trata de esvaziar a crítica ao sistema, que é tão característica das Ciências Sociais e tentar se incluir no sistema através de uma profissionalização da área. A área já inclui uma atuação profissional, ainda que desorganizada, a questão diz respeito à posição ocupada pelo profissional dentro das diferenças de classe. O intelectual da academia não está à parte do sistema, flutuando em um patamar superior e isento da reprodução de suas contradições, ele também está inserido no mercado de trabalho, exercendo uma atividade profissional, sendo remunerado por isso e inclusive, organizando-se em sindicatos e organizações profissionais na área da docência. A questão não é deixar de criticar as contradições do sistema, mas a questão envolve aceitar que a compreensão dessas contradições e o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento da ciência têm sido possibilitados a uma classe que necessita estar inserida no mercado de trabalho para sobreviver. E esta inserção das Ciências Sociais fora da academia amplia ainda mais o desenvolvimento científico, o egresso de Ciências Sociais que se insere em outras instituições diferentes da universidade não vai deixar de ser um cientista, um intelectual, pois recebeu formação para isto, vai aplicar e desenvolver conhecimentos, pesquisa também por outras vias e expandir a produção do conhecimento a partir de outras instâncias.

I. Mourão, mesmo estando concursada na área ela aponta que o mercado de trabalho para as Ciências Sociais *“ainda é bem restrito, já que a categoria não é organizada”*. Ao avaliar sua trajetória educacional e de inserção profissional, ela afirma que as Ciências Sociais *“foi um ótimo curso e contribuiu para a profissional que sou hoje”*, mas se pudesse voltar atrás ela *“teria feito a opção por outra graduação de imediato, devido não sermos uma categoria organizada e, além disso, a dificuldade no reconhecimento profissional e valorização salarial.”*

4.4 “NOSSO CAMPO DE TRABALHO, NA PRÁTICA, É MUITO RESTRITO”.

R. Monteiro tem 33 anos, é branca, solteira e sem filhos, é do município cearense de Acaraú e formou-se em Ciências Sociais em 2009. Sua mãe, dona de casa, nunca frequentou a escola e seu pai, já aposentado, cursou o ensino fundamental. R. Monteiro fez toda a educação básica em escola pública e a vontade de querer ingressar em uma universidade se deveu, como nos conta, porque:

Desde criança, minha mãe me mostrou a importância dos estudos. Ela sempre dizia que a “gente tinha que estudar pra ser alguém na vida”, “para arranjar um emprego”... Quando entrei na universidade, vi o universo de conhecimentos e me encantei.

E a escolha pelo curso de Ciências Sociais foi pela afinidade e influência com a disciplina de Sociologia no ensino médio. R. Monteiro cursou as duas modalidades do curso de Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado -, “*meu vestibular foi para a licenciatura. Eu já queria ser professora, mas gostaria de ter também o bacharelado para aprender mais e fazer currículo.*”

Durante a graduação, R. Monteiro trabalhava dois expedientes na cidade em que morava, enfrentava uma viagem que levava em média duas horas para assistir às aulas do curso de Ciências Sociais em Sobral, depois retornava para sua cidade. Via o campo profissional para o cientista social “*muito difícil, restrito, limitado*”. Sobre as principais dificuldades que enfrentou durante a graduação, ela elenca:

1- Transporte universitário: sempre foi muito complicado. O poder municipal dizia que não tinha dever de garantir transporte. Quando eu comecei a faculdade, a gente pagava integralmente as passagens para chegar à UVA. Algum tempo depois o prefeito passou a pagar metade das passagens e já no final do curso, outro prefeito passou a pagar integralmente. Os ônibus não eram bons e quebravam constantemente. Eu ficava na estrada e pegava carona em outros carros para chegar à faculdade.

2- Conciliar trabalho e estudo: eu trabalhava pela manhã em uma loja e à tarde dava aula para crianças no ensino fundamental I e quando saía do trabalho ia de moto-táxi para Sobral.

3- Não tinha computador nem acesso à internet.

4 – Educação básica muito deficiente.

R. Monteiro conta que apesar das dificuldades enquanto ainda era estudante, nunca pensou em desistir, pois “*adorava estudar Ciências Sociais*”. Contudo, assim que se formou não se reconheceu profissionalmente enquanto socióloga/cientista social, mas atualmente se identifica com a profissão e considera que os principais elementos que compõem a identidade do profissional em Ciências Sociais envolvem “*Pesquisa, estranhamento e desnaturalização do mundo e das situações sociais, problematização, questionamento.*”

Depois da graduação, R. Monteiro deu continuidade aos seus estudos, fez uma especialização, mestrado e hoje cursa doutorado em Educação, além de estar cursando também uma graduação em Pedagogia. Ao terminar sua graduação em Ciências Sociais levou pouco tempo para arranjar emprego na área, um mês apenas. Ela descreve suas experiências profissionais:

Atuei em duas comunidades indígenas como socióloga do Centro de Referência da Assistência Social em Acaraú. Passei em concurso público para a Prefeitura de Acaraú e ministrei aulas de História e Geografia no Ensino Fundamental II e por último passei no concurso da rede estadual para professora de Sociologia.

A egressa fala ainda da importância que sua formação em Ciências Sociais exerceu sobre a profissional que hoje ela é. Em suas palavras:

*Amo meu curso. Fiz e faria novamente. A formação em Ciências Sociais possibilitou uma mudança na minha vida. Ao entrar na faculdade eu era muito fechada, tímida e conservadora. **O curso possibilita que a gente olhe o mundo, as coisas, as pessoas de forma diferente.** O curso possibilitou ainda uma maior sensibilidade e compreensão sobre as questões sociais, políticas e as relações humanas.*

R. Monteiro diz se sentir realizada com a sua profissão, responde afirmativamente estar satisfeita com sua atual atividade e acrescenta: *“amo ser professora, apesar da desvalorização da profissão, da péssima remuneração e da falta de condições de trabalho.”* Em sua avaliação sobre as Ciências Sociais enquanto profissão, ela aponta: *“**Penso que o cientista social/sociólogo poderia contribuir muito se ele ocupasse mais espaços. Nosso campo de trabalho, na prática, é muito restrito,**”* e o mercado de trabalho é *“fechado, limitado e quase inexistente”*. Em sua avaliação sobre sua trajetória educacional e de inserção profissional, ela acrescenta: *“Minha formação básica foi bem difícil. Salas lotadas, alguns professores faltavam, não tinha merenda, nem livros... Na faculdade tive que correr para acompanhar. Sobre a inserção profissional foi rápida e fácil.”*

4.5 “EU FUI SER PROFESSOR [...] PORQUE ESSA COISA PERSEGUE A GENTE”

R. Lopes tem 34 anos, é branco, casado, sem filhos, é natural de Fortaleza, mora em Sobral e trabalha como professor do ensino superior da rede privada. Seus pais estudaram até o ensino fundamental, sua mãe é aposentada e seu pai é um militar reformado, da reserva. Ronaldo cursou toda a formação escolar em escola pública e se formou em 2008. Sobre os motivos que o levaram a querer ingressar em uma universidade, ele aponta: *“é a única opção pra quem não tem dinheiro e pretende, que anseia de algum modo ascender socialmente tem que ser por via da educação, né! Então eu entro nesse contexto aí.”*

E sobre a escolha específica pelo curso de Ciências Sociais, ele nos conta:

[...] na época a gente nunca sabe ao certo se você realmente quer aquela profissão que você optou ali no vestibular, mas eu escolhi por uma identificação natural, uma identificação que já vinha desde a educação básica. Sem saber, assim, ao certo o quê que era as Ciências Sociais, mas por uma identificação pessoal mesmo com a área.

Sobre como ele via o campo profissional para o Cientista Social enquanto ainda era estudante, R. Lopes nos conta:

[...] quando a gente tá fazendo, a gente não tem muito essa clareza não. Do quê que tem, do que vai fazer. Eu acho que esse tempo da universidade é um tempo de muitas descobertas, é um tempo muito interessante, muito feliz da vida, pelo menos pra mim foi. Você tá meio ali dentro de um casulo: tudo tá ótimo, né! Apesar das dificuldades e tudo. Essas coisas a gente só pensa mesmo quando a universidade te empurra, né. “- vai-te embora! Acabou teu tempo aqui.” Aí é que você vai mais ou menos visualizar. Eu sou bacharel e na minha pouca percepção clara do que eu ia fazer pela frente, a minha ideia é se tornar, um acadêmico, era continuar os estudos, fazer mestrado, doutorado, ser um professor universitário, pesquisador, com essas coisas todas conectadas. Um professor-pesquisador.

Sobre as principais dificuldades que R. Lopes enfrentou durante o período da graduação, ele aponta que enfrentou “*as dificuldades normais de todo estudante pobre, que vem de outro município e que tem que se estabelecer numa outra cidade que não tem parentes e tal, é a luta pela sobrevivência mesmo: morar, comer e estudar.*” Essas dificuldades foram, de certo modo, amenizadas quando R. Lopes passou a ser bolsista de iniciação científica, com ele nos conta: “*fui um estudante profissional né, recebia uma bolsa, miserável, pra poder estudar, fazer pesquisa e tal, mas foi com o que eu me mantive, então eu não posso reclamar não*”.

Ao falar sobre sua identificação profissional com a área, ele afirma:

[...] eu me identifico, sim, como Cientista Social, mas na compreensão de que as Ciências Sociais não é uma, mas são três, eu me identifico pela minha profissão em que eu me especializei que é a Antropologia. Então sou Antropólogo e me considero também, dentro do contexto, um Sociólogo porque, do ponto de vista profissional, de registro, todos nós somos Sociólogos. Então eu sou Sociólogo. Então eu me identifico, eu oscilo entre essas três categorias né, Antropólogo, Sociólogo e Cientista Social.

Para R. Lopes, essa identificação com a profissão de Cientista Social/Antropólogo/Sociólogo/Cientista Político é composta por diversos elementos que incluem:

[...] uma compreensão diferenciada do mundo que nos rodeia, do mundo social e em toda complexidade do que a gente chama de mundo social, né. As Ciências Sociais, ela nos desperta pra atentar pra certas coisas que normalmente não percebemos, que no mundo ordinário, comum, a gente muitas vezes não percebe. Então ela nos dá essas ferramentas, ela ajuda a treinar esse olhar, enfim, isso não só do ponto de vista profissional, mas do ponto de vista humano mesmo, pessoal, como o sujeito enxerga a vida, né, então nesse ponto ela é algo que é marcante. Eu acho, pra todas as pessoas que passaram pelo curso.

Além do bacharelado em Ciências Sociais, R. Lopes iniciou a licenciatura, porém não chegou a concluir, pois no período também estava trabalhando, precisou trancar algumas disciplinas e quando pensou em retornar, a grade curricular do curso tinha sido modificada. Relata-nos que para retomar, ele:

[...] teria que entrar como graduado, retomar o curso já numa outra configuração, então eu teria que passar mais ou menos uns dois ou três anos estudando novamente e eu me recusei a fazer isso. [...] Mas eu fiz, da minha grade, eu fiz noventa por cento das disciplinas, só faltava uma ou duas, eu acho. Aí mudou a grade e eu não pude mais fazer

Depois que R. Lopes terminou o bacharelado em Ciências Sociais, ele não demorou muito tempo para ingressar no mercado de trabalho, fato que, segundo ele, se reflete:

[...] pela necessidade mesmo de procurar [emprego] pra poder se manter, que era o meu caso né, como eu estava fora, estive fora de casa esse tempo todo, então, eu tinha que me manter. Eu era o único responsável pelo meu sustento, então eu tive que buscar, me virar e nisso foi que eu comecei a dar aula. Desde então, sempre foi assim. Então eu acho que eu terminei, eu coleí grau no final do ano, outubro, novembro, e... em fevereiro estava dando aula. Fevereiro, março.

R. Lopes descreve um pouco do desenrolar de sua trajetória depois que terminou o curso de Ciências Sociais. Vejamos:

*Quando eu terminei a graduação, eu tentei ingressar no mestrado, da primeira vez não deu certo. E ingressei no mercado de trabalho. Aí eu tive que trabalhar, passei um tempo, dois, três anos pós-formado né, aí eu fui trabalhar. Não dei sequência direto nos estudos, eu dei um intervalozinho. [...] **eu fui ser professor**, mesmo sem ser licenciado né, é o caminho natural da maioria dos nossos colegas é a docência. Eu fui da docência no ensino superior nos Institutos privados aqui do Ceará e tive uma passagem também na educação básica, no ensino médio. Aí depois eu ingressei no serviço público, na área da assistência social como técnico da assistência social, passei [...] um ano e sete meses, acho, depois voltei pra docência e estou na docência até hoje. Quer dizer, fiz outras coisas, né, mas a docência é algo que é permanente. [...] quatro anos depois, eu entrei, eu ingressei no mestrado. Fiz o mestrado, saí e estou na docência. Saí do mestrado, entrei na... eu nunca saí da docência né! Porque **essa coisa persegue a gente**. Mas, saí do mestrado e passei num concurso, numa seleção pra professor substituto, fiquei lá dois anos na universidade e hoje dou aula no setor privado, no setor de ensino privado. E tive outras experiências é... abri uma empresa em sociedade com o meu cunhado e dessa empresa eu desenvolvi alguns trabalhos de consultoria, de assessoria e de instrutoria, treinamentos, né. E fiz também algumas consultorias nesse período do mestrado, foi paralelo, algumas consultorias para órgãos do governo. Pesquisa antropológica.*

Apesar de o curso de Ciências Sociais da UVA estar dividido nas modalidades de licenciatura e bacharelado, assim como a maioria dos cursos em Ciências Sociais no Ceará, quem opta pela modalidade bacharelado, geralmente é porque, de certo modo, não vislumbra, inicialmente, ser professor. Contudo, para a maioria dos egressos aqui entrevistados, dar aula fez ou faz parte de suas trajetórias profissionais, seja por uma vontade que já os acompanhava, ou seja, porque dar aulas foi a oportunidade de emprego que lhes apareceu. Apenas 03 dos 11 egressos que colaboraram com essa pesquisa nunca chegaram a lecionar, contudo, dentre esses três, um cursou também a licenciatura, um a iniciou e outra ainda pretende cursar. Ronaldo nos conta um pouco sobre como foi aprendendo a ser professor:

[...] quando saí da universidade eu fui trabalhar, fui me virar. Então na minha vida profissional, eu tive que aprender a fazer algumas coisas. A docência, ela foi uma das, dos ofícios que eu tive que aprender, ninguém, é... nenhum cientista social sai professor, sobretudo bacharel, não tem formação pra isso, né, pedagógica. Na licenciatura talvez, mas no bacharelado... e foi uma escolha minha, porque eu optei por ser bacharel, né. Então a gente vai, na vida profissional eu fui aprendendo a fazer várias coisas: eu fiz pesquisa, eu trabalhei em órgãos da administração pública, prestei assessoria à organizações da sociedade civil, então eu fiz várias coisas e gosto de tudo que eu faço. Eu gosto da docência e eu gosto de ser um consultor, de ser um pesquisador. Então eu gosto dessas duas coisas. Nenhuma delas sozinha talvez me satisfaça, né. [...] no que diz respeito a minha formação, à minha área, eu tô satisfeito [...] eu não tô satisfeito profissionalmente em termos daquilo que eu gostaria, de onde eu queria estar, dos espaços que eu ainda pretendo galgar. [...] eu gostaria de galgar mais espaço, de ser um melhor, de ser um professor melhor, de ser um consultor melhor. E quando eu falo de ser um profissional melhor é que isso se reverta na minha vida profissional né, nos meus ganhos, nos meus proventos, enfim, no conhecimento que eu quero, que eu pretendo adquirir, numa caminhada. Nesse ponto a gente tá sempre, não pode estar satisfeito no sentido que: “- ah, aqui onde eu estou está bom.” Não! Não está bom, eu quero mais!

Sobre a formação que recebeu no curso de Ciências Sociais, o egresso R. Lopes nos conta:

[...] a minha formação não me deu tudo o que eu precisava, mas me deu uma base e conhecimentos que foram essenciais pra eu poder galgar os espaços que eu conquistei. [...] eu ainda estou no âmbito, no espectro da minha área de formação, então, eu não estaria onde eu estou se não tivesse formação nessa área. Então, nesse ponto a importância foi central. No aspecto pessoal [...] as Ciências Sociais, elas lhe dão uma, lhe colocam num outro caminho, num outro rumo. Acho que, quase todo mundo que ingressa no curso tem o curso como uma espécie de diferencial na vida, depois do curso você vê as coisas de outra maneira né! Vê inclusive a vida de outra maneira, seus valores, as suas prioridades, enfim, a sua percepção do mundo. Então, contribuiu pra eu me tornar a pessoa que eu sou também, né!

Em uma avaliação sobre sua formação e sobre sua trajetória profissional, R. Lopes nos conta:

Eu avalio como positiva, mas incompleta, né [...] Eu aprendi, pelo fato de ser, por exemplo, um bolsista da iniciação científica, eu já aprendi a fazer muita coisa que a maior parte dos meus colegas que não eram bolsistas não aprenderam fazer. Me despertou pra um exercício, pra uma prática que pra mim foi fundamental depois. Então, nesse sentido, a minha formação específica, ela foi muito positiva, mas foi incompleta porque eu só fui ter essa compreensão do que realmente é o mundo do trabalho para as Ciências Sociais depois que eu já estava lá, né. Então a universidade, o curso ele lhe acalenta, ele lhe acolhe, mas naquele momento, depois ele diz assim: “- saí que agora eu preciso acolher outros, vai-te embora, segue teu rumo” e aí você fica assim: “- valha-me Deus! E agora o que eu vou fazer?”, né?! Eu acho que a gente precisa ter mais iniciativas ao longo da formação do aluno que permita a ele ir experimentando o quê que ele vai encontrar [...] eu avalio como extremamente positiva. Eu fiz várias coisas, conheci um mundo de coisas, eu estudei quatro anos num curso, nunca tive uma disciplina pra estudar índios, comunidades tradicionais e a minha experiência profissional me proporcionou isso, conhecer esse mundo que não é só uma área profissional, é um mundo que você começa, passa a conhecer, que chama a outras coisas. Então, do ponto de vista da minha experiência, eu acredito, modéstia à parte, que ela foi imensamente positiva pra mim, como profissional e como sujeito. Aprendi muito, aprendi muito profissionalmente e aprendi muito existencialmente. Construí uma consciência política, me envolvi, adquiri uma certa militância, enfim. E isso, essas coisas todas

*que formam a minha percepção do mundo hoje. Nesse quesito, ela é extremamente positiva, eu não trocária ela por outra. [...] Escolheria a mesma profissão. Talvez eu mudaria, nesse retorno, eu mudaria, só algumas coisas que eu deixei passar e daria mais atenção, mas em termos de profissão, de área, é a área com que eu me identifico, com quem eu criei uma identidade profissional, **não me vejo fazendo outra coisa!** Inclusive, eu me vejo fazendo várias coisas além do que eu faço, mas não me vejo sendo um outro profissional, de outra área, não me apetece. Eu posso até inclusive, agregar, outros conhecimentos, outras áreas, mas agregar. A minha identidade profissional vai tá atrelada a isso que eu já construí, entendeu?!*

4.6 “NÃO É ASSISTENTE SOCIAL! A GENTE TEM QUE TÁ O TEMPO TODO SE REAFIRMANDO DENTRO DA SOCIEDADE.”

C. Bezerra tem 30 anos, é parda, casada e não tem filhos. Nasceu em Fortaleza e mora em Sobral. Sua mãe tem nível superior e trabalha como autônoma vendendo roupas. C. Bezerra fez a educação básica em escola privada e se formou em Ciências Sociais em 2011. Atualmente, ela não trabalha na área, entrou em uma faculdade de Direito, já está o 8º semestre, realiza estágio acadêmico e afirma que “*para compreender melhor o Direito foi necessária essa passagem pelas Ciências Sociais*”. Antes de começar a fazer a primeira graduação ela chegou a tentar vestibular por três vezes, duas para o curso de Direito e uma para o curso de Ciências Sociais. Sobre ter optado pelo curso de Ciências Sociais, ela fala:

Inicialmente pela concorrência, que era menor do que Direito e dava pra mim [sic] aproveitar algumas cadeiras para poder trocar de curso. Só que no decorrer da faculdade eu tive a oportunidade de mudar [de curso], abriu vagas, mas eu comecei a gostar do curso, me interessei pelo curso, fui me engajando com pesquisa e resolvi ficar, acreditando né, que (risos) seria uma boa opção, e assim, também não me arrependo de ter feito, acho que foi importante o curso pra minha formação.

Sobre fazer um curso superior C. Bezerra aponta para a compreensão de que uma maior escolarização pode trazer uma melhor inserção profissional, em suas palavras: “*Quanto mais a gente se qualifica, mais, pressupõe-se [risos], que mais a gente tá qualificado profissionalmente, antes de conseguir um melhor emprego, né*”.

C. Bezerra conta, também, que em determinado momento enquanto estudante de Ciências Sociais pensou em desistir do curso:

Pensei mais no final [risos], mas como a gente já tá quase no final, a gente quer é terminar, porque a fase que eu queria transferir era a fase do meio, do começo, que foi logo que eu tinha conseguido uma bolsa, tava pesquisando, tinha planos, participei da Empresa Júnior, como uma forma de ver outra possibilidade, né, pro nosso curso. Então, assim, eu tava no auge da empolgação por isso não quis mudar, mas do meio pro final eu comecei a enxergar mais a realidade e pensei, não vou mentir, mas aí já tava do meio pro final aí fiquei.

C. Bezerra conta um pouco de como foi sua trajetória de inserção profissional depois que terminou o curso de Ciências Sociais. Vejamos seu relato:

*[...] com uns seis meses eu consegui assim, para uma pesquisa, nada fixo, uma pesquisa que houve em Sobral que eu participei [...] Houve uma seleção, eu fui, mas era algo só pra aplicar questionário, temporário, não foi nada fixo. Depois de um ano, mais ou menos, seis meses, um ano foi que eu consegui no município, comecei a trabalhar [...] nessa parte do reforço escolar, fiquei trabalhando no município um turno, pela manhã e à tarde ia pra UVA estudar pra concurso, essas coisas né. Trabalhava um turno. [...] quando terminei, tive dificuldades inicialmente, mas consegui ser professora no Projovem Urbano em Massapê, né, numa seleção que houve pelo IDT e dentre as pessoas, eu fui selecionada, atuei no Projovem em Massapê durante um ano. Posteriormente, também trabalhei aqui [Sobral] no Projovem daqui, só que houve um corte federal e dentro desse corte, eu tinha sofrido um acidente, enfim, tive algumas coisas e saí nesse corte que houve. Dei aula em alguns Institutos [de Educação Superior] por conta que também, depois da faculdade, eu fiz uma especialização em Políticas Públicas na Assembleia Legislativa que teve, fiz essa especialização, então assim, ainda cheguei a dar aula em alguns Institutos. **Mas o campo acaba sendo muito o ensino, apesar de não ter a licenciatura ainda, a oportunidade que tem mais é no ensino.** Tentei por diversas vezes na prefeitura aqui de Sobral e em outros locais quando abria pra área da assistência, tentei. Assim, era muito restrito, às vezes a gente nem poderia concorrer, o edital extremamente fechado para a assistência, para assistentes sociais, psicólogos e pedagogos que eles falavam, né. Então assim, levei meu currículo inúmeras vezes e mesmo tendo especialização na área de políticas públicas não, eles não deixavam nem competir, nem entrar. Então assim, durante muito tempo eu fiquei tentando e estudando pra concurso por fora. Aí foi que veio a vontade de retomar o meu desejo de fazer o Direito, porque pelo menos ampliava o leque de oportunidades. [...]*

*No início do ano teve uma outra seleção, eu também fui, concorri, que não tinha. Porém, eles exigem o quê: experiência dentro da assistência. Como é que a gente poderia ter experiência se antes era restrito, era fechado? Então era até contraditório, essa seleção que teve anteriormente. [...] até ano passado[2017] eu tava atuando [na área de Ciências Sociais], mas esse ano[2018]... do meio do ano passado pra cá não, não dei mais aula, não atuei mais na área de Ciências Sociais porque como eu tô fazendo outra graduação e às vezes tem disciplinas quebradas, tarde, tem disciplinas noite e não tem como conciliar e também não arrumei um emprego né, eu tinha até feito uma meta (riso) ano passado de conseguir algo fixo e ficar só um horário na faculdade, mas não consegui. Não consegui nenhum emprego assim, mesmo **dentro da área de Ciências Sociais, que era o que eu queria.** Por não ter conseguido eu voltei a me dedicar mais à faculdade, fazendo cadeiras tarde e noite e de manhã estágio. Consegui estágio dentro da área do Direito.*

A identificação com a área das Ciências Sociais parece ser maior que a identificação com a área do Direito. O fato de ter começado a cursar outra graduação reflete na trajetória de C. Bezerra a busca por mais oportunidades de inserção no mercado de trabalho, se configura como estratégia para se conseguir emprego ao se deparar com a escassez de vagas para cientistas sociais e, mesmo trilhando caminhos por outra área, a vontade era a de conseguir uma vaga como cientista social. Ao ser questionada sobre como ela se identifica profissionalmente, já que transita pelas áreas do Direito e das Ciências Sociais, ela responde:

É complicado! Sinceramente, assim, eu, em muitos momentos, eu fico na dúvida em que colocar, apesar de defender muito a categoria [cientista social], não quero é

*que... é como se fosse a família: [risos] a gente fala, mas não quer que os outros falem. Então, assim, apesar de defender muito a categoria aonde eu ando, eu inclusive, recentemente, me peguei colocando como profissão estudante, que eu voltei a ser estudante e não tô atuando na área. Então, assim, eu confesso que ainda [...] por não estar trabalhando na área eu não... mas assim, eu já atuei e foi extremamente importante pra minha formação. Como eu tô nessas duas faculdades, hoje eu tô atuando mais como estudante, voltei a fazer estágio na outra área, por isso que na verdade eu não tô me identificando tanto. Mas já trabalhei na área, defendo a área. Só acho, assim, que o grande entrave seria essa questão mesmo de não ter o acesso, porque se tivesse... eu tenho muito interesse em trabalhar dentro da **minha** área mesmo, na parte social, na parte da assistência, era o que depois eu tinha até meio que desistido do Direito, porque eu acreditava que eu poderia atuar nisso.*

Sobre as Ciências Sociais enquanto profissão, C. Bezerra faz a seguinte reflexão:

Muito complicada hoje, na atual conjuntura, até para os licenciados. [...] tá tendo também um movimento nas [...] particulares [...] nas faculdades, muitas cadeiras da nossa área, da área de humanas, tá passando pra área de ensino à distância, que é outra coisa extremamente complexa que tá acontecendo. Todas essas cadeiras, até no ensino básico tão tentando tirar. Então, assim, a área tá cada vez mais... antes o que tinha era o ensino e até o ensino tá complicado pra tá se atuando porque não valorizam o suficiente a área e acham que não é muito necessária, que pode botar uma disciplina à distância pra compensar. Então eu acho que é uma coisa extremamente complexa e complicada porque se já temos poucas vagas, diante desse quadro, a quantidade de profissionais desempregados, que nós já estamos tendo e vamos ter mais ainda diante desse quadro. Porque o que a gente observa é o quê: mestres, doutores desempregados. [...] o desemprego dentro da nossa área tá muito grande. E a gente estuda, é uma área que requer muita dedicação, que você, se você for trabalhar e estudar você acaba, às vezes, você opta por... como eu fiz né, por não tá trabalhando, por estudar, por me dedicar e às vezes o retorno financeiro não é bom. Porque você se dedica muito pra no final não ter esse retorno. [...] Aí, assim, dentro do contexto, esse contexto de empregos tá muito difícil! E ainda vai ficar cada vez mais se essa política continuar que a gente tá começando a perceber, tá começando agora... os cursos que eram obrigatórios dentro das instituições, Sociologia, Antropologia, tão começando a passar pra ensino à distância.

C. Bezerra também faz uma reflexão de como foi sua trajetória pessoal de inserção profissional e de formação no âmbito das Ciências Sociais, vejamos:

Eu acredito que na minha trajetória como aluna, eu me dediquei, não fui “a nota 10”, né, mas procurei me dedicar ao curso, procurei, abdi quei [...] até de um emprego que vi que poderia me prejudicar pra estar atuando dentro da profissão. Fui bolsista, desenvolvi pesquisa, viajei, apresentei trabalhos, então, assim, acredito que não é só por minha causa né, porque eu sei que também tem muita gente que é acomodado que fica esperando cair do céu um emprego. Não, mas tenha certeza viu, currículo, minha filha, não faltou, em todos os lugares, institutos. Quando terminei a faculdade saí entregando currículo em todos os cantos, procurei fazer curso, sempre que tinha um curso da nossa área fiz. Fiz pós-graduação ... como eu queria essa área, atuar na área social, apareceu a oportunidade de fazer uma pós-graduação em Fortaleza que 50% das vagas era pra funcionários da Assembleia Legislativa, os outros era pra concorrer com a população em geral. Mande o currículo, como tinha lá, alguns cursos que eu tinha feito no decorrer da faculdade, que eu fiz um currículo até razoável dentro do período em que eu estava dentro da faculdade. Então eu fui selecionada com uma pós-graduação gratuita na Assembleia Legislativa com professores muito bons inclusive, renomados na área. Eu só não fiz o mestrado e o doutorado porque eu já estava um pouco desiludida sabe?! Não vou mentir. Então, assim, pra investir mais, porque é um investimento

*de estudo, de tempo, de tudo. Então, eu optei por não fazer. Posso até vir a fazer futuramente, porque a gente não sabe, nessa área ou no Direito, não sei. Então, eu não acredito que o problema seja minha trajetória não. Acho que o problema mesmo é a falta de oportunidades que não tá tendo. [...] acho que nunca a gente tá satisfeito não [risos]. Enquanto a gente não tiver, pelo menos assim, enquanto eu não tiver emprego fixo que é a minha proposta. Todo mundo estuda em busca de uma assim, pelo menos eu penso né, eu estou estudando em busca de uma ascensão profissional, de poder me estabilizar financeiramente que até agora não tenho isso. A gente estuda na busca de algo melhor. Então eu não tô satisfeita ainda, queria muito que “o mundo das ideias”, que tivesse um emprego realmente em todas as empresas, nas prefeituras, nos órgãos públicos, que é muito restrito, as seleções, não tem! Não é por falta de procurar, não é por falta de me capacitar. Que isso seja bem claro, porque assim, todos os cursos que aparece na área, estou procurando, fiz Especialização, não fiz o mestrado por opção também de não querer fazer, porque não via isso como, não sei se é o que eu quero pro meu futuro ser professora e tá me especializando cada vez mais no sentido de ir... porque eu já fiz o bacharelado, que inicialmente eu não queria atuar ensinando. Apesar de já ter mudado muitos conceitos em relação a isso também. [...] Porque hoje em dia as coisas estão tão difíceis que a gente tem que atuar é onde der certo e acabou que minha experiência de ter passado pela educação infantil, por ter passado por jovens, por ter passado nos institutos, só não ensinei idosos ainda [risos], acabou que também essa prática pedagógica e tudo, eu refletindo sobre isso. Criei projetos nas escolas que eu passei que foram muito bem aceitos pelas diretoras. Analisando assim, de uma forma as Ciências Sociais também me ajudam nisso. Então **a minha frustração hoje é não poder atuar**. Por isso que eu fui pra um outro curso que também não tá fácil, em nenhuma área tá fácil na verdade. Mas, querendo ou não, lá tem um leque maior de oportunidades que eu tenho que estudar muito como todos os cursos, tem que estudar pra conseguir, mas pelo menos tem um leque maior. O nosso tem um leque, mas esse leque não aparece, esse leque não é conhecido, não assim, pro mundo real, não pro mundo ideológico das pessoas que estão lá dentro, estão dentro duma academia, já estão ganhando dinheiro né, que poderiam estar também preocupados por eles terem uma influência maior política e tá nos ajudando e nos representando também, ou pelo menos nos ajudando, não tô nem jogando a responsabilidade só neles, mas tá ajudando a gente a aparecer, a mostrar, já que a gente não é mostrado socialmente. “O quê que tu faz?” “Ciências Sociais.” “Ai, Assistente Social tem muito concurso!”. **Não é Assistente Social! Então a gente tem que tá o tempo todo se reafirmando dentro da sociedade, mostrando o nosso espaço**, e isso é complicado, porque tá o tempo todo lutando por uma coisa que não existe sindicato, não existe categoria, não existe nada que infelizmente hoje tem que existir pra garantir direitos. Garantir um piso salarial, garantir como as Assistentes Sociais, 30 horas. Eles [Assistentes Sociais] são organizados, nós não somos! E até pra conseguir criar um é muita discussão e não vai pra frente! Tem que ter objetividade, né.*

Mesmo com os obstáculos que encontrou em sua trajetória de inserção profissional e está seguindo por outra área de atuação, C. Bezerra aponta que não se arrepende de ter feito o curso de Ciências Sociais. Vejamos seu relato:

[...] confesso que inicialmente eu fiquei frustrada mesmo, por não ter tantos empregos, ser restrito, tive algumas experiências, que teve alguns que nem conseguiram ter o pouco que eu tive. E pessoalmente, contribuí muito, até pra mim fazer minha segunda formação já fui com outro olhar. A gente acaba amadurecendo conceitos, vendo de uma outra forma o mundo as questões. [...] eu não me arrependo não. Até muitos dizem assim: “É, tu se arrependeu de ter passado quatro anos dentro de uma faculdade.”- Não! Não me arrependi. Mais na frente eu tô percebendo que as duas, em conjunto, vão ser importantes pros meus objetivos. Então, assim, não me arrependi, mas não vou dizer que profissionalmente ela me deu muito retorno, que é uma profissão pra ser a única, né, Não! É uma profissão que me auxilia muito teoricamente, me auxiliou a pensar a sociedade,

como pessoa, evoluí, mas profissionalmente eu não tive tanto retorno não. Tive essas experiências que poucos inclusive têm, que ainda foram gratificantes, que ajudaram no meu sustento em partes, mas que eu não pude contar, que eu não posso né...

Por fim, C. Bezerra faz uma crítica ao fato de o vestibular em Ciências Sociais da UVA ser semestral, pois, segundo ela, o mercado de trabalho não está absorvendo a quantidade de egressos do curso. Em suas palavras:

[...] antes os vestibulares pra Ciências Sociais eram anuais, aí colocaram agora semestralmente, que é outra coisa complexa, porque assim, tão colocando mais gente dentro do mercado e que esse mercado não tá absorvendo. Se anual, já não era tão fácil, imagine semestralmente. Os professores tão lá, tão ganhado dinheiro, tão concursados... e acho que eles não tão percebendo ou... não sei, qual é [risos], que nessa lógica eu não sei aonde é que vai acontecer, porque tão formando semestralmente. Certo que muitos não se formam, começa o curso, desiste. Tem um grande número de pessoas que desistem no meio do curso, antes até do meio. Assim, muita gente desiste. Os professores estão lá, existe um déficit dentro da nossa... hoje não só dentro da nossa [universidade], as federais, estaduais, a gente vê a precariedade que tá a instituição pra ainda ter vestibular semestralmente. O curso, o mercado de trabalho não tá abarcando esses profissionais, muitos que eu vejo já estão indo pra outras áreas [...] estão cursando Direito, outros fazendo Psicologia, outros foram pra área da Assistência pro Serviço Social. Porque querendo ou não, todo concurso precisa ter assistente social, o nosso não. Muitas pessoas que eu conheço migraram pra outros cursos como uma forma... porque a gente não só vive de teorias [risos]. Era muito bom se a gente pudesse, né, viver... a gente precisa garantir o sustento, o pão de cada dia [risos] e isso tá difícil dentro da nossa área. Até pros que já estão mais estabelecidos tá vendo que é uma luta pelo reconhecimento, por luta de mercado e por luta de tudo pra continuar pelo menos mantendo o que tem.

4.7 “ESTAMOS AÍ TENTANDO E SEMPRE BUSCANDO FAZER COM QUE A NOSSA FORMAÇÃO NÃO TENHA SIDO EM VÃO”.

T. de Castro tem 28 anos, é branco, solteiro e não tem filhos, Sobral é a cidade em que nasceu e em que vive atualmente. Formou-se em Ciências Sociais em 2012 e trabalha como Sociólogo da prefeitura de uma cidade vizinha à de sua residência. Sua mãe é dona de casa e tem apenas o ensino fundamental, seu pai é garçom e preside o sindicato da categoria, iniciou um curso superior, porém não concluiu. T. de Castro fez toda a educação básica em escola pública. Além da graduação em Ciências Sociais, T. de Castro iniciou outra graduação em Jornalismo numa universidade privada do bairro em que mora, tentou um financiamento pelo FIES, mas acabou não dando certo e desistiu também do curso. Quando indagado sobre os motivos que o levaram a querer fazer outra, graduação ele nos conta:

Olha, é sempre uma coisa muito delicada. Na verdade eu já trabalhava na área, eu já tinha passado no concurso, que é lá no lugar onde eu trabalho atualmente, na prefeitura de Forquilha, como sociólogo, mas eu não tava muito satisfeito na época

com o campo. Eu me sentia um pouco perdido, porque eu vi uma descontinuidade entre o quê, aquilo que a gente estudava na academia, que é sempre algo direcionado pro mundo acadêmico, mais teórico e a prática do trabalho técnico numa prefeitura, né. Então eu estava lá, mas com uma vontade de não permanecer lá para sempre, como na verdade eu ainda tenho essa vontade [riso], mas naquela época, digamos que tava um pouco mais aflorada e eu pensei que naquele momento fosse interessante tentar uma nova graduação e eu tava muito interessado pelo jornalismo naquela época porque eu lia muitas coisas a respeito e sentia uma identificação, sobretudo de uma jornalista específica que eu sempre leio os textos dela e eu queria ser como ela [risos] talvez. Mas também tinha em mente uma complementação das formações, né. Porque eu acho que o jornalismo, ele tem uma cara mais interventiva, mas o jornalismo por si só, muito embora fosse uma profissão que eu admirasse e quisesse, ele não dava conta de muitas coisas, então eu acho que uma coisa acabava puxando a outra e meio que complementando. Então, eu acho que foi por isso também que eu quis fazer jornalismo naquela época, pra continuar a partir de uma outra ótica, fazendo um outro, um outro tipo de trabalho, mas que pudesse também aproveitar o que eu já havia aprendido nas Ciências Sociais.

Sobre as motivações para entrar em uma universidade depois que saiu do ensino médio, ele nos conta da influência que uma de suas professoras teve nessa decisão:

Olha... pra ser sincero contigo, a universidade, ela nunca esteve dentro dos meus planos não. Na época do colégio eu acho que eu tinha muito mais uma vontade de trabalhar naquele momento, eu queria terminar os meus estudos pra trabalhar e ter coisas. Inclusive, eu acho que era uma característica muito comum das pessoas da minha turma. Mas, no terceiro ano do ensino médio eu tive uma professora, professora de português, o nome dela era Vanesca, inclusive, que ela tinha uma característica muito diferente dos outros professores da época, porque ela, além de trazer o conteúdo da disciplina, que ela ministrava muito bem, eu lembro que eu me identificava, naquela época, eu me identifiquei muito com o Português, sobretudo com a área de Literatura por causa dela, mas além disso ela sempre trazia um incentivo muito grande aos alunos pra que não apenas terminassem o ensino médio, mas que projetassem a partir da sua experiência ali na sala de aula, uma vontade de ir além. E eu acho que foi mais ou menos isso que aconteceu. Foi no terceiro ano do ensino médio que eu comecei a mudar um pouco a minha perspectiva e eu devo muito isso a ela. Inclusive, eu vou ter a oportunidade de conversar com ela algum dia pra agradecer porque ela teve um papel fundamental no sentido de incentivar não só a mim, mas também a outras pessoas da minha sala que sequer cogitavam a possibilidade de fazer uma universidade naquele momento porque, assim como eu, achavam aquele universo muito distante. A universidade pra mim, eu confesso, era uma coisa muito distante que eu não sabia nem se eu poderia um dia chegar. E, no entanto, eu vi que a partir da ação dela, que era uma ação muito diferente dos demais professores eu senti essa necessidade, essa vontade e corri atrás, assim como outras pessoas que também tinham perspectivas parecidas, também tiveram essa mesma vontade, mas eu fui a única pessoa que consegui passar no vestibular, eu lembro, na época. Mas, muita gente tentou e tentou por isso, por conta desse incentivo.

E sobre a escolha específica pelo curso de Ciências Sociais, ele fala:

Olha, é complicado te dizer o que foi que me levou a escolher, porque se eu sabia exatamente o que eram as Ciências Sociais naquele momento, eu ia tá mentido, que eu não sabia. Eu só descobri de fato o que eram as Ciências Sociais no próprio curso, não que eu não tivesse dado uma olhada antes, uma pesquisada, mas eu sei

que conseguir alcançar o que era Antropologia, por exemplo, o que era a Política, no nível acadêmico do termo, ou mesmo a Sociologia. A Sociologia talvez mais, porque tinha a disciplina. Mas, eu lembro que eu fiquei dividido em diversas áreas. Eu lembro que essa mesma professora ela trouxe um daqueles testes vocacionais que a gente faz e eu lembro que o resultado do meu teste pendeu muito pra área das Artes ou das Ciências Humanas e na época falava-se muito do vestibular da UVA, muito embora já tivesse a UFC, mas eu também não me achava capaz de passar na UFC porque naquela época o vestibular era muito específico, tinha duas fases e eu achava muito difícil. Então pra mim era mais fácil, na teoria, passar na UVA. E todo mundo da minha turma queria e almejava passar na UVA porque era o vestibular mais falado, mais desejado pelas pessoas naquele momento. E eu fiz uma análise mesmo, olhei os cursos que tinha e naquela época eu conheci algumas pessoas Assistentes Sociais e eu tinha vontade de fazer um trabalho, não necessariamente o mesmo trabalho, mas algo que trabalhasse com o social também. E eu vi que não tinha na UVA não tinha o curso de Serviço Social, mas tinha Ciências Sociais e aí eu lembro que eu fiquei muito dividido porque, como eu te disse, eu tava muito identificado com a disciplina de Português, sobretudo com a área de Literatura, e também cheguei a cogitar História, se não me engano, eu acho que foram essas três que eu olhei lá na grade de cursos da UVA, os cursos que tavam disponíveis e fiquei um pouco dividido, mas por conta de me aproximar do que seria esse Serviço Social, eu acabei escolhendo as Ciências Sociais. Só depois de muito tempo eu viria a descobrir que não tem nada a ver, né! (risos) O que também foi muito interessante porque eu descobri na prática o que eram as Ciências Sociais e também me identifiquei na prática com o que elas representavam. Mas foi mais ou menos essa a história.

O mundo acadêmico, apesar de já vir ocorrendo uma ampliação do acesso nas últimas décadas e de haver também a noção de que uma maior escolaridade amplia as inserções e a qualidade dessas inserções no mundo do trabalho, fazer um curso superior ainda é uma realidade distante para muitas pessoas, especialmente as das camadas mais empobrecidas, que são oriundas das escolas públicas, residentes de municípios pequenos, moradores de periferias urbanas etc. Como o egresso T. de Castro coloca nas falas anteriores, um mundo acadêmico era algo distante de sua realidade e dos demais colegas da escola pública e periférica em que estudou. As escolhas pelos cursos e instituições também vão sendo de acordo com o que mais se aproxima de seus campos de possibilidades, ao não cogitarem uma universidade federal por achar o processo seletivo mais difícil, que não atende à precária educação básica que receberam. A construção de uma vontade de dar continuidade aos estudos após o término da educação básica perpassa também pelo incentivo que recebem de professores ou familiares para determinados grupos, enquanto que para outros, a entrada em uma universidade após o término do ensino médio se configura enquanto trajetória já esperada desde o nascimento.

Durante a graduação, T. de Castro foi bolsista de iniciação científica e aponta: “*Eu tive esse privilégio de não trabalhar durante a faculdade e acho que foi uma coisa que me fez conseguir aproveitar*”. Mas fala também das dificuldades que enfrentou quando ainda era

estudante, sobretudo no que diz respeito ao mundo do trabalho quando saísse do curso, por não saber, ao certo, em que poderia atuar e com relação ao deslocamento até a universidade:

Eu acho que a maior dificuldade que eu enfrentei [durante a graduação] foi essa angústia constante de saber o quê eu iria fazer depois, essa dúvida, que aos poucos naturalmente foi se dissipando. Acredito, mais uma vez falo, por conta da bolsa de iniciação científica que eu pude conseguir apalpar melhor algo. Mas eu acho que a maior dificuldade foi essa. Fora a questão do transporte, que eu moro muito longe do campus, todo dia era uma grande saga pra chegar lá. Eu falava até brincando pras pessoas, que pra quem morava fora às vezes era mais fácil tá lá no CCH do que pra mim que morava aqui em Sobral, porque ou eu dependia de carona dos ônibus que vinham de fora e passavam lá pelo CCH, às vezes eu ia ali pro INTA³⁴ e pedia carona a alguém até chegar lá, às vezes o ônibus não ia direto pro CCH, então eu tinha que parar no campus da Betânia³⁵, subir e ir até o CCH. E eu via que essa não era uma realidade só minha, muita gente passava por algo parecido porque não havia um transporte público naquela época que tornasse a cidade mais integrada. Então eu diria que, num outro nível, essa também foi uma dificuldade que eu enfrentei.

T. de Castro afirma se identificar profissionalmente como cientista social e, para ele, os principais elementos que compõem essa identidade profissional contemplam:

[...] a construção de uma... por mais clichê que possa parecer, mas eu acho que é a construção de um olhar crítico a respeito dos fenômenos sociais de um modo geral e isso se manifesta em qualquer tipo de trabalho que a gente venha a fazer. As Ciências Sociais, elas impregnam na gente de uma forma que a gente não consegue não levar isso pro que a gente desempenha durante a vida. Tanto as nossas relações interpessoais cotidianas como, principalmente nas relações profissionais. A gente quando se torna professor universitário, por exemplo, sendo cientista social, a gente tem um determinado ponto de vista que ele é muito crítico, que tá sempre tentando desconstruir coisas. Quando a gente trabalha fora da academia, ainda que a gente esteja mais limitado e preso por uma determinada estrutura, essa visão ela acompanha a gente. Ela acompanha seja num relatório que a gente tá fazendo, muito mais do que um relatório meramente técnico, a gente tem um outro olhar, que eu não sei muito bem explicar que “outro olhar” é esse, mas há sim uma diferença e eu acredito que ela vá de encontro à forma como o tipo de conhecimento que a gente tem construído ao longo da academia, que muito mais desconstrói coisas e muito mais lança uma perspectiva crítica sobre essas coisas, sobre esses fenômenos do que reitera ou reforça o status quo, vamos dizer assim.

Essa identidade profissional vem sendo construída desde sua formação universitária e das experiências vividas no mundo do trabalho. Ele nos trás um relato de como foi sua trajetória após o término da graduação:

Depois que eu terminei a graduação, no ano seguinte eu fiz uma especialização [...] em Gestão de Organizações Sociais. E foi naquela época que eu comecei trabalhar

³⁴ Instituição privada de ensino superior que há no bairro em que Thiago mora.

³⁵ Na época em que T. de Castro cursava a graduação, as opções de mobilização urbana em Sobral eram bastante restritas, assim como os recursos financeiros de T. de Castro para pagar uma tarifa de táxi ou mesmo de moto táxi. Dessa forma, ele pegava carona nos ônibus universitários que vinham de outros municípios e faziam a rota dentro da cidade entre os campi UVA e as demais Instituições de Ensino Superior. Atualmente, há na cidade, além dos já citados serviços de táxi e moto táxi, algumas rotas de VLT que ligam apenas alguns pontos da cidade, assim como umas poucas rotas de ônibus coletivo, que ligam alguns bairros em torno do centro e serviços de uber.

aqui no sindicato,³⁶ mas eram serviços administrativos também. Antes disso, eu tinha passado um período, até começar a fazer essa especialização, eu tava completamente sem fazer nada. Foi um período muito difícil porque eu era cobrado, era cobrado tanto externamente como internamente, eu me cobrava muito, inclusive por continuar estudando, então foi por isso que eu fiz essa especialização, mas foi isso.

*[...] eu não consegui trabalhar imediatamente, assim, depois que eu terminei a graduação, houve um período de dificuldades, assim, porque, não que eu não quisesse, não que eu não buscasse também, mas era um pouco complicado, até porque eu ainda saí um pouco sem saber como fazer, porque eu tinha sido muito direcionado a ser um acadêmico, então eu não tinha aquela oportunidade, naquele momento precisava fazer outras coisas. Então eu passei um ano mais ou menos desempregado é... comecei a trabalhar um tempo aqui fazendo outros serviços que não tinham nada a ver com o curso. Aí fiz a especialização, acho que eu nem tinha terminado a especialização ainda quando eu fiz o concurso. Na verdade, eu fiz o concurso lá em Forquilha, tinha uma vaga pra Sociólogo e eu fiz esse concurso e passei, no ano seguinte eu comecei a trabalhar e o trabalho que eu faço lá é um trabalho muito técnico, mas ao mesmo tempo conversa com as Ciências Sociais porque tem a ver com construção de diagnósticos e esses diagnósticos, eles também requerem um determinado tipo de trabalho de pesquisa. Muito embora seja num âmbito de pesquisa quantitativa, mas é um tipo de pesquisa. E eu acho que foi também isso que me fez não abandonar mesmo depois de tanto tempo de ter terminado a graduação, não abandonar o interesse pela academia, ainda na área das Ciências Sociais. E aí depois de dois anos trabalhando eu fiz a seleção de mestrado em Antropologia Social lá na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, passei, conclui e voltei a trabalhar no mesmo lugar. E tô querendo trabalhar em outro lugar agora [risos], não sei se irei conseguir, **mas estamos aí tentando e sempre buscando fazer com que a minha formação não tenha sido em vão.** Sempre buscando me inserir num contexto profissional que me permita de fato utilizar aquilo que eu aprendi, plenamente, **acho que a busca é essa.***

Embora os egressos que entrevistei para essa pesquisa sempre falem das dificuldades enfrentadas nos processos de inserção no mundo do trabalho, da falta de oportunidades para a categoria e, embora alguns deles tenham buscado se formar em outras áreas na tentativa de maiores oportunidades de inserção, todos eles dizem se identificar com a profissão e tentam sempre se inserir na área das Ciências Sociais. Fazem outras graduações como uma espécie de “plano B” para suprirem as necessidades de sustento, mas deixam claro, em seus ditos e não ditos, que se lhes surgisse aparecem uma boa oportunidade de emprego na área de Ciências Sociais a agarrariam. Deixam claro também que gostam da profissão e que não a querem abandonar. Esse sentimento pode ser resumido na frase dita por T. de Castro de que a busca é sempre fazer com que “a formação não tenha sido em vão”.

Mesmo trabalhando em áreas diferentes, os egressos sempre tentam fazer uma relação com aquilo que aprenderam na universidade, sempre encontram uma forma de utilizar os conhecimentos adquiridos na formação em Ciências Sociais em suas atividades práticas no

³⁶ Sindicato do Comércio Hoteleiro e Similares ao qual seu pai preside e onde a entrevista foi realizada.

mundo do trabalho, embora alguns deles coloquem que a formação universitária tenha sido muito teórica e não tenha privilegiado a prática profissional. Sobre as contribuições que a formação em Ciências Sociais deram à vida profissional do egresso T. de Castro, ele nos conta:

Olha, a contribuição foi total. [...] eu acho que essa visão, esse olhar, essa forma de encarar a sociedade, de encarar os fenômenos sociais e tudo aquilo que tá imbricado dentro deles, eu acho que essa foi a maior contribuição que a formação em Ciências Sociais me trouxe, porque ela me deixa, ela me faz desenvolver o meu trabalho de uma maneira diferente. Não sei se de uma maneira melhor, não sei se uma de maneira pior em comparação a outros profissionais, porque eu acho que não me cabe fazer esse tipo de comparação, ou mesmo de julgamento, mas é diferente. É diferente porque embora eu trabalhe com dados quantitativos, mas no relatório que eu construo a respeito desses dados tem uma visão que vá para além dos dados quantitativos, vai para além da reiteração do que já está lá. Então eu acho que essa [...] talvez tenha sido pra mim a maior contribuição das Ciências Sociais em quem eu sou e no profissional que eu me tornei.

Mas quando o indago a respeito de seu grau de satisfação com a sua atual atividade ele responde:

Isso é um campo tão espinhoso! [risos] [pausa] Olha, eu acho que dentro da medida do possível, eu me sinto satisfeito porque [pequena pausa], é possível pra mim, observar que eu posso utilizar os conhecimentos que eu adquiri na universidade, ainda que seja num âmbito muito acadêmico, dentro de um âmbito que não é acadêmico, me é possível notar que as coisas elas não estão tão dissociadas quanto um dia eu imaginei que estivessem. Então eu acho que eu me sinto satisfeito atualmente porque consigo fazer essa ponte. Entretanto, eu gostaria sim, de estar desenvolvendo um outro trabalho, uma outra atividade onde esses conhecimentos pudessem ser plenamente utilizados, porque eu ainda não me sinto fazendo isso. Então, embora eu esteja satisfeito, eu gostaria de estar mais satisfeito ainda.

Sobre sua avaliação das Ciências Sociais enquanto profissão, ele nos coloca:

Olha, eu acho que ainda precisa avançar mais, eu acho que precisa avançar mais em termos de mobilização por parte da área. Porque a gente compara a nossa experiência profissional com a experiência de outros profissionais de outra área e a gente percebe que esse povo, eles já tão em campo há muito tempo reivindicando o seu espaço, reivindicando seus direitos e acho que ainda nos falta muito isso. E eu falo da nossa região, mas eu sei, eu imagino que não seja um problema apenas dela, mas isso se reflete muito aqui, quando a gente vê, por exemplo, que em todo concurso que abre pra diferentes áreas, a gente vai ver lá vaga pra Assistente Social, pra Psicólogo, mas a gente dificilmente vê uma vaga pra Cientista Social, pra Sociólogo, pra Antropólogo, enfim... e, então, eu acho que é nisso que ainda precisa melhorar. Tem melhorado, uma coisa que eu percebo é que em comparação à época em que eu saí da universidade pra hoje tem melhorado sim, eu vejo um pouco mais de vagas para essas pessoas, para esses profissionais, mas ainda é limitado em relação a outras profissões, então eu acredito que precisa avançar sim.

Essa falta de mobilização e organização da categoria é sentida por outros egressos entrevistados e revelada em suas falas como uma explicação às causas de falta de vagas e melhores condições de emprego e salário para os cientistas sociais na região.

Em sua avaliação pessoal sobre sua trajetória profissional, T. de Castro a apresenta como positiva, em suas palavras:

[...] eu avalio como positiva sim, porque [pausa] apesar de todas as dificuldades que a gente enfrenta, eu acho que é uma formação que vale muito à pena. Eu sou, eu me considero uma pessoa muito defensora das Ciências Sociais, porque as Ciências Sociais elas transformaram a minha vida, elas transformaram o próprio ser que eu represento. Eu costumo dizer, inclusive, que eu era uma pessoa antes e me tornei outra pessoa depois das Ciências Sociais na minha vida.

E ao ser indagado se faria as mesmas opções, se escolheria a mesma profissão, ele aponta:

Eu acho que eu pensaria um pouco mais. Eu acho que sim, acho que talvez fizesse a mesma opção, acho que talvez fizesse as mesmas escolhas, mas eu teria sido um pouco mais consciente em relação aos caminhos que eu traçaria dentro da minha formação, eu teria direcionado melhor, ou com mais cuidado, a minha atuação profissional, ou o profissional que eu gostaria de me tornar no futuro, bem como os caminhos que eu gostaria de seguir após a finalização da minha graduação. Porque eu faço isso hoje, mas eu acho que eu poderia ter feito isso melhor antes.

4.8 “EU ESCOLHI SER PROFESSORA”

F. Ribeiro tem 30 anos, é branca, solteira e sem filhos. Ela nasceu no município de Picos no Piauí, mas morou em Sobral maior parte da vida. O pai de F. Ribeiro é funcionário público e a mãe dela é dona de casa, ambos estudaram até o ensino médio. Parte da educação básica de F. Ribeiro foi feita em escola particular e parte em escola pública. Durante o ensino médio, ela teve a disciplina de Sociologia e acabou se identificando com a área, fez vestibular para Ciências Sociais e se formou em 2009. Apesar de não ter feito a licenciatura, a trajetória de F. Ribeiro convergiu para o magistério, atualmente ela trabalha dando aula no ensino médio, ensino técnico e tecnológico no Instituto Federal do Maranhão.

Quando ainda estava cursando o ensino médio, F. Ribeiro começou a trabalhar no setor financeiro de uma loja e sobre querer entrar em uma universidade, ela relata:

E eu nunca tinha pensado sobre isso [fazer um curso superior], mas eu acho que pra minha geração isso já era algo normal, assim, você terminar o ensino médio e entrar numa universidade. Meus pais não tiveram essa oportunidade, então a minha geração, a geração dos meus primos, que tinham todos essa mesma idade, todos conseguiram cursar, ou tentaram cursar o ensino superior. Pra minha geração parecia ser algo esperado, assim, numa perspectiva mais coletiva. E numa perspectiva mais individual eu acho que era uma coisa que já tava planejada, meu irmão mais velho não fez o superior depois que ele terminou o ensino médio, ele foi logo trabalhar. Mas o do meio, ele já entrou na universidade, então eu esperava também entrar quando terminasse o ensino médio. Apesar de já ter entrado no

mercado de trabalho assim que eu terminei o ensino médio, eu trabalhei um tempo na Esplanada³⁷, na parte do crédito e eu não queria abandonar os estudos pra mim, eu tinha que entrar, né. Era o que eu tava esperando. Tive a oportunidade de fazer também porque meus pais podiam, eu podia continuar na casa dos meus pais, tinha esse apoio deles de não precisar ter que trabalhar pra pagar aluguel, enfim, alimentação e tal. Que eu tinha esse apoio, essa base familiar, então eu pude escolher fazer a universidade.

O acesso à universidade, antes tido como espaço restrito de um determinado setor, passa por uma mudança geracional em que as novas gerações, que não pertencem aos setores mais privilegiados da população, também vejam a entrada em um curso superior como via possível de realização educacional. Nesse contexto, qual o atual papel da universidade na formação profissional de seus alunos? E qual o papel que o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, enquanto instâncias políticas de articulação de um projeto de formação educativa, científica e tecnológica em consonância com um projeto de desenvolvimento social, cultural, político e econômico para o país?

A possibilidade de acesso ao ensino superior por si só não é garantia de melhores condições de vida para a população ou de desenvolvimento do país. O papel da universidade em expansão precisa ser revisto para que os índices de desemprego entre os portadores de diploma de curso superior diminuam, para que os fantasmas do desemprego e dos empregos precarizados não interfiram na qualidade de vida das pessoas. O projeto de expansão do acesso à educação superior no Brasil está articulado aos interesses do capital financeiro, a uma concepção neoliberal do projeto educativo, de privatizações e de esvaziamento do pensamento crítico, que favorecem, sobretudo, às empresas privadas de educação e a mercantilização do ensino superior.

Na trajetória de F. Ribeiro, a entrada no mundo do trabalho ocorreu após a saída do ensino médio no setor financeiro de uma loja em Sobral. Ao iniciar o curso de Ciências Sociais, ela passou ainda um tempo trabalhando nessa loja, depois conseguiu um estágio na universidade por um programa de bolsa estudantil, e, em seguida, conseguiu uma bolsa de pesquisa. Sobre as dificuldades que enfrentou durante a graduação ela relata:

As principais dificuldades encontradas durante a graduação eu acho que sempre foi muito a quantidade de leituras, os textos difíceis pra compreensão e tal [...] mas fora isso, eu acho que as dificuldades estruturais do CCH mesmo, assim, de biblioteca, de ter uma biblioteca maior, quantidade de material que é disponível pra gente, a precariedade que há no CCH como um todo, ele acaba dificultando alguns processos, eu acho que pra os professores e pros alunos também.[...] mas em nenhum momento eu pensei em desistir não, porque era um curso, foi um curso que eu sempre gostei muito. Por causa das dificuldades e tal, muitos colegas terem desistido ao longo do caminho, sobretudo, porque precisavam trabalhar ou porque viram que as Ciências Sociais era um ramo difícil de mercado de trabalho e tal, mas no meu caso não, eu não pensei em nenhum momento em desistir não.

³⁷ Antiga loja de roupas que havia em Sobral.

Apesar de se identificar com a área, F. Ribeiro aponta que vê uma identidade profissional de Cientista Social como algo muito voltado para o mundo acadêmico, em suas palavras:

[...] nossa profissão é tão assim, é... eu acho que invisibilizada, não?! Eu acho que seria isso. Que parece que o Sociólogo só existe dentro da academia, não existe fora, eu acho que não tem uma identidade visual, não sei [...] Eu acho que, que quando a gente fala em Sociólogo, já se pensa em algo acadêmico, não se pensa em algo, assim, mais do mercado de trabalho e tal, num sentido mais amplo da coisa.

A atividade de magistério sempre foi algo que F. Ribeiro vislumbrou em sua trajetória profissional e trilhou seus passos por este rumo. Antes de terminar a graduação, F. Ribeiro começou a dar aulas como professora temporária em uma escola estadual. Ao terminar o curso, fez também um mestrado em Sociologia. Sobre sua inserção no mundo do trabalho, ela relata:

*[...] assim que eu me graduei, eu já comecei a colocar os currículos nos institutos e logo me chamaram pra ministrar disciplina [...] comecei a dar aulas pelos Institutos de curso superior de faculdade particular, então eu passei um ano dando disciplina assim de final de semana, por vários institutos, algumas faculdades e tal. Então eu já comecei a dar aula na graduação assim que eu saí da graduação e com um ano depois eu passei no mestrado e fui pra Recife [...] desde que eu saí da graduação é... **eu escolhi ser professora** e assim, escolha numa perspectiva mais geral, sabendo que na nossa área a gente não tem tantas opções de emprego, mas acho que sim, foi uma escolha sim, eu poderia ter buscado outras coisas, mas eu sempre pensei na possibilidade de ensinar e gosto, eu faço o que eu gosto sim, eu gosto de ensinar.*

F. Ribeiro faz uma avaliação geral sobre ensinar Ciências Sociais, sobre suas experiências e sobre o clima de insegurança causado pelo atual contexto político brasileiro, pelas questões que envolvem a Reforma do Ensino Médio e o Projeto de Lei nº 867/2015³⁸, conhecido como “Escola Sem Partido”, que tem se popularizado e incitado uma série de perseguições aos professores e a fragilização de promoção de debates, como o de gênero dentro das escolas, sob a falsa alegação que a escola estaria “doutrinado” seus alunos por determinado viés ideológico. Vejamos seu relato:

³⁸ Anterior ao PL Nº 867/2015 do senador Izalci (PSDB/DF), já estava em tramitação na Câmara dos Deputados o PL nº 7180/2014 do deputado Erivelton Santana (PSC/BA). O PL de 2014, que pretendia alterar o art. 3º da LDB para incluir aos princípios do ensino “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”, foi apensado ao PL nº 867/2015 para incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa “Escola sem partido”. A proposta visava a proibição de uma suposta prática de doutrinação ideológica que na convicção dos idealizadores da proposta estariam sendo realizada em sala de aula pelos professores, incluía também a proibição da veiculação de conteúdos que pudessem estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes, obrigando as escolas a darem aos alunos uma educação moral de acordo com as convicções dos pais dos alunos. Inclui ainda a abertura de um portal de vigilância e monitoramento para o acolhimento de denúncias contra os professores na secretaria de educação. Desde a apresentação da primeira proposta em 2014 foram apresentados mais 10 Projetos de Lei para serem apensados à proposta, incluindo o PL nº 6005/2016 de autoria de Jean Wyllys (PSOL/RJ) contrário à ideologia do programa “escola sem partido” e incluindo o programa “Escola Livre” em todo o território nacional. Todas as propostas foram arquivadas em 31/01/2019. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722&ord=1>

[...] não me arrependo de ter feito Ciências Sociais, é um curso que eu sempre gostei muito de estudar e graças a Deus nunca tive muita dificuldade de conseguir trabalho e nunca fiquei desempregada. Apesar das dificuldades que a gente encontra da precarização do trabalho docente, tal, mas eu sempre consegui batalhar e consegui é... tanto na esfera privada como na esfera pública também trabalhar, já fui professora substituta em duas instituições públicas, antes de passar aqui no concurso do IFMA e já dei bastante aula aí pelos, por faculdades, institutos de faculdade particular e instituto de pesquisa. Então, não me arrependo de ter feito o curso de Ciências Sociais. Não me vejo fazendo outra coisa hoje, for parar pra pensar em outra profissão, nunca parei pra pensar em que outra coisa eu poderia tá fazendo ou além do que eu faço hoje, na verdade nunca parei pra pensar sobre isso, até porque eu acho que tô satisfeita sim, na área que eu escolhi, eu gosto, eu gosto muito, eu tô realizada profissionalmente, apesar de todas as barreiras e dificuldades pra nossa área, que vai ficar cada vez mais difícil se a reforma do ensino médio for implementada de fato, e essa perseguição aí aos professores, sobretudo, com a “Escola Sem Partido” aconteça mesmo, né, então a gente tá correndo muitos riscos nesse momento e na verdade não tô muito garantida ainda porque eu não passei do estágio probatório então, tudo é possível de acontecer, eu espero que não, né, mas as perspectivas não são muito boas, são sombrias, né, o que vem por aí.

4.9 “MENINO, SE EU NASCESSE DEZ MIL VEZES, EU FARIA CIÊNCIAS SOCIAIS DE NOVO, NÉ!”

V. Sousa tem 43 anos, é negro, solteiro e não tem filhos. Nasceu no município de Alcântaras e mora em Sobral desde criança. Filho de agricultores não alfabetizados, apenas sua mãe chegou a frequentar a escola, “*a minha mãe ela consegue ler o nome dela e fazer o nome dela e identificar algumas palavras*”. Toda a vida escolar de V. Sousa foi na educação pública, chegou a tentar vestibular quatro vezes e se formou em Ciências Sociais – Licenciatura em 2009 e o Bacharelado em 2011. Nesse período, fez também uma especialização em Gestão de Organizações Sociais. Sobre a escolha por cursar o bacharelado em Ciências Sociais, ele conta:

[...] é porque eu sou apaixonado pela parte de pesquisa[...] às vezes até existe um pouco de falta de informação dos alunos que entram no curso, de achar que o curso de Ciência Sociais é, ele tem mais é só pra licenciatura, pra você dar aula de sociologia ou qualquer outra disciplina da área de humanas nas escolas. E não é! [...] dizem que não tem campo de trabalho, que também não é só pesquisa, você também pode prestar assessoria em n’s coisas, né, enfim, as instituições precisam muito. Eu entendo e reconheço que as instituições precisam desse profissional, entendeu? Se as instituições optam por não querer, ou não abrir vagas, bem, isso é um problema que a gente teria que pesquisar, mas o fato é que a nossa formação ela é tão essencial, tão necessária quanto todas as outras. É um profissional das Ciências Humanas que consegue dar conta de muita coisa, por isso que são “Ciências Sociais”, né, não é uma ciência só. Você consegue meio que abarcar no mesmo leque muita coisa da área das humanas, pra trabalhar com pessoas, instituições e tudo mais. É um profissional que eu considero capacitado pra trabalhar, que se dá bem em qualquer lugar, qualquer lugar.

Sobre a escolha por fazer um curso superior depois do fim do ensino médio, V. Sousa conta que essa vontade lhe acompanha desde a infância. Vejamos seu relato:

[...] bem, essa história de eu querer entrar no curso ela é tão antiga que me acompanha desde criança. Até hoje eu ainda não compreendo direito porque é que eu sempre tive essa vontade de estudar. Eu tenho 43 anos, eu nasci no auge da ditadura militar, digamos assim, e eu comecei a estudar, no comecinho da década de 80, ainda era ditadura militar, no tempo em que nem tinha escola na zona rural e tudo mais, mas mesmo assim, já existia na minha cabeça que eu queria estudar, desde menino. E nessa época não tinha muito assim, informação, como a gente tem hoje, tudo isso, mas eu não sei como que desabrochou isso. E a minha trajetória de vida, ela tá toda pautada nessa minha vontade de estudar e dar passos pra isso, né. Tanto é que eu saí da casa dos meus pais eu era muito pequeno, acho que eu tinha nove anos, da zona rural ali entre Santa Quitéria e do município de Varjota, Araras, pra morar na casa de um tio meu, porque eu queria, porque eu queria estudar na cidade, porque era o único lugar que tinha escola. Isso era, 86, a mais de 30 anos atrás. E eu sempre queria isso. Era uma época em que falar em ensino superior era, eu lembro que as pessoas diziam: não, que filho de pobre não se forma. Nossa, era um universo completamente inacessível, existia um abismo entre o pobre e o ensino superior abissal, né, que você jamais conseguiria atravessar esse abismo, entendeu? Mas eu sempre acreditei que ia dar certo. Mas mesmo assim, inclusive, a minha trajetória, ela tá meio que tardia na vida estudantil por conta disso, né, ela tem toda uma história das intempéries que não favoreciam a minha entrada na vida estudantil e tudo o mais, que faz com que hoje, com 43 anos eu ainda esteja fazendo o mestrado, onde que muita gente na minha idade já terminou pós-doutorado, entendeu? Mas ela, ela é meio assim, às vezes eu começo a analisar minha história como aquelas análises da educação de Bourdieu, que nossa vida ela tá atrelada ao sistema, logo você analisa porque é que eu estou nessa situação, por que que ela tá desse jeito, ela tá sempre condicionada, ela tem condicionantes, variáveis que te fizeram está nesse emaranhado, né, e eu sempre resistindo, ou seja, eu nasci numa época em que não era fácil, até mesmo no tempo em que eu entrei na universidade não tinha esse boom dessa coisa do ensino superior mais democrático, digamos assim, que hoje tá cheio de institutos e outras faculdades e tudo mais. Nessa época era só a UVA mesmo, em 2004, eu não lembro se já tinha campus da UFC aqui em Sobral, eu não lembro, né. E também não lembro se já tinha curso no Luciano Feijão, na faculdade. Eu acho que não. Eu não lembro. Mas eu tô lembrado que era só a UVA mesmo. Não existia Instituto Federal, não existia nada disso, né. Então assim, depois de dois mil e... acho que depois do segundo mandato do governo Lula é que esse negócio do ensino superior começou a se expandir um pouco mais. Hoje em dia, nossa... eu até falo pras pessoas, nossa, vocês acham que... até mesmo quando eu entrei, tipo há 14 anos atrás, eu acho, no curso superior, nisso era só a UVA, era um vestibular concorridíssimo, era um vestibular de dois dias, era num domingo e na segunda, tá entendendo? E a UVA era lotada, era lotada porque você tinha, né, que realmente se virar nos 30 pra poder conseguir passar e eu consegui driblar todas essas dificuldades, eu consegui passar.

V. Sousa conta também como ele via o campo profissional para o cientista social quando ainda era estudante de graduação:

[...] eu lembro que na época da graduação, sempre rolava com os alunos do curso, nas turmas, essa angústia de dizer: ah, a gente quando terminar o curso vai fazer o que? Aí a maioria dos meninos dizia assim: só pode dar aula mesmo, porque, parece, que o mercado só consegue absorver os licenciados pra dar aula. E eu até lembro que as turmas de bacharelado, eram bem poucas porque poucas pessoas é que acreditavam que o bacharel poderia ter campo, poderia ter acesso ao mercado de trabalho, digamos assim, [...] um campo de atuação mesmo, né. Mas aí, eu tô lembrado que um professor aqui no curso, ele abriu meu olho [riso], ele disse que

era bom fazer as duas. [...] eu nem gostava de licenciatura, não vou mentir, eu não me sinto muito atraído pela licenciatura não, mas eu fazia por uma questão de, tipo, ah, eu terminei, eu tenho que fazer alguma coisa, né, tanto é que eu terminei ela primeiro, eu focava nela primeiro, mesmo sem querer. Mas aí com essa conversa, essa sugestão que esse professor me deu aqui no curso, aí eu lembro que eu comecei a acreditar mais. Falando do curso, como é que poderia ser e tudo mais, e aí, como o bacharel ele tem mais, assim, oportunidades, digamos assim, até mesmo por conta da área de pesquisa, trabalhar com coisas acadêmicas, né. E aí ele me falava disso e eu sempre é... também teve outra motivação, era sempre os bons professores que passaram por mim, né. Eu sempre achei bonito o jeito deles, sempre me inspirei e até hoje eu tenho assim, um sonho de também atuar na área acadêmica, ser professor, eu acho tão legal. Eu sei que não é muito fácil, mas é uma coisa que eu gosto. É um fascínio que eu tenho, tá entendendo? Assim, ingressar na área acadêmica, fazer mestrado acadêmico, sempre tá atrelado a isso né. É... a do bacharel, trabalhar com a pesquisa, o meu sonho é convergir, é estar dentro da área acadêmica mesmo, tá entendendo?

V. Sousa relata, também, as principais dificuldades que enfrenou enquanto aluno de graduação pelo fato de ter que conciliar trabalho e estudo, vejamos:

Dificuldade mesmo é... a citar mais assim, a parte financeira, a maioria do tempo que eu fazia o curso eu ficava desempregado, fazia bicos e tudo mais, às vezes você fica desestimulado, né, porque você tem que se manter, eu nunca fui bolsista de nada, nunca tive ajuda assim durante o curso. Nessa época não tinha muito esses programas que tem hoje de ajuda dentro da universidade [...] a gente fazia mesmo na fé, fazia mesmo na cara e na coragem, na minha época, há uns 14 anos atrás, 15, eu não tô lembrado. Mas assim, a dificuldade que eu posso citar mais assim, era a dificuldade financeira de se manter, sabe? De acompanhar o ritmo, porque às vezes também isso, psicologicamente ele mexe com as pessoas, né. Eu tô lembrado que também na época da graduação foi quando o meu pai morreu, aí foi muito difícil pra eu encontrar meu chão, não desistir. Eu lembro que eu quis desistir, mas um professor meu falou, conversou comigo [...] que eu não desistisse, né, que eu continuasse, que desse uma segunda chance. Eu até já tinha desistido, por uma semana eu disse que não ia mais não.

V. Sousa relata como foi sua experiência de estudante e trabalhador, passando por vários empregos temporários para se manter, ele nos conta:

Durante a graduação eu cheguei a trabalhar, trabalhar fixo não. Eu fiz muitos bicos, né, como professor substituto em escolas da prefeitura, trabalhei demais como professor substituto, fui estagiário na Secretaria de Cultura por um tempo. Eu não me lembro mais das datas, que eu sou ruim de datas, de números, mas já faz algum tempo. Mas aí eu lembro que depois do estágio, antes de terminar meu estágio na secretaria de cultura eu fui contratado, só não era carteira assinada. Aí eu também passei um tempo, depois eu fui, trabalhei bastante tempo como avaliador externo na Secretaria de Educação, que não era nada fixo, mas assim, eu achava bom porque tinha a ver com, meio que tinha a ver com o que a gente tava estudando, sabe? Eu me sentia meio que fazendo uma coisa que, né, achava tão legal. E já no final da minha graduação, em 2009, eu consegui trabalhar numa área que não tinha nada a ver, que era no CAPS, trabalhava na área de faturamento, mas é essas coisas que a gente vai fazendo pra poder se manter, né, vai se virando nos 30. Eu fiz um monte de coisas nesses bicos da vida. Depois que eu me formei, em 2009, 2009 foi o bacharelado, aí comecei dar aula também nos Institutos de curso técnico [...]eu achava bom também que essas, essas experiências era meio que já dentro da área do ensino superior mesmo e me foram muito proveitosas.

Depois de toda a correria entre os empregos temporários e as atividades do curso, Vicente nos conta que depois da graduação optou por diminuir o ritmo e focar mais em sua qualificação e não fez muitas tentativas de se inserir no mundo do trabalho, ele relata:

Depois da graduação eu tenho poucas tentativas porque eu foquei mais [...] foi na questão de entrar nos mestrados. Então assim, não é que eu tenha sido irresponsável, nem preguiça, eu sou muito focado, como eu quero terminar até o último grau de graduação, de titulação de uma pessoa, é meu sonho, eu sabia que se eu conseguisse é... mesmo não sendo casado, não tendo filhos, mas eu sou altamente responsável, minha família é pobre, só mora eu e minha mãe, que já é bem idosa e tudo mais, aí eu tentava, eu dizia assim: não, eu vou tentar arrumar alguma coisa pra eu fazer que não seja muito definitivo, caso eu, esses eram meus planos, caso eu passe num programa de mestrado e tenha que ir embora, então não vai ficar difícil de eu sair e eu sou muito responsável com as minhas coisas. E era isso que eu fazia. Aí, por exemplo, dar aula em instituto, você sabe, não é uma coisa muito, muito, né, certa. Você fica lá e tudo mais, vai aparecer outra coisa, você sai, entendeu? Era isso que eu fazia[...] depois da graduação eu consegui dar aula nesses institutos de ensino superior, [...] era só esses bicos, entendeu, que eu fazia, eu tive outras ofertas, mas como eu era muito focado em entrar num programa de pós-graduação eu optava por não fazer tipo, concursos, seleções que me dessem, que eu ficasse, tipo, ah... dois, três anos fazendo o estágio probatório, aí isso ia meio que frear o meu sonho [...] eu até fiz em 2016 ou foi 2015, não tô lembrado, acho que foi 2016, uma seleção que teve pra professor do estado [...] eu disse não, não vou assumir não, porque se eu pegar, tipo, deixa eu ver, três turnos de escola, né, dessas escolas de ensino médio, isso vai me prejudicar as minhas tentativas de mestrado pra eu conseguir entrar. [...] mas eu optei por não assumir, porque eu sabia que depois eu ia me dedicar muito à escola e eu ia ter que abandonar meu sonho, né. Eu acho que eu fiz bem, porque na verdade no mesmo ano dessa seleção, foi 2016, que eu fiz essa seleção pra professor do Estado e eu consegui passar na seleção de mestrado, né.

Continuar na vida acadêmica e fazer carreira nela é o sonho de V. Sousa; ele nos conta das tentativas de entrar em um mestrado, perseguindo a realização do seu sonho, vejamos:

[...] foram seis tentativas em seleções de mestrado. Em 2012 eu tentei Sociologia na UFC, aí 2014, em 2013 eu não tentei mais nada. Em 2014, no primeiro semestre eu tentei Educação na UFC, numa área que era Sociologia da Educação [...]. Aí no final do ano de 2014, do mesmo ano eu fiz de novo pra Sociologia da UFC e em 2015 eu tentei Antropologia Social na UFRN e um mês depois da UFRN eu tentei no Mestrado de Saúde da Família aqui na UFC, na área que é Sociologia da Saúde. Tudo na área de Sociologia, onde eu via uma brecha da nossa área, onde eu via uma brecha que tinha eu ia lá. E, interessante que em todos esses programas de mestrado eu conseguia ir até a entrevista, eu me dava bem, meio engatinhando ali, e aí só depois pra chegar no final [...] aí quando foi em 2016, eu tive conhecimento aqui, tentei entender melhor o programa de pós-graduação em Geografia aqui da UVA, consegui fazer umas duas, três disciplinas em 2016, meio que tentando, pra conhecer melhor a área da Geografia [...] o meu orientador disse: “não, você pode sim fazer um projeto que contemple, que não tá desvinculado da área das humanas não, né”. Tanto é que eu sou um Cientista Social, na área da Geografia, pesquisando poesia dos espaços. Pra você vê como a nossa área também dá essa mobilidade de você encontrar seu objeto de estudo em outras áreas. E graças a Deus tem dado certo, tá dando certo, sabe?!

Mesmo fazendo mestrado na área da Geografia, V. Sousa não se desvinculou das Ciências Sociais, trabalhando de forma interdisciplinar em sua pesquisa. Ele diz se identificar bastante com as Ciências Sociais por conta de algumas características peculiares ao curso,

como a compreensão da realidade social e da sua própria realidade. Segundo, ele o curso proporciona e:

[...] nos fornece “n” possibilidades de você estudar seja lá o que for, de você fazer a compreensão da sua realidade social, da realidade dos outros, enfim, de você querer entender e buscar “n” possibilidades. O curso, ele te dá essa possibilidade, essa abertura de você querer entender, perceber, desvelar realidades ocultas por aí, porque os discursos às vezes são muito homogêneos, existe uma realidade, mas a realidade pra quem? A minha realidade não é igual a realidade de quem mora, de quem é de classe média, de quem viaja pra Paris pra fazer compras, de quem é branca, tá entendendo? Que teve tudo certo, que tá com 28 anos, por exemplo, e já tá no Doutorado de medicina, né. Eu tô com 43, aos trancos e barrancos no mestrado numa universidade pública [...] tem a ver com a minha história. Toda essa demora, essa coisa tardia nessa minha vida, tem a ver com a minha história de vida, de pobreza, de desigualdade etc., etc. então, assim, é... o que me motiva no curso a ver essas possibilidades é isso, tá entendendo? [...] é ver a sociedade de outra forma, não como a mídia fala, não como os livros de História falavam antigamente, né, mas são essas realidades que estão aí e a gente na condição de pesquisador vai em busca de entrevistar, de conhecer, de experimentar, trocar experiência com grupos, sociedades, bairros, enfim, e ver que a história e cada grupo, cada pessoa tem sua história, tá entendendo? Tem as suas dificuldades. Que às vezes, o discurso midiático e as representações, símbolos que estão por aí não tem nada a ver com você [...] porque tem toda uma história de vida pra que se possa chegar lá, não é uma realidade única que você, aí você fica se culpando, às vezes: ah, eu já tô com essa idade e eu ainda não consegui ascender profissionalmente. Não é assim, isso é cruel, porque é como se tivessem construído um dogma que você tem que seguir um determinado passo a passo e se você não chegou você é responsável. E não é assim! Então no nosso curso de Ciências Sociais, ele nos dá essa facilidade de você transitar por essas realidades de desvelar essa mediocridade [...] entranhar nessas realidades duras e trazer à tona essas outras histórias e desconstruir essa naturalidade. Então isso é o que eu gosto, entendeu? Eu adoro isso, sabe? Isso me motiva demais.

Essa desnaturalização da vida social e de sua própria realidade é o que faz V. Sousa gostar tanto das Ciências Sociais enquanto conhecimento científico. Ele não se arrepende de ter feito o curso e enfatiza: “*menino, se eu nascesse dez mil vezes eu faria Ciências Sociais de novo, né!*”. Na avaliação que faz do curso enquanto profissão, ele aponta:

[...] enquanto profissão, as pessoas dizem: ah, esse profissional serve pra quê? Eu lembro que quando eu fazia os meus estágios de licenciatura, que eu dizia que eu fazia Ciências Sociais aí os meninos da escola falavam assim: “e que curso é esse?” Existe uma ignorância [...] Tanto é que os concursos por aí geralmente de prefeitura, praticamente nunca tem pra sociólogo e quando tem, meio que misturam as áreas Sociólogos, Antropólogos, não sei mais o quê, né. Não sabem nem exatamente direito, não sabe como é que a gente atua. [...] no mundo das grandes profissões de elite, que oferecem grandes postos e de muito dinheiro, né. A galera só quer saber, só sabe de engenharia, de direito, de medicina, essas coisas, né.[...]

Então aqui, como nós sabemos que a nossa sociedade ela nasceu, aliás, ela foi formada a partir da invasão corruptamente, saqueada e toda essa mediocridade que se perpetua até hoje. [...] E numa sociedade como a nossa que é também corrupta, socialmente corrupta, é politicamente corrupta, é culturalmente corrupta, porque sempre prevalece o discurso de uma realidade única, do maior, que coloca subjacente tantas e tantas outras realidades. Quando você, um profissional da nossa área vai tentar fazer um diagnóstico, por exemplo, em determinadas, numa instituição pública, as pessoas já acham que você tá só arrumando problemas, onde você sabe, muita gente às vezes quer esconder o problema, construir as paliativas

né, e tudo mais. [...] Já um diagnóstico desse, acha que você tá dando problema, que você é uma pedra no sapato. [...]

Então eu acho assim, que é um, é um curso que e prepara pra muita coisa, né. Não é que não tenha mercado, tem! A gente pode atuar em qualquer lugar, em qualquer instituição, porque você tem conhecimento sobre sociedade, sobre instituição, sobre pessoas, a política te dá norte pra isso, a antropologia te dá norte pra isso, pra estudar a pessoa enquanto é inserida dentro de um determinado grupo, nas experiências dela, como é que ela foi formada, a sociologia, enfim, acho que a nossa área ela tá preparada pra lidar com gente dentro de instituição mais de que qualquer outra área, tá entendendo? [...] Eu acredito que o problema, o calcanhar de Aquiles, tá em quem está no poder de querer abraçar... nenhum político desses, nenhuma instituição que quer esconder problemas sociais vai, eu suponho, que não vê com bom olhos, vê como aquela pessoa que gosta de incomodar, que gosta de teorizar tudo e arranjar problemas. Então, eu suponho que o problema esteja aí, mas não exatamente no curso, a gente tá preparado, sim e a gente tem que acreditar. Tem que dar a cara a tapa mesmo, a gente vai lá e faz e, sabe? Tem pessoas que a gente conhece que, né, que tão aí. Aqui mesmo, ex-alunos do curso, tem muita gente que conseguiu trabalhar aí em instituições, em ONGs e tudo mais.

Em uma avaliação mais ampla do mundo do trabalho para o cientista social, ela aponta:

[...] eu suponho que a nossa dificuldade ela persista, né, parece ser um pouco mais azedo, digamos assim, por conta dessa conjuntura cruel do mercado de trabalho que não tá fácil pra ninguém com essas reformas trabalhistas, entre aspas, né, que relativizam, que colocam todo mundo assim, na condição de escravos mesmo. A gente não pode esconder isso. E principalmente essas profissões [...] eles sempre tão pensando em colocar a gente pra trás o tempo inteiro, de acabar na universidade pública, com os cursos da área de humanas, que elas passem a ser pagas, não sei mais o quê, ou seja, eles estão o tempo inteiro é querendo descartar que a gente não tenha utilidade. Mas tem utilidade, sim, a nossa utilidade é tão grande que eles querem tirar a gente de, é tipo um concorrente forte, sabe, um concorrente forte. Essa é a maneira que eu vejo, a gente tem uma parcela muito grande de contribuição a dar, de entendimento que a gente aprende, assume outra visão, outro olhar sobre a sociedade e tudo. E aí esse olhar, severamente, ele não está, ele nunca vai estar, né, de braços dados com a galera do poder, com o político, com o presidente, enfim, não vai estar, vai ser sempre uma pedra no sapato. E eles fazem o tempo inteiro medidas pra tirar a gente de tempo, sorratamente, mas tão o tempo inteiro golpeando, a educação já foi golpeada, as áreas de humanas nas escolas já foram golpeadas né. É sempre assim, porque o curso ele, entenda, não é que o curso seja menor, ou seja ineficiente não, é porque é um concorrente forte do governo, né.

V. Sousa trás outro elemento que corrobora com a dificuldade de atuação na área das Ciências Sociais, para ele, é pelo caráter problematizador da área que o curso tem sido atacado por quem está no poder. As Ciências Sociais representariam “a pedra no sapato”, indicando os problemas que tentam esconder. Por isso a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio tem o histórico de idas e vindas, para que os jovens não sejam formados com pensamento crítico e passem a reivindicar direitos e apontar problemas, desestabilizando assim a ordem das coisas.

Para finalizar, V. Sousa traz uma reflexão sobre sua trajetória pessoal de educação e inserção profissional. Vejamos seu relato:

A minha trajetória ... é muito maluca [...] ela vem de muitos anos, acho que eu comecei, me botaram na escola quando eu era menino, no comecinho da década de 80, [...] meu pai morava na zona rural, ainda era no período da ditadura militar e não tinha escola, eu lembro que a escola que existia naquela época nas zonas rurais eram umas escolas de alpendre, de uma senhora, eu não sei se elas eram pagas, eu não vou mentir, eu era muito pequeno, eu tinha sete, oito anos, e aí elas botavam todo mundo debaixo do alpendre, eu lembro que tinha umas cartilhinhas de ABC, cada pessoa tinha uma coisa diferente, elas ensinavam só você... eu até lembro que tinha um, uma palavra, eu até hoje não sei o que é que significa, elas diziam assim: é só pra ensinar a “desarnar”, “desarnar”. Mas eu entendo que desarnar é... aí o meu pai, os meus avôs diziam assim: é só pra mesmo aprender a ler uma carta e fazer outra. Interessante que eu nunca, nunca atentei pra essa palavra desarnar, né, é uma palavra nativa, digamos assim, daquela época, pelo menos, assim, de onde eu morava. Mas aí era assim, você não tinha regime de seriação, nessas escolinhas. Eu também não sei como é que era nessa época o sistema de ensino no geral [...] mas assim, não era, não tinha esse olhar pra quem era lá das comunidades rurais não, né. Aí eu fiquei lá, nesse negócio do desarnar, só repetindo essa cartilha, fazia umas copiazinhas. Aprender a ler pra memorizar mesmo, né. [...] E aí quando foi em 85, 86 por aí assim, eu lembro que aí, não, eu não queria só isso, eu achava tão bonito que sabia ler uma carta de uma forma bem... sem, sem se enrolar, e aí eu dizia que eu queria estudar. E eu sempre acompanhei muito rápido, eu acho que, a minha mãe disse que, eu não lembro, né, que eu consegui aprender a assinar meu nome com um mês na escola, bem, se é verdade eu não sei, porque eu não lembro, né. Ela diz assim: menino, toda vida tu foi, todo mundo se admirava porque tu conseguia, conseguiu em um mês aprender a fazer teu nome. E aí também teve muito isso de ela achar que eu era muito inteligente, segundo ela, ela dizia que eu, que eu não ia ter futuro naquela escola, porque a gente não ia passar daquilo, não tinha seriação, é terminou, você conseguiu fazer seu nome, ler uma carta e fazer outra, pronto, tirava da escola e você ia trabalhar na roça. Pronto aquilo é que ia ser uma coisa útil, né. Aí ela disse, não, vou te colocar na escola, na rua, que chamava na rua, que era na cidade, né. Que aí ela me botou pra, me trouxe pra morar na casa do meu tio. Acho que eu tinha 10 anos, não me lembro, já no fim da década de 80. E aí eu fiz, e aí nesse tempo era tão difícil. Eu com 12 anos fazia a 2ª série, eu lembro, isso aí eu lembro. Numa escola aqui da Cohab I, no Sinhá Saboia, aqui em Sobral, numa escola chamada Escola da Noélia, mas o nome da escola é Escola Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes, né. Eu estudei lá 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª série, aí a 8ª série eu fiz noutra cidade, eu fui morar na casa do meu pai, lá na Varjota- Araras, também era difícil, né, eu ia de bicicleta de um interior tão distante pra essa escola. Aí nessa escola eu lembro que tinha um regime diferente nessa época que já era década de 90 e aí que tinha um negócio, um tele-ensino que as pessoas tinham uma televisão na sala de aula que a gente assistia por uma, por umas pessoas que falavam e a professora dava só um... essas coisa que vão mudando de educação, né, essas histórias da educação. [...] Ai quando foi em 93, a gente chamava de 8ª série, né, 8ª serie, Ave Maria! Quem tinha a 8ª série nessa época tinha tudo, a gente fazia até uma festa. Eu tô lembrado que nos municípios tinha assim: vai ter a festa dos oitavianistas, eu tive essa festa da 8ª série, eu tenho até foto lá em casa, de oitavianista [riso]. Porque era assim como se você tivesse feito doutorado. [...] Era a formatura! Tinha placa. Na escola que eu estudei tem placa! A gente, eu tenho a foto lá em casa com uma beca, só que a becazinha é tipo assim, cor vinho. Era a 8ª série, usei beca, usei tudo. Nossa! Era assim um auge, uma festa e tudo! Aí, pois bem, foi em 93, aí em 94, 95 você entrar no ensino médio, que era chamado segundo grau, aí era uma luta. Ah, quem tinha ensino de segundo grau nessa época era assim, nem sei como, né! E quem tinha segundo grau e curso de datilografia, pronto! Você tava feito na vida. Aí como eu não tinha conseguido entrar ainda no segundo grau e aí eu fiz curso de datilografia pra vê se eu conseguia algo melhor. [...] eu fiz curso em 95, curso de datilografia ainda. Tudo né, querendo aprimorar os meus conhecimentos. Só em 96 foi que eu consegui entrar no tão sonhado segundo grau no colégio estadual, onde eu fiz 1º, 2º e 3º ano, até foi em 96, 97 e 98. A trancos e barrancos também porque eu trabalhava na Grendene nessa época, no 3º turno e agora pense, agora assim, se eu falar de

dificuldade, os três anos do ensino médio foi dificuldade demais, viu, porque eu trabalhava no terceiro turno na Grendene e pra eu conseguir dar conta de estudar, era muito ruim, pra ir era muito ruim, nossa, era ruim demais! Mas eu consegui terminar, nunca fiquei reprovado, graças a Deus! Aí terminado isso, aí lá se vem o sonho de entrar na universidade, né. Aí em 2000 foi o meu primeiro vestibular, aí era muito difícil,[...] eu queria, mas todo mundo dizia: tu lá vai passar! Né! Não passa não porque só filho de rico que consegue passar, as coisas são muito concorridas.

[...] Enfim, só sei que em 2004 eu passei. Mesmo toda vida sempre nessa linha do limite das coisas, né, e até hoje é. No mestrado aqui, eu não tenho vergonha de dizer, eu fiquei em último lugar, o último colocado foi eu. Então, assim, é sempre me arrastando mesmo, sabe? Sempre, sempre, sempre, mas eu consigo dar conta, Graças a Deus!

4.10 “POR ISSO EU FIZ A LICENCIATURA TAMBÉM: VAI QUE NÃO DÁ CERTO NUM LADO, VAI PRO OUTRO, NÉ.”

W. Frota é funcionária de um laboratório de pesquisa do curso de Ciências Sociais da UVA, tem 39 anos, é parda, casada, tem duas filhas e é da cidade de Sobral. Seus pais cursaram até o ensino médio, sua mãe é dona de casa e seu pai era comerciante. W. Frota fez a educação básica em escola particular e decidiu entrar em uma faculdade pela “*questão de emprego, a probabilidade maior de ingressar no mercado de trabalho.*” Ela se formou em Ciências Sociais em 2008, fez o bacharelado e a licenciatura. Depois fez também uma graduação em Serviço Social, cujo motivo foi:

[...] por conta do mercado de trabalho, porque as vagas geralmente quando surgem em algum concurso é pra Assistente Social. Eles são bem mais reconhecidos, tem conselho. Então foi por isso e por gostar também de trabalhar com pesquisa, com políticas públicas e a Assistência ela tem um leque maior, tanto com relação à probabilidade de vagas [...] e uma coisa complementa a outra, eu aproveitei 50% do curso, então o que eu fiz das Ciências Sociais nada foi perdido, pelo contrário, eu ganhei mais.

Apesar de ter feito outra graduação, W. Frota se reconhece enquanto Cientista Social ao não se incluir na categoria de Assistentes Sociais quando fala: “*eles são bem mais reconhecidos...*” e complementa que as Ciências Sociais “*é uma área que eu gosto muito. Me identifiquei demais, demais com as leituras, com o campo, gosto muito.*”

Durante a graduação em Ciências Sociais, W. Frota nos conta que as principais dificuldades que enfrentou foi com relação ao acompanhamento das leituras do curso. Ela aponta:

[...] a questão do hábito de ler que ninguém tem no ensino médio, no começo você se assusta com a quantidade, com algumas categorias que você não conhece, então eu ficava assim, um pouco voando, só no quarto, quinto período é que eu fui me

habitando com a linguagem dos professores, que no ensino médio a gente, pelo menos na minha época não via muito. Então eu senti dificuldade, [...] não tive Sociologia no ensino médio, então foi uma surpresa conhecer esses autores tão complexos. Com o decorrer do tempo é que eu fui me adaptando e conhecendo melhor.

Durante a graduação, W. Frota nos conta que via o campo profissional para área, em suas palavras:

*Bem restrito. Eu gosto muito do bacharelado, da área de pesquisa, eu sempre me identifiquei. Apesar de saber que é muito... não tem... a quantidade de vagas é bem pouca. Então **por isso eu fiz a licenciatura também. Vai que não dá certo num lado, vai pro outro, né** [risos].*

Para os egressos do bacharelado, a graduação em si nunca parece ser suficiente garantia de inserção no mercado de trabalho e vão traçando estratégias de qualificação e formação para complementarem a graduação, seja por meio de pós-graduações, de fazer a licenciatura também ou cursarem outras graduações. W. Frota fez estas três coisas: além do bacharelado, fez a licenciatura, uma especialização em História do Ceará e o curso de Serviço Social, tudo na tentativa de uma melhor inserção profissional, apesar de já trabalhar na área das Ciências Sociais. Vejamos seu relato sobre sua inserção profissional:

Eu fui bolsista do PBU³⁹, passei dois anos como estagiária e depois fui, continuo sendo, funcionária aqui da UVA, só que quem me paga é o IADE⁴⁰. [...] Primeiro eu fui lá pra Pró-Reitoria de Educação Continuada, que são os cursos de Especialização, aí surgiu uma vaga aqui para as Ciências Sociais e como eu tava em formação eu pedi pra me transferir pra cá. De lá continuo há 10 anos [risos]. [...] Durante a faculdade eu fui contratada. [...] Lá no Labome⁴¹ a gente trabalha diretamente com pesquisas. Então os professores, os alunos que são cadastrados levam seus projetos, nós temos equipamentos, emprestamos, eles fazem suas pesquisas, gravadores, câmeras e esse material retorna lá pro Labome, depois o pesquisador faz a transcrição das suas entrevistas, deixa disponível lá, eu faço uma revisão final, leio toda a transcrição, faço a padronização, deixo no nosso acervo. Também acompanho em alguns momentos os alunos em campo. Tem projetos que são aprovados pelo coordenador do Labome que a gente tem que fazer a prestação de contas, faz a compra dos equipamentos. Então, meu trabalho basicamente é esse. Também tem a questão da alimentação no sistema do Labome, das entrevistas, dos arquivos que a gente tem que ficar toda hora organizando, os projetos que estão em andamento, os que estão finalizados, disponibilizar pro público, pros alunos que também fazem pesquisa naquela determinada área.

Apesar de trabalhar na área das Ciências Sociais e gostar do que faz, W. Frota anseia por uma melhor condição trabalhista, sobretudo no que diz respeito ao retorno financeiro. Ela nos conta que a formação em Ciências Sociais foi “*de extrema importância. Eu sou o que sou hoje por conta do curso de Ciências Sociais, sabe. Sou grata demais, demais. Aprendi muito. Tudo que eu sei hoje eu devo a toda a minha formação crítica, tudo ao curso de Ciências*

³⁹ Programa Bolsa Universidade.

⁴⁰ Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da UVA.

⁴¹ Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas, ligado ao curso de Ciências Sociais da UVA, setor em que Wellington trabalha.

Sociais”. Contudo, ao ser indagada sobre sua satisfação com a atividade que exerce, ela responde:

Só não [estou satisfeita] com o salário [risos]. Com o salário não. O que ainda me prende aqui é justamente isso: porque eu gosto muito de trabalhar com pesquisa, sabe. É um trabalho que eu gosto muito. Aqui eu costumo dizer que eu trabalho por amor [risos]. [...] infelizmente, assim, aqui não tem para onde crescer, então é concurso, tentar um concurso pra ter uma estabilidade, que aqui é complicado [riso].

Por fim, em sua avaliação sobre as Ciências Sociais enquanto profissão, ela relata:

[...] Eu costumo até dizer que todo mundo deveria passar pelo curso de Ciências Sociais, pra ter seu conhecimento crítico, mas, acredito que, por falta de um conselho tem muito ainda que ganhar. Infelizmente não é muito reconhecida a questão do mercado de trabalho. É uma profissão extremamente importante, principalmente nos dias de hoje, cada dia mais tá se complicando a sociedade, tá cada dia mais complicada, precisamos de pessoas pra estudar justamente esses fenômenos, mas infelizmente é pouco reconhecida. [...] Infelizmente não tem campo. O campo é muito restrito mesmo. Muito, muito mesmo, não tem campo. [...] Eu não me arrependo de ter escolhido esse curso, é um curso [...] extremamente importante pra minha vida, é um curso, como eu costumo dizer, todo mundo deveria passar por ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto apresentou os dados da investigação sobre o contexto de profissionalização das Ciências Sociais e das trajetórias de inserção profissional dos egressos do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. A partir dos relatos dos egressos, foi possível perceber que ser Cientista Social/Antropólogo/Sociólogo/Cientista Político pesquisador/técnico/professor é um ramo que proporciona, ao mesmo tempo, um sentimento de completude pela área em si, mas também promove uma série de angústias relacionadas à inserção no mundo do trabalho ocasionadas por uma falta de organização da categoria em estabelecer, mais precisamente, uma reserva de mercado e um salário condizente com as atividades desenvolvidas por esse profissional.

Em busca de melhores oportunidades de inserção laboral, os egressos do bacharelado investem em cursar também a licenciatura, pós-graduações ou mesmo outras graduações, ao deparar-se com um mercado de trabalho restrito e com pouco retorno financeiro para o bacharel fora da universidade. A luta por um espaço de atuação e reconhecimento profissional é constante. O campo da docência, seja na educação básica, técnica ou superior, se apresenta como o mais promissor, mesmo os que não o escolheram de imediato acabam o tendo como as únicas oportunidades de inserção profissional. Apesar das diversas dificuldades de inserção profissional encontradas pelos egressos, a formação em Ciências Sociais é tida como algo bastante válido em suas vidas, a frustração se dá “*por não conseguir atuar na área*” e com um bom retorno financeiro e de reconhecimento.

Os dez egressos do curso de Ciências Sociais – Bacharelado da UVA que colaboraram para esta investigação entraram na universidade por motivos diferentes e escolheram o curso também por motivos diferentes, mas todos eles se identificam como Cientistas Sociais/Antropólogos/Sociólogos/Cientistas Políticos, apesar de algumas ressalvas com relação à atuação profissional. Mesmo com a diversidade das trajetórias, as dificuldades de inserção, as angústias dos egressos, todos afirmam uma identificação com o curso.

Nesse sentido, seria possível falar de uma identidade profissional no sentido de uma construção ao longo das trajetórias de formação e inserção profissional a partir de uma identificação com as Ciências Sociais. Apesar de alguns dos interlocutores dessa pesquisa seguirem por outras profissões, essa opção significou mais uma segunda alternativa de inserção no mundo do trabalho para o sustento financeiro do que uma não identificação com a

área. Caroline está cursando Direito, como coloca, porque não conseguiu atuar na área das Ciências Sociais; W. Frota cursou Serviço Social, mas continua trabalhando no laboratório do curso de Ciências Sociais.

Essa identificação com a profissão envolve alguns elementos listados por eles. Dentre os elementos que caracterizariam uma identidade profissional para os egressos estão: a característica do profissional em ser questionador, problematizador, bom leitor, pesquisador, detentor de um olhar crítico frente à realidade, aos fenômenos sociais e às atividades que desempenha, a capacidade de desnaturalização do mundo e das situações sociais e uma compreensão diferenciada do mundo.

Os motivos da entrada na universidade depois do término do ensino médio vão desde uma perspectiva de uma trajetória já esperada pela família, pela geração e pelo contexto, como é o caso de Fernanda, até como algo inesperado na trajetória individual, como no caso de Thiago, que quando estava cursando o ensino médio via a universidade como algo distante de sua realidade. Os motivos incluem também o interesse pelos estudos desde a infância, a partir do incentivo dos pais, mesmo que estes não tenham sequer frequentado uma escola regular e a perspectiva de investimento em estudo como via de mobilidade social através de uma inserção profissional mais qualificada. Esta perspectiva está presente nas falas da maioria dos entrevistados, com maior ou menor enfoque, a exemplo das falas: *“ter uma profissão e não ter o mesmo destino dos jovens que vivem no interior e não conseguem galgar oportunidades”*, *“ter uma formação de nível superior para prestar concurso público”*, *“estudar para ser alguém na vida, para arranjar um emprego”* ou *“a única opção pra quem não tem dinheiro e anseia de algum modo ascender socialmente tem que ser por via da educação”*.

A partir dessas perspectivas para impulsioná-los à entrada em uma universidade, a escolha pelo curso de Ciências Sociais se deveu, sobretudo, por uma identificação, desde o ensino médio, com a área das Ciências Humanas e mesmo, especificamente, pela disciplina de Sociologia, aos que tiveram acesso a ela e os incentivos de alguns professores. Outros motivos da escolha pelo curso também incluíram a realização de testes vocacionais, breve pesquisa sobre o curso, além de outros motivos mais específicos à realidade objetiva para a realização do curso, como a disponibilidade de horário, já que alguns trabalhavam durante o dia e o curso é noturno, e a baixa concorrência do vestibular com relação a outros cursos.

Vale ressaltar também que todos os motivos listados acima dizem respeito ao contexto pessoal e coletivo dos egressos, ao seu campo de possibilidades, que lhes apresenta determinadas opções, ou seja, a identificação com a área de Humanas ligada à possibilidade

de uma universidade pública, de um curso noturno e com uma concorrência relativamente baixa. Desse modo, dentre as opções de curso que a UVA ofertava, o curso de Ciências Sociais era o que melhor se encaixava dentro das possibilidades de realização dos egressos.

Depois que entraram na graduação, algumas dificuldades lhes acompanharam no processo, dentre elas, as dificuldades estruturais do *campus* de uma universidade estadual com investimento escasso que acarretou em algumas greves. As dificuldades financeiras foram as que os egressos mais apontaram, como na fala de Ronaldo: “*é a luta pela sobrevivência mesmo: morar, comer, estudar*”. Três dos 10 egressos tinham que conciliarem as atividades acadêmicas com algumas atividades laborais para se sustentarem; para os outros, a oportunidade de bolsa remunerada amenizou um pouco essa situação. Outras dificuldades apresentadas foram o acompanhamento das leituras do curso pela falta do hábito de ler, a deficiência da educação básica pública recebida, a dificuldade de transporte para se locomover até o *campus*, a dificuldade de acesso a computador e internet, a falta de oportunidade de estágios fora da universidade para o bacharelado e a angústia por não se saber ao certo onde poderia atuar depois que saísse da universidade. Apesar das dificuldades citadas pelos egressos, apenas dois deles afirmaram terem pensado em desistir do curso em algum momento durante a graduação. Esse pensamento de desistência foi devido, em grande parte, a uma falta de perspectiva com relação às oportunidades de inserção profissional depois que saíssem da universidade.

No geral, no período em que estavam cursando a graduação, os egressos vislumbravam o campo de atuação para o profissional que iriam se tornar, de início, com muitas dúvidas, “*de maneira muito turva*”, “*sem muita clareza*”, “*sem perspectivas de inserção*”, ou mesmo sem “*nenhuma ideia da função do sociólogo quanto profissional*”, mas que conforme iam cursando as disciplinas, iam percebendo algumas oportunidades de atuação, contudo, a docência e atuação acadêmica era percebido como o que mais poderiam atuar. Os egressos indicaram, ainda, que durante a graduação chegaram a pensar que teriam mais oportunidades no mundo do trabalho quando se formassem, perspectiva essa que foi de encontro com a experiência que tiveram após a saída da graduação e se depararam com uma realidade de um mercado de trabalho “*complicado*”, “*muito difícil, restrito, limitado*”, “*com poucas vagas*”.

Ao terminarem o curso de graduação, os egressos seguiram os mais variados caminhos de inserção profissional. E, em cada trajetória individual, diferentes cargos foram ocupados, além dos períodos em que se dedicaram à complementação dos estudos em pós-graduações ou mesmo em outros cursos superiores. Apenas uma entre os dez egressos está no mesmo

emprego desde que saiu do curso de Ciências Sociais, em regime de CLT. Os demais egressos passaram por diferentes empregos até chegarem à situação de emprego atual, destes, 04 estão concursados, sendo que 02 estão concursados pela administração pública municipal, como Sociólogos, 01 está concursada como professora da rede estadual e outra como professora da rede federal; 03 dos 10 egressos estão trabalhando em regime temporário de emprego e os outros 02 não estão trabalhando.

Os empregos que os egressos atuaram após a saída da universidade incluem, sobretudo, o Magistério, seja na educação básica, técnica ou ensino superior, na rede pública ou privada. Mas incluem, também, a atuação de Consultoria, Gestão em ONGs, Assessoria Parlamentar, Coordenação de CREAS, Assessoria Científica, Técnico de Assistência Social de nível médio e superior, Sociólogo na Assistência Social municipal, atuação em Pesquisa Social e Técnica em Laboratório de Pesquisa, todas essas ocupações ligadas, de alguma forma, às Ciências Sociais. Houve ainda, na trajetória de dois dos egressos a atuação temporária em empregos fora da área das Ciências Sociais, como trabalho administrativo em prefeitura e em sindicato.

No geral, os egressos afirmaram que os conhecimentos adquiridos com o curso de Ciências Sociais contribuíram significativamente para a atuação profissional, apesar de ressaltarem que o curso não tenha lhes fornecido a capacitação prática para uma atuação fora da academia. Contudo, a formação acadêmica que receberam na universidade foi o diferencial para uma capacidade de adaptação às diferentes experiências de inserção profissional pelas quais passaram. Apesar de nem tudo que precisaram para a atuação profissional eles tenham aprendido no curso, mas na prática profissional mesma, a formação lhes possibilitou “*flexibilidade*” e “*desenvolvimento de forma diferente*” das atividades exercidas. A formação em Ciências Sociais para mudanças na vida pessoal, uma percepção diferenciada do “*mundo*”, das “*coisas*” e das “*pessoas*”, além de uma sensibilidade e compreensão das “*questões sociais, políticas e das relações humanas*”. Os egressos não souberam conceituar ao certo essa “*forma diferenciada*” de perceber o mundo ao seu redor que as Ciências Sociais lhes possibilitaram, mas todos indicam uma mudança significativa na forma como passaram a perceber as coisas e a própria vida depois de fazerem o curso. Dessa forma, indicam estar satisfeitos com a formação que tiveram, apesar de algumas ressalvas que dizem respeito à posição que ocupam atualmente no mundo do trabalho, indicando o que ainda querem realizar dentro da área, alguns querem a carreira acadêmica, “*um reconhecimento salarial melhor*”, um emprego fixo, estabilidade financeira.

Numa avaliação das Ciências Sociais enquanto profissão, os egressos indicam a necessidade de o curso, a formação ser reinventada devido à dualidade existente entre a licenciatura e o bacharelado, o que acaba, segundo eles, limitando o campo de atuação para o profissional que apresenta mais oportunidades para a atuação como professor de Sociologia e não demonstra outras possibilidades de atuação para o bacharel, que tem um espaço restrito de atuação e está imerso em um “*universo de opinião, ideias e pouca prática*”.

Os egressos indicam, também, que a atuação profissional do bacharel em Ciências Sociais está em uma conjuntura de desemprego, pouco reconhecimento e sem retorno financeiro. Apontam para uma falta de mobilização da categoria e a falta de um Conselho profissional como uma das causas do não reconhecimento da profissão no mercado de trabalho. Apontam também, que a profissão precisa se reinventar para acompanhar as transformações do mundo do trabalho no século XXI, pois a formação se apresenta ainda muito bacharelesca e em descompasso com a atual realidade do mundo do trabalho.

Apontam ainda que as Ciências Sociais são um campo em que “*todos deveriam passar para ter conhecimento crítico*” e que o cientista Social/Sociólogo poderia contribuir muito se ocupasse mais espaços. Mesmo o campo da docência, visto inicialmente como o que mais poderia dar oportunidades, tem sido visto a partir de uma perspectiva “*sombria*” diante do contexto de desmonte da educação básica. Sobretudo, com a aprovação da PEC do corte nos gastos em saúde e educação, da Reforma do Ensino Médio, que flexibiliza os currículos e a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia, além da perseguição de professores ocasionada pela disseminação de notícias falsas a partir do programa “Escola Sem Partido”, que incita desinformação e perseguição travestida de combate a uma suposta ideologia que estaria “*doutrinando*” os alunos e que, reflete apenas a tentativa de calar a produção de conhecimento e senso crítico na formação básica para que os interesses de determinados grupos privilegiados não sejam contestados, além da tentativa de normatização de determinado padrão de comportamento. Nesse contexto, os dez egressos que colaboraram com esta pesquisa avaliam o mundo do trabalho para o Cientista Social como restrito, limitado, disputado, difícil, desvalorizado, com poucas vagas ou quase inexistente, onde se tem que “*lutar muito por um espaço*”.

Em uma avaliação de suas trajetórias pessoais, os egressos apontam como positiva e satisfatória, com dedicação e investimento na formação em primeiro plano, ou construída sem um planejamento prévio, mas a partir das oportunidades que iam sendo disponibilizadas. Avaliam que a formação em Ciências Sociais valeu a pena e contribuiu para o que se

tornaram tanto profissionalmente como na vida pessoal, mais enfaticamente na fala de Thiago: “*as Ciências Sociais transformaram a minha vida e o ser que eu represento*”.

Apesar das ressalvas das Ciências Sociais enquanto profissão, os egressos afirmam não se arrependem de ter feito o curso; apenas uma egressa, apesar de também não ter se arrependido de ter feito o curso, afirma que se pudesse voltar atrás teria feito inicialmente outra graduação que lhe garantisse uma melhor inserção profissional para depois fazer Ciências Sociais.

Os elementos trazidos nesta investigação apontam para uma mudança no perfil do discente que adentra ao curso de Ciências Sociais, quando comparado com aquele característico da origem dos cursos de Ciências Sociais no Brasil e que leva a problematizar a necessidade de readequação dos princípios formativos do curso. Aquele aluno formado com uma grande carga teórica para ser um intelectual e atuar a nível discursivo, não necessariamente estava inserido no mundo do trabalho e também não dependia disso, tendo em vista que o curso originalmente foi criado para os filhos das elites numa perspectiva de projeto de desenvolvimento nacional. O aluno que adentra hoje na universidade, não apenas nos cursos de Ciências Sociais, também faz parte de uma parcela da população que necessita trabalhar para prover o seu sustento e não pode se dar ao luxo de ser apenas um intelectual, também não há vagas suficientes para a inserção de todos os profissionais na carreira acadêmica e esta não deveria ser a única via de inserção profissional, pois o conhecimento não deve ser produzido e reproduzido apenas pela e para a academia.

Nesse contexto, os egressos apontam que a formação em Ciências Sociais precisa, não abandonar o seu caráter teórico, mas incluir também uma aplicação prática do que é produzido enquanto teoria pois corre o risco de se tornar obsoleta frente às transformações e novas demandas do mundo do trabalho. A ausência de instâncias organizativas da categoria, pese os anos de criação do curso, e o esvaziamento de uma abordagem estratégica do curso no âmbito dos ministérios, das secretarias, entre outros órgãos públicos que, outrora, consideravam relevante a presença dos cientistas sociais para um planejamento estratégico de um projeto de desenvolvimento nacional também apresentam entraves à inserção profissional dos egressos. As dificuldades de inserção profissional estão ligadas à falta de mobilização e organização da categoria em criar instâncias organizativas de regulamentação, articulação e fiscalização, além das lacunas existentes na própria legislação que regulamenta as Ciências Sociais enquanto profissão.

Ligado a isso, há o próprio contexto da crise estrutural do capital e seus impactos no mercado de trabalho e a ofensiva no campo da política educacional que é uma ameaça concreta não só de esvaziamento de uma dimensão crítica na formação do pensamento sociocultural e político, como uma ameaça de extinção de determinados cursos, como Filosofia e Ciências Sociais.

Podemos apontar, a partir dos elementos desta investigação que as Ciências Sociais e a inserção profissional de seus egressos está em confronto tanto com as questões internas ao curso, à formação e profissionalização, à falta de mobilização e organização da categoria e a crise no mundo do trabalho do modelo capitalista neoliberal e à crise político-ideológica no país que apresenta uma série de ofensivas à educação e ao pensamento crítico.

Trazer a discussão sobre a profissão nos convida a uma autorreflexão e ao diálogo sobre a atuação profissional e as dificuldades enfrentadas pelos egressos de Ciências Sociais. Se as Ciências Sociais se pretendem, sobretudo, à atividade de análise, reflexão e consciência crítica, estas precisam ser trazidas para si mesma, para a nossa atividade científica e profissional, para não tratar a formação como um fim em si mesmo e não dissociá-la do que vem depois dela. Para que perguntas do tipo: que profissionais estamos sendo? Que profissionais estamos formando? E com quais finalidades? Sejam feitas e refeitas no intuito de sempre melhorarmos a nossa prática e as nossas formas de inserção e relações na sociedade que fazemos parte.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 41, pp. 93-115, 2003.

ALFINITO, Solange. **Educação superior no Brasil: análise do histórico recente (1994-2003)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2007. Série Documental. Relatos de Pesquisa.

ALMEIDA, Raquel de Castro. **Ensino superior e avaliação institucional: instrumentos metodológicos para estudos comparativos sobre inserção profissional de diplomados**. 35º Encontro Nacional da ANPOCS, 2011

ALVES, Mariana Gaio.; ALVES, Natália.; CHAVES, Miguel. Inserção profissional e razões de ingresso e reingresso no ensino superior: um ponto de partida para uma temática em aberto. **Sociologia, problemas e práticas**. Lisboa, 2012, nº 69, pp. 99-118.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Políticas de educação superior no Brasil: expansão e democratização – um debate contemporâneo. **Espaço do currículo**. Universidade Federal de Pernambuco.v.3, nº 2, pp 501-510, setembro de 2010 a março de 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BALTAR, Ronaldo.; BALTAR, Cláudia Siqueira. A Sociologia como profissão. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 05, No. 10. Mai/Ago/2017.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo XXI, 1974.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação do campo, movimentos sociais e a luta pela democratização da educação superior: os desafios da universidade pública brasileira. In: COSTA SILVA, Adrián. [et al]. **Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe**. 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. E-Book.

BRASIL. Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984. Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências. Brasília, em 05 de abril de 1984.

_____. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/1996. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e da outras providências.

_____.PARECER Nº 492/2001. Conselho Nacional de Educação -CNE/CES. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Ciências Sociais. Aprovado em 03/04/2001.

_____. Lei nº 11.684/2008. Alterando o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 1.446, DE 2011. Altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Autor: Dep. ALENCAR, Chico. Relatora: Dep^a. FERREIRA, Rosane. Sala da Comissão de Educação e Cultura, 7 de novembro de 2011.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 867/2015 e apensados. Programa Escola Sem Partido. Arquivado. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722&ord=1>

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 6005/2016. Autor: Jean Wyllys (PSOL/RJ). Programa Escola Livre. Arquivado. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722&ord=1>

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS)**. Brasília: MDS, 2009.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016**. Brasília: INEP, 2018.

_____. INSTITUTO BRASIEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico- Trabalho e Rendimento: resultados da amostra**. 2010.

BRITO, Luiz Percival Leme.; SILVA, Edineuza Oliveira.; CASTILHO, Katlin Cristina de.; ABREU, Tatiane Maria. **Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do aluno “novo” da educação superior**. Avaliação, Campinas, SP, v.13, p. 777-791, nov. 2008

CABRAL, Arlinda Manoela dos Santos. Conciliação ou conflito entre o trabalho e as outras esferas da vida social na inserção profissional dos diplomados do ensino superior. **RICOT Journal**. Porto: Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho – RICOT, Universidade do Porto, nº 1, Setembro de 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARVALHO, Joana Varandas de. **Os novos mundos da inserção dos/as diplomados/as do ISMT: precariedade e individualização nas transições atuais para o mundo do trabalho**. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, Instituto Superior Miguel Torga – ISMT, Escola Superior de Altos Estudos, Coimbra, 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de.; ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude, educação e trabalho: avanços e desafios. In: **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. MACAMBIRA, Junior.; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra.; (Organizadores). Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013

CHAVES, Miguel.; MORAIS, César.; NUNES, João Sedas. Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes. **Forum Sociológico**. Portugal, nº 19, II Série, 2009, pp.83-98

DIÓGENES, Camila Gomes. AGUIAR, José Reginaldo. (Orgs.) **UNILAB: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul**. Redenção: UNILAB, 2013.

DOSSIÊ. A reforma do ensino médio em questão In: **Revista Retratos da Escola**. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce), v.11, n.20, jan./jun. 2017. – Brasília: CNTE, 2017

DUARTE, Ana Maria. Precarização e riscos para a dignidade do trabalho. In: BRANDÃO, Ana Maria. MARQUES, Ana Paula. (Orgs.) **Jovens, trabalho e cidadania: que sentido(s)?** Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2013.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº139, abr-jun., 2017.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. ; 23.

FERNANDES, Edilmara Kayt Silveira. **Trajetórias e Projetos de Vida na Mobilidade: os universitários das viagens intermunicipais**. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Sobral, CE: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2012.

GOMES, Alfredo Macedo.; MORAES, Karine Nunes de. **A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate**. Recife: UFPE, 2009.

INSPER. Instituto de Ensino e Pesquisa. **Panorama educacional brasileiro**. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do INSPER, 2014.

LUCCHESI. M. A. S. Políticas Públicas para a educação superior no Brasil no contexto Sul-Americano: convergências e transformações na passagem do século. **RBPAAE** – v.23, n.3, p.513-528, set./dez. 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes: 2000.

MATEUS, Sandra. Futuros prováveis: um olhar sociológico sobre os projectos de futuro no 9.º ano. In: **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 39, pp. 117-149, 2002.

MATOS, Odilon Nogueira de. O clima cultural dos anos de formação e o pioneirismo da Escola Livre de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris.; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis. (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Escuta, 2001.

MEDEIROS, Gertrudes, Knih de. **Formação profissional versus mercado de trabalho no Vale do Itajaí: um estudo avaliatório**. Série Documental/Relatos de Pesquisa. Blumenau, SC: Universidade Regional de Blumenau – URB, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira.; NETO, Otávio Cruz.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAIS, Julian Athayde Silva de. **Caminhadas de universitários de origem popular: uma análise comparativa**. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife: UFPE, 2011.

MORETTO, Amilton.; REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar. Dinâmica recente da inserção do jovem no mercado de trabalho e a questão da escolaridade. In: **Trabalho e**

formação profissional: juventudes em transição. MACAMBIRA, Junior.; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra.; (Organizadores). Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013

NETO, Manoel de Almeida.; DIAS, Lúnia Costa. **Estratégias de incentivo à inclusão e permanência de estudantes pobres no ensino superior brasileiro.** XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife: UFPE, 2011.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de.; SOUSA, Antonia de Abreu. Trabalho e educação no contexto do capitalismo atual. In: **Trabalho e formação profissional:** juventudes em transição. MACAMBIRA, Junior.; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra.; (Organizadores). Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates:** jovens, trabalho e futuro. Porto: AMBAR, 2001.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação superior no Brasil.** XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife: UFPE, 2011.

POCHMANN, Marcio. Juventudes na transição para a sociedade pós-industrial. In: **Trabalho e formação profissional:** juventudes em transição. MACAMBIRA, Junior.; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra.; (Organizadores). Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: **Trabalho e formação profissional:** juventudes em transição. MACAMBIRA, Junior.; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra.; (Organizadores). Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Sociologia:** ensino médio. Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: MEC, 2010. (Coleção Explorando o ensino; v. 15).

SIMÕES, Júlio Assis. Um ponto de vista sobre a Escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris.; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis. (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política:** anos de formação (1933-1953). São Paulo: Escuta, 2001.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo:** da resistência à ditadura ao governo FHC. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p. ISBN: 978-85-99662-47-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

STAMM, Cristiano & STADUCO, Jefferson Adronio Raimundo. “Movimentos Pendulares das Cidades Interioranas de Porte Médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 25, n. 01, p. 131-149, jan./jun. 2008.

TOLEDO, Caio Navaro de. **Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB.** In: MORAIS, Reginaldo *et al.* (Orgs.): *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

TORINI, Danilo Martins. **Formação e identidade profissional:** a trajetória de egressos de Ciências Sociais. Universidade de São Paulo - USP, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Dissertação de Mestrado. 2012.

TRAINA-CHACON, J. M.; CLADERÓN, A-I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior - RIES**. Núm. 17, Vol. VI, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ -UVA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Ciências Sociais**. Centro de Ciências Humanas – CCH, curso de Ciências Sociais, 2010.

_____. **UVA em Números**. 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Antropologia Social.

VIEIRA, Sulamita. **Caminhos das Ciências Sociais na UFC**. Fortaleza: Edições UFC: Memorial UFC, 2016.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção primeiros passos; 91.

SITES CONSULTADOS

<https://sites.google.com/site/federacaonacionaldossociologos/>

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483000>

<http://www.uece.br/ch/index.php/cursos-de-graduacao/cursos-presenciais>

<https://vimeo.com/79137267>

http://www.uvanet.br/documentos/numeros_daf3747a934412c7f3140f53e14115fa.pdf

<https://sindicatosociologosce.wordpress.com/>

<https://sites.google.com/site/federacaonacionaldossociologos/home>

file:///C:/Users/edilm/Downloads/justificativa%20do%20Conselho%20Federal%20de%20Ciencias%20Sociais_CFCIS.pdf

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722&ord=1>
www.uvanet.br

<https://sites.google.com/site/federacaonacionaldossociologos/>

<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

<http://emec.mec.gov.br/>

<https://www.cruzeirodosul.edu.br>

<http://www.ulbra.br/>

<https://www.unifran.edu.br>

<https://portal.unimes.br//>

<https://portal.uniasselvi.com.br>

<https://www.uninter.com>

<https://www.uninassau.edu.br/>

<http://portal.estacio.br/>

<https://www.unopar.br/>

<https://www.unip.br/>

<https://www.anhanguera.com>

ANEXO

Roteiro de Entrevista

- Nome e idade? Permite o uso de seu nome real ou prefere a utilização de nome fictício?
- De acordo com os critérios do IBGE, como você define sua “cor” ou “raça”?
- Estado civil? Tem filhos?
- Município de origem?
- Município em que vive atualmente?
- Escolaridade de seus pais.
- Qual a ocupação de seus pais?
- Você fez a educação básica em escola pública ou privada?
- Durante o Ensino Médio você cursou a disciplina de Sociologia?
- Quantas vezes tentou vestibular e para quais cursos e instituições?
- Fez outra graduação além de ciências sociais? Qual?
- Ano de ingresso e formação em Ciências Sociais?
- Além do Bacharelado você também fez a Licenciatura em Ciências Sociais? Por quê?
- Quantos anos você tinha quando entrou no curso? E com quantos anos se formou?
- O que levou você a querer ingressar em uma universidade?
- O que levou você a escolher o curso de Ciências Sociais?
- Como você via o campo profissional durante a graduação?
- Quais as principais dificuldades enfrentadas durante a graduação?
- Fez o registro profissional?
- Você se identifica profissionalmente como cientista social/sociólogo?
- Para você, quais os principais elementos que compõem a identidade profissional do cientista social?
- Ao longo do curso você foi bolsista de algum programa da universidade?
- Você trabalhava durante a faculdade?
- Em algum momento durante o curso você pensou em desistir das ciências sociais? Por quê?

- Você deu continuidade aos estudos depois da graduação?
- Descreva sua trajetória profissional depois da graduação.
- Quanto tempo você levou para encontrar emprego depois da graduação?
- Você trabalha atualmente? Qual setor (público, privado, terceiro setor), qual a organização, cargo, remuneração e atividades desenvolvidas.
- A formação em Ciências Sociais foi pré-requisito para a ocupação do seu atual emprego?
- Você considera que os conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Sociais contribuem para o desenvolvimento de sua atual atividade? E para a entrada no mercado de trabalho?
- Que importância a sua formação em ciências sociais exerceu sobre sua vida profissional ou sobre x profissional que você é hoje?
- A atividade que você exerce atualmente tem relação com a formação em ciências sociais?
- Você está satisfeito com sua atual atividade?
- Como você avalia as Ciências Sociais enquanto profissão?
- Como você avalia o mercado de trabalho para o cientista social?
- Como você avalia sua trajetória educacional e de inserção profissional?
- Você escolheria a mesma profissão hoje? Faria as mesmas opções? Por quê?
- Há alguma coisa que não foi mencionada nesta entrevista que você gostaria de acrescentar?

Obrigada!